

**Universidade Federal de Ouro Preto**

Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas - ICSA  
Programa de Pós-Graduação em Comunicação

---

Dissertação

---

**O ASSASSINATO DE BETO  
FREITAS NO CARREFOUR:  
racismo, genocídio e a  
construção do  
acontecimento jornalístico  
nos sites G1 e UOL**

*Pedro Henrique Magalhães Mendonça*

Ouro Preto

2021



**UFOP**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

**O ASSASSINATO DE BETO FREITAS NO CARREFOUR:**

racismo, genocídio e a construção do acontecimento jornalístico nos sites *GI* e *UOL*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação e Temporalidades

Linha de pesquisa: Práticas comunicacionais e tempo social

Discente: Pedro Henrique Magalhães Mendonça

Orientadora: Profa. Dra. Marta Regina Maia

Ouro Preto

2021

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

M539a Mendonça, Pedro Henrique Magalhães.

O Assassinato de Beto Freitas no Carrefour [manuscrito]: racismo, genocídio e a construção do acontecimento jornalístico nos sites G1 e UOL. / Pedro Henrique Magalhães Mendonça. - 2021.

181 f.: il.: color., tab..

Orientadora: Profa. Dra. Marta Regina Maia.

Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Comunicação.

Área de Concentração: Comunicação e Temporalidades.

1. Genocídio. 2. Jornalismo - Aspectos sociais. 3. O Trágico. 4. Racismo. I. Maia, Marta Regina. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 316.77

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário Coordenador  
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Pedro Henrique Magalhães Mendonça**

### **O ASSASSINATO DE BETO FREITAS NO CARREFOUR:**

**racismo, genocídio e a construção do acontecimento jornalístico nos sites G1 e UOL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Aprovada em 15 de dezembro de 2021

#### Membros da banca

Prof.(a). Dr.(a) Marta Regina Maia (Orientador(a) e Presidente) – Universidade Federal de Ouro Preto  
Prof.(a). Dr.(a) Dennis de Oliveira - Universidade de São Paulo  
Prof.(a). Dr.(a) Frederico de Mello Brandão Tavares - UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

Prof.(a). Dr.(a) Marta Regina Maia orientador(a) do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito no Repositório Institucional da UFOP em 14/02/2022



Documento assinado eletronicamente por **Marta Regina Maia, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 02/06/2022, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0337207** e o código CRC **521AA2CB**.

*A minha mãe, por tudo.*

*Ao Beto e sua família. E a todos que são vítimas do racismo estrutural.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por me dar a vida, pela proteção e por permitir que eu esteja sobrevivendo até hoje, ante todas as dificuldades.

A minha mãe, Solange, por acreditar em mim e por ser a principal razão para que eu não tenha desistido de tudo. O significado do seu nome já diz tudo: solene, majestosa, digna, pessoa importante. Obrigado por me apoiar, mesmo sem ter dimensão do que essa pesquisa representa de fato pra mim. Mãe, você é responsável por eu ser quem eu sou e essa conquista não seria possível se eu não tivesse sido criado por uma mulher forte como você. Minha gratidão eterna!

Ao meu irmão, Paulo, por me encorajar, mesmo sem ter essa pretensão. As duras palavras ditas me fazem ter vontade de ir além e ser alguém melhor. Inclusive, obrigado por ter me inspirado a pensar nesta pesquisa. É uma discussão que diz muito sobre você, sobre mim, sobre todos nós, negros, que sentimos na pele o quão difícil é viver num país racista. A toda minha família, em especial as minhas tias Sueli e Silma, minhas primas Eliane, Elisângela, Stéfany e meus padrinhos Mariani e João. Obrigado por tudo. A Novinha e Letícia (Lelê), minhas filhas de quatro patas que me fazem companhia e são tudo pra mim. Meu amor por vocês vai além da compreensão alheia.

A Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela concessão da bolsa que me auxiliou durante a maior parte da minha experiência no mestrado, sem a qual eu não teria conseguido concluir essa pesquisa. A UFOP pelas oportunidades. Ao PPGCOM UFOP por todo o suporte, pelas possibilidades e pelos ensinamentos recebidos por mim ao longo desses anos. Muito obrigado por tudo.

A minha orientadora, Marta Maia, a quem admiro muito antes dessa parceria, por toda a dedicação, pelos ensinamentos, por expandir meus horizontes, por ter lutado por mim e pela minha pesquisa. Eu jamais vou esquecer todas as várias ajudas que recebi.

Aos professores do PPGCOM, em especial a Agnes Mariano, por ter me acompanhado em parte da minha trajetória. Aos professores Dennis de Oliveira e Fred Tavares, por todas as recomendações dadas na avaliação desta pesquisa. Ao grupo de pesquisa Ponto, pelas ótimas discussões.

Aos autores que nortearam essa pesquisa e a todos os pesquisadores negros que resistem e ressignificam nossa existência. Obrigado!

*Quanto a nós, negros, como podemos  
atingir uma consciência efetiva de nós mesmos,  
enquanto descendentes de africanos, se  
permanecemos prisioneiros, “cativos de uma  
linguagem racista”?*

*(Lélia Gonzalez)*

## RESUMO

O presente estudo visa identificar e analisar como o assassinato de Beto Freitas no Carrefour, em Porto Alegre, no dia 19 de novembro de 2020, foi trabalhado, enquanto acontecimento jornalístico, nas coberturas dos sites G1 e UOL. Faz-se uma discussão teórica sobre o racismo no Brasil, percorrendo sobre temas como identidade e raça, usando como referência estudos de Bhabha (1998), Hall (2001), Cuche (1999), Lane (1983) e Mignolo (2008), além dos estereótipos étnico-raciais em espaços comunicacionais, como na telenovela, no cinema e na publicidade. Pensando no acontecimento jornalístico como um recorte da realidade (QUÉRÉ, 2012) e em sua concretização como algo real (FRANÇA, 2012), realiza-se um debate sobre acontecimento e jornalismo, buscando entender como o crime que vitimou Beto Freitas mobilizou o debate público. Entende-se que o assassinato de Beto está compreendido na problemática étnico-racial do Brasil e, por isso, esta dissertação traz uma problematização sobre o racismo estrutural, com base nos pensamentos de Fanon (2008), Munanga (2004), Oliveira (2021), Sodré (1999) e Telles (2012). Metodologicamente, o estudo tem por base o processo de individuação do acontecimento proposto por França (2011), seguindo as etapas de: descrição, narrativização, pano de fundo pragmático, caracterização como um problema público e normalização, em consonância com o conceito de interseccionalidade no sentido da intersecção entre raça, gênero e classe, conforme apresenta Collins (2015). Nota-se que os veículos de comunicação fizeram coberturas factuais sobre o assassinato de Beto, sem apresentar o contexto do racismo sistêmico e estrutural que fundamentam a violência e a opressão contra pessoas negras, fomentando o genocídio que pode ser percebido em estatísticas, nas quais se encontra Beto Freitas e outros tantos indivíduos negros.

**Palavras-chave:** Beto Freitas; Acontecimento; Racismo; Genocídio; Jornalismo; Hipermercado Carrefour.

## ABSTRACT

This study aims to identify and analyze how the murder of Beto Freitas at Carrefour, in Porto Alegre, on November 19, 2020, was worked on, as a journalistic event, in the coverage of the G1 and UOL websites. A theoretical discussion about racism in Brazil is carried out, discussing themes such as identity and race, using as reference studies by Bhabha (1998), Hall (2001), Cuche (1999), Lane (1983) and Mignolo (2008), in addition to ethnic-racial stereotypes in communicational spaces, such as soap operas, cinema and advertising. Thinking of the journalistic event as a clipping of reality (QUÉRÉ, 2012) and its realization as something real (FRANÇA, 2012), a debate is held on event and journalism, seeking to understand how the crime that victimized Beto Freitas mobilized public debate. It is understood that the murder of Beto is included in the ethnic-racial issue in Brazil and, therefore, this dissertation brings a problematization of structural racism, based on the thoughts of Fanon (2008), Munanga (2004), Oliveira (2021), Sodr  (1999) and Telles (2012). Methodologically, the study is based on the process of individuating the event proposed by França (2011), following the steps of: description, narrativization, pragmatic background, characterization as a public problem and normalization, in line with the concept of intersectionality in the sense of the intersection between race, gender and class, as presented by Collins (2015). It is noted that the media made factual coverage of the murder of Beto, without presenting the context of systemic and structural racism that underlie violence and oppression against black people, fostering the genocide that can be seen in statistics, in which meets Beto Freitas and many other black individuals.

**Keywords:** Beto Freitas; Event; Racism; Genocide; Journalism; Hypermarket Carrefour

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1 – Casal protagonista da telenovela Cabana do Pai Tomás .....</b>	<b>49</b>
<b>Figura 2 – Evolução gráfica do personagem Pelezinho nas HQs .....</b>	<b>55</b>
<b>Figura 3 – Campanha da cerveja Devassa, 2013 .....</b>	<b>59</b>
<b>Figura 4 – Campanha publicitária da Personal .....</b>	<b>59</b>
<b>Figura 5 – Campanhas publicitárias acusadas de racismo .....</b>	<b>60</b>
<b>Figura 6 – Beto Freitas foi morto por dois seguranças brancos .....</b>	<b>94</b>
<b>Figura 7 – Homem negro é morto no Carrefour, em Porto Alegre .....</b>	<b>96</b>
<b>Figura 8 – Beto Freitas é covardemente morto por seguranças do Carrefour .....</b>	<b>117</b>
<b>Figura 9 – Caso Beto gerou revolta e comoção .....</b>	<b>124</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 – Caso Beto Freitas nos portais G1 e UOL .....</b>	<b>104</b>
<b>Quadro 2 – Personagens e enquadramentos .....</b>	<b>105</b>

## SUMÁRIO

	<b>Pág.</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
Principais objetivos e problematização .....	16
Proposta metodológica .....	17
<b>1 RAÇA E IDENTIDADE</b> .....	<b>19</b>
1.1 Reflexões sobre os conceitos de raça, etnia e identidade .....	20
1.1.1 Noções sobre identidade .....	20
1.1.2 Uma abordagem conceitual sobre raça e etnia .....	28
1.2 Questões étnico-raciais no Brasil .....	32
1.2.1 O racismo por meio da história .....	32
1.2.2 A subalternidade negra e o racismo estrutural .....	38
1.3 Estereótipos étnico-raciais e identitários .....	47
1.3.1 Telenovela, cinema, publicidade e o imaginário social .....	47
<b>2 ACONTECIMENTO E JORNALISMO</b> .....	<b>62</b>
2.1 A construção do acontecimento jornalístico .....	63
2.2 O fazer jornalístico .....	72
2.2.1 Novos arranjos: o jornalismo alternativo .....	82
2.3 Apuração e a cobertura midiática .....	86
<b>3 O NEGRO E O JORNALISMO: A COBERTURA DO ASSASSINATO DE BETO FREITAS NO CARREFOUR</b> .....	<b>93</b>
3.1 O Caso Beto Freitas .....	94
3.2 Sobre o G1 e o UOL .....	97
3.3 Procedimentos metodológicos .....	98
3.4 Análise do material coletado .....	104
3.4.1 Descrição .....	107
3.4.2 Narrativização .....	116
3.4.3 Pano de fundo pragmático .....	121
3.4.4 Caracterização como um problema público .....	125

3.4.5 Normalização .....	127
3.4.6 Decolonialidade e o genocídio negro .....	130
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>135</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>141</b>
<b>ANEXO – Notícias analisadas .....</b>	<b>148</b>

## INTRODUÇÃO

Era noite do dia 19 de novembro de 2020, véspera do Dia da Consciência Negra, celebrado no dia 20. Um casal resolve ir ao supermercado comprar os ingredientes necessários para a receita de um pudim, sobremesa predileta de João Alberto Silveira Freitas, conhecido como Beto Freitas, 40 anos, autônomo, morador da comunidade Vila Farrapos, zona norte de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Beto estava acompanhado de sua esposa, Milena Alves, quando chegou a uma loja da rede Carrefour, localizada no bairro Passo d'Areia, cerca de 400 metros da residência na qual o casal morava.

O que era pra ser uma simples ida ao supermercado, transformou-se em uma noite sem fim para Milena e demais familiares de Beto. Após ter uma discussão com uma funcionária do estabelecimento, o homem foi dominado por seguranças do local, que o espancaram, asfixiaram e mataram com requintes de crueldade, na presença de sua esposa e de outras pessoas, sendo que algumas dessas registraram os momentos finais da vida de Beto Freitas e publicaram nas redes sociais.

O assassinato foi comparado à morte de George Floyd<sup>1</sup> por Derek Chauvin, em Minneapolis, nos Estados Unidos, ocorrida em 25 de maio de 2020. O crime que vitimou Beto ganhou a mídia, foi amplamente divulgado na imprensa nacional e até mesmo na imprensa internacional: um acontecimento que chocou o Brasil, gerando revolta, comoção e desencadeando uma forte mobilização pública por justiça. Atualmente, um ano após o brutal assassinato, o caso segue em andamento e a família de Beto continua vivendo com a dor da perda de uma vida<sup>2</sup> em circunstâncias demasiadamente cruéis.

Uma morte. Uma história interrompida. Uma família que teve que enfrentar o trauma. Um caso que mobilizou o debate público e ganhou repercussão midiática. Um acontecimento que, além de ocorrer durante a pandemia da Covid-19, tem um fator determinante: Beto Freitas era um homem negro. E ser negro num país como o Brasil é viver em constante perigo, sob ameaça de absurdos que acontecem diariamente, numa nação marcada pelo racismo estrutural.

As questões étnico-raciais estão no centro das discussões sobre a desigualdade social no Brasil, uma vez que a população negra, de acordo com o Atlas da Violência 2020<sup>3</sup>, é a mais afetada pela violência, desemprego e falta de representatividade. No mercado de trabalho, por

---

<sup>1</sup> Detalhes sobre a morte de George Floyd podem ser lidos em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52849871>

<sup>2</sup> A morte de Beto Freitas completou um ano em 19 de novembro de 2021. Veja a notícia do UOL em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2021/11/19/morte-no-carrefour-apos-um-ano-familia-de-joao-alberto-tenta-recomecar.htm>

<sup>3</sup> Os dados podem ser conferidos em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>

exemplo, pretos e pardos são mais vulneráveis ao assédio moral, segundo o Ministério Público do Trabalho. Os negros também correspondem a maioria (78,9%) dos 10% dos indivíduos com mais chances de serem vítimas de homicídios.

Considerando que mais da metade da população brasileira (54%) é de pretos ou pardos, sendo que a cada dez pessoas, três são mulheres negras, de acordo com o IBGE<sup>4</sup>, é importante ressaltar a necessidade de dar enfoque às problemáticas relacionadas ao racismo. Há discriminação contra negros na sociedade, mesmo sendo a figura do negro extremamente importante para a história do Brasil, considerando o longo período da escravização no país. O racismo institucional se manifesta na segurança pública, com os negros na linha de frente do genocídio<sup>5</sup>.

Um levantamento realizado pela Rede de Observatórios de Segurança<sup>6</sup> nos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, considerando a cor da pele de mulheres vítimas de violência entre junho de 2019 e maio de 2020, revela que as mulheres negras (pretas e pardas) correspondem a 63 casos, enquanto as mulheres brancas foram vítimas em 53 casos. Entretanto, em 1230 casos não foram informadas as etnias das vítimas, o que pode aumentar ainda mais a diferença entre negras e brancas, tendo em vista o descaso institucional com a população negra. Além disso, ainda de acordo com o levantamento, ao contrário de alguns países da América Latina, a violência se agravou no Brasil durante a pandemia, mesmo com o isolamento social, como revela o caso João Pedro, de 14 anos, estudante, morador de São Gonçalo, município pertencente à Região Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. O adolescente foi assassinado em 18 de maio de 2020, durante uma operação conjunta das polícias Federal e Civil do RJ no Complexo do Salgueiro, onde residia com sua família. No momento do crime, o adolescente estava na casa de sua tia brincando com amigos. Na residência em que João Pedro foi assassinado foram encontradas 72 marcas de tiros<sup>7</sup>.

Somente no Ceará, por exemplo, entre março e maio de 2020, os assassinatos dobraram em comparação com os indicadores do mesmo período em 2019. A pesquisa também revela que, na Bahia, 97% das pessoas mortas pela polícia em 2019 são negras.

---

<sup>4</sup> O censo demográfico do Brasil de 2010 encontra-se disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>

<sup>5</sup> “O uso de medidas deliberadas e sistemáticas (como morte, injúria corporal e mental, impossíveis condições de vida, prevenção de nascimentos), calculadas para a exterminação de um grupo racial, político ou cultural, ou para destruir a língua, a religião ou a cultura de um grupo” (Apud Nascimento, 1978, p. 8, Webster’s Third New International Dictionary of the English Language, Massachusetts, 1967).

<sup>6</sup> O levantamento pode ser visto em: <http://observatorioseguranca.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Racismo-motor-da-violencia-1.pdf>

<sup>7</sup> As informações podem ser lidas em: <https://oglobo.globo.com/rio/casa-onde-joao-pedro-morreu-tem-72-marcas-de-tiros-24437890>

A ação ostensiva das polícias e das forças de segurança se revela também nos estabelecimentos comerciais. Assim como Beto Freitas, outras pessoas negras já foram vítimas de racismo e agressão no comércio. É o caso do jardineiro Felipe Rodrigues da Silva, agredido pelo segurança de um supermercado no Centro do Rio de Janeiro<sup>8</sup>, após ser acusado de tentar furtar um contrafilé. Já o casal Edgar Oliveira de Carvalho e Letícia Reis Oliveira de Carvalho, ambos negros, foi obrigado a esvaziar uma bolsa para revista numa loja da rede de supermercados Extra em São Paulo<sup>9</sup>. Sob suspeita de furto, na bolsa foi encontrada uma Bíblia do casal, além de itens pessoais. Uma jovem negra de 23 anos também foi vítima de racismo em um supermercado em Araçatuba, São Paulo<sup>10</sup>. Ao se sentir perseguida por um segurança dentro do estabelecimento, medida recorrente quando se trata de cliente negro, a jovem questionou o funcionário e acabou sendo agredida pelo gerente do supermercado, que a obrigou a se retirar do local. O Carrefour, mesma rede que serviu de cenário para o assassinato de Beto, também foi um ambiente hostil para Luís Carlos Gomes, negro e deficiente físico que foi agredido e discriminado em São Bernardo do Campo<sup>11</sup>, São Paulo. Pedro Henrique Gonzaga, de 19 anos, é outro nome que está associado à discussão sobre racismo em supermercados. O jovem negro foi morto dentro de um supermercado da rede Extra<sup>12</sup>, no Rio de Janeiro, após ser imobilizado por um segurança. A morte de Pedro desencadeou uma onda de protestos em diferentes estados brasileiros.

Estes são apenas alguns poucos exemplos de cenas de racismo, visto que ser negro no Brasil do século XXI significa ser exposto à violência cotidiana de um racismo que afronta a própria existência humana. Seria possível escrever e descrever inúmeras páginas sobre esse tipo de cena no Brasil, algo corriqueiro e banalizado, que pode ser visto pela ampla cobertura midiática de casos em que negros são brutalmente assassinados

O racismo evidencia a problematização sobre o contexto social e histórico em que cada indivíduo vive, considerando que a população negra, segundo dados do IBGE em 2014, corresponde a 74% dos mais pobres no Brasil, realidade de Miguel Otávio Santana da Silva, 5 anos, filho da empregada doméstica Mirtes Renata Santana de Souza, morador de Recife,

---

<sup>8</sup> Veja mais informações em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/11/08/cliente-relata-tapa-na-cara-em-mercado-no-rio-e-diz-que-foi-discriminado-por-ser-negro-deu-vontade-de-chorar.ghtml>

<sup>9</sup> Veja mais informações em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/29/supermercado-obriga-casal-negro-a-esvaziar-bolsa-para-revista-e-encontra-biblia-em-sp.ghtml>

<sup>10</sup> Veja as informações em: <https://g1.globo.com/sp/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2020/06/03/jovem-negra-posta-desabafo-apos-ser-seguida-por-seguranca-em-mercado-no-interior-de-sp.ghtml>

<sup>11</sup> Veja as informações em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/03/19/cliente-acusa-carrefour-de-racismo-e-discriminacao-apos-ser-agredido-por-funcionarios-em-sp-veja-video.ghtml>

<sup>12</sup> Veja as informações em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/02/14/jovem-e-levado-desacordado-a-hospital-apos-gravata-de-seguranca-em-hipermercado-na-barra-rio.ghtml>

capital de Pernambuco. A criança morreu em 2 de junho de 2020, ao cair do nono andar do edifício Maurício de Nassau, no condomínio Torres Gêmeas, onde sua mãe trabalhava. A patroa de Mirtes, Sari Mariana Costa Gaspar Côrte Real, esposa do prefeito de Tamandaré, Sérgio Hacker (PSB), estava com a criança enquanto a empregada doméstica passeava com o cachorro dos chefes. O menino, chorando pela ausência da mãe, incomodou Sari, que o colocou em um elevador, apertando o botão do nono andar. Miguel caiu de uma altura de 35 metros. Esse é um dos reflexos do período pós-escravidão, quando os negros foram excluídos da sociedade e formaram as favelas do país por não existirem políticas públicas efetivas que favorecessem as condições para que os ex-escravizados se tornassem cidadãos de fato: escolarizando-se, empregando-se, adquirindo renda e bens que garantissem acesso a recursos básicos para a sobrevivência. Essa reflexão deixa evidente que a raça está diretamente ligada à pobreza.

Apesar de existirem casos de pretos e pardos que conseguiram ascender socialmente em diversas áreas, como jogadores de futebol, cantores, atores e até mesmo ganhadores de loterias, essas pessoas são minoria dentro do conjunto da população, sendo uma realidade a dificuldade do negro em galgar na sociedade. O negro, na verdade, enfrenta uma dificuldade até mesmo para sobreviver, e a morte de Beto Freitas, entre tantos outros casos, deixa evidente que há genocídio no Brasil.

Compreendendo o jornalismo como um espaço de produção de sentidos, considera-se importante refletir sobre como acontece a cobertura relacionada à violência e ao lugar dos negros nessas narrativas jornalísticas. É comum, por exemplo, que a mídia negligencie uma cobertura sobre assassinatos de pessoas negras, assim como é corriqueiro um silêncio em certas abordagens, como nos casos em que o criminoso é branco. Ao mesmo tempo, há um esforço, pelos meios de comunicação, especialmente os hegemônicos, em empregar ao negro uma imagem marginal, destacando a etnia de indivíduos criminosos pertencentes a esse grupo étnico, quando algum caso se torna público, principalmente em programas policiais.

Vale ressaltar, também, que a morte de uma pessoa branca inocente, segundo repercussão dos veículos de imprensa, torna-se mais comovente para o público, à medida que o jornalismo enfatiza demasiadamente casos que trazem sujeitos dessa etnia como vítimas, como na morte do menino Henry Borel<sup>13</sup>, branco, vítima de um crime bárbaro que ganhou ampla cobertura midiática. Enquanto isso, há mortes criminosas de pessoas negras diariamente e o jornalismo não emprega o mesmo destaque em sua construção de acontecimentos.

---

<sup>13</sup> As informações estão disponíveis em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/03/18/o-que-se-sabe-sobre-a-morte-do-menino-henry-borel-no-rio.ghtml>

## Principais objetivos e problematização

O principal objetivo desta pesquisa é investigar se o discurso da mídia hegemônica busca negar ou ocultar o racismo como mote do assassinato de Beto Freitas, analisando como foram realizadas as construções narrativas dos sites *G1* e *UOL* sobre o caso, propondo uma discussão teórica sobre a atuação do racismo na sociedade brasileira, bem como uma reflexão sobre a construção do acontecimento na abordagem midiática na morte da vítima negra citada acima.

A partir dos debates sobre acontecimento e jornalismo, tendo como base o pensamento de Quéré (2012) sobre o acontecimento jornalístico como um recorte da realidade, que pode ser alterado e mudar até mesmo o passado, assim como o argumento de França (2012) sobre a concretização do acontecimento em algo real, por meio da maneira como a informação é narrada, pretende-se entender como o crime mobilizou o debate público.

A pesquisa vislumbra compreender como é realizada a construção do acontecimento, com base na dinâmica entre o ocorrido e o fazer jornalístico, apoiando-se no crime que vitimou Beto Freitas. Busca-se pensar no assassinato como exercício da supremacia branca e do racismo estrutural, o que qualifica algumas pessoas mais humanas do que outras, criando uma lógica de subalternidade e subserviência dos corpos negros, dentro da perspectiva da colonialidade.

As notícias do *G1* e *UOL*, sites selecionados para a análise em função da relevância dos portais - por serem os mais acessados do país<sup>14</sup> - servirão, também, para questionar a angulação do discurso jornalístico sobre o racismo, uma vez que o caso Beto Freitas está inserido nessa problemática. Considerando também que, na ocasião do assassinato, houve mobilização popular, iniciou-se uma série de protestos antirracistas em diferentes cidades brasileiras afóra da internet, abordando ainda a potencialidade da luta étnico-racial no Brasil, ancorada em diversos movimentos organizados no país, além do movimento ativista norte-americano *Black Lives Matter*<sup>15</sup>, que ganhou atenção mundial após o assassinato de George Floyd.

A pesquisa se baseia nos dados de estudos realizados sobre o histórico do negro no Brasil, bem como na atuação do jornalismo na cobertura das mortes de pessoas desse grupo étnico. Afinal, como as questões étnico-raciais são abordadas nos sites *G1* e *UOL*? Pretende-se interpretar o discurso midiático para identificar se o racismo é contextualizado como motivo do assassinato de Beto Freitas.

---

<sup>14</sup> Segundo dados obtidos pelas ferramentas *Alexa*, *SimilarWeb* e *SemRush*. O levantamento pode ser visto em: <https://top10mais.org/sites-de-noticias/>

<sup>15</sup> O *Universa*, do *UOL*, explica melhor o termo que foi suscitado após o assassinato de George Floyd: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/06/03/black-lives-matter-conheca-o-movimento-fundado-por-tres-mulheres.htm>

## Proposta metodológica

Sendo a pesquisa ancorada nos debates sobre racismo e acontecimento jornalístico, objetiva-se refletir sobre as narrativas construídas pelo jornalismo, durante o processo de produção da notícia, para entender o material coletado. O estudo propõe uma individuação do acontecimento jornalístico (FRANÇA, 2011), buscando uma observação sobre o trabalho realizado pelo *GI* e pelo *UOL* nas reportagens sobre o caso Beto Freitas.

Foram selecionadas, ao todo, 20 notícias da cobertura dos sites *GI* e *UOL* sobre o caso Beto Freitas, visando problematizar os métodos e as técnicas de investigação usados pelos portais para a abordagem do assassinato. Busca-se analisar os procedimentos metodológicos dos dois sites, para compreender quais são as fontes que norteiam os materiais, dando espaço para uma discussão sobre quem fala nos textos e se há fontes negras, uma vez que o caso está inserido na reverberação sobre a temática étnico-racial. O processo de individuação do acontecimento, de acordo com França (2011), segue as seguintes etapas: descrição, narrativização, pano de fundo pragmático, caracterização do problema público e normalização.

Quadros foram criados para apresentar as manchetes dos portais sobre o caso, servindo como referência para um pensamento sobre a construção do acontecimento por meio das estratégias adotadas pelos sites. Para isso, usa-se a proposta de França (2011) de uma individuação do acontecimento, identificando, nas matérias, como produto acabado, elementos que evidenciem o processo de elaboração do acontecimento como notícia, analisando o conteúdo e a narrativa dos textos.

A interseccionalidade também é parte do procedimento metodológico desta pesquisa. Com a referência de Collins (2015), busca-se pensar na intersecção entre raça, gênero e classe para compreender como o assassinato de Beto foi noticiado por *GI* e *UOL*, entendendo que o fato de Beto ser um homem, negro e pobre fundamenta a execução do crime, refletindo sobre a problemática étnico-racial no Brasil e a discriminação econômica.

Considera-se, num primeiro momento, que a repercussão do assassinato da vereadora Marielle Franco, em 2018, e a mobilização do movimento ativista *Black Lives Matter*, após a asfixia até a morte de George Floyd, além de impulsionarem uma tomada de consciência e de lutas antirracistas, nortearam o trabalho da mídia *mainstream* no Brasil, possibilitando recortes trabalhados de forma mais cuidadosa; o que servirá como discussão para interpretar os caminhos percorridos pelos veículos de comunicação na construção do acontecimento Beto Freitas, focando numa observação sobre a individuação do acontecimento (FRANÇA, 2011) para então refletir, a partir de uma perspectiva interseccional, considerando a questão da raça, do gênero e da classe nos dois portais.

Os capítulos desta pesquisa estão organizados em três partes da seguinte maneira: no primeiro capítulo, intitulado “Raça e identidade”, discute-se sobre raça e identidade, a fim de imergir na problemática étnico-racial no Brasil, compreendendo os motivos que justificam a supremacia branca e, em contrapartida, a marginalização do sujeito negro. Para isso, faz-se uma reflexão sobre os conceitos de raça, etnia e identidade, bem como uma abordagem sobre a negritude, apresentando um breve histórico sobre o racismo na sociedade brasileira, além dos estereótipos raciais e identitários na telenovela, no cinema e na publicidade. No segundo capítulo, “Acontecimento e jornalismo”, há uma discussão sobre a construção do acontecimento jornalístico, a fim de refletir sobre o processo pelo qual a narrativa é configurada a partir de sua inscrição no real. Há também uma apresentação sobre o fazer jornalístico, com exemplos tanto de produções hegemônicas, como contra-hegemônicas, além de trazer pontos de vista sobre alguns estudos em jornalismo. Já no terceiro capítulo, “O negro e o jornalismo: a cobertura do assassinato de Beto Freitas no Carrefour”, o processo de individuação do acontecimento, proposto por França (2011), é usado como procedimento metodológico para análise do material coletado desta pesquisa, seguindo as etapas de descrição, narrativização, pano de fundo pragmático, caracterização como um problema público e a normalização. Foram selecionadas 20 notícias, 10 do site *GI* e outras 10 do site *UOL*, sobre a cobertura do assassinato de Beto Freitas, destacando ainda, na análise, as fontes trazidas nas reportagens e o enquadramento adotado pelos dois veículos de comunicação citados, fazendo uma reflexão sobre interseccionalidade, decolonialidade e genocídio negro.

**CAPÍTULO 1**  
**RAÇA E IDENTIDADE**

Neste capítulo, há uma discussão sobre raça e identidade. Ele está dividido em três partes: “Reflexões sobre os conceitos de raça, etnia e identidade”, “Relações étnico-raciais no Brasil” e “Estereótipos raciais e identitários”. A primeira seção apresenta noções sobre a identidade, tendo como referência as discussões propostas por Bhabha (1998), Hall (2001), Cuche (1999), Lane (1983) e Mignolo (2008). Na segunda seção, faz-se uma abordagem conceitual sobre raça e etnia, usando pensamentos de Fanon (2008), Munanga (2004), Sodr e (1999) e Telles (2012). Ao abordar o racismo por meio da história, autores como Araújo (2007), Goffman (1978), Pardo (2012) e Santos (2009) são citados. Ao discutir sobre os privilégios da branquitude e a subalternidade negra, além de alguns dos autores já mencionados, argumentos de Almeida (2018) e Schucman (2012) são usados para elucidar a discussão. Por fim, abordando os estereótipos raciais e identitários nos espaços comunicacionais, alguns exemplos são citados para introduzir a discussão que será realizada no segundo capítulo.

## **1.1 Reflexões sobre os conceitos de raça, etnia e identidade**

### **1.1.1 No es sobre identidade**

A raça é uma das principais categorias identitárias e, por isso, antes de tratar especificamente do debate sobre identidade étnico-racial, faz-se necessário discutir o que são identidades, num sentido mais amplo. A sociedade contemporânea é classificada, comumente, pelo consumo dos indivíduos, tanto materialmente quanto simbolicamente. É exatamente este o pensamento de Hall (2001) e Cuche (1999) que se dedicam a entender o que   a identidade e como ela é percebida. Eles, inclusive, consideram que as identidades tradicionais estão em constante declínio.

Mudanças estão alterando as estruturas da sociedade desde o início do século XX. Para Hall (2001, p. 09), essas mudanças estão “fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que no passado tinham fornecido sólidas localiza es como indivíduos sociais”. Antes disso, a identifica o dos indivíduos estava mais relacionada a questões familiares, raciais e ao gênero da pessoa, considerando, neste caso, os papéis convencionalmente esperados para homens e mulheres, assim como a nacionalidade. Entretanto, na atualidade, os sujeitos estão cada vez mais maleáveis, no que se refere às formas de pensar, de agir e de se organizar socialmente.

Com o advento das novas tecnologias, que modificaram nossas rela es com o tempo e o espaço alterando expressivamente o modo de fabrica o de produtos, transporte, comunica o, pesquisa e afins, uma série de oportunidades e facilidades foram desencadeadas,

o que permite aos indivíduos uma hibrididade dentro de suas culturas. Os meios de comunicação, especificamente, e a internet expandiram o conhecimento das pessoas sobre outras culturas, abrindo um mundo de descobertas sobre costumes, músicas, artes e diversas informações de outras localidades que, com o tempo, transformam os indivíduos. Por isso, a identificação dos sujeitos está se alterando e ficando cada vez mais complexa e maleável, o que inclui a identidade étnico-racial, ainda que a concepção de muitos seja a de que há algo de biológico/genético, pré-determinado, imutável em função do pertencimento a um grupo racial. Para Cuche (2002, p. 187), “a imposição de diferenças significa mais a afirmação da única identidade legítima, a do grupo dominante, do que o reconhecimento das especificidades culturais”.

Segundo Hall, as transformações vivenciadas mundo afora estão alterando as identidades pessoais dos indivíduos, sendo que “esta perda de ‘sentido em si’ estável é chamada de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento - descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma ‘crise de identidade’ para o indivíduo” (2001, p. 09). É com a projeção que os sujeitos fazem sobre o consumo simbólico que a crise citada por Hall (2001) passa a ser minimamente resolvida, haja vista que, segundo Lévy (1963), as pessoas compram coisas não somente pelo que elas podem fazer, mas também pelo que significam.

A identidade, segundo Hall (2001), pode ser pensada em três distintas concepções, sendo a identidade de acordo com o sujeito iluminista, a identidade do sujeito sociológico e a identidade do sujeito pós-moderno. Para o sujeito do Iluminismo, a identidade estava relacionada à concepção da pessoa humana como completamente centrada e unificada, sendo que o centro lembrava um indivíduo ao nascer, desenvolvendo-se durante toda a vida, majoritariamente sem mudanças e com a mesma perspectiva individualista. Neste caso, o sujeito possuía razão, consciência e ação individuais (HALL, 2001).

Para o sujeito sociológico, a identidade não se baseava em indivíduos autossuficientes, como acreditava o sujeito iluminista. Neste caso, pensava-se na identidade sendo formada a partir da relação entre as pessoas na sociedade. Deste modo, segundo Silva (2019), a relação do indivíduo no meio social é que pautava a identidade, ao interagir com símbolos, valores e práticas presentes em determinada cultura. Então, apesar do indivíduo ainda ter seu “eu real” interior, ele acaba sendo constituído por modificações provenientes do diálogo contínuo com os “mundos culturais exteriores” e as identidades oferecidas por esses mundos (HALL, 2001).

A terceira concepção ressaltada por Hall (2001) é a do sujeito pós-moderno, que caracteriza um indivíduo sem identidade fixa ou permanente, nem mesmo uma identidade que parte de sua essência no nascimento. Para o sujeito pós-moderno, segundo Silva (2019), a

identidade é constituída e modificada frequentemente à medida que são realizados os diálogos de diversidade cultural existentes na sociedade.

Assim sendo, a identidade é transformada historicamente e não de maneira biológica. Hall (2001) afirma que o indivíduo adquire identidades diferentes em momentos distintos da vida, sendo essas identidades não unificadas:

[...] Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas [...]. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (2001, p. 13)

Embora o senso comum norteie as concepções dos indivíduos sobre a identidade, como as ideias arraigadas e ultrapassadas sobre o termo, para os estudiosos e pesquisadores, existem categorias que servem para refletir sobre a identidade cultural. A identidade pode ser definida como algo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e uma representação do sujeito, sua forma de ser, suas singularidades.

A concepção do sujeito pós-moderno está vinculada à sociedade contemporânea, de acordo com Silva (2019), uma vez que se vive em um mundo inconstante, que se transforma rapidamente em função da globalização, com troca de informações dentre diversas culturas de lugares extremamente distintos, atuando na identidade das pessoas. Pensar neste mundo globalizado requer uma reflexão sobre a identidade nacional.

O indivíduo possui uma identidade social que é caracterizada pela reunião de suas vinculações ao sistema social, como afirma Cuche (1999). Essas vinculações são relacionadas à determinadas classes sociais, como a sexual, a etária, a de nação, dentre outras, garantindo às pessoas uma possibilidade de se localizar no sistema social. Já as identidades nacionais, como problematiza Hall (2001), não são parte dos indivíduos no ato do nascimento, sendo formadas e transformadas pela representação.

A identidade, segundo Cuche (1999), é o prolongamento da exaltação da diferença; o autor explica que a cultura já foi interpretada por alguns radicais essencialistas como uma segunda natureza, adquirida organicamente por meio da vivência, algo que já foi superado. Já a identidade era entendida como algo objetivo, sendo fundamentada na língua, na religião e na cultura de cada indivíduo, não restando alternativa senão aderir a ela. Já na concepção subjetiva, o estudo da identidade deveria ser o estudo das identificações.

O que Hall (2001) afirma em certos pontos entra em conflito com o que foi visto em Cuche (1999), já que este autor entende que “a identidade existe sempre em relação a uma outra” (CUCHE, 1999, p. 183). Em contrapartida, Hall (2001) se refere a identidades diversas, até contraditórias, num mesmo indivíduo, por meio do pensamento de que a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma mera fantasia:

Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (2001, p. 13).

A identidade, na perspectiva de Cuche (1999), é sempre uma concessão, uma negociação entre a autoidentidade do indivíduo definida por ele mesmo, além de uma heteroidentidade ou uma exoidentidade, algo definido pelos outros. O pertencimento e a identificação qualificam o que pode ser denominado como identidade.

Hall (2001) discute sobre as noções de identidade a partir da perspectiva dos Estudos Culturais, afirmando que a identidade é algo formado ao longo do tempo, permanecendo incompleta, sempre em processo de formação. A identidade surge de uma falta de inteireza que é preenchida com o exterior dos sujeitos, pelas maneiras como as pessoas imaginam serem vistas pelos outros, e não apenas pela plenitude da identidade que já está no interior dos indivíduos.

Tendo em vista que é impossível desfazer os vínculos que os indivíduos estabelecem no tempo pessoal e social, é possível apenas se aproximar dos pontos de referência mais superficiais das identidades. O conceito de identificação, sob um viés operatório, permite enxergar as identidades como um processo e no interior de uma relação, em que é possível absorver algumas informações vinculadas ao sujeito que se identifica com alguma coisa, algo ou alguém.

Ao refletir sobre a perspectiva da identificação, surge a discussão da narrativa da cultura nacional (HALL, 2001). Há uma narrativa de nação propagada pela história na literatura nacional, na mídia e na cultura popular, como apresenta Hall. Esses meios fazem com que cenários, eventos históricos e rituais nacionais sejam possíveis, dando sentido à nação. A narrativa é responsável por dar significado e importância à monotonia da vida humana, usando como artifício um destino nacional, algo que existe ininterruptamente, sob qualquer contexto.

A identidade nacional usa também como narrativa a representação de sua primordialidade (HALL, 2001), sendo os elementos essenciais do caráter nacional imutáveis, para além das mudanças que ocorrem ao longo da história. Há ainda, segundo Hall, a invenção

da tradição, uma estratégia discursiva capaz de fazer parecer que algumas tradições são antigas, quando na verdade são recentes e inventadas. O mito fundacional, outra narrativa da cultura nacional, conforme Hall, apresenta uma história capaz de encontrar a origem da nação, do povo e do caráter nacional. O autor, em resumo, dedica-se a defender a ideia de que existem mitos de origem que visualizam o presente de volta ao passado, com base em narrativas de nação que interligam o sujeito a eventos históricos nacionais mais importantes.

Ao invés de falar sobre a identidade como acabada, Hall (2001) propõe percebê-la como algo que está em movimento, como já falado, já que há elementos externos que influenciam os modos de ser e estar no mundo. Hall e Cuche promovem uma reflexão de que a cultura atua na população como uma fonte de significações culturais, segundo Silva (2019), além de um foco de identificação e de um sistema de representações. Para Hall (2001, p. 59), “não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional”.

Uma das características da identidade é a multiplicidade. Isso significa que os papéis sociais são designados ao indivíduo desde seu nascimento e assumidos por ele à medida que se comporta atendendo às expectativas da sociedade. Deste modo, uma pessoa pode apresentar diferentes identidades de acordo com as relações interpessoais que são estabelecidas, como um indivíduo que se comporta como filho em relação aos pais, funcionário em relação ao patrão, marido ou mulher em relação ao cônjuge, assumindo uma postura distinta a cada interação social que é realizada.

A identidade é assegurada enquanto totalidade, conforme cada indivíduo se insere na sociedade. Porém, essa totalidade não esgota, muito menos resume, a concretização dos sujeitos. Isso porque os indivíduos são partes constitutivas da identidade e, paralelamente, configuram um todo que é criado a partir de si próprio, enquanto fenômeno de uma totalidade. Ou seja: a identidade é um universo de indivíduos existentes e de outros diversos que ainda nascerão.

A complexidade da identidade pode ser percebida em diversos contextos. Um indivíduo, por exemplo, pode negar seu passado no futuro mediante condições objetivamente dadas. O sujeito pode negar aquilo que lhe negam, criando condições objetivas para se transformar. Isso se dá mediante exercício de reflexão. Lane (1983) afirma que:

Apenas quando confrontamos as nossas representações sociais com as nossas experiências e ações, e com as de outros do nosso grupo social, é que seremos

capazes de perceber o que é ideológico em nossas representações e ações conseqüentes, ou seja, pensar a realidade e os significados atribuídos a ela, questionando-os de forma a desenvolver ações diferenciadas, isto é, novas formas de agir, que por sua vez serão objeto do nosso pensar, é que nos permitirá desenvolver a consciência de nós mesmos, de nosso grupo social e de nossa classe como produtos históricos de nossa sociedade, e também cabendo a nós – agentes de nossa história pessoal e social – decidir se mantemos ou transformamos a nossa sociedade (1983, p. 36-37).

Em sua obra *O local da cultura*, Bhabha (1998) discute sobre a criação de um espaço cultural híbrido proveniente da cisão no modo de entender a contemporaneidade que, por sua vez, é reflexo do deslocamento da diversidade cultural para a diferença cultural. O autor é relevante para a discussão proposta nesta pesquisa por suas reflexões sobre o discurso colonial para além de uma lógica binária sobre a sociedade. Isso significa que, para Bhabha, a percepção sobre o indivíduo deve estar para além do objeto, sendo que os sujeitos são culturalmente híbridos.

A oposição entre sujeito e cultura deve estar, segundo Bhabha, para além da compreensão sobre o sujeito, sendo que o local da cultura convoca o marginal e o estranho, o entre-lugar deslizante e a desestabilização dos essencialismos. O espaço-cisão da enunciação, na concepção do autor, deve ser pensado como um espaço indeterminado dos sujeitos da enunciação. Mignolo (2008) traz uma discussão similar às abordagens de Bhabha, pensando na política de identidade permeando as identidades sociais e no controle da política de identidade presente na construção de uma identidade que não se assemelha como tal, mas como a aparência “natural” do mundo.

Bhabha (1998) afirma que a percepção sobre a diferença mudou e a nova ideia sobre o conceito pode ter uma potencialidade inerente, uma vez que teria capacidade de naturalizar uma prática salutar de hibridismo cultural nos agentes, algo que acolheria a diferença sem uma hierarquia suposta ou imposta. Sendo assim, a percepção identitária, um desdobramento da busca por reconhecimento, seria mais performática e estratégica do que, como registrado anteriormente, essencialista. Por isso, o autor defende que haja uma ressignificação dos discursos identitários, observando a hibridez do presente momento.

As diferentes identidades podem ser pensadas também pelo padrão de poder mundial, considerando a discussão de Quijano (2005) sobre a dominação eurocentrada proveniente do capitalismo colonial, desde a constituição da América. Isso porque o poder tem como um dos pilares a classificação social da população, seguindo critérios étnico-raciais para uma dominação colonial, tensionando um elemento de colonialidade hegemônico.

A lógica de poder baseada no eurocentrismo, como citado por Quijano (2005), é baseada na distinção racial entre os indivíduos, sendo que a ideia de raça, como vista hoje, partiu da colonização europeia na América. O autor cogita que a classificação dos indivíduos em categorias distintas surgiu como uma forma de estabelecer uma distinção fenotípica entre os colonizadores e os colonizados, acreditando-se que haviam diferenças biológicas entre as etnias. Com isso, as identidades sociais indígenas, negras e mestiças foram criadas, segundo Quijano (2005), sendo desenvolvida uma hierarquia entre os colonizadores e os novos categorizados que, por sua vez, passaram a desempenhar papéis sociais correspondentes ao que foi imposto no processo de dominação. A identidade racial inaugurada durante a colonização passou a ser um critério de classificação social da população e essa discussão será apresentada mais detalhadamente na próxima seção.

Considerando a lógica de dominação oriunda do processo de colonização, uma alternativa para refletir sobre a sociedade para além dos estereótipos impostos pelas estruturas de poder é o pensamento descolonial, apresentado por Mignolo (2008) como um fazer descolonial, sendo que a distinção moderna entre teoria e prática não é aplicável quando se entra no campo do pensamento da fronteira, assim como nos projetos descoloniais. O autor diz que a razão imperial se afirmou como uma identidade superior quando construiu construtos inferiores, como raciais, nacionais, religiosos, sexuais e de gênero, e os expeliu para fora da esfera normativa do “real”.

Ao discutir sobre o pensamento moderno ocidental como um pensamento abissal, baseado em visões hegemônicas sobre o mundo a partir de uma lógica ocidentalizada, Santos (2009) aponta que distinções são criadas a partir da realidade social dos universos distintos, sendo que o outro lado, o diferente, fica invisibilizado. A inexistência atribuída ao outro faz com que os indivíduos sejam excluídos de forma radical, uma vez que não fazem parte do mundo daqueles que estão sob o viés do privilégio. A modernidade ocidental, segundo Santos (2009) é um paradigma resultante da tensão entre a regulação e a emancipação sociais. Para o autor, os conflitos modernos estão fundamentados nesse paradigma, como a distinção entre as sociedades metropolitanas e os territórios coloniais.

As identidades podem ser discutidas a partir da globalização, seguindo a lógica de Martín-Barbero (2014), uma vez que esse fenômeno possui um conjunto de possibilidades, de mudanças possíveis no presente momento, e algo ancorado nos fatos novos, sendo a mistura de povos, raças, culturas e gostos um desses acontecimentos. Já as novas tecnologias que estão sendo apropriadas por setores subalternos representam uma outra face desse fenômeno, levando em consideração que, devido a essa realidade tecnológica, as pessoas pertencentes a esses

grupos de minorias puderam ter uma espécie de “revanche sociocultural”, o que configura uma contra-hegemonia no mundo.

Ultrapassar a noção de diferença que já está posta, segundo Bhabha (1998), é deixar de pensar na representação da diferença como um reflexo dos traços culturais ou étnicos que já estão estabelecidos pela visão tradicional. Bhabha sugere observar os mundos desiguais assimétricos, assim como que as pessoas reinscrevam o imaginário social. Deste modo, o autor convida os ocidentais a um confronto com a história pós-colonial.

A identidade e a diferença não são inocentes, conforme afirma Silva (2000), levando em consideração que, onde existe diferenciação, está presente o poder. Silva (2000) ressalta, entretanto, que há uma série de processos que traduzem essa diferenciação, como incluir/excluir (identificando e representando/marcando/simbolizando quem pertence e quem não pertence); demarcar “fronteiras” (que definam e separem “nós” e “eles”); classificar e normalizar.

A imposição de diferenças, para Cuche (1999), representa uma afirmação da identidade do grupo dominante, a única identidade legítima. Nesse sentido, vale ressaltar que a identidade cultural não é biológica, nem inerente ao indivíduo, tendo em vista que ela é preexistente a ele, e, como a própria cultura se transforma, a identidade cultural do sujeito não é estática e permanente, mas é fluída, móvel. A identidade cultural é, portanto, construída, manipulada e política.

Se antes era possível identificar a identidade do indivíduo por meio dos elementos, símbolos e práticas que se localizavam num determinado tempo e espaço, definindo papéis sociais que eram comuns a quase todos os sujeitos de acordo com o elemento identitário, no contexto atual, essa possibilidade já não existe, pois não há tamanha clareza e precisão para delimitar a identidade de uma pessoa numa sociedade tão diversa e conectada.

A identidade é relacional, o que significa que ela é marcada pela diferença social e/ou cultural dos indivíduos. Silva (2000) conclui que a identidade marcada pela diferença possui símbolos concretos que ajudam a identificar nas relações sociais quem é mulher ou não, por exemplo. Isso faz com que a construção da identidade seja simbólica e também social, revelando também a luta para afirmar uma ou outra identidade, assim como diferenças que as cercam.

Estabelecer valores faz parte da identidade social, de acordo com Eagleton (1998), sendo que a vida social se extinguiria sem a identidade. Assim, o pós-modernismo talvez critique menos a noção de classificação prática de prioridade do que a ideia de que essas prioridades são imutáveis e eternas, considerando insidiosas as hierarquias absolutas. O pensamento de Eagleton pode ser usado para observar a luta do movimento negro no Brasil. Mesmo após 131

anos da abolição da escravatura, ainda há diversos indicadores sociais que mostram o negro em posição de desvantagem na sociedade. Segundo o pensamento de Eagleton (1998), as pessoas que se encontram à margem não querem o fim das prioridades dos grupos hegemônicos, mas uma transformação delas, vislumbrando uma realidade na qual esses indivíduos possam ter melhores condições de vida, considerando as estruturas que sustentam a sociedade.

Na contemporaneidade, a identidade cultural de um indivíduo é demasiadamente variada e inconstante. Se, na sociedade moderna, a visão sobre uma mulher era muito mais precisa, devido à homogeneidade empregada à identidade naquela época, algo mais singular e centrado; hoje, essa tarefa é complexa, pois não há uma única identidade, um único papel a ser desempenhado, mesmo que os valores patriarcais estejam arraigados na estrutura da sociedade contemporânea.

### 1.1.2 Uma abordagem conceitual sobre raça e etnia

Como visto na seção anterior, a identidade e a diferença estão ligadas ao processo de classificação dos indivíduos, uma vez que, como afirma Silva (2002), elas são construídas a partir do ponto de vista sobre a identidade. Sendo assim, dividir e classificar a sociedade também significa hierarquizá-la, o que é feito por aqueles que possuem o poder de instituir determinadas representações. A identidade e a diferença passam a existir por meio da representação. A discussão sobre identidade está, portanto, interligada à raça e a etnia, conceitos que serão trabalhados ao longo desta seção.

Apesar de estarem presentes no universo social e no imaginário dos indivíduos, como algo construído por séculos, fundamentando discriminações, dominação, e fatos históricos cruéis, as raças humanas não existem biologicamente. Segundo Pena e Bierchal (2006), a ciência, apesar de não ser o campo de origem dos mandamentos morais, possui um importante papel na instrução da esfera social, considerando que, ao mostrar “o que não é”, ela tem poder de afastar erros e preconceitos.

De acordo com Munanga (2004), o conceito de raça, etimologicamente, vem do italiano *razza*, que é uma palavra advinda do latim *ratio*, definida como sorte, categoria, espécie. O autor afirma que, nas ciências naturais, o conceito de raça foi usado pela primeira vez na Zoologia e na Botânica, classificando as espécies animais e vegetais.

Por muitos séculos, a ciência usou da credibilidade que possuía para reforçar ideias racistas que colocavam os negros em uma posição de inferioridade, o que colaborou para reforçar uma hierarquia na esfera social. A ideologia de uma hegemonia branca mantinha e

reforçava essa hierarquia. Um grupo hegemônico tem como finalidade obter uma posição de supremacia na sociedade, o que depende de força, das instituições do Estado e do Governo. Ainda nos dias atuais, o histórico de desigualdade entre pessoas etnicamente distintas é presente no Brasil e no mundo, o que ocasiona racismo, preconceito racial e discriminação, conceitos que serão abordados na seção “Os privilégios da branquitude e a subalternidade negra”.

O desejo de entender a variabilidade humana levou à criação da classificação racial. Para Munanga (2004):

A variabilidade humana é um fato empírico incontestável que, como tal merece uma explicação científica. Os conceitos e as classificações servem de ferramentas para operacionalizar o pensamento. É neste sentido que o conceito de raça e a classificação da diversidade humana em raças teriam servido [...] Com a preocupação de facilitar a busca e a compreensão, parece que o ser humano desde que começou a observar desenvolveu a aptidão cognitiva de classificação. A primeira tentativa consiste em distinguir os seres animados dos inanimados; os minerais dos vegetais e os vegetais dos animais. Entre os animais, não há como confundir um elefante com um leopardo, uma cobra com uma tartaruga. São todos animais, porém, diferentes (2004, p. 18-19).

A ciência biológica, em função dos avanços no estudo do DNA, tem evidências de que o conceito de raça não deve ser aplicado aos seres humanos. Isso porque, segundo Muniz Sodré (1993), a ideia de que existem raças humanas, como repercute Araújo (2015), não mais é sustentada, pois o conceito de raça é inviável em relação aos seres humanos. O autor defende que a expressão “espécie humana” é mais aplicável a essa definição, pois ela é única e abrange todos os indivíduos.

O surgimento do conceito de etnia se deu, dentre outros motivos, pela necessidade de substituir o conceito de raça aplicado aos seres humanos, haja vista que a ideia de raças humanas fora muito disseminada até o início do século XX. Até o final do século XIX e começo do século XX, o conceito de raça era usado comumente pelas pessoas em geral e também por cientistas para fundamentar a ideia de que os grupos étnicos possuem diferenças genéticas, biológicas, intelectuais, e que essas diferenças eram determinantes para distinguir os indivíduos. Havia uma crença de que as raças foram desenvolvidas de forma isolada, não havendo lugar para a miscigenação. Essa é a lógica por trás da fundamentação de que há uma hierarquia entre as raças, uma vez que o desenvolvimento delas ocorreu de forma desigual.

Elementos genéticos de diferentes grupos étnicos estão presentes em todos os grupos humanos, uns com mais casos do que outros, como afirma Araújo (2015). Isso acontece porque, desde os mais remotos registros da história da humanidade, o ser humano viajou, deslocou-se para outros povoamentos, desbravando terras longínquas, muitas vezes se relacionando e se

reproduzindo com indivíduos de outros lugares. Portanto, há milhares de anos, a humanidade está se miscigenando e isso resultou na variedade étnica da espécie humana. Entretanto, apesar de ser um fato reconhecido por diversas áreas do conhecimento, ainda há resistência de algumas pessoas em relação às etnias, algo que reflete na manutenção da ideia da existência de raças e das diferenças entre elas. A explicação pode estar na necessidade de subalternizar alguns grupos étnicos com base em preconceitos.

No século XVIII, segundo Munanga (2004), a cor da pele era considerada como o principal critério para distinguir as raças. Assim, a espécie humana ficou dividida entre brancos, negros e amarelos, uma classificação que perdura até os dias atuais no imaginário coletivo. Apesar disso, a cor da pele, tonalidade definida pela concentração da melanina, corresponde a menos de 1% dos genes presentes no patrimônio genético de um ser humano, o que implica também na cor dos olhos e cabelos.

Ao contrário do conteúdo da raça, a etnia é, de acordo com Munanga (2004), sociocultural, histórica e psicológica. Isso porque, dentro de um conjunto populacional dividido em raças branca, negra e amarela, é possível haver diversas etnias. A etnia é formada por um conjunto de indivíduos que possuem um ancestral comum, ou compartilham um mesmo idioma, religião ou crença sobre o mundo, cultura e pela geografia territorial.

No Brasil, a persistência da ideia de que existem raças diferentes pode ser percebida nos mais diversos exemplos de discriminação racial. A população negra, assim como a indígena, é um dos alvos dessa discriminação, o que é perceptível no mercado de trabalho, na educação, na saúde e em diversas atividades do cotidiano. Essa discriminação pode ser percebida a partir do acontecimento do Centro de Pesquisas e Assistência em Reprodução Humana (CEPARH), citado por Sodré (1999):

São vários os lugares sintomáticos da discriminação, em geral disfarçados, mas às vezes bastante explícitos. Um exemplo: em 1996, o Centro de Pesquisas e Assistência em Reprodução Humana espalhou por Salvador, Bahia, cartazes publicitários com o título defeito de fabricação acima da imagem de um garoto negro, com correntinhas no pescoço, canivete na mão e uma tarja nos olhos. Abaixo o texto: Tem filho que nasce para ser artista. Tem filho que nasce para ser advogado e vai ser embaixador. Infelizmente, tem filho que já nasce marginal. Outro cartaz mostrava uma mãe negra, grávida, coberta com um lençol branco e a legenda também se chora de barriga cheia (1999, p. 234-235).

Sendo o negro alvo de discriminação, é preciso compreender que o processo de subalternidade de alguns indivíduos em detrimento a outros faz parte de uma lógica racista, baseada na noção de raça, que, por sua vez, é uma construção elaborada nas relações sociais,

tendo componentes históricos e econômicos, em vários segmentos da sociedade. Apesar disso, segundo Araújo (2015), os grupos dirigentes que fomentam a supremacia branca, possuem um importante papel na resolução da problemática étnico-racial. Isso porque, no Brasil, o conceito de raça serve para referenciar o outro (negros e indígenas) e não o branco. Ou seja: a raça é usada para designar quem é diferente, aquele que é não-branco.

A ideia da existência de raças e o pressuposto de que há uma superioridade entre elas, bem como o preconceito e a discriminação racial existentes no Brasil independem de uma fundamentação científica. Essa é uma realidade proveniente da não referência das relações sociais em conhecimento científico, uma falha que está presente no próprio sistema classificatório brasileiro<sup>16</sup>, que confirma a existência de raças e, sobretudo, raças hierarquicamente posicionadas.

O conceito de raça, tal como é empregado hoje, não tem ligação com questões biológicas. Para Munanga (2004), raça é um conceito ideológico, uma vez que esconde questões não proclamadas, como a relação de poder e dominação. Assim, pensando na variabilidade humana, “os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico” (MUNANGA. 2004, p. 22).

Os conceitos de raça e etnia, segundo Munanga (2004), são ideologicamente manipulados. Cria-se uma confusão na mente das pessoas, incluindo os jovens pesquisadores, com o uso de expressões como “identidade racial negra”, “identidade étnica negra”, “identidade étnico-racial”, dentre outros. Os povos que habitavam o Brasil, na visão do autor, não podem ser considerados como raças, e sim como populações, a bem da ciência biológica.

Tendo em vista a cor da pele e os desdobramentos da etnia na forma como os sujeitos estão inseridos na sociedade, os privilégios de classe social a partir das diferenças fenotípicas, na maioria dos casos, como aponta Sodré (1999), revelam uma série de questões sobre os privilégios atribuídos aos brancos em relação aos negros, o que pode ser percebido pela construção de identidades culturais e nacionais, bem como na problemática da discriminação racial no Brasil.

Fanon (2008) afirma que a cor da pele é o sinal exterior mais visível em relação   raça e, por isso, passou a ser o critério pelo qual os seres humanos julgam e são julgados, sem a preocupação de considerar a educação e o poder aquisitivo das pessoas. É estranho notar como o Brasil é um país racista, mesmo tendo uma população numerosamente negra. O Censo

---

<sup>16</sup> O sistema classificatório de cor ou raça do IBGE pode ser visualizado em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=23958&view=detalhes>

Populacional de 2010<sup>17</sup>, por exemplo, mostrou que, pela primeira vez, negros e pardos eram declaradamente maioria no país.

A busca de uma identidade étnico-racial para o Brasil, que é uma preocupação de vários intelectuais, estava fundamentada pelo determinismo biológico do fim do século XIX e início do século XX. Uma concepção que defendia a inferioridade das raças não-brancas, principalmente da negra, e na degenerescência do mestiço predominava neste período. O negro, de acordo com Munanga (2008) era visto como componente da raça inferior no Brasil colonial. Apesar de ser mestiço, o português representaria a raça superior e aristocrática.

“No Brasil, não existe na classificação racial um limite por linha de cor, mas sim uma grande área cinza ou marrom [...] no Brasil, a raça é um conceito ambíguo porque existem vários sistemas de classificação” (TELLES, 2012, p. 85). Na infância, a construção da identidade social e racial faz-se latente. O racismo, embora negligenciado por diversos setores da sociedade, é um assunto importante e por isso motiva a abordagem sobre as mortes de pessoas negras no país, assim como a cobertura midiática dada a esses acontecimentos.

Romper com a perspectiva de que existe diferença entre as raças e desenvolver um pensamento pós-abissal, como afirma Santos (2007), requer um reconhecimento de que a exclusão social se dá de variadas formas, por meio da determinação por uma linha abissal ou não-abissal. É preciso, portanto, que haja uma noção de que, enquanto a exclusão abissal existir, nenhuma alternativa pós-capitalista progressista será factível.

Ter um pensamento descolonial, segundo Mignolo, é como “pensar a partir da exterioridade e em uma posição epistêmica subalterna vis-à-vis à hegemonia epistêmica que cria, constrói, erege um exterior a fim de assegurar sua interioridade” (MIGNOLO, 2008, p. 304). O autor ainda sugere que o pensamento descolonial implica em ver o mundo a partir das línguas e das categorias de pensamento que não estão inseridas nos fundamentos dos pensamentos ocidentais.

## **1.2 Questões étnico-raciais no Brasil**

### **1.2.1 O racismo por meio da história**

O racismo se baseia na ideia de raça, mas não se confunde com ela. Por isso, para entender melhor o fenômeno do racismo no Brasil e como ele se manifesta nas mortes das pessoas negras, em especial, na cobertura do assassinato de Beto Freitas, analisada nesta

---

<sup>17</sup> A pesquisa pode ser encontrada no link: <https://censo2010.ibge.gov.br/>

pesquisa, o foco desta seção é enfatizar alguns acontecimentos históricos que evidenciam práticas racistas no país.

Falar sobre a história do negro no Brasil é, sobretudo, ressaltar a barbárie promovida durante o período de escravização. Até os dias atuais, o indivíduo negro sofre consequências pelo histórico de subalternidade ao qual os escravizados africanos foram submetidos. Porém, antes de tratar sobre o passado nebuloso do país, é preciso compreender o que, de fato, é o racismo e como ele se aplica.

O racismo, enquanto conceito e realidade, criado por volta de 1920, segundo Munanga (2004), já foi objeto de diversas leituras e interpretações. Para o autor, a problemática em encontrar uma solução contra o racismo parte da falta de um consenso sobre um denominador comum para o termo.

Comumente abordado a partir da raça, por motivos ideológicos, como aponta Munanga (2004), o racismo pode ser interpretado como uma “ideologia essencialista” que configura uma divisão na sociedade:

Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça no imaginário do racista não é exclusivamente um grupo definido pelos traços físicos. A raça na cabeça dele é um grupo social com traços culturais, lingüísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores ao grupo a qual ele pertence. De outro modo, o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas (MUNANGA, 2004, p. 23-24).

As diferenças entre os grupos étnicos no Brasil se fazem presentes desde a colonização do país, quando os indígenas, na condição de nativos, e os negros, como escravizados sequestrados, foram categorizados como inferiores e subalternizados pelos colonizadores europeus. Último país do mundo a abolir a escravização, depois de Haiti (1804), Colômbia e Venezuela (1821), Equador (1824), Estados Unidos (1865) e Cuba (1866), o Brasil usou da mão de obra escravizada oriunda da África, segundo Chiavenato (1980), num momento em que passava por um processo de povoamento, além da exploração de Portugal. A Igreja Católica, por sua vez, defendia o sistema de exploração de negros desde sua origem, visto que “aceitou e promulgou a escravidão como uma prática institucional que se considerava justa, necessária e inevitável. As escrituras não condenavam e esse fato facilitou aos cristãos fazerem uso dela sem problemas de consciência” (BADILLO, 1994, p. 59-60).

O africano sequestrado para o Brasil, segundo Pinto e Ferreira (2015, p. 258), ocupava um lugar central no processo produtivo daquela época, pois as atividades econômicas

dependiam da força do trabalho escravo para serem desenvolvidas. O escravo foi considerado como uma mera mercadoria no Brasil, de acordo com Pinsky (2000), por mais de três séculos, servindo como moeda de troca e força motriz para a economia. Santos (2009) afirma que, ao todo, entre 3,5 e 4 milhões de africanos foram desembarcados no Brasil durante a época da escravização, além dos inúmeros que sequer chegaram ao país por terem morrido no caminho.

Os negros nunca demonstraram ser passivos. Em resposta à violência e à dominação, os escravos negros sempre resistiram. Foram várias as atitudes que marcaram o protesto dos negros contra a sua situação. Muitos utilizaram o suicídio para mostrar que a vida lhes pertencia – e tiravam de seus donos esse “privilégio”. Muitos deixaram-se morrer de tristeza. Outros fugiram (VALENTE, 1994, p. 25).

Segundo Schwartz (2005), a posição relativa dos indígenas e dos africanos na força de trabalho da indústria açucareira pode ser compreendida, por exemplo, nos preços relativos dos indivíduos dos dois povos. Enquanto o preço médio de um africano arrolado com ocupações, em 1572, era de 25 mil-réis, o valor dos nativos com as mesmas habilidades era de apenas 9 mil-réis. Somente indígenas que possuíam qualificações em ofícios artesanais tinham preços equivalentes aos dos africanos.

Exemplos de discriminação, as leis que antecederam a abolição da escravatura no Brasil evidenciam a vontade da elite imperial brasileira de retardar, o quanto fosse possível, a liberdade dos escravizados. Numa tentativa de ceder aos interesses ingleses em dar fim à escravização, foram criadas, por exemplo, a Lei do Ventre Livre e a Lei do Sexagenário. Entretanto, logo no artigo 1º da Lei do Ventre Livre é possível perceber a pretensão do governo e da elite brasileira de prolongar o processo de libertação dos escravizados, ao mencionar que os filhos das escravizadas nascidos a partir de 1871 estariam livres, o que teve outro efeito na realidade.

Na Lei do Sexagenário, novamente, é evidente o interesse em enganar a pressão inglesa, criando uma imagem de que havia aplicação de políticas públicas em favorecimento da população negra. Ambas as leis não solucionaram a questão da exploração e escravização do negro naquela época, uma vez que, avaliando a Lei do Ventre Livre, como a liberdade da criança nascida em 1871 seria dada aos 21 anos, o escravizado só estaria liberto em 1892, quatro anos depois da assinatura da Lei Áurea, ocorrida em 1888. Ou seja: nenhuma criança foi liberta em virtude da referida lei.

Em relação à Lei do Sexagenário, outra falácia pode ser percebida. Analisando dados de diferentes fontes, Schwartz (2005, p. 303) afirma que, no último quarto do século XIX, a

expectativa de vida dos escravizados ao nascer era em torno de 19 anos. Já a média de vida do brasileiro livre era de 29 anos. Portanto, um escravizado negro que trabalhou desde a infância, submetido a condições precárias de moradia e trabalho, muito provavelmente não conseguiria atingir 63 anos necessários para usufruir do que a lei pregava, considerando os 60 anos como a idade para ser livre e os 3 anos a mais em prestação de serviços para compensar a perda de seu dono.

É importante ressaltar que o interesse em dar um fim à escravização no Brasil em nada tinha a ver com uma preocupação humanitária, uma vez que a condição em que se encontrava o negro não era algo preocupante para a elite branca. Ainda hoje, pode-se perceber que a abolição não contribuiu para o fim da discriminação contra a pessoa negra no país.

A Lei Áurea não serviu como uma reparação histórica, sequer dignificou os negros. Foi uma medida para silenciar os abolicionistas e acalmar os ingleses que pressionavam o Brasil para o fim da escravização. A libertação ocorreu tarde demais para muitos dos escravizados. Alguns já estavam alforriados; outros haviam fugido e integrado os quilombos, e tantos outros morreram por não suportar tamanha crueldade a qual eram submetidos.

A abolição da escravatura ao final do século XIX foi resultado das pressões externas, já que a escravização não condizia com o modelo de economia industrial que preponderava na época. Com esse sistema de economia, era necessário ter um mercado comprador e o escravizado não era uma mão-de-obra remunerada. Por isso, não era interessante ter um país populoso com essas tendências escravocratas. O fim da escravização também se deve à luta negra. Houve uma pressão interna, decorrente de rebeliões dos escravizados.

A história do negro no Brasil, segundo Rezende da Silva (2012), não é constituída apenas de submissão, mas também de resistência negra à escravização, com as revoltas que os escravizados fizeram para que houvesse a libertação, as fugas, os assassinatos de senhores, os abortos realizados por mulheres escravizadas e a constituição dos quilombos. Rezende da Silva (2012) afirma que os quilombos são a materialização de uma resistência negra à escravização e que eles foram formas de defesa dos negros escravizados contra a escravização e também à discriminação racial. Eles foram construídos como base de resistência dos negros contra as condições de vida impostas pelo sistema da época.

Após a abolição, os negros estavam libertos, mas não contavam com uma política de assistência, nem leis de inclusão desses indivíduos na sociedade, o que os atribuiu uma condição de marginalizados. Apesar da escravização ter sido abolida, o preconceito e a marginalização estão presentes ainda nos dias atuais, assim como afirma Pardo (2012):

[...] não foi pensado, como esses homens, agora livres, seriam inseridos na sociedade, o que acarretou uma crescente favelização, sobretudo nos grandes centros, aumentando a violência e fazendo com que vivessem de maneiras subumanas, vistas até nos dias atuais, gerando novas formas de escravidão, nas mãos de empresários, banqueiros e políticos, entre outros “senhores” frutos do capitalismo e da nova realidade do “Brasil Colonial” do Século XXI (2012, p. 14-15).

O Império Brasileiro não se preocupou em resolver os problemas sociais do país com a Lei Áurea. Ao assinar a lei, a Princesa Isabel, tão mencionada nos livros de história como uma heroína que salvou os negros, não teve um olhar sobre o que aconteceria com aqueles milhões de escravizados que estavam sendo libertos.

Os negros estavam livres, mas sem emprego, sem escola, sem terra, sem dignidade e cidadania. Tiveram que se estabelecer em locais ermos, como nos vales de rios e nas encostas de morros, bem longe dos centros urbanos.

Após a abolição da escravatura no Brasil, em 13 de maio de 1888, as relações sociais e políticas passaram por três processos, como afirmam Silva e Rosemberg (2008). Um dos processos foi a não adoção de legislação para segregação étnico-racial, sem definição legal da pertença racial, algo diferente do que ocorreu nos Estados Unidos e na África do Sul. Além disso, políticas específicas de integração dos escravos (negros) recém-libertos à sociedade não foram adotadas, o que acentuou ainda mais as desigualdades sociais entre brancos e negros, algo que se mantém até os dias atuais. Outro processo foi o incentivo à imigração europeia, fato ocorrido em acordo com as políticas do estado brasileiro que buscavam favorecer o branqueamento da população, inspiradas em concepções eugenistas desenvolvidas na Europa no século XIX.

Pensando pela perspectiva darwinista, em que o discurso é baseado na natureza e nas diferenças genéticas, as raças são materializadas pelo que é visível nos corpos humanos, como cor da pele, traços do rosto e tipo de cabelo, bem como pelo comportamento e mentalidade dos indivíduos. É possível entender que existem raças sociais no país, seguindo uma ideologia fundamentada por critérios políticos e sociais, a fim de justificar os processos de discriminação social. As questões genéticas e biológicas são usadas como argumento para justificar as diferenças sociais e culturais que respaldam a exclusão racial.

Em 1982, como aponta Sodré (1999), o Grupo de Assessoria e Participação do Governo do Estado de São Paulo (GAP) propôs, por meio de um relatório, a esterilização de mulheres negras, usando como argumento as projeções demográficas que indicavam o aumento da população escura no Brasil, o que poderia proporcionar uma eventual ocupação de negros no poder público.

O GAP pretendia impedir que a população negra (pretos e pardos) fosse numericamente superior à população branca. Benedito Pio da Silva, o responsável pela proposta de esterilização das mulheres negras, temia que os negros adquirissem destaque e ingressassem na política. O projeto, entretanto, foi arquivado e Benedito foi afastado do governo de São Paulo, desculpando-se posteriormente pelo ocorrido e garantindo que não havia racismo na proposta<sup>18</sup>. A tentativa de apagamento da população afrodescendente revela o impacto da discriminação racial no país.

O fenômeno do branqueamento, segundo Bento (2002) e Carneiro (1998), está ligado à ideologia de valorização social do grupo dominante<sup>19</sup>, sendo que, no Brasil, esse grupo corresponde à população branca. Dentro dessa lógica, quanto mais clara for a tonalidade da pele do indivíduo, mais belo ele será, bem como melhor será seu caráter, além da capacidade intelectual. As pessoas miscigenadas, lidas pela sociedade como pardas ou “mulatas”, fazem parte do primeiro degrau da escada da branquificação do povo brasileiro.

A prática do racismo coloca o negro em uma situação de subalterno, estigmatizando-o e excluindo. Em diversos setores da sociedade, é possível identificar o impacto do preconceito racial. A cada 23 minutos, por exemplo, um jovem negro é morto no Brasil, conforme CPI do Senado sobre o Assassinato de Jovens. Segundo a BBC Brasil, dos 30 mil jovens assassinados no Brasil, 77% são negros.

Ao mesmo tempo que contempla os deuses do candomblé, a música, a dança, a comida, a festa, a sociedade esquece suas origens e faz dos negros vítimas do sistema, fazendo-os serem excluídos dos benefícios da vida social. É essa a discussão proposta por Araújo (2007) ao abordar a mestiçagem no Brasil:

E penso também em como, em vez de registrar simplesmente o fracasso dos negros frente às tantas e inumeráveis injustiças sofridas, esta história termina por registrar a sua vitória e a sua vingança, em tudo o que eles foram capazes de fazer para incorporar-se à cultura brasileira. Uma cultura que guarda, através de sua história, um rastro profundo de negros africanos e brasileiros, mulatos e cafuzos, construtores silenciosos de nossa identidade. E não se pode dizer que não houve afetividade ou cumplicidade nessa relação. A mestiçagem é a maior prova dessa história de pura sedução, da sedução suscitada pela diferença, que ameaça e atrai, mas acaba sendo incorporada como convívio tenso e sedutor, em todos os momentos da nossa vida. Tudo isso é memória. Tudo isso faz parte da nossa história. Uma história escamoteada que já não poderá mais ficar esquecida pela história oficial (2007, p. 5).

---

<sup>18</sup> FOLHA DE S. PAULO. Sob acusação de racismo, GAP afasta integrante. Folha de S. Paulo, 11 de agosto de 1982, p. 6.

<sup>19</sup> O 1º Ministério do Governo Jair Bolsonaro, em 2019, contava com 22 ministros, sendo 20 homens e 2 mulheres, todos brancos, do Centro-Sul, o que não reflete a diversidade do país.

“A matriz racial de poder é um mecanismo pelo qual não somente as pessoas, mas as línguas e as religiões, conhecimentos e regiões do planeta são racializados” (MIGNOLO, 2008, p. 293). A argumentação do autor serve para observar a situação dos negros no Brasil, sendo que, por mais de três séculos, durante o período da escravização, esses indivíduos foram excluídos da sociedade do consumo. As proibições em relação ao consumo, além de desumanizar os negros, marcavam a exclusão desses indivíduos perante o espaço social por meio do capital financeiro. Ainda hoje, os direitos civis são distribuídos em função do quanto cada indivíduo pode consumir e do acesso dos sujeitos aos rituais do consumo ostentoso. Sendo assim, o consumo pode ser compreendido como um marcador étnico, haja vista que o negro está em desvantagem na lógica de divisão do trabalho e, por isso, em sua maioria, está na base da pirâmide do capitalismo.

Ser negro numa sociedade regida pela supremacia branca, como afirma Fanon, é algo complexo, em função do mundo branco rejeitar a participação daqueles que são diferentes. “De um homem exige-se uma conduta de um homem; de mim, uma conduta de homem negro – ou pelo menos uma conduta de preto” (FANON, 2008, p. 107).

### **1.2.2 Subalternidade negra e o racismo estrutural**

Antes de traçar uma discussão sobre o negro no Brasil, faz-se necessário diferenciar os conceitos de racismo, discriminação racial e preconceito racial. De acordo com Almeida (2018), o racismo é um modo de discriminação que tem a raça como fundamento. Ele se manifesta em práticas conscientes e inconscientes, o que resulta em desvantagens aos negros e privilégios aos brancos. Já o preconceito racial, segundo o autor, é um juízo baseado em estereótipos relacionados aos indivíduos pertencentes aos grupos racializados, o que pode resultar em práticas discriminatórias. Um exemplo disso é considerar os negros como pessoas violentas, sujas, inferiores, assim como enxergar os indígenas como criaturas animalizadas.

Diferentemente dos dois conceitos citados, a discriminação racial é uma atribuição de tratamento diferenciado aos grupos racializados (negros e indígenas, no contexto do Brasil). Por isso, segundo Almeida (2018), a discriminação tem como requisito principal o poder, uma possibilidade do uso da força, essencial para atribuir vantagens e desvantagens em função da etnia. Desse modo, a discriminação pode ser direta, com práticas declaradamente racistas, como a proibição de determinados grupos étnicos em lugares ou países, ou indireta, quando a situação específica de determinados grupos minoritários é ignorada por alguns indivíduos.

O racismo no Brasil, para Dennis de Oliveira (2021) tem caráter múltiplo, sendo possível percebê-lo na ausência de negros no mundo da moda e nos anúncios publicitários, por exemplo. O racismo e a luta contra o racismo, incidentes numa sociedade midiaticizada, são narrativas que surgem no mesmo momento, o que dificulta a construção de uma problematização sobre o racismo. Para Oliveira (2021, p. 66), “a concepção de racismo se encaixa na perspectiva da luta pela hegemonia da concepção materialista de racismo”. Então, é preciso entender que o racismo estrutural parte do racismo como um produto de uma estrutura sócio-histórica de manutenção de riquezas.

Se o racismo, assim como visto na seção anterior, é uma tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas, na prática, no Brasil, ele se materializa na supervalorização dos brancos, sua cultura e seu fenótipo, a quem são atribuídos diversos privilégios, e na tentativa de subalternização dos negros, indígenas e outros grupos.

Há um discurso racializado e recorrente no Brasil que associa de forma intencional o jovem negro à violência e às drogas. Esses indivíduos são marginalizados, subjugados e alvos de uma política antidrogas voltada para o extermínio do negro. Para se ter uma ideia, o Atlas da Violência 2019<sup>20</sup> divulgou dados reveladores, evidenciando que, das 65.602 mortes violentas intencionais que ocorreram em 2017, mais de 75% foram de indivíduos negros, sendo que mais da metade dos jovens assassinados tinham entre 15 e 29 anos. Analisando o recorte racial, o estudo mostra que, para cada pessoa não negra que é morta, o que inclui brancos, amarelos e indígenas, de acordo com o critério de autoatribuição do IBGE, quase três negros (pretos e pardos) foram assassinados no país. Outro dado alarmante divulgado pela pesquisa é que o índice de homicídios de não negros aumentou 3,3% de 2007 a 2017, enquanto na população negra o aumento foi de 33,1%. Além disso, o Atlas da Violência 2020<sup>21</sup> revela que a taxa de homicídios de negros aumentou 11,5%, enquanto a de não negros caiu 12%, sendo que os negros representam 75,9% dos homicídios no país. Soma-se a esse número as vítimas da pandemia da covid-19. Segundo levantamento da ONG Instituto Polis<sup>22</sup>, os homens negros são os que mais morrem pela covid-19 em São Paulo. Ao todo, são 250 óbitos a cada 100 mil habitantes. Já entre os brancos, são 157 mortes a cada 100 mil.

---

<sup>20</sup> Dados podem ser consultados em:

[https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article%20&id=34784&Itemid=432](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article%20&id=34784&Itemid=432)

<sup>21</sup> Dados podem ser consultados em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>

<sup>22</sup> Estudo pode ser conferido em: <https://polis.org.br/estudos/raca-e-covid-no-msp/>

Hoje, o racismo estrutural pode ser visto, como citado anteriormente, na violência policial. Oliveira (2021), inclusive, ao abordar a discussão sobre a violência contra sujeitos negros, lembra do I Encontro Nacional de Entidades Negras (Enen), realizado em São Paulo, em 1991, evento em que foi aprovada a resolução da necessidade de combater o extermínio da população negra e pobre, notada pelo excessivo número de casos de assassinatos de jovens negros nas periferias, por exemplo, vítimas de ações policiais ostensivas, bem como pela esterilização de mulheres negras.

Há uma espiral de violência que, para Oliveira (2018), é disseminada pela violência institucional na sociedade, uma tática que aumenta conforme a necessidade da população de se mobilizar e enfrentar o sistema, quando há intensificação, por exemplo, do poder de ação violenta do Estado. Se o negro é marginalizado, como revelam os dados apresentados acima, é preciso entender que o branco, não se vendo como um indivíduo racializado, emprega ao outro uma posição de inferioridade. É preciso compreender a importância do papel da branquitude na luta antirracista. Mas, afinal, o que é branquitude? Ela procura problematizar a identidade racial branca e seus privilégios subjetivos, objetivos e simbólicos. A branquitude é como uma patologia social, algo como uma identidade modelo das elites nacionais (SODRÉ, 1999). Já Munanga (2008, p. 21) afirma que a branquitude é “uma categoria cognitiva herdada da história da colonização, embora nossa percepção da diferença se encontre no campo do visível”. A branquitude, portanto, tendo como base as definições dos autores, aponta para um conceito construído em processos históricos e é um problema social.

Os estudos sobre o negro realizados por autores brancos, como aponta Guerreiro Ramos (1995), são indicativos de uma “patologia do branco” no Brasil. Isso porque, de acordo com o autor, durante a colonização escravagista, uma minoria dominante de origem europeia usava a força, a violência e um sistema de justificativas, como estereótipos. A espoliação tinha como suportes psicológicos a afirmação da excelência da brancura e a degradação estética da cor negra.

Há uma matriz colonial de poder, conforme o pensamento de Quijano (2005), que é exercida pela burocracia estatal e privada (OLIVEIRA, 2021), responsável pelos mecanismos institucionais e ideológicos que mantêm a ordem de naturalizar as relações. Oliveira (2021) afirma que esse é o motivo de atitudes racistas, comumente, serem mais explícitas nas classes reinantes do que na burguesia. Esse poder é o arranjo institucional do capitalismo periférico, como define Oliveira, sendo uma base para o racismo estrutural nos países da periferia do capitalismo.

Se, de um lado, a branquitude confere privilégios a quem é branco; do outro, a negritude faz com que o indivíduo negro esteja em posição de desvantagem na sociedade. Apesar da presença tardia da palavra negritude nos dicionários brasileiros, o termo já era utilizado com frequência anos antes do Golpe Militar de 1964. Segundo Guimarães (2001), a negritude pode ser interpretada como uma resposta ao mito da democracia racial:

Freyre, no entanto, não fala em "democracia racial" até 1962, quando no auge da sua polêmica defesa do colonialismo português na África, e no bojo da construção teórica do que chamará de luso-tropicalismo, julga conveniente atacar o que ele considerava influência estrangeira sobre os negros brasileiros, particularmente o conceito de "negritude", cunhado por Leopold Senghor, Aimé Césaire, Franz Fanon e outros e reelaborado por Guerreiro Ramos e Abdias do Nascimento (2001, p. 153).

Munanga (2004, p. 18) enfatiza que a afirmação e a reabilitação da identidade cultural, da personalidade própria dos povos negros era um dos objetivos fundamentais da negritude. Segundo o autor, o conceito de negritude é plural, adquirindo variadas definições, sendo tanto um movimento ideológico, quanto uma formação mitológica. A negritude, então, de acordo com Jesus (2012, n.p), surge como um movimento para reparar valores culturais e individuais do negro, além de ser um forte propulsor da descolonização da África.

Fanon (2008) enfatiza que a negritude ocupou um papel importante na valorização dos africanos, principalmente por questionar a condição de inferioridade intelectual dos indivíduos negros. “O conceito de negritude, por exemplo, era a antítese afetiva, senão lógica, desse insulto que o homem branco fazia à humanidade. Essa negritude lançada contra o desprezo do branco se revelou, em certos setores, como único fator capaz de derrubar interdições e maldições” (FANON, 2008, p. 246).

Para além das definições sobre o conceito de negritude, em um país como o Brasil, no qual foi desenvolvido um desejo pelo embranquecimento, tanto pela assimilação dos valores culturais, como aponta Munanga (1988, p. 27-28), quanto pelo que é chamado de erotismo afetivo, herdando uma mentalidade de estratificação social por meio da hierarquização, é difícil apresentar uma definição específica sobre o que é ser negro. Para Munanga (2012, p. 12), falar sobre a identidade negra é falar sobre um processo que tem a cor da pele como um dos critérios. O autor acredita que alguns elementos dificultam essa delimitação, como o fato de existirem pessoas negras que introjetam o ideal do embranquecimento e, por isso, não se consideram negras. Isso faz com que o indivíduo se comporte como vítima do sistema, assumindo uma identidade marcada pela inferioridade. Para romper com esse aspecto negativo da história, Munanga propõe a reconstrução de “uma verdadeira história positiva capaz de resgatar sua

plena humanidade e autoestima destruída pela ideologia racista presente na historiografia colonial” (2012, p. 9).

A definição do conceito sobre o que é ser negro no Brasil, de acordo com Munanga, passa por questões complexas, considerando a relação com o conceito de afrodescendente, o que, para o autor, é forjado pelos próprios negros, numa tentativa de obter unidade com os mestiços. “Com os estudos da genética, por meio da biologia molecular, mostrando que muitos brasileiros aparentemente brancos trazem marcadores genéticos africanos, cada um pode se dizer um afrodescendente. Trata-se de uma decisão política [...]” (MUNANGA, 2004, p. 52).

Presente na discussão sobre as identidades negras, a negritude e a questão política são elementos fundamentais para se compreender a origem pela resistência. De acordo com Munanga, “a identidade negra que reuniria todos os negros e todas as negras é a identidade política. Nela se encontram negros e negras de todas as classes sociais, de todas as religiões, de todos os sexos, porque juntos todos são vítimas da discriminação e exclusão raciais” (2012, p.13).

Ao abordar a negritude, Fanon (2008) afirma que a linguagem tem o poder de moldar os sujeitos. A partir da linguagem, os seres humanos se significam e ressignificam as coisas. Ou seja, se o discurso no qual o indivíduo se inclui for um fracasso, ele torna-se também um fracasso, algo feito por muitos negros, como afirma Fanon (2008), que declaram uma guerra contra a negritude.

Uma das razões para que ocorra a ambiguidade entre as raças, na visão de Telles (2012) é a miscigenação, haja vista que, por ser atrelada às questões de ascensão social, confunde a classificação da população brasileira. O que ocorre no Brasil é que, como até mesmo a elite é mestiça, desenvolveu-se um racismo mais centrado no fenótipo que na genética, benevolente com os mais claros e progressivamente mais duro com os mais escuros. Isso porque, quanto mais claro for o fenótipo, mais fácil será para o indivíduo conseguir acesso à educação de qualidade, empregos bem remunerados e oportunidades de ascender socialmente. Em função disso, há uma tendência da população de se autoclassificar como moreno ou outros termos, numa tentativa de fugir da definição de preto ou negro. O movimento negro, para o autor, ganha maior legitimidade e pede um sistema que exclua as categorias intermediárias na definição da etnia, algo pensado para que a população tenha que se identificar como negra ou branca. Essa estratégia política, importada dos EUA, já mostrou bastante seus problemas, pois são muitos os pardos claros que usam o sistema de cotas.

Sendo a elite brasileira mestiça, como citado acima, uma discussão sobre o racismo latino-americano (GONZALEZ, 1988b) faz-se necessária para contextualizar a realidade da

dinâmica étnico-racial no Brasil. Sofisticado, o racismo na América Latina, segundo Gonzalez, mantém os negros e os indígenas como sujeitos subalternos, por meio da ideologia do branqueamento. Assim, com suporte dos meios de comunicação, a ideologia do branqueamento reproduz e perpetua a crença de que os valores do Ocidente branco são únicos e universais, configurando um mito da superioridade branca e fazendo com que haja o desejo de embranquecer, paralelo à negação da própria raça.

Presente nas revoltas, no desenvolvimento de formas alternativas de organização social livre, como os quilombos, e nas estratégias de resistência cultural, a amefricanidade, então, é uma criação do continente americano, inspirada em modelos africanos, conforme apresenta Gonzalez (1988b). Ela designa toda uma descendência e existe no cerne de um mesmo sistema de dominação, pautado pelo racismo. Para Gonzalez, é mais democrático, culturalmente mais realista e logicamente mais coerente os indivíduos de todas as Américas se identificarem a partir da categoria de amefricanidade.

Absorvendo o conceito de Gonzalez (1988b) para definir a população dos países americanos e partindo para uma discussão específica do cenário local, faz-se importante ressaltar que os amefricanos brasileiros enfrentam evidentes desigualdades socioeconômicas, entre a população branca e a não-branca, de acordo com Telles (2012). Os negros estão abaixo dos brancos em todos os indicadores de condições sociais no Brasil e as disparidades raciais persistem norteando a estrutura social, uma vez que o desenvolvimento brasileiro está atrelado a um desenvolvimento social inexpressivo, o que estabeleceu maiores desigualdades sociais no país.

O Brasil, por exemplo, possui um modelo de democracia representativa, sendo que a população tem o direito de eleger seus políticos, pessoas a quem atribui-se a tarefa de representar os interesses do povo, pois há uma ideia de soberania popular, que deve ser legitimada. Porém, a representatividade do negro na política é escassa, sendo que apenas 4% de negros ocuparam cadeiras legislativas em 2019<sup>23</sup>. Dos 27 governadores eleitos em 2018, nenhum é preto, de acordo com a autodeclaração dos políticos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE)<sup>24</sup>.

A proporção de negros na política brasileira é baixa, levando em consideração a proporção dessa etnia na população geral. Pode-se entender, por exemplo, que há uma sub-representatividade da etnia no Congresso, dentre outras esferas. A crise de representação do

---

<sup>23</sup> Dados em: <https://www.jornaldocomercio.com/conteudo/politica/2018/11/657683-so-4-de-negros-ocuparam-cadeiras-legislativas-em-2019.html>

<sup>24</sup> Dados em: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>

negro ameaça o grupo étnico em situação de crise econômica, como aponta Rita Izsák, relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Questões de Minorias, ao afirmar que “a pobreza tem cor no Brasil”, em entrevista à BBC Brasil.

Quando discute sobre a relação entre a mulher negra e o homem branco, Fanon (2008) afirma que há um sentimento de inferioridade no negro e que isso influencia nas relações. No caso da relação inter-racial descrita, a mulher negra idealiza o homem branco e, com isso, vislumbra uma alternativa para se embranquecer, além de pensar nos descendentes.

Bento (2002), afirma que o indivíduo branco, independentemente da classe social, geralmente tende a ser solidário quando se sente discriminado, algo que acontece, por exemplo, quando políticas de ações afirmativas voltadas para negros são criadas. Desse modo, os brancos de classes alta e média, segundo a autora, buscam evidenciar que há uma injustiça contra o sujeito branco pobre. A união e a solidariedade da branquitude teria como objetivo comum a manutenção do status dos que pertencem ao grupo, conservando, assim, os privilégios que os brancos possuem numa sociedade racista como a brasileira, para além da questão de condição de classe, em função do racismo estrutural.

De acordo com Fanon (2008), o homem branco é responsável pelo racismo colonial, sendo que o processo de inferiorização do negro está atrelado à supervalorização do branco. Isso significa que o branco obedece a um complexo de autoridade, algo atribuído socialmente, pelo viés racista no qual estabeleceram-se as relações interpessoais. O subalterno, dentro desse processo, satisfaz-se com seu papel de ser o sujeito subserviente da relação. A sociedade brasileira depende da manutenção do complexo de inferioridade dos negros. Ao mesmo tempo, a existência da superioridade étnica cria um cenário no qual o negro deseja ser branco e, assim, tenha a chance de desfrutar dos privilégios conferidos a esse grupo dominante.

Os países que passaram pelo colonialismo e pela escravização, como reflete Oliveira (2018), caso, por exemplo, da América Latina, evidenciam uma estrutura racista na violência institucional, tendo em vista que o preconceito é o pano de fundo ideológico que legitima a exploração do trabalho do escravo e dos corpos negros. No Brasil, essa realidade pode ser vista em números. Além das mulheres negras serem os principais alvos da violência obstétrica<sup>25</sup>, entre as vítimas de violência sexual, 55,5% das crianças e adolescentes de 10 a 14 anos e 45% das crianças de 1 a 5 anos são negras<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> Informação pode ser lida em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/8m-mulheres-negras-sofrem-mais-violencia-obstetrica/45463/>

<sup>26</sup> Informações em: <https://noticiapreta.com.br/entre-as-vitimas-de-violencia-sexual-555-das-criancas-e-adolescentes-de-10-a-14-anos-e-45-das-criancas-de-1-a-5-anos-sao-negras/>

Num país tão marcado pela desigualdade e pela inferiorização do negro, quem defende a pena de morte, segundo Oliveira (2018), acredita na eficácia de uma violência institucional que afeta a população mais pobre, exatamente o mesmo grupo de muitos dos defensores de tal violência, como muitos religiosos. Essas discussões organizam outros grupos para o enfrentamento de pautas conservadoras e, por isso, a luta contra o racismo, além de identitária, é estrutural (OLIVEIRA, 2020).

O negro, de forma geral, não é visto como um sujeito que possui direitos ou como um ser que pertence ao círculo pessoal, de convívio e de amizade legítima, em relação ao branco, segundo Schucman (2012). Nesse caso, o negro é tido como um indivíduo digno de caridade e favores; alguém que precisa da misericórdia do branco para existir. A isso, pode-se pensar no conceito de privilégios simbólicos, uma vez que há uma cultura simbolicamente desenvolvida para os sujeitos brancos.

A discussão de Schucman serve para pensar, por exemplo, na situação do nível de escolaridade no Brasil. Para se ter uma ideia, a taxa de analfabetismo entre negros é maior do que entre brancos<sup>27</sup>. Além disso, o atendimento de crianças pretas e pardas de 4 e 5 anos na pré-escola é menor do que entre as brancas<sup>28</sup>. Com isso, os postos de trabalhos ocupados pelos negros comumente são os que não exigem escolaridade e que não são valorizados. Dessa forma, não fica difícil imaginar os motivos pelos quais os brancos enxergam os negros como sujeitos que precisam de ajuda. Há todo um histórico de tentativas de inferiorização social dos indivíduos negros.

O racismo existe para além da ação individual, como discorre Almeida (2018), ao afirmar que há interferência das estruturas de poder existentes na sociedade nas relações étnico-raciais. Isso acontece porque existe uma hierarquia entre os grupos e, obviamente, o grupo dominante possui controle institucional para ditar o que deve ser normalizado ou não. O genocídio negro, discutido em outros momentos da pesquisa, está inserido na discussão da institucionalidade do racismo, levando em consideração que as instituições seguem algumas condições de manutenção da ordem social. Almeida (2018) revela que as instituições são racistas porque a sociedade brasileira age como tal. Partindo desta reflexão, há mecanismos inseridos na maneira como acontece a socialização na estrutura social, o que materializa o racismo nas instituições.

---

<sup>27</sup> Os dados podem ser conferidos no link:

[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306\\_apresentacao\\_retrato.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_apresentacao_retrato.pdf).

<sup>28</sup> Informação pode ser lida em: <https://educacao.estadao.com.br/blogs/educacao-e-etc/a-desigualdade-entre-negros-e-brancos-tambem-esta-na-educacao/>.

Apesar de não ser criado pelas instituições, o racismo é reproduzido por elas, conforme discute Almeida (2018). Portanto, há um racismo estrutural que consiste em conflitos de várias esferas, bem como em categorias como classe, raça, gênero e sexualidade. Sendo o racismo uma realidade da vida cotidiana, a reprodução de práticas sociais preconceituosas, tanto em relação aos casos de racismo representado em forma de violência explícita quanto nos casos de racismo sutil, com piadas, isolamento e preterimento da pessoa negra em determinados lugares, revela o quão problemática é a estrutura da sociedade brasileira.

O mito da democracia racial, uma exemplificação do racismo estrutural, segundo Almeida (2018), serve como argumento para mostrar que as políticas de combate ao racismo são desnecessárias, como se todas as pessoas tivessem as mesmas oportunidades. Para o autor, o fato de boa parte da população brasileira considerar ofensas raciais como meras piadas, justifica a necessidade do judiciário em resistir no reconhecimento de casos de racismo.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios Contínua (PNADC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>29</sup> no terceiro trimestre de 2017, de cada três brasileiros desempregados, dois são negros. Havia 8,2 milhões de pretos e pardos desempregados no país, enquanto 4,7 milhões de brancos encontravam-se na mesma situação. A taxa de desemprego entre os negros, como mostra a pesquisa, era de 14,6%, enquanto a dos brancos era de 9,9%, contra média nacional de 12,4%. O desemprego para a população negra era 47,1% maior do que o da população branca.

Uma das marcas características da manutenção do capital por meio do racismo se baseia nos salários. A média salarial do trabalhador preto e pardo é de R\$ 1.531, enquanto a do branco é de R\$ 2.757, quase o dobro, como mostra o IBGE. Sendo assim, há uma discrepância racial nos postos de trabalho ocupados por negros e brancos, evidenciando que a questão racial, bem como indica o PED, interfere para designar lugares para trabalhadores negros de forma discriminatória. Os negros, então, sofrem com as mazelas da desigualdade, cabendo-lhes desempenhar postos de trabalho que não possuem prestígio e boa remuneração, pois exigem menor qualificação profissional.

Superar o racismo estrutural é uma tarefa difícil, tomando como reflexão o longo período de subalternidade da população negra e a naturalização da subserviência desses indivíduos marginalizados pelos indivíduos brancos, pertencentes ao grupo hegemônico. Porém, Almeida (2018) apresenta propostas para enfrentar a institucionalização de práticas

---

<sup>29</sup> A pesquisa pode ser encontrada na biblioteca virtual do IBGE, além das informações complementares e tabelas de resultados, acessando o link:

[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact\\_2017\\_3tri.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2017_3tri.pdf)

racistas, considerando importante uma promoção da igualdade e da diversidade nas instituições, bem como uma reparação histórica no acesso de negros a cargos de chefia, promovendo também um acolhimento das pessoas negras e gerenciando eventuais conflitos étnicos.

Quando Bhabha (1998) questiona de que forma os sujeitos se constituem pelas diferenças, comumente perceptíveis pelas questões envolvendo gênero, classe e raça, ele lança uma reflexão sobre a performatividade da diversidade. A representatividade do negro na mídia brasileira serve para pensar nos estereótipos sobre a etnia, numa perspectiva da exibição do indivíduo racializado como sujeito subalterno. Na próxima seção, há uma abordagem sobre os estereótipos do negro na telenovela, no cinema e na publicidade, a fim de discutir sobre a representação do negro na mídia, visto a grande influência midiática em nossa sociedade.

### **1.3 Estereótipos étnico-raciais e identitários**

#### **1.3.1 Televisão, cinema, publicidade e o imaginário social**

Os negros, além de toda a questão social de subalternidade já descrita anteriormente, aparecem de forma estereotipada nos espaços midiáticos, demonstrando uma necessidade da mídia de criar um imaginário social repleto de simbologias. A relação dos indivíduos com o imaginário, inclusive, segundo a reflexão de Castoriadis (1982), é um reflexo do discurso sobre o outro. Quando uma representação é realizada na TV, por exemplo, a imagem que é passada de determinados grupos sociais se faz por meio de olhares de alguém, com visões que circunstancialmente podem trazer consigo juízos de valor, preconceitos e estereótipos.

O imaginário social tem poder de influenciar os sujeitos, atribuindo aos indivíduos uma espécie de autonomia para definir quem o outro é. Castoriadis (1982) afirma que o imaginário social é uma posição, uma maneira de fazer ser e de criar, referenciado nas significações imaginárias sociais, a depender também da instituição. Na vida social, então, o imaginário se manifesta em diversas esferas, considerando que há uma gama de simbologias nos discursos e nas ações dos seres humanos.

O imaginário social desencadeado pela mídia afeta, sobretudo, a imagem que se tem sobre o negro. Apesar de corresponder à maioria da população do país, os negros são invisibilizados pela mídia, algo que é reflexo do racismo velado e estrutural que assola a sociedade brasileira. Na maioria das vezes, os negros não são representados como figuras importantes, bem sucedidas ou heróis na telenovela, por exemplo. Este segmento, inclusive,

será abordado nesta seção, assim como o cinema e a publicidade, áreas importantes para a proliferação de certos imaginários.

O cabelo, por exemplo, serve para evidenciar uma extensão do corpo negro e suas representações midiáticas. Quando avaliada a questão da estética da beleza, os negros, por muitos anos, sequer tinham espaço em propagandas de cosméticos e afins, bem como produtos destinados ao cuidado do cabelo afro, sendo, em muitas ocorrências, motivo de piada, como se o cabelo crespo fosse feio e sujo, associando-o a algo negativo.

Para Sodré (1999), o discurso da grande mídia é importante, pois desempenha um papel fundamental na produção e na reprodução do racismo. Sodré afirma que a mídia brasileira se desenvolveu como um bem patrimonial, repercutindo o imaginário e as ideologias das elites nacionais. Desse modo, a mídia se empenha em consolidar o entendimento de povo como público, sem se comprometer com a diversidade da população brasileira.

Meio de comunicação popular no país, com alcance de milhões de telespectadores, já que muitas pessoas usufruem da TV como meio de lazer e entretenimento para suas famílias, a televisão tem um poder de despertar fascínio no público ao combinar diferentes linguagens. A TV, mais precisamente no caso das telenovelas, encontra maneiras de se adaptar às necessidades das pessoas, aflorando uma sensibilidade com o uso de trilha sonora, cenários, personagens, efeitos especiais, enquadramento das câmeras e ângulos. Neste cenário, o negro ainda não ocupa tanto lugar de destaque na televisão como o branco.

Em função da falta de representatividade na mídia, a pessoa negra não consegue se enxergar em ninguém de prestígio. Assim, como elas poderão se sentir capazes de almejar um lugar de destaque se a televisão, de forma geral, mostra que os lugares de prestígio são para pessoas brancas?

A representação realizada de forma estereotipada e racista contribui para que o negro continue sendo visto de forma subalternizada. Ao analisar as representações dos negros nas telenovelas brasileiras exibidas entre as décadas de 1963 e 1990, em *A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira*, Joel Zito Araújo (2000) afirma que as tramas possuíam um ideal de branqueamento, ao constatar que “o não reconhecimento da construção de uma identidade de branquitude na sociedade brasileira é uma forma de reforçar o mito de sua neutralidade e esconder o seu poder” (ARAÚJO, 2000, p. 306).

Na análise de Araújo (2000), dentre as 98 telenovelas transmitidas pela *Rede Globo* nas décadas de 1980 e 1990, desconsiderando as tramas ambientadas no período da escravização, em 28 folhetins não haviam atores negros. Já nas telenovelas em que o negro aparece, de acordo com o autor, há uma representação estereotipada, com personagens subalternos, como

empregadas domésticas, motoristas, dentre outros. Araújo ainda revela que poucas produções traziam negros em papéis de destaque.

Com exceção das adaptações literárias que tinham a escravidão como fundo social, não é perceptível em nenhum dos autores de telenovelas a existência de um conhecimento de pesquisa que descentralize a visão “Zona Sul” e atualize suas percepções sociais, colocando-as em sintonia com a literatura sociológica, antropológica e a crítica literária que buscaram a perspectiva da população negra (ARAÚJO, 2000, p. 308-309).

Um rápido histórico ajuda a entender melhor o lugar do negro nas telenovelas. Em 1969, a *Rede Globo* apresentava ao público *A Cabana do Pai Tomás*, sua primeira telenovela com uma protagonista negra. A atriz Ruth de Souza interpretava a personagem Tia Cloé, esposa do personagem Tomás, interpretado pelo ator Sérgio Cardoso. O folhetim mostrava o conflito entre os escravos norte-americanos plantadores de algodão e os proprietários de terra no sul do país. Ambientada durante a Guerra de Secessão<sup>30</sup>, *A Cabana do Pai Tomás* foi a última telenovela com temática distante da realidade brasileira<sup>31</sup>. O problema da trama foi a escalção do ator principal, Sérgio Cardoso, um homem branco, para interpretar um escravizado negro, o que, de acordo com Araújo (2000), provocou a primeira polêmica pública sobre a questão étnico-racial na televisão brasileira. Para ficar com aparência de pessoa negra, o ator precisava se pintar, colocar rolhas no nariz para ficar mais largo, além de algodão na boca, para aumentar as bochechas. O caso gerou revolta e o dramaturgo Plínio Marcos<sup>32</sup> organizou um protesto antirracista que ganhou repercussão na época.

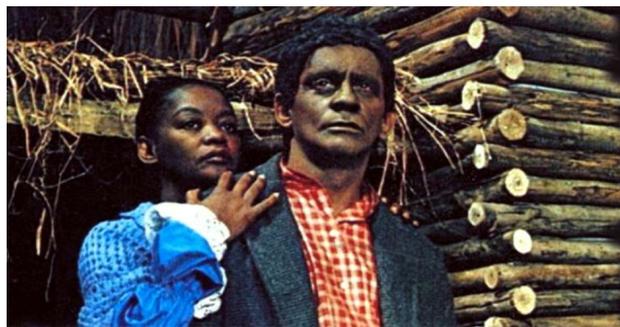


Figura 1: Casal protagonista da telenovela *Cabana do Pai Tomás* (Terra).

<sup>30</sup> A Guerra de Secessão foi uma guerra civil que aconteceu entre 1861 e 1865 nos Estados Unidos, entre os estados do norte, já industrializados, e os estados do sul, ainda escravocratas e latifundiários, deixando aproximadamente 620 mil mortos, número correspondente a 2% da população.

<sup>31</sup> No site Memória Globo é possível encontrar informações sobre a telenovela *A Cabana do Pai Tomás* (1969): <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/a-cabana-do-pai-tomas/>

<sup>32</sup> O dramaturgo brasileiro Plínio Marcos foi uma figura importante para a luta antirracista no Brasil: <https://educacao.uol.com.br/biografias/plinio-marcos.htm>

No documentário *A Negação do Brasil* (2000)<sup>33</sup>, dirigido por Joel Zito Araújo, a atriz Ruth de Souza confidencia que seu nome teve que passar a ser exibido depois dos nomes de atrizes brancas em função de alguns protestos. A personagem da atriz perdeu destaque na telenovela, terminando com uma coadjuvante.

Nos anos 1970, a *Rede Globo* exibiu a telenovela *Escrava Isaura* (1976-1977)<sup>34</sup>, uma trama que abordava a luta abolicionista no Brasil e tinha como protagonista a atriz Lucélia Santos. Para Araújo (2000), a escalação de uma atriz branca para representar uma heroína afrobrasileira causou incômodo. O diretor de televisão Herval Rossano, em participação no documentário *A Negação do Brasil*, afirma que foi uma coincidência a escolha de uma atriz branca para interpretar o papel e que não foi discutido pela cúpula da *Rede Globo* na época a necessidade de a personagem ser interpretada por uma atriz descendente de negros.

Na década de 1980, a telenovela *Corpo a Corpo* (1984)<sup>35</sup>, da *Rede Globo*, trouxe a público a discussão sobre o relacionamento inter-racial com o casal Cláudio, um homem branco interpretado por Marcos Paulo e Sônia, uma mulher preta interpretada por Zezé Motta. O casal, como apontado por Araújo (2000), não agradou ao público, culminando em reações de ódio e intolerância.

A atriz Zezé Motta confidencia em sua entrevista no documentário *A Negação do Brasil* que pessoas a chamavam de feia na época da exibição da telenovela, dentre outros adjetivos pejorativos. O ator Marcos Paulo também recebia mensagens depreciativas em função do par romântico com uma mulher preta na telenovela. Parte do público não acreditava no amor entre pessoas de etnias diferentes.

Assim como *Em Corpo a Corpo*, a telenovela *Roque Santeiro* (1985-1986)<sup>36</sup>, exibida pela *Rede Globo*, criou uma situação de racismo, como revela Araújo (2000). O personagem Rodésio, capataz negro interpretado pelo ator Tony Tornado, terminaria a novela junto com a personagem Viúva Porcina, interpretada pela atriz Regina Duarte. Entretanto, o desfecho gravado com os dois como um casal não foi transmitido pela emissora, que optou por terminar a novela tendo Porcina e Sinhozinho Malta, interpretado pelo ator Lima Duarte, como par romântico. Para o ator Tony Tornado, em depoimento no documentário *A Negação do Brasil*,

---

<sup>33</sup> É possível assistir o documentário no link: <https://www.youtube.com/watch?v=EvNPhyS863o>

<sup>34</sup> Informações sobre a telenovela *Escrava Isaura* podem ser conferidas em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/escrava-isaura/>

<sup>35</sup> Informações sobre a telenovela *Corpo a Corpo* podem ser conferidas em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/corpo-a-corpo/>

<sup>36</sup> Informações sobre a telenovela *Roque Santeiro* podem ser conferidas em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/roque-santeiro/>

a *Rede Globo* não teve coragem de exibir a cena e teria ainda escondido o fato com apoio da grande imprensa.

Em 1989, um ano após o Brasil completar 100 anos da abolição da escravatura, a telenovela *Pacto de Sangue*<sup>37</sup>, da *Rede Globo*, trazia uma história de orgulho étnico-racial à televisão brasileira. Na novela, a luta abolicionista era liderada por mulheres pretas. A trama serviu para reformular o modo de narrar a escravização no Brasil, mostrando que a abolição foi resultante da luta dos escravizados.

Apesar do acerto em *Pacto de Sangue*, a *Rede Globo* promoveu uma homenagem de forma estereotipada um ano antes, em 1988, na telenovela *Mandala* (1987-1988)<sup>38</sup>. Havia uma família de classe média composta por pessoas negras e os atores Grande Otelo, Ruth de Souza, Milton Gonçalves, segundo Araújo (2000), não gostaram do desenvolvimento de seus personagens na trama. Jonas, vivido por Grande Otelo, era um homem alcoólatra, o que desagradou o ator.

Na década de 1990, a telenovela *A Próxima Vítima* (1995)<sup>39</sup>, exibida pela *Rede Globo*, trouxe novamente uma família de classe média composta por pessoas negras. Na trama, os personagens não passavam por problemas ligados às questões étnico-raciais, mas os homens da família eram machistas com as personagens interpretadas pelas atrizes Zezé Motta e Camilla Pitanga. Além disso, a família era apresentada de forma elitista.

Antes de *A Próxima Vítima*, a telenovela *Pátria Minha* (1994-1995)<sup>40</sup>, da *Rede Globo*, causou polêmica com o movimento negro, de acordo com Araújo (2000), ao exibir uma cena considerada racista. Na trama, um empresário rico, interpretado por Tarcísio Meira, humilha seu jardineiro, interpretado por Alexandre Moreno, por acreditar que o empregado havia roubado dinheiro. Na cena<sup>41</sup> que gerou controvérsia o empresário proferiu ataques racistas ao jardineiro, chamando-o de negro safado e insolente.

O movimento negro pressionou a emissora por considerar a cena de *Pátria Minha* como uma ameaça à autoestima do público negro. A *Rede Globo* e os autores da telenovela

---

<sup>37</sup> Informações sobre a telenovela Pactos de Sangue podem ser conferidas em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/pacto-de-sangue/>

<sup>38</sup> Informações sobre a telenovela Mandala podem ser conferidas em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/mandala/>

<sup>39</sup> Informações sobre a telenovela A Próxima Vítima podem ser conferidas em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/a-proxima-vitima/>

<sup>40</sup> Informações sobre a telenovela Pátria Minha podem ser conferidas em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/patria-minha/>

<sup>41</sup> A cena que gerou revolta na telenovela Pátria Minha pode ser assistida em: <http://globoTV.globo.com/rede-globo/memoria-globo/v/patria-minha-racismo-entre-patrao-e-empregado/3503445/>

reconheceram as reivindicações das entidades e exibiram uma cena que a personagem interpretada pela atriz Chica Xavier condenava a prática do racismo.

A luta das pessoas pretas por uma representatividade maior e melhor na telenovela brasileira resultou numa demanda da *Rede Globo* de colocar negros como protagonistas ou em papéis de destaque. Em 2004, a telenovela *Da Cor do Pecado*<sup>42</sup> trouxe como protagonista a atriz Taís Araújo vivendo a personagem Preta. Apesar da repercussão negativa do título da novela, associando a pele preta ao pecado, o desenvolvimento da personagem agradou ao público e é um exemplo de representação negra. Já em 2009, Taís protagonizou a telenovela *Viver a Vida*<sup>43</sup>, na *Rede Globo*, interpretando Helena. Uma das cenas do folhetim causou revolta, ao apresentar Helena pedindo perdão de joelhos e recebendo um tapa na cara de Tereza, uma personagem branca interpretada por Lília Cabral. A cena foi exibida nas vésperas do Dia da Consciência Negra e desagradou o público.

A telenovela *Cama de Gato* (2009-2010)<sup>44</sup>, da *Rede Globo*, teve como protagonista a atriz Camila Pitanga, interpretando Rose, uma mulher humilde e batalhadora. Embora a personagem carregasse o estereótipo da mulher negra que luta para cuidar dos filhos, a telenovela agradou o movimento negro. Já em 2012, a telenovela *Cheias de Charme*<sup>45</sup>, exibida pela *Rede Globo*, tinha como uma das protagonistas a atriz Taís Araújo, interpretando a personagem Penha. Na trama, Penha integrava um trio musical chamado *Empreguetes*, composto por empregadas domésticas.

Em 2013, a *Rede Globo* exibiu a telenovela *Lado a Lado*<sup>46</sup>, vencedora do Emmy Internacional de melhor telenovela na 41ª edição da premiação. Na trama, Lázaro Ramos e Camila Pitanga interpretavam Zé Maria, um sapateiro e capoeirista, e Isabel, uma empregada. A novela era ambientada no período pós-abolição da escravidão e foi elogiada pelas entidades negras. A atriz Camila Pitanga viria a protagonizar mais duas novelas na sequência: *Babilônia* (2015) e *Velho Chico* (2016). Apesar das personagens interpretadas pela atriz não possuírem problemas em relação à representação, ambas as novelas são consideradas fracassos do horário

---

<sup>42</sup> Informações sobre a telenovela *Da Cor do Pecado* podem ser conferidas em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/da-cor-do-pecado/>

<sup>43</sup> Informações sobre a telenovela *Viver a Vida* podem ser conferidas em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/viver-a-vida/>

<sup>44</sup> Informações sobre a telenovela *Cama de Gato* podem ser conferidas em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/cama-de-gato/>

<sup>45</sup> Informações sobre a telenovela *Cheias de Charme* podem ser conferidas em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/cheias-de-charme/>

<sup>46</sup> Informações sobre a telenovela *Lado a Lado* podem ser conferidas em: <https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/novelas/lado-a-lado/>

nobre. Já em 2020, Taís Araújo retorna como protagonista de novela em *Amor de Mãe*<sup>47</sup>, interpretando a advogada bem-sucedida Vitória. O fato de negros estarem protagonizando telenovelas na *Rede Globo* revela outra questão: a repetição de atores. Há diversos atores negros nos elencos das telenovelas da emissora, mas para protagonizar as produções, Taís Araújo e Camila Pitanga, ao que parece, são praticamente as únicas opções encontradas pela rede de televisão.

Entre as profissões exercidas pelos personagens negros nas telenovelas na década de 2000, segundo Grijo e Sousa (2011), a maioria desempenha funções subservientes, como empregada doméstica, escravo, capataz, vendedor ambulante, entre outros. Entretanto, existem casos de personagens que possuem profissões elitizadas, como a médica Luciana, em *Mulheres Apaixonadas*; o advogado Abílio (Ronnie Marruda), em *Alma Gêmea*; a médica Selma (Elisa Lucinda), em *Páginas da Vida*; o empresário Barão (Ailton Graça), em *Sete Pecados*; o deputado Romildo Rosa (Milton Gonçalves), em *A Favorita*; a top model Helena (Taís Araújo), em *Viver a Vida* e a delegada Tita Bicalho (Cris Viana), em *Tempos Modernos*.

A representação do negro nas telenovelas entra na discussão de Sodré (1999) sobre os fatores que suscitam o racismo mediático, como: a negação, já que a mídia, assim como as elites que rejeitam a realidade discriminatória do Brasil, tende a negar a existência do racismo, a não ser quando o racismo aparece como objeto noticioso; o recalçamento, uma vez que o jornalismo e a indústria cultural, como um todo, costumam recalcar aspectos identitários positivos das manifestações simbólicas de origem negra; e a estigmatização, sendo o estigma um reflexo da passagem entre o potencial (virtual) e o real (atual), como uma marca da desqualificação da diferença, ocasionando todo tipo de discriminação, consciente ou não, explícita ou sutil.

Ainda na televisão, o telejornalismo é outro exemplo de como a presença do negro ainda é pequena nos espaços comunicacionais. Nos últimos anos, a jornalista Maju Coutinho, que começou na *Rede Globo* apresentando a previsão do tempo, passou a ser apresentadora do *Jornal Hoje* e, posteriormente, do *Fantástico*, tornando-se um símbolo de representatividade para pessoas negras. Antes dela, poucos foram os casos de jornalistas negros que tiveram destaque na emissora: uma delas é Glória Maria, a primeira repórter negra da TV brasileira e uma das mais influentes jornalistas do país. Efetivada na emissora desde a década de 1970, Glória Maria realizou reportagens marcantes. Entre 1998 a 2007, apresentou o *Fantástico* e, desde 2010, integra a equipe do *Globo Repórter*. Outra jornalista que possui destaque na *Rede*

---

<sup>47</sup> Informações sobre a telenovela *Amor de Mãe* podem ser conferidas em: <https://gshow.globo.com/novelas/amor-de-mae/>

*Globo* é Zileide Silva. Na emissora desde 1997, a jornalista foi correspondente em Nova York e, desde 2009, é repórter especial em Brasília, onde se dedica à cobertura do Poder. Heraldo Pereira completa o pequeno time de jornalistas com expressividade na *Rede Globo*. Entrou na emissora em 1985. Em 2002 passou a integrar a equipe de apresentadores do *Jornal Nacional*. Em dezembro de 2017, tornou-se âncora do *Jornal das Dez*, da *GloboNews*, canal de televisão por assinatura que também possui em seu quadro de jornalistas as profissionais negras Lilian Ribeiro, Aline Midlej e Flávia Oliveira.

Na *Record TV*, a única jornalista negra de destaque é Salcy Lima, profissional que iniciou sua carreira na *TV Record Belém*, passando depois para o *Fala Brasil*, em 2014, fazendo previsão do tempo posteriormente no *Jornal da Record*, em 2015. Salcy apresentou o *SP no Ar* em 2019 e voltou para o *Fala Brasil* no mesmo ano, sendo escalada para apresentar o *Jornal da Record* aos sábados, em 2021. Com passagem inicial pela *Record TV*, entre 2004 e 2005, a jornalista Joyce Ribeiro fez sua carreira no *Sistema Brasileiro de Televisão (SBT)*. Desde 2018, ela está na *TV Cultura*, tendo apresentado o *Jornal da Cultura* e se tornado a primeira mulher negra a apresentar sozinha um telejornal diário em horário nobre<sup>48</sup>. Atualmente, Joyce apresenta o *Jornal da Tarde*.

A *Rede Bandeirantes (Band)* também possui uma única jornalista negra em destaque: Cynthia Martins. Ocupando a função de repórter na *Rede Globo* entre 2013 e 2017, Cynthia passou a ser apresentadora do *Band Notícias*, telejornal diário da emissora. Em 2018, os jornalistas Luciana Camargo e Rodrigo Cabral foram a primeira dupla de apresentadores negros no comando de um telejornal no Brasil<sup>49</sup>. O caso aconteceu na *RedeTV!*, quando os jornalistas ancoraram o *RedeTV News*. Na *CNN Brasil*, canal de televisão inaugurado em 2020, a jornalista Luciana Barreto, apresentadora dos programas *CNN Novo Dia*, *Realidade CNN* e *CNN Nosso Mundo*, é mais um exemplo de profissional negra com notoriedade na TV brasileira.

Recentemente, em abril de 2021, um episódio de racismo aconteceu com a jornalista Basília Rodrigues, comentarista política da *CNN* desde março de 2020<sup>50</sup>. Em função da pandemia do coronavírus, a jornalista participa dos programas remotamente e profissionais da emissora. De acordo com informações divulgadas pela imprensa, o cabelo da jornalista teria desagradado membros da cúpula da emissora. O caso de Basília é apenas mais um dentre vários

---

<sup>48</sup> Veja a informação em: <https://mundonegro.inf.br/joyce-ribeiro-e-a-primeira-mulher-negra-a-assumir-sozinha-um-jornal-diario/>

<sup>49</sup> Leia em: <https://www.hypeness.com.br/2018/08/redetv-faz-historia-ao-escalar-primeira-dupla-negra-a-frente-de-telejornal/>

<sup>50</sup> A *CNN Brasil* investiga suporte caso de racismo contra a jornalista Basília Rodrigues: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/04/cnn-brasil-investiga-denuncia-de-racismo-contra-jornalista-basilia-rodrigues.shtml>

que acontecem no segmento da Comunicação, sendo frequentes os casos de racismo institucionalizado no jornalismo e nas redações.

O racismo está presente também nos concursos de beleza. Transmitido nos últimos anos na emissora Band, o *Miss Brasil* é um concurso estereotipado, realizado desde 1954. Ao longo de quase 70 anos, apenas 4 mulheres negras venceram o concurso: a gaúcha Deise Nunes, Miss Brasil 1986, a mato-grossense Jakelyne Oliveira, Miss Brasil 2013, a baiana Raíssa Santana, que venceu o Miss Brasil 2016 representando o Paraná, e a piauiense Monalysa Alcântara, Miss Brasil 2017. Esta última, inclusive, sofreu duras críticas do público<sup>51</sup>, recebendo ataques racistas após sua eleição como representante brasileira rumo ao Miss Universo.

Nas histórias em quadrinhos, a representação de afrodescendentes, segundo Lima (2013), ocorreu tardiamente. Apesar disso, na década de 1960, os personagens negros já adquiriam certo destaque nas revistas, algo que aconteceu antes mesmo do famoso Pantera Negra surgir e se consolidar como o primeiro super-herói negro a ganhar notoriedade no universo das HQs. No Brasil, segundo Naliato (2013), o personagem negro Pelezinho, de Maurício de Souza, gerou críticas de fãs, quando foram feitas mudanças estéticas em seus lábios, algo que foi considerado como uma tentativa de suavizar o fenótipo negro, o que atenderia a uma perspectiva racista.



Figura 2: Evolução gráfica do personagem Pelezinho nas HQs (Universo HQ).

O cinema muitas vezes denuncia explorações a que são submetidas pessoas que pertencem a grupos subalternos. Hoje, refletir de maneira crítica, com base no material produzido pela mídia, requer, segundo Corseuil (2012), repensar a maneira como as imagens e os ícones estão associados a certas etnias e nacionalidades, a fim de visualizar como elas são representadas e atualizadas na produção cultural contemporânea.

<sup>51</sup> Miss Brasil 2017 é vítima de racismo: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/vencedora-do-miss-brasil-alvo-de-mensagens-racistas-nas-redes-sociais-21730693.html>

Uma das fases do movimento Cinema Negro no Brasil surge com Zózimo Bulbul, um dos maiores expoentes da cinematografia afro brasileira. Já em meados dos anos 1990 e 2000, outras produções relevantes para o Cinema Negro despontaram, com destaque para o cineasta Joel Zito Araújo.

Na última fase do Cinema Novo, foram três manifestos, sendo os dois primeiros lançados no ano de 2000. O primeiro, “Dogma Feijoada”, escrito pelo cineasta Jéferson De, e o segundo “A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira”, do cineasta Joel Zito Araújo. Já o terceiro manifesto foi elaborado por um grupo de cineastas, juntamente com atores e atrizes negras, apresentado durante o Festival de Cinema do Recife de 2001.

O manifesto Dogma Feijoada (2000), popularmente conhecido como Gênese do Cinema Negro Brasileiro, foi apresentado no Festival Internacional de Curtas Metragens de São Paulo, quando uma mostra de diretores negros foi realizada, oportunidade na qual Jéferson De expôs seu manifesto que propunha sete mandamentos.

1) O filme tem que ser dirigido por um realizador negro; 2) o protagonista deve ser negro; 3) a temática do filme tem de estar relacionada com a cultura negra brasileira; 4) o filme tem que ter um cronograma exequível; 5) personagens estereotipadas negros (ou não) estão proibidos; 6) o roteiro deverá privilegiar o negro comum brasileiro; 7) super-heróis ou bandidos deverão ser evitados (CARVALHO, 2011, p. 27-28).

No Brasil, durante a terceira fase do Cinema Novo (1968-1972), houve uma aproximação do Tropicalismo por parte dos cineastas, o que ocasionou um destaque nas produções voltadas para os indígenas, bem como elementos característicos do Brasil, como bananas e araras. Ao abordar cada vez mais a cultura brasileira, o cinema voltou sua atenção à representação de personagens marginalizados e aos problemas sociais existentes no Brasil. Foi nesse período que surgiu o filme “Macunaíma” (1969), baseado na obra de Mário de Andrade.

Com efeito, a problemática racial não foi negligenciada pelo contexto de revisões críticas, inflexões e demarcações de fronteiras instituídas pelo Cinema Novo. Os cineastas e críticos ligados ao movimento rejeitavam a maneira como as chanchadas encenavam as relações raciais no Brasil: os artistas brancos ocupavam o primeiro plano e o ator negro (como Grande Otelo, Colé, Blecaute) assumia um papel secundário e não raras vezes estereotipado. Os cinemanovistas também abominavam a forma como as produções da Vera Cruz enforcavam as relações raciais, já que os negros amiúde ficavam ausentes das películas ou somente atuavam em pontos subalternos (CARVALHO & DOMINGUES, 2017).

Embora houvesse um indicativo de que os cineastas estavam interessados em retratar melhor o Brasil, as produções cinematográficas não contribuíram para um novo olhar sobre o

cidadão negro na sociedade, haja vista que, mais de um século após a abolição da escravização, a maioria dos atores negros continuam encenando papéis subalternos e estereotipados, como empregados, motoristas ou marginais da favela.

De acordo com Rodrigues (2008), mesmo quando protagonistas, os personagens negros apresentam estereótipos, traços de caricaturas e arquétipos. Para romper com o sistema racista e toda a lógica de subserviência do racismo, o afrofuturismo surgiu na década de 60, em paralelo à cultura Beatnik, um movimento entusiasta dos ritmos afro-americanos. O compositor de jazz, poeta e “filósofo cósmico” Sun Ra foi um dos pioneiros do afrofuturismo. Entretanto, foi em 1994 que o afrofuturismo se tornou um movimento cultural, por meio de Mark Dery, escritor americano que trouxe para um ensaio batizado “Black To The Future: ficção científica e cybercultura do século XX a serviço de uma apropriação imaginária da experiência e da identidade negra”, a definição da estética futurista afro.

Em breve contextualização, o movimento difunde a ideia de uma viagem ao futuro, com elementos *hi-tech*, mas promovendo uma reflexão sobre a ancestralidade negra. O Afrofuturismo é um movimento pluridisciplinar que utiliza a música, as artes plásticas, a moda, o cinema e outros meios para estabelecer o encontro entre a história, o resgate da mitologia e cosmologias africanas com a tecnologia, a ciência, o novo e o inexplorado. Na estética do afrofuturismo, é possível ver referências ao misticismo, ao primitivo e à mitologia africana.

De acordo com Kênia Freitas<sup>52</sup>, expoente no assunto e curadora da mostra “Afrofuturismo: cinema e música em uma diáspora intergaláctica”, o afrofuturismo é um movimento “amplo e abrangente”, que engloba diversas manifestações culturais, como música, quadrinhos, literatura, cinema, moda e artes plásticas. Um exemplo dado pela comunicadora são os clipes futuristas da cantora Janelle Monáe, bem como as “canções cósmicas” de Erykah Badu e OutKast.

O filme Pantera Negra (2018), recorde de bilheteria e a produção de super-herói com maior rendimento na época, enquadra-se no conceito de afrofuturismo. No Brasil, um exemplo é a música do grupo Senzala Hi-Tech, que possui uma estética de ancestralidade e fuga ao futuro. A ficção científica de Fábio Kabral, autor de O caçador cibernético da rua 13 (Malê), romance que associa as crenças do Candomblé ao planeta tecnológico semelhante a Wakanda, também representa uma produção afrofuturista. Outro exemplo é o filme Branco sai, preto fica

---

<sup>52</sup> A entrevista pode ser conferida em: <https://revistacult.uol.com.br/home/afrofuturismo-tecnologia-ancestralidade/>

(2014), de Adirley Queirós, com elementos de documentário, musical pop, ficção científica e ficção pura e simples.

O corpo é algo político e, por isso, é cada vez mais comum ver a representação de uma ideia de resistência a partir da luta de pessoas que se enquadram em grupos minoritários na sociedade. Num país marcado pelo genocídio da população negra, pelo racismo e pela homofobia, expor o próprio corpo é, sobretudo, um ato de contestação pelo fato do indivíduo negro estar ameaçado pelo sistema.

Se ser negro já confere perigo numa sociedade racista como a brasileira, assim como ser LGBT, nos casos de LGBTs negros os riscos de entrar para os dados estatísticos de assassinatos e suicídios aumentam ainda mais. De certa forma, é sobre isso que o curta-metragem NEGRUM3 discute. Lançado em 2018 e dirigido por Diego Paulino, o curta enfatiza a vida de jovens negros da cidade de São Paulo, por meio do conceito do afrofuturismo. Segundo a sinopse, o filme celebra a negritude, a viadagem e as aspirações espaciais dos filhos da diáspora. A discussão trazida em NEGRUM3 é atual e necessária, considerando que o preconceito racial pode ser percebido em diferentes contextos e um dos símbolos que evidencia isso é a limitação no exercício do direito de ir e vir, algo vivido cotidianamente pelos negros.

A partir das discussões sobre o imaginário social, o manifesto e o afroturismo, é possível pensar no Cinema Negro para além do cinema, refletindo sobre as produções audiovisuais, como telenovelas, filmes, séries, além dos comerciais publicitários, sendo esse último um importante demonstrativo do racismo propagado pela mídia.

Um dos imaginários sociais que cercam a população negra no Brasil é o estereótipo da mulata associado à dança, principalmente no que se refere às “mulatas do samba”, figuras que, assim como os escravizados, são vistas como pessoas que servem para uso como mercadoria, a fim de promover satisfação sexual, o que ainda está presente na publicidade. Prova disso é que, em 2010, uma campanha publicitária da cerveja Devassa<sup>53</sup> foi publicada em revistas de grande circulação no Brasil, expondo a figura de uma mulher negra com o corpo à mostra, como se tivesse se insinuando ao público.

---

<sup>53</sup> A informação pode ser lida em: <http://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2013/10/justica-abre-processo-contra-devassa-por-propaganda-abusiva.html>



Figura 3: Campanha da cerveja Devassa, 2013 (Revista Veja).

Em 2017, a marca Personal fez uma campanha publicitária com a atriz Marina Ruy Barbosa para promover o Personal Vip Black, um papel higiênico de cor preta. A novidade, entretanto, causou controvérsia, pois a empresa resolveu usar o slogan “Black is Beautiful”, frase usada pelo movimento negro para reforçar a importância de romper com estereótipos e valorizar as pessoas negras.



Figura 4: Campanha publicitária da Personal (Geek Publicitário).

Outras campanhas publicitárias também foram acusadas de racismo no Brasil, como pode ser visto na Figura 5. No primeiro caso, a Assolan, uma marca de esponjas, panos de limpeza e saponáceos, resolveu fazer um vídeo publicitário com crianças usando lã de aço na cabeça, num claro deboche ao cabelo crespo de pessoas negras. Já no segundo, a Dove, uma marca de produtos de higiene pessoal, foi acusada de racismo ao colocar uma mulher negra se despindo e revelando, por baixo da roupa, uma mulher branca, após usar um dos produtos da marca. A Bombril, empresa do setor de higiene e limpeza doméstica, também foi acusada de propagar racismo ao promover uma campanha na qual um indivíduo aparece pintado de preto,

uma prática discriminatória conhecida como *blackface*. A empresa, em 2020, anunciou a retirada da marca de esponja de aço 'Krespinha' do mercado após ser acusada de racismo nas redes sociais.



Figura 5: Campanhas publicitárias acusadas de racismo (Plugitários).

De acordo com o estudo 'Oldiversity'<sup>54</sup>, realizado pelo Grupo Croma, aproximadamente 37% dos entrevistados consideram que a propaganda no Brasil ainda é racista. Entretanto, outros indicadores também devem ser levados em consideração. Para 3% dos entrevistados, é estranho ser atendido por uma pessoa negra no comércio. Outros 56% afirmam que as empresas têm preconceito ao contratar pessoas negras. Já 32% dizem que as marcas presentes no Brasil reproduzem comportamentos preconceituosos. Para 16%, as marcas correm risco ao associar sua imagem a negros.

Apesar da publicidade ainda reforçar estereótipos racistas, a presença dos **negros** em **campanhas publicitárias** aumentou nos últimos anos. De acordo com uma pesquisa da agência **Heads**<sup>55</sup>, em 2016 apenas 1% das protagonistas de comerciais de TV eram negras. Em 2019 esse número subiu para 17%.

O negro ainda é representado de forma racista na mídia e, apesar do crescimento na participação de indivíduos negros na publicidade, no cinema e na TV, os avanços ainda estão

<sup>54</sup> <https://propmark.com.br/mercado/estudo-aponta-que-a-propaganda-brasileira-ainda-e-considerada-racista/>

<sup>55</sup> <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-12/diversidade-racial-na-publicidade-vive-estagnacao-indica-pesquisa>

longe de representar o ideal. Isso porque, ao propagar uma imagem estereotipada do indivíduo negro, bem como a não inclusão de pessoas negras nos espaços comunicacionais, a mídia leva ao público uma visão fragmentada da população brasileira, negligenciando, por meio da representação, a existência do público preto, o que pode contribuir para uma formação de valores, como a não aceitação das raízes negras existentes na sociedade brasileira.

A telenovela, o cinema e a publicidade são evidências de que, por meio do imaginário social, a sociedade impõe mecanismos para estabelecer lugares aos sujeitos, classificando as pessoas, criando modelos de conduta, de acordo com Castoriadis (1982), e uma representação que, antes de ser uma abordagem sobre o indivíduo, é o próprio sujeito. A representação faz com que aquilo que é apresentado se torne uma realidade e se estabilize, perpetuando signos, além de estereótipos. Outros espaços comunicacionais também contribuem para esse tipo de abordagem, como é o caso da cobertura jornalística, discussão que será realizada no próximo capítulo.

**CAPÍTULO 2**  
**ACONTECIMENTO E JORNALISMO**

Neste capítulo, haverá uma discussão sobre acontecimento e jornalismo. Ele será dividido em duas partes: “A construção do acontecimento jornalístico” e “O fazer jornalístico e a cobertura midiática”. A primeira seção apresenta uma discussão sobre o acontecimento, vislumbrando compreender o processo pelo qual passa a informação. Para isso, dentre outros autores, trabalha-se com os estudos de Quéré (2012), França (2012), Antunes (2008) e Berger, Tavares (2010). Na segunda seção, aborda-se a prática jornalística, refletindo sobre os estudos em jornalismo e problematizando o fazer jornalístico, por meio das discussões propostas por Fausto Neto (2008), Pereira Júnior (2010), Deuze e Witschge (2015), entre outros.

## **2.1 A construção do acontecimento jornalístico**

Antes de entrar numa discussão sobre os casos que envolvem indivíduos negros na cobertura midiática, é preciso entender os motivos que levam a grande imprensa a seguir determinados caminhos. Isso porque refletir sobre o fazer jornalístico é pensar, sobretudo, na construção do acontecimento. A maneira como é realizado o processo de construção da informação concretiza um acontecimento jornalístico. Esse fenômeno é como uma ruptura da normalidade, como apresenta Quéré (2012), algo que provoca sentidos e configura novas possibilidades.

Ponto de partida de muitas questões que envolvem o jornalismo, o acontecimento modifica o cotidiano das pessoas, promovendo afetação de sentidos e uma narrativa que pode, inclusive, dar uma nova vida ao caso que é noticiado. O processo de construção do acontecimento jornalístico deixa marcas na informação final, aquela que chega ao receptor e é difundida, sendo capaz, segundo Quéré (2012), de mudar o passado e alterar as reais circunstâncias. Ou seja: o acontecimento é um fenômeno social proveniente dos recortes que são realizados e evidenciados pelos meios de comunicação.

O acontecimento, para Antunes (2008), é arquitetado pelo discurso midiático, caso do jornalismo, o que é feito pela construção de sentidos. Deste modo, o discurso da informação é uma forma de se expressar e, também, de repercutir o acontecimento. Sendo um termo banal, como afirma França (2012), pelo demasiado uso diário, o acontecimento é uma ocorrência que se destaca e repercute socialmente. Por isso, o jornalismo é construído com base nos acontecimentos, tendo em vista que uma das premissas da área é identificar e narrar o que acontece na sociedade. Entretanto, por motivos editoriais, financeiros, políticos, ideológicos e identitários, a mídia seleciona informações e cria uma hierarquia para o que acontece, estabelecendo qual assunto é mais relevante e, por isso, merece mais enfoque. Pensando por

essa perspectiva, França (2012) enfatiza que os fatos que passam pela seleção e chegam a ser noticiados são os acontecimentos. É a partir da divulgação das informações e pela forma como o discurso midiático se apropria dos fatos que o acontecimento ganha vida.

Além de um produto resultante de recortes, o acontecimento pode ser entendido também como uma transformação do fato em narrativa. França (2012) revela que a forma como a informação jornalística é narrada e transformada concretiza o que se conhece como acontecimento, levando em consideração que, assim que noticiado, o fato ocorrido tende a se tornar real.

O acontecimento e a mídia, para França (2012), são termos comuns na área da comunicação e possuem forte ligação, uma vez que a mídia está à serviço da sociedade e, também, inserida nela. A mídia é uma das instâncias da sociedade e questões como comportamentos, assim como as visões políticas, são reflexos do acesso aos meios que os indivíduos têm para se informar.

Quando uma rotina é interrompida, os acontecimentos são inseridos na vivência humana, de acordo com França (2012). O acontecimento rompe a normalidade, aquilo que é esperado pelas pessoas e, ao desorganizar uma sequência, ele ganha vida e gera questionamentos. Ele provoca sentidos, traz uma reflexão e abre espaço para dúvidas, assim como uma necessidade de procurar respostas para o que é noticiado. Apesar de se manifestar tanto de maneira negativa quanto de forma positiva, o acontecimento tem um papel importante, como diz França (2012): ele traz problematizações e dá dinamismo para a vida.

Os acontecimentos se apresentam de diferentes formas, conforme enfatiza Quéré (2012). Portanto, o acontecimento pode ser existencial, quando se manifesta ao redor dos indivíduos, e também é entendido como um objeto, partindo de reflexões, investigações, julgamentos e discursos. O que distingue os dois tipos de acontecimentos é a simbologia de cada um. Enquanto o acontecimento existencial afeta em maior intensidade os seres humanos, o acontecimento como objeto simbólico mora nas narrativas que são construídas a partir das circunstâncias.

Para além de sua existência, o acontecimento, como sustenta Quéré (2012), pertence ao domínio das ideias. Ele reside no passado e há um fascínio em tentar desvendar quais são suas condições. Porém, o acontecimento desvela também uma problematização sobre o futuro, quando as informações fazem com que os sujeitos pensem em eventuais consequências e nos desdobramentos que estão por vir.

O pensamento de que, quando o acontecimento já ocorreu, ele é imutável, não representa algo concreto, à medida que o passado por si só não é absoluto. Quéré (2012) afirma que o

passado é modificável, pois o presente tem o poder de alterar o que já passou. Deste modo, o passado é um presente existencial de algo ocorrido, criando uma possível nova existência do próprio passado, na busca por compreender o que aconteceu, bem como um condicionamento para o futuro, a partir de implicações que o acontecimento pode ter. Quando se fala em acontecimento, então, passado e futuro formam o presente.

As diferenças entre passado e futuro, para Maia e Tavares (2017), servem como reflexão sobre a relação entre o tempo social e o acontecimento, sendo possível encontrar perspectivas teórico-metodológicas no jornalismo que indicam estudos do acontecimento. Ao integrar diferentes momentos, o acontecimento é repercutido pela mídia, de forma geral, e mais especificamente pelo jornalismo, segundo França (2012). O acontecimento também pode ser entendido pelo pressuposto de que há uma construção da realidade pelo jornalismo. Nesta perspectiva construtivista, o acontecimento é construído pelo jornalismo e não numa dimensão existencial, como defendido por Quéré (2012). Assim, o que realmente importa para compreender o conceito não é o impacto do acontecimento, nem se ele de fato ocorreu, mas a maneira como a mídia o constrói. A televisão, por exemplo, cria realidades mais atraentes ao grande público, estabelecendo acontecimentos artificiais que ocupam o lugar da vida real.

Ao definir o acontecimento como algo inteligível, Antunes (2008) apresenta outro viés para a interpretação do acontecimento jornalístico, para além da ideia de ruptura. Segundo o autor, a dinâmica do jornalismo é exercida ao avesso da ruptura, uma vez que é promovida uma integração do que é novo às categorias daquilo que já existe, tanto pela constituição do sistema de informação, quanto pela própria experiência social dos indivíduos. Assim, há uma normatização dos acontecimentos, considerando alguns e desprezando outros, bem como os fatos tensionam os acontecimentos numa busca de estabilizá-los.

A compreensão do acontecimento, para Antunes (2008), requer uma percepção sobre a não equivalência entre o acontecimento e o acontecimento jornalístico enquanto fenômenos. Uma quebra de expectativas pode ser implicada, biográfica e/ou historicamente, a partir do acontecimento, quando possibilidades, que antes não haviam sido previstas, acontecem. Entretanto, a mídia faz surgir um acontecimento a partir de um “processo evenemencial”, como classifica Antunes (2008), quando a imprevisibilidade do acontecimento é analisada a partir do contexto. Sendo assim, o acontecimento, como uma estância inicial, desperta a construção de interpretações, transformando-se em fatos, ou seja, resultando em acontecimentos jornalísticos.

A discussão sobre acontecimento, de acordo com Maia e Tavares (2017), deve estar atrelada à discussão sobre o tempo social, levando em consideração que as duas categorias estão relacionadas, sobretudo, na discussão sobre o campo comunicacional. É preciso ressaltar que a

questão do acontecimento é comumente mal discutida nas mídias, adquirindo variadas definições equivocadas. O acontecimento pode ser definido como fenômeno produzido fora da ordem habitual, mas também pode ser confundido como uma novidade ou como um dado da natureza.

É preciso nomear o acontecimento para que ele exista, como elucidam Maia e Tavares (2017), à medida que o significado do acontecimento está no cerne do discurso. Desse modo, o acontecimento apenas se converte em notícia quando é passado ao conhecimento de alguma pessoa. Isso significa que o acontecimento pode ser elaborado e manipulado pela visão de quem resolve convertê-lo em linguagem.

A circulação dos acontecimentos, segundo Maia e Tavares (2017), está interligada aos processos históricos e suas possibilidades, pensando, ainda, no processo temporal e no papel de mediação que as narrativas jornalísticas assumem. Então, quando se pensa nos acontecimentos, além do registro de sua existência concreta nas narrativas jornalísticas, traz-se à tona, também, uma discussão sobre as temporalidades existentes por meio dos fatos, como pelo registro dos presentismos, pela necessidade de reconstruir o passado ou por uma projeção de um futuro com mudanças significativas.

Variadas narrativas circulam a partir dos dispositivos jornalísticos, como indicam Maia e Tavares (2017), podendo afetar sentidos e causar efeitos no campo social, ao passo que surgem em linguagens e plataformas diferentes. Com isso, pode-se afirmar que os textos jornalísticos, além de trazerem os acontecimentos factuais, narram e modificam histórias para além do olhar temporal dos indivíduos, algo que ocorre com auxílio de imagens, cores, enunciados, bem como pelo uso de recursos verbais, visuais e sonoros, dentro das perspectivas da temporalidade.

Os artificios desenvolvidos pelo jornalismo acabam por fundar diferentes interpretações sobre uma mesma situação, fazendo com que um fato possa ser desdobrado em vários acontecimentos. O jornalismo, discussão proposta na próxima seção, exerce um papel de agente da memória, segundo Maia e Tavares (2017), pelo fato de reconstruir fatos passados que, em suma, fundamentam e complementam a compreensão dos acontecimentos, o que pode ser proposital, como forma de justificar elementos do presente, assim como manipular a opinião pública com determinadas interpretações.

O acontecimento surge da necessidade do jornalismo, em geral, de criar narrativas com início, meio e fim, apresentando o caso e já o solucionando com estratégias discursivas que direcionam o público a uma determinada conclusão sobre o que é relatado. Para Leandro Lage

(2013), o jornalismo, além de reduzir fatores indeterminantes sobre o que ocorre, age com propósito de determinar e indeterminar o acontecimento, a partir de uma rede de interesses.

Há uma premissa de que o jornalismo exerce o papel de narrar fatos, conforme apresenta Lage (2013), e o acontecimento se torna crucial para essa prática, considerando, também, que as narrativas apresentadas no campo comunicacional influenciam a experiência pública. Nesse cenário, a mídia explora a realidade, fazendo com que um fato se torne um acontecimento midiaticizado.

Os acontecimentos são mais do que fenômenos consolidados na natureza, segundo Ricoeur (2010), eles são também instaurados pela narrativa. Lage (2013) defende o pensamento de que há uma configuração do acontecimento, ao contrário de uma construção, uma reflexão que, segundo o autor, impede o endossamento da ideia de que o acontecimento é meramente um produto midiático. Nessa perspectiva, as narrativas midiáticas, para Lage (2013), modelizam a experiência dos acontecimentos, porque elas permitem interpretações, recriando os acontecimentos significativamente.

O caráter narrativo dos acontecimentos, na visão de Lage (2013), existe muito além da ordem discursiva. O autor recorre a Arquembourg (apud LAGE, 2013) para fundamentar que os indivíduos se compreendem e assimilam os acontecimentos por meio da narrativa, sendo que a mediação narrativa é uma maneira de exercer uma compreensão do acontecimento e do caráter problemático das situações que são confrontadas.

Assim como para Maia e Tavares (2013), a visão de que o acontecimento desperta sentidos é trazida por Lage (2017), ao explicar o fenômeno como essencialmente humano. A intriga faz com que as possibilidades de sentidos sejam ampliadas a partir do acontecimento, sendo que um acontecimento que não adquire vida significativa, produzido no mundo prático, não apresenta sentidos.

O acontecimento, de acordo com Lage (2013), não é histórico ou jornalístico, propriamente dito. O acontecimento também não é constituído completamente pela maneira que é configurado pelas narrativas jornalísticas. Ele deve ser pensado enquanto fenômeno histórico e jornalisticamente elaborado. Isso porque as histórias noticiadas pelo jornalismo não substituem o acontecimento, mas criam intrigas que operacionalizam a narrativa daquilo que ocorre no mundo prático.

Levando em consideração o que defende Lage (2013), o acontecimento é, então, definido pelo que representa no tensionamento da intriga, partindo da mediação entre a experiência que vem antes e a experiência que é refigurada, depois que o acontecimento é

verbalizado. Faz-se necessário refletir sobre o modo como as narrativas jornalísticas sobrevivem na experiência prática e cotidiana.

O acontecimento, segundo Lage (2013), é marcado nos domínios sociais, fornecendo explicações que variam de acordo com as negociações de sentidos. Ele também contribui para a compreensão de domínios específicos, sendo que o acontecimento pode ser a causa ou parte do percurso causal que faz eclodir novos acontecimentos.

A realidade da vida cotidiana pode ser percebida pelos jornais, revistas, na televisão e na internet, como evoca França (2012). Porém, existem outras realidades, como a realidade das telenovelas, com discursos ficcionais e a realidade do que é abordado nos telejornais, por exemplo, potencializando uma circulação de múltiplas realidades. Logo, a mídia, além de ser um dos lugares que originam o acontecimento, também produz informações, no campo existencial (QUÉRÉ, 2012) e fornece um espaço para repercussão do acontecimento, dando-lhe uma segunda vida (QUÉRÉ, 2012).

Essa produção de informações pode ser pensada, também, na ideia de que há um presente sem historicidade, sendo o tempo projetado e não aprendido, como mencionado por Antunes (2008), ao refletir sobre as circunstâncias que são extraídas ao tempo, numa espécie de empobrecimento dos regimes de temporalidade, em especial, no chamado jornalismo de referência<sup>56</sup>. Então, a compreensão comum sobre o acontecimento é uma forma de explicar, sobretudo, a historicidade do acontecimento jornalístico. Antunes (2008) afirma que é preciso pensar a construção dos acontecimentos jornalísticos não apenas na perspectiva cronológica, mas também em outras figuras do tempo. Isso simboliza que a relação tempo e acontecimento pode ser pensada por outras figuras da temporalidade, além do que é linear, pontual e contínuo.

A ideia comum de tempo, usada para a construção do acontecimento jornalístico, para Antunes (2008), faz surgir outro procedimento, caracterizado pela maneira como a notícia busca narrar o acontecimento, com a coleta de informações e descrição da “realidade”, o que dá lugar à criação de um problema a partir da noção de realidade, numa tentativa de explicá-la. Dessa forma, o acontecimento jornalístico é, além de tudo já mencionado anteriormente, uma forma simbólica de estar no mundo.

Os acontecimentos, de acordo com França (2012), na dimensão existencial, podem se manifestar em qualquer espaço da vida social, nas instituições e campos de vivência. É o caso

---

<sup>56</sup> Por jornalismo de referência, entende-se o jornalismo que serve interna e externamente de referência, para a elite formadora de opinião e também para os meios de comunicação. ZAMIN, A. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. Revista Famecos, PUCRS, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 918-942, set-dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2014.3.16716>.

das mortes de João Pedro, do menino Miguel e de Beto Freitas, pessoas negras que, em função das circunstâncias dos falecimentos, ganharam destaque na mídia, em 2020, com ampla cobertura e diferentes angulações. Assim como essas mortes, eventos midiáticos como um episódio de telenovela ou postagem no Facebook, por exemplo, podem se tornar um acontecimento, à mesma medida que questões políticas ou de forte apelo social.

A segunda vida do acontecimento (QUÉRÉ, 2012), quando ele adquire uma existência simbólica e resulta em um discurso, pode ser manifestada no cotidiano dos indivíduos, nas relações interpessoais e também na mídia (FRANÇA, 2012). Lugar no qual a sociedade fala de si própria, a mídia é a instituição que revive os acontecimentos, dando-lhes uma existência simbólica. A depender do impacto causado pela mídia, a segunda vida pode atuar como um acontecimento existencial que, conforme a repercussão, transforma-se em uma segunda vida do acontecimento novamente, num ciclo vicioso (FRANÇA, 2012).

O acontecimento também pode ser interpretado como resultado de um processo comprometido por uma sequência de eventos, de acordo com Antunes (2008), com significado compreensível por meio do próprio contexto prévio no qual está inserido o fenômeno. Porém, o acontecimento pode ter uma função inaugural, na qual a causa e a linearidade não são determinantes para sua compreensão, podendo o próprio acontecimento criar sentidos.

Pensando na pluralidade de concepções nas quais o acontecimento pode estar inserido, Berger e Tavares (2010) apresentam o argumento de que existem dois tipos de acontecimentos que se desdobram em outros, sendo eles: o acontecimento vivido no cotidiano, entendido como acontecimento social, partindo da emergência e das afetações do acontecimento na realidade material e em suas reverberações cognitivas, e o acontecimento jornalístico, encontrado, majoritariamente, nas reflexões dos estudos de jornalismo, tendo como característica a construção do acontecimento em notícia.

Com as “tipologias do acontecimento jornalístico” (BERGER e TAVARES, 2010), os autores afirmam que é impossível separar a reflexão sobre o acontecimento social e o acontecimento jornalístico. Isso porque, assim como o jornalismo se volta para a realidade, o acontecimento também pode ser interpretado como uma ação que merece reverberação.

Há uma multiplicação de acontecimentos no espaço midiático, o que é promovido tanto pela mídia, segundo França (2012), ao produzir os acontecimentos, quanto pela repercussão causada pelo próprio jornalismo, tornando os veículos de comunicação, assim como novos meios midiáticos, em lugares adequados para a criação da segunda vida do acontecimento (QUÉRÉ, 2012). Um exemplo disso é a ascensão da extrema-direita no Brasil, o que se tornou uma possibilidade, também, pelas construções dos acontecimentos jornalísticos, pelos recortes

realizados pela mídia, guiada por interesses políticos, além do avanço das notícias falsas (*fake news*).

Existem, ainda, segundo Berger e Tavares (2010), os acontecimentos midiáticos programados, aqueles que, diferentemente dos acontecimentos jornalísticos fundados na cobertura do imprevisível, como acidentes, catástrofes e outros fatos inesperados, já estão previstos pelos meios de comunicação, como a cobertura de eventos. Pensando, então, na previsibilidade e na imprevisibilidade dos acontecimentos e nos enquadramentos que eles adquirem com o olhar jornalístico, Berger e Tavares (2010) apresentam dois tipos de acontecimentos, os esperados e os inesperados, ambos podendo, também, ser classificados como acontecimentos mediados.

Os acontecimentos que surgem pela imprevisibilidade do factual, para Berger e Tavares (2010), são os “acontecimentos-acidente”, aqueles que são inesperados. Já os acontecimentos julgados como previsíveis, quando acontecem como já estavam programados anteriormente, são os acontecimentos projetados, esperados. Os autores afirmam que é possível elencar variados conceitos para compreender a problemática dos acontecimentos na sociedade e nos estudos em Comunicação:

1. Acontecimentos gerais e Acontecimentos jornalísticos.
2. Meta-acontecimentos, pseudo-acontecimentos, não-acontecimento.
3. Acontecimentos autogerados e Acontecimentos heterogerados.
4. Acontecimentos cotidianos, sociais, puros, brutos, vividos, legítimos. Acontecimentos noticiosos, legitimados, midiáticos.
5. Acontecimentos inesperados e Acontecimentos Esperados. Acontecimentos-acidente, imprevisíveis. Acontecimentos programados, projetados, previsíveis, encenados (BERGER, TAVARES, 2012, n.p).

Levando em consideração a possibilidade do acontecimento se desdobrar em várias vertentes, podendo, inclusive, tornar-se em pseudo-acontecimentos, definição de Berger e Tavares (2012), e que a sociedade vive um momento de rápida disseminação de informações, o fenômeno das *fake news* impulsionou o questionamento sobre as formas tradicionais do fazer noticioso, segundo Alves e Maciel (2020), dando espaço para veiculação de notícias inverídicas, sem apuração e fontes confiáveis. Qualquer pessoa pode escrever uma notícia e divulgar, com informações da própria imaginação, e o conteúdo é recebido por outros indivíduos, que compartilham e assumem como verdade o que foi noticiado. As *fake news* são difundidas de forma ágil, podendo manipular as emoções e influenciar de forma nociva a sociedade, o que potencializou ainda mais a criação de acontecimentos simbólicos.

Com o excesso de informações, sendo notícias falsas ou “verdadeiras”, os indivíduos não conseguem processar tantos detalhes, de acordo com França (2012), o que promove uma hierarquia nos acontecimentos recebidos pelas pessoas, colocando alguns fatos com maior capacidade de afetação em destaque, revelando, também, uma assimetria, a partir do ponto de vista de que nem todas as questões atingem o público à mesma medida da relevância que possuem.

Assumir plenamente a natureza relacional do acontecimento significa pensá-lo na convergência entre fatos e sentidos, discursos e ações, afetando e sendo conformado pelos indivíduos no contexto de sua experiência. E essa experiência não é individual (ainda que sentida e vivida individualmente): ela é social, moldada pelo social, pela presença de muitos, e pelos valores que impulsionam os sujeitos e dão inteligibilidade e sentido às coisas com as quais eles lidam, às ações que empreendem (FRANÇA, 2012, p. 19).

O acontecimento faz refletir sobre a sociedade em que se vive ao fazer um retrato dela, elucidada França (2012). A partir do acontecimento, as pessoas criam suas visões de mundo e as mantêm, ou não. Observar a dinâmica do acontecimento é essencial para entender as mudanças pelas quais a esfera social passa. As mudanças tecnológicas, como diz França (2012), trouxeram ainda mais complexidade para a problemática dos acontecimentos, pela facilidade em disseminar uma informação.

Atribuir à mídia jornalística a função de configurar acontecimentos, para Lage (2017), permite uma observação clara sobre a qualificação e a determinação dos acontecimentos pela narrativa. Com a redução das ambiguidades do que ocorre, o jornalismo determina e indetermina o acontecimento, seguindo lógicas de funcionamento, estratégias e outros interesses, como financeiros, políticos e editoriais.

O sentido do acontecimento está na experiência, de acordo com Quéré (2012), e ele gera problemas, pois é tecido nas histórias que surgem. Ele nunca está concluído, sequer totalmente determinado, embora o jornalismo queira fazer parecer que as narrativas têm começo e fim. O acontecimento é também ruptura, na qual os sentidos são formados.

A construção de sentidos por meio da ruptura, conforme trabalhado por Quéré (2012), também pode ser pensada na individuação do acontecimento (FRANÇA, 2011), um processo que pode ser pensado a partir de cinco etapas: descrição, narrativização, pano de fundo pragmático, caracterização como problema público e normalização. Essas categorias, em consonância com a questão da interseccionalidade, fundamentam os procedimentos metodológicos desta pesquisa e serão trabalhadas detalhadamente no terceiro capítulo.

Ao concluir que os acontecimentos estão na existência humana, França (2012) revela que esse fenômeno mostra quem são as pessoas e como vivem. O acontecimento é caracterizado pelo desfecho de transições, segundo Quéré (2012). Ele também emerge desses processos. Com os avanços no campo midiático, uma nova dinâmica é despertada, propiciando reflexões e lugares. Por isso, analisar os acontecimentos é uma tarefa importante para entender a vida cotidiana e suas múltiplas realidades, além do fundamental papel do jornalismo nesta problemática. Na próxima seção, é apresentada uma discussão mais detalhada sobre o jornalismo, a cobertura midiática, suas narrativas e os novos arranjos produtivos.

## **2.2 O fazer jornalístico**

O jornalismo desempenha um importante papel na construção de sentidos, como visto anteriormente na discussão sobre acontecimento. Os meios de comunicação são importantes no processo de circulação simbólica na esfera social, visto que o contato face a face foi ampliado pelas redes de comunicação mediada (SILVERSTONE, 2010). O jornalismo, portanto, está inserido nesse contexto de produção e circulação de conhecimento no interior da sociedade.

O jornalismo faz parte das tradições nacionais, de acordo com Neveu (2010). Isso significa que ele pertence à história, sob os mais variados tipos de submissão ou de autonomia aos campos literários, políticos e econômicos, com níveis de institucionalização diversificados. Neveu (2010) afirma que o jornalismo luta sempre para proteger suas próprias fronteiras, o que fundamenta a dificuldade em ter uma definição forte para o jornalismo. O autor diz que, quanto mais organizada é a profissão, mais eficiente é seu “patrulhamento da fronteira”. Então, ser considerado um jornalista pode significar, também, ter um treinamento específico numa escola de Jornalismo. Enquanto parte da sociedade, o jornalismo é construído e reconstruído a partir da participação de indivíduos, instituições, conceitos e abstrações, segundo Fábio Pereira e Zélia Adghirni (2011). Esses agentes sociais interagem seguindo um conjunto de normas e convenções.

Embora ainda haja censura, além de pressões pela construção de determinados símbolos e ideais, o jornalismo é visto sob ótica de um conjunto de valores e princípios, aprovados em diferentes contextos. Entretanto, é utópico atribuir ao jornalismo atributos como coerência e consenso. O fazer jornalístico, como discorrem Deuze e Witschge (2015), à luz das condições de tecnologia e mercado, não é somente aquilo que é exposto nas apresentações dos veículos de comunicação e também nas definições de estudiosos que realizam pesquisas na área. O jornalismo pode ser pensado como “uma profissão, um conjunto de práticas institucionais, um

sistema de educação, bem como um conceito teórico que privilegia ‘a realidade como uma configuração processual, heterogênea e emergente de relações’” (DEUZE e WITSCHGE, 2015, p. 2), e muitas das definições na atualidade sobre o jornalismo são, na verdade, uma projeção do que o jornalismo deveria ser e fazer.

De acordo com Pereira e Adghirni (2011), existem quatro jornalismo: o jornalismo de transmissão, que repassa informações das fontes para o público; o jornalismo de opinião, que se coloca a serviço das lutas políticas; o jornalismo de informação, que coleta notícias sobre a atualidade; e o jornalismo de comunicação, que “se caracteriza pela diversificação e pela subordinação da oferta a partir das preferências do público alvo” (PEREIRA e ADGHIRNI, 2011, p. 44)

Assim, o jornalismo contemporâneo pode ser entendido então como um conjunto de atitudes e práticas de indivíduos, o que envolve jornalistas profissionais e outros profissionais de áreas correlatas, como designers e profissionais de marketing (DEUZE e WITSCHGE, 2015). Algumas tendências no jornalismo, segundo os autores, evidenciam uma mudança na concepção do jornalismo como uma área estável e consensual, como a fragmentação das redações, a reorganização dos postos de trabalho, a necessidade de ter uma sociedade redacional e uma onipresença das tecnologias midiáticas.

A produção de notícias crescentemente acontece dentro e fora das organizações e de outros novos formatos midiáticos. Com isso, essa fragmentação da redação se torna mais fácil pelas práticas de terceirização na área, assim como pelos modelos de subcontratação e realocação de processos de um setor para outro, o que pode ser visto no campo audiovisual e também na mídia impressa. Já no caso da reorganização do trabalho, percebe-se que há uma ênfase nas responsabilidades individuais, tanto quando os trabalhadores são contratados quanto na situação dos profissionais independentes. Assim, muitos trabalhadores da mídia têm que incorporar convicções empreendedoras, tendo cada indivíduo um papel como marca ou empresa autodirigida (DEUZE e WITSCHGE, 2015).

Mudanças no entendimento do que é jornalismo são sinalizadas por meio de tendências, o que revela uma nova definição para a área, como dizem Deuze e Witschge (2015): uma sociedade redacional. Essa sociedade é um lugar no qual as práticas editoriais são exigidas para a sobrevivência de toda pessoa na era digital e que não deve ser considerado como exclusividade de um determinado grupo profissional, como os jornalistas que atuam nas organizações jornalísticas. Essa sobrevivência na era da informação é tida como crucial para ser um indivíduo informado, percebendo os sujeitos como necessitados de um ponto de vista e de predileções que façam sentido para eles.

Pode-se entender, também, que o jornalismo é uma prática de colher, selecionar e processar fatos que transforma fatos em notícias (NEVEU, 2010). Essa definição pode ser associada a uma variedade enorme de práticas, mas todas elas compartilham uma reivindicação de que o jornalismo não é o eco dócil de mensagens e informações produzidas com relatos de fontes, segundo Neveu (2010).

Neveu (2010) afirma que o jornalismo reivindica uma autoridade, atribuindo significados variados a palavras como objetividade, confiabilidade e responsabilidade. Mesmo com o fato dos jornalistas comumente se especializarem em editorias distintas, são inúmeros os desafios na profissão. Inclusive, de acordo com Neveu (2010), um amanhã não muito distante pode trazer uma nova configuração de realidade, na qual os jornalistas poderão ser substituídos por trabalhadores da informação, algo como um conglomerado de empregos com a dimensão comum de oferecer notícias para o público.

Dentro da problematização sobre as tendências do trabalho jornalístico, surge a reflexão sobre o papel onipresente das tecnologias, fenômenos em constante desenvolvimento, que atuam intensamente no jornalismo e nas organizações jornalísticas, segundo Deuze e Witschge (2015). Isso porque, hoje, a imprensa está majoritariamente no computador de mesa ou no notebook, com acesso à internet, além de ferramentas de publicação que são fáceis e práticas de usar. Com essas tecnologias, o jornalismo resultou em um campo convergente, em se tratando das redações, pela facilidade na produção. Porém, o jornalista adquiriu a função de multitarefas, desempenhando diversos trabalhos, inclusive funções que seriam destinadas para outras áreas de atuação, como designers, profissionais de marketing e publicitários.

Nesse cenário, o contexto precário de individualidade do jornalismo contemporâneo revela que existem sinais de estar ocorrendo um processo gradual de desprofissionalização (WITSCHGE e NYGREN, 2009, apud DEUZE e WITSCHGE, 2015), uma vez que a profissão está sob pressões, como as exigências e as expectativas de mercado, a fragmentação da profissão, o desgaste dos valores e das práticas pela intervenção da tecnologia, a divisão precária de trabalho e o declínio da crença no jornalismo.

O jornalismo deve ser compreendido para além da fronteira tradicional que ele possui nas instituições e organizações, pois, na visão de Deuze e Witschge (2015), o entendimento sobre o que é o jornalismo e o que é ser jornalista depende de termos ideológicos e praxeológicos, e não apenas do trabalho realizado dentro das instituições.

O ambiente midiático atual permite, além da compreensão de como agem as funções de cada nível de influência sobre os jornalistas no trabalho, uma problematização sobre como os jornalistas, enquanto indivíduos ou grupos, atuam no interior desse sistema. Compreender o

jornalismo já não é mais suficiente só pelo olhar sobre a questão institucional como dominante na organização do trabalho jornalístico, como ponderam Deuze e Witschge (2015), porque o jornalismo é praticado em muitos e diferentes lugares, por pessoas distintas em circunstâncias diversas.

Ainda sobre os elementos que definem a ideologia do jornalismo, a redação e os espaços nos quais há prática de uma rotina jornalística, pode-se entender que há transformações da topografia jornalística como um lugar que organiza o contato (FAUSTO NETO, 2008). Jornais e revistas estão se transformando em seções destinadas ao leitor para que este entenda a dinâmica por trás da organização e do funcionamento dos ambientes de trabalho. Assim, imagens são inseridas para exemplificar o modo de ser da redação e das editorias, mostrando novos ambientes que surgem com a descrição do que são, como são operacionalizados e como estão dispostos os profissionais jornalistas neste espaço.

Bem como as transformações citadas acima, o jornalismo também possui uma auto-referencialidade em seu processo produtivo (FAUSTO NETO, 2008). Nesse caso, estratégias são usadas na produção de discursos auto-referenciados sobre o processo de produção, comunicando ao leitor não apenas sobre a realidade que é construída, mas sobre como é feito para saber antes e falar ao público. Desse modo, a mídia se torna seu próprio objeto ao apresentar uma realidade da construção, trazendo uma enunciação na qual se fala de si mesma e privilegiando suas próprias operações.

A ideologia do jornalismo serviria, como afirmam Deuze e Witschge (2015), para validar a defesa contra ameaças reais ao modo de se fazer as coisas, bem como para fundamentar práticas que não são tradicionais. Porém, o jornalismo como profissão necessita de limites formais, da mesma maneira que existem em outras áreas, como na medicina e no direito. Isso afeta até mesmo a compreensão do que de fato é o jornalismo, dependendo de negociações, tanto pelos profissionais que atuam na comunicação quanto por aqueles que se dispõem a observar e julgar os trabalhos desenvolvidos.

Os limites necessários ao jornalismo podem ser pensados, também, na autorreflexividade que é posta em ato (FAUSTO NETO, 2008), quando as operações discursivas fornecem reflexões sobre o fazer jornalístico, como um processo de operação autorreflexiva na qual são teorizados o ato jornalístico e os processos de produção existentes nesse campo. Essas enunciações refletem desafios e feitos sobre o modo de dizer, sobre o processo produtivo no trabalho, sendo definidas por uma estratégia didática e uma operação sobre o dispositivo de interpretação de acontecimentos compatíveis com o grau de noção do leitor que é esperado, instaurando o consumidor pela mediatização.

O leitor é essencial quando estratégias são desenvolvidas para protagonizá-lo (Fausto Neto, 2008), a partir de processos discursivos que transformam as interações que reúnem organizações e consumidores de discursos. À medida que o público é crescentemente instalado no interior do sistema de produção do jornalismo, fronteiras são diluídas, alterando as identidades desses sujeitos, assim como posições discursivas.

A disputa de narrativas e de concepções apresentadas por Deuze e Witschge (2015) revelam que entender a dinâmica na qual está inserida a tensão do jornalismo é, também, observar que há uma sociedade dos meios, na qual as mídias têm relativamente uma autonomia, em detrimento à existência de outros campos; segundo Fausto Neto (2008), ao pensar na sociedade de midiatização e na cultura midiática que se converte em referência e produz zonas de afetação nos entremeios da sociedade.

Quando a cultura midiática se converte em sujeito dos processos e das dinâmicas de interação social, para Fausto Neto (2008), ela converte-se em um dispositivo complexo no qual se organiza uma espécie de atividade analítica, cujas regras e estratégias geram inteligibilidades, nas quais a sociedade estrutura novas possibilidades de interpretação, além de formas de afetação que resultam da relação entre as instituições e os indivíduos.

Passando para o interior das organizações, o fato de ser um empregado em uma redação, como estudante, estagiário ou como entendido, de acordo com Deuze e Witschge (2015), era o que estabelecia a participação na construção discursiva do jornalismo até recentemente. Com isso, a redação se tornou a forma dominante de organização do trabalho em jornalismo, durante o século XX. Para ser reconhecido como jornalista, era preciso estar numa redação, algo validado até mesmo por estudiosos.

O ensino de jornalismo consolidou o consenso acadêmico sobre as rotinas profissionais que fazem parte da produção das notícias nas redações, de acordo com Deuze e Witschge (2015), uma vez que esse modelo de atuação está presente nos programas curriculares para jornais impressos, produtos online e radiodifusão.

O jornalismo encontra-se em reestruturação, tendo em vista os conflitos atuais entre o capital e trabalho, segundo Roseli Fígaro e Claudia Nonato (2017). Ao longo de 200 anos, o jornalismo passou por significativas transformações em suas formas organizacionais, mudanças que estão ligadas às lógicas do capitalismo e do uso dos meios de produção. Com isso, a qualidade do jornalismo fica comprometida, sendo a burocratização das rotinas produtivas um dos problemas que atingem o discurso jornalístico. Além disso, “mudanças socioeconômicas e inovações tecnológicas têm provocado profundas alterações nos processos de produção e apresentação da notícia” (PEREIRA e ADGHIRNI, 2011, p. 45).

Na atualidade, de acordo com Fígaro e Nonato (2017), a intensa fusão entre notícia e publicidade alterou a forma discursiva do jornalismo. Os conflitos geracionais também entram nessa questão, pois as redações estão cada vez mais jovens, conforme afirmam as autoras, numa estratégia dos veículos de comunicação para reduzir custos e questionamentos ideológicos, éticos e trabalhistas. Isso acontece por que a nova geração já nasceu tendo as tecnologias como uma realidade. Já as gerações mais antigas tiveram que se adaptar a essa novidade, sendo o jornalista experiente uma figura que está sumindo das redações. Hoje, o jornalista tem um perfil profissional multiplataforma, que tem uma relação diferente com a produção jornalística.

Caminhar contra as fundações impostas pelos estudos de jornalismo e pela própria profissão de jornalista, para Deuze e Witschge (2015), é uma tarefa difícil, pois significa se mover para além da redação. Entretanto, ao assumir que a redação ainda tem seu papel de relevância e se faz fundamental para o entendimento do que é o jornalismo contemporâneo, nota-se que os veículos de comunicação passam por um período de esvaziamento dos pontos de trabalho, em função do elevado número de demissões<sup>57</sup>, em especial na mídia impressa.

Além da onda de demissões, há uma precariedade na profissão, pelas condições dos empregos e também pela qualidade do ambiente de trabalho, como refletem Deuze e Witschge (2015), o que faz parte da realidade vivenciada na redação contemporânea. Boa parte dos recém-chegados na área desempenha o trabalho de freelancer, ou atuam como jornalistas independentes, além dos profissionais que são Microempreendedores Individuais (MEIs). Nestes casos, a tabela de preços caiu drasticamente na última década.

O campo da produção jornalística passa por sérios problemas, como enfatizam Fígaro e Novato (2017), ao mencionarem que as demissões, a precarização dos contratos e a burocratização das rotinas produtivas refletem em trabalhos mal feitos, sem as devidas apurações. A notícia está sendo entregue de acordo com o que agrada o cliente, o que tem mudado o jornalismo, que adota um critério seletivo na distribuição de informações, não apenas selecionando e hierarquizando os fatos.

É possível observar que o jornalismo se tornou menos acessível, o que pode ser visto pelas demissões na área, pelos cortes nos orçamentos, pelas reorganizações dentro da profissão de jornalista, pelos remanejamentos e pelas novas modalidades de trabalho, segundo Deuze e Witschge (2015). Ao que parece, o jornalismo se tornou um campo de atuação da classe abastada, no qual apenas quem tem a possibilidade de trabalhar durante anos, por quase toda sua carreira, com salários baixos e pouca valorização, consegue se manter.

---

<sup>57</sup> Veja um texto do Observatório da Imprensa sobre as demissões na mídia em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/crise-e-demissoes-na-midia/>

Essa natureza atípica do jornalismo, enquanto uma área que possui questões estruturalmente mal resolvidas, alimenta a experiência vivida da modernidade em sua condição estrutural de temporalidade, conforme relatam Deuze e Witschge (2016). Tanto a mídia, quanto a mídia jornalística desempenham o crucial papel de expor e amplificar a modernidade, pensando no fenômeno como as notícias 24 horas por dia, ao longo dos sete dias da semana, com acontecimentos expostos online em qualquer tempo e espaço, com correspondentes espalhados mundo afora e com as organizações noticiosas de blog ao vivo.

As novas rotinas produtivas e os novos formatos jornalísticos, segundo Pereira e Adghirni (2011), são transformações que podem ser atribuídas ao rápido acesso a informações, por meio de bases de dados, pela convergência das mídias e das redações. Os autores revelam três expressivas mudanças na produção jornalística:

- a) a aceleração dos fluxos de produção e disponibilização da notícia;
- b) a proliferação de plataformas para a disponibilização de conteúdo multimídia;
- c) as alterações nos processos de coleta de informação (“news gathering”) e das relações com as fontes (PEREIRA e ADGHIRNI, 2011, p. 45).

Essas mudanças na produção de notícia, de acordo com Pereira e Adghirni (2011), afetaram a perenidade do produto jornalístico, já que um jornal de ontem, por exemplo, torna-se velho rapidamente e, com isso, as mídias não têm mais horário para encerrar o expediente. As notícias são publicadas ao passo que os fatos acontecem.

Apesar do acesso à redação ser, em muitos casos, exclusivo a um determinado público, conforme discorrem Deuze e Witschge (2015), para o jornalismo, esse aspecto geralmente é negligenciado em seus próprios estudos. Além disso, a crítica sobre a falta de olhar minucioso sobre as condições de emprego e trabalho na área, bem como elas influenciam na produção de notícias, deve ser direcionada, também, aos estudos de mídia.

O cenário precário no qual se encontram as redações, pela ausência de condições seguras de trabalho, faz com que as instituições funcionem ainda mais sob a pressão da agilidade, sendo o acesso à profissão limitado e tendo o profissional jornalista a atribuição de executar um além do jornalismo (BARDOEL, 1996, apud DEUZE e WITSCHGE, 2015), algo acima e além de sua função orientadora tradicional.

Para além das mudanças e da precariedade pela qual enfrentam a área da comunicação, o jornalismo on-line, os blogs e as ferramentas das redes sociais possibilitaram inovações na rotina profissional do jornalista. Um benefício para o segmento, segundo Fígaro e Nonato

(2017), a instantaneidade desencadeada nas novas tecnologias trouxe novos elementos e mais desafios para os jornalistas.

Hoje, a notícia em tempo real, de acordo com Fígaro e Nonato (2017), do webjornalismo e do blog está à frente da notícia dos veículos tradicionais e também em relação ao poder que parte da sociedade tem de contestar aquilo que as empresas de comunicação divulgam. Uma pessoa leiga, por exemplo, com auxílio dos dispositivos móveis, pode dar um furo de notícia bem antes da grande mídia.

Embora o olhar para o jornalismo contemporâneo seja o foco, vale ressaltar que o jornalismo sempre foi mais dinâmico e diverso do que propriamente se permitiu ser e do que foi entendido pelos estudiosos da área: é o que revelam Deuze e Witschge (2015), ao apresentarem a ideia de que é preciso tecer novas formas de compreensão sobre a mudança dos papéis desenvolvidos nas instituições de jornalismo.

As relações nas instituições que produzem notícias são determinadas pelos rituais de interação do cotidiano e pelos arranjos informais, na visão de Deuze e Witschge (2015), o que resulta da construção e da negociação de sentido pelos indivíduos e também pelas redes de trabalho envolvidos no processo, referindo-se ao entendimento embasado na compreensão daqueles que estão inseridos neste contexto de transformação e modificação.

No jornalismo, o pertencimento deve ser observado não apenas pelo critério de estar dentro de uma redação ou fora dela, neste caso, com a esperança de um dia conseguir estar em uma. Trata-se de olhar o alto grau de fluxo neste ambiente, o que ultrapassa os limites de estar dentro ou fora de uma redação. É necessário repensar a compreensão que se tem sobre as redações e entender o papel delas além do trabalho em si que é feito no interior das instituições (DEUZE e WITSCHGE, 2015).

O pertencimento, hoje, representa muitas outras possibilidades. Como no caso dos jornalistas que têm seus blogs, por exemplo, e que não seguem a estrutura tradicional de uma empresa de comunicação, como afirmam Fígaro e Nonato (2017). Nesse caso, o jornalista pode escrever de qualquer lugar, com isenção e sem a interferência de interesses editoriais, políticos e comerciais, como nas empresas de comunicação. É como se jornalista passasse a ser um empreendedor social. Inclui-se o advento dos novos arranjos produtivos que não são redações convencionais, mas trabalham com coletivos, uma discussão proposta no próximo tópico.

O jornalista tem como uma das aptidões básicas a construção de uma rede de fontes, de contatos e sócios, como revela Neveu (2010) ao refletir sobre o fato dessas fontes fornecerem notícias institucionais, com vazamentos ou eventos anteriores para atribuir sentido a esses fatos. Entretanto, para o jornalismo, um desafio é fazer com que as fontes não sejam passivas e sim

proativas, trabalhando para fornecer informações, com relatórios oficiais, comunicados de imprensa, convites para eventos e outros, um problema que não é relativamente novo. Neveu (2010) apresenta como argumento que as fontes estão desenvolvendo variados artifícios para conquistar poder sobre os jornalistas, o que pode ser visto, por exemplo, no surgimento da propaganda na política.

As fontes usam como truque ser mais jornalista do que os próprios jornalistas (NEVEU, 2010). Porém, os jornalistas não são impotentes e nem estão cegos para essa realidade e para os desafios inerentes à profissão. Neveu (2010) argumenta que os jornalistas conseguiram desenvolver uma nova aptidão ao desconstruir e criticar os eventos-mídia, não podendo sua imaginação e competência modificar os fatos da forma como eles são dados. O autor enfatiza que há mais relações públicas e profissionais da comunicação produzindo informações e notícias do que jornalistas.

Pelo fato de os jornalistas terem adquirido várias competências, Neveu (2010), ao discorrer sobre a identidade profissional neste segmento, define o jornalista:

[...] como alguém que coleciona fatos que não estão numa tela no seu escritório, como alguém que fala para as audiências que não sejam apenas consumidores, mas também cidadãos, como alguém que mantém autonomia suficiente para praticar as aptidões de um verificador crítico das notícias, e não a tarefa ambígua de lavar e passar como “notícias” as mensagens e os discursos das autoridades e das instituições poderosas (NEVEU, 2010, p. 31).

Ainda sobre os desafios do jornalismo, Neveu (2010) cita que o equilíbrio de poder nos mundos da imprensa e da mídia mostram como as instituições que serviam de controle e manutenção do equilíbrio para os jornalistas se enfraqueceram. Além disso, as condições de trabalho nas redações com número menor de profissionais nos jornais diários livres oferecem uma outra visão do futuro, evidenciando mudanças significativas, ampliadas em curto período de tempo. O advento da internet foi crucial para esse fenômeno, ainda que não possa ser considerado como única explicação para as mudanças recentes no jornalismo.

A prática jornalística é impulsionada por alguns processos, como apresentam Pereira e Adghirni (2011). Um desses processos é a multiplicação de produtos, conteúdos e perfis profissionais, reverberando em novos jornalismo que se colocam próximos das práticas e mídias consolidadas. Outro processo é a redefinição do status do jornalista e das empresas de comunicação, reflexos da crise no modelo econômico da comunicação e da redefinição das relações das empresas de comunicação com o público. As novas tecnologias aceleraram

também o processo de integração entre as redações e as práticas, sendo que o público está cada vez mais exigente e participativo.

Sobre o impacto da internet nas mudanças sofridas pelo jornalismo, que já estava com sérias dificuldades, Neveu (2010) destaca que houve uma aceleração substancial no fazer jornalístico, por exemplo, o deslocamento dos anúncios classificados e dos orçamentos de propaganda da imprensa para a internet. Soma-se a essa discussão, ainda, o fato de as pessoas mais jovens consumirem mais as notícias dos sites, o que desafia o processo tradicional do jornalismo, como na leitura de jornais impressos.

A produção de notícias passa por mudanças nesse processo desencadeado pelo surgimento da internet. Desde então, o próprio emprego do jornalista sofreu alterações, conforme diz Neveu (2010): uma mudança que pode ser chamada de convergência, na qual os jornalistas trabalham não apenas para um jornal ou tipo específico de mídia, mas alimentam toda a imprensa.

Segundo Rogerio Christofolletti (2019), a crise do jornalismo é sentida não apenas pelo jornal impresso, mas também pelas emissoras de rádio e TV. A queda de audiência, por exemplo, é uma das evidências de que as transformações no processo produtivo do jornalismo estão afetando a área como um todo.

Já no caso das notícias online, o mais importante efeito desse processo, de acordo com Neveu (2010), é o da produção de um conjunto de sites e conteúdos que confundem as fronteiras entre o que é amador e o que é profissional, afetando a distinção entre as notícias que são originais e as que são recicladas. Neveu (2010) também enfatiza que a verificação dos fatos não é mais central, pois o funcionamento básico de vários sites se baseia em recortes e cópias de notícias produzidas por outros veículos de comunicação, numa espécie de sequestro do trabalho daqueles que verdadeiramente são jornalistas. Ainda há a divulgação de notícias com conteúdo institucional ou de interesses organizados. O jornalismo, para Neveu (2010), tem sido enfraquecido pelo desmoronamento dos seus recursos de financiamento.

Os impactos dessas mudanças são significativos para o jornalismo. Há empregos em perigo, de acordo com Neveu (2010), pois os jornalistas autônomos estão cobrindo uma ampla gama de temáticas por salários baixos. Outro indicativo de que a mídia passa por um momento de enfraquecimento é o desaparecimento de jornalistas especializados. Neveu (2010) afirma que número de correspondentes estrangeiros está caindo. O trabalhador da informação não desempenha muito o trabalho de campo, usando como referência comunicados das agências de notícias, textos de instituições, empresas e funcionários do governo.

Já sobre os formatos jornalísticos, Neveu (2010) alega que a peculiaridade não será perdida, mas que o texto jornalístico estará mais próximo dos formatos de propaganda, com pouco volume de texto e *layouts* atraentes. Então, retomar o valor da criatividade nesse cenário é mais um desafio. Neveu (2010) cita como exemplos a padronização dos tamanhos dos artigos por meio de programas de computador, a redução das redações, a convergência como uma importação de esquemas de telas em páginas de papel, a invenção de outros formatos, afirmando ainda que:

Os jornalistas devem explorar e inventar novos gêneros, praticar inter-reprodução para conquistar novas audiências. O Novo Jornalismo vem oferecendo um exemplo de uma combinação original e surpreendente de etnografia, notícias “soft” e redação experimental (NEVEU, 2010, p. 50).

O jornalismo, para Neveu (2010), não pode administrar todas as questões que surgiram com as mudanças, assim como os jornalistas nem sempre têm de receber elogios por terem capacidade ou determinação para enfrentar essas mudanças. Entretanto, numa “sociedade da informação”, o mundo sem jornalistas seria mais impenetrável, com maior dificuldade de compreensão e mais aberto à manipulação.

### **2.2.1 Novos arranjos: o jornalismo alternativo**

Embora não seja o objeto de estudo nesse trabalho, é importante refletir sobre novas possibilidades que surgem no campo jornalístico e que buscam romper com o jornalismo hegemônico. A discussão sobre a mídia e sobre o jornalismo, especificamente, passa pela discussão sobre a monopolização e a concentração de recursos (OLIVEIRA, 2009). Há um caráter global no fenômeno da monopolização da mídia, o que é acentuado ao passo que as tecnologias de informação avançam para uma maior possibilidade de armazenamento de informações e mais agilidade na transmissão.

A consolidação de regimes democráticos nas nações da América Latina criou espaços para manifestação de outros atores sociais, que reivindicam uma democracia muito além da normalidade institucional (OLIVEIRA, 2009), visando igualdade de oportunidades. Com isso, uma pressão por mudanças nos contratos sociais estabelecidos na sociedade é realizada, num movimento que vai na contramão da “tendência global de mercantilização total da esfera pública e a plena supremacia dos valores da esfera econômico privada” (OLIVEIRA, 2009, s.p)

Dada a realidade do trabalho do jornalismo tradicional e hegemônico, novos arranjos produtivos de mídia surgiram com a prerrogativa de desenvolver outro viés de atuação, oposto

ao que é praticado pela imprensa *mainstream*. De acordo com Fígaro (2018), as relações de trabalho e comunicação desses arranjos alternativos em contrapartida à imprensa hegemônica contribuem para a organização do trabalho das próximas organizações que atuam com o jornalismo alternativo.

Ao analisar os arranjos alternativos produzidos pelas organizações *Jornalistas Livres*<sup>58</sup>, *Mídia Ninja*<sup>59</sup>, *Pressenza*<sup>60</sup>, *Viomundo*<sup>61</sup>, *Opera Mundi*<sup>62</sup> e *Volt Data Lab*<sup>63</sup>, Fígaro (2018) destaca que todos os arranjos estão no mesmo núcleo, com profissionais que se autodeclaram como jornalistas de iniciativas jornalísticas, usando marcadores jornalísticos e alternativos e/ou independentes. Expressões são usadas pelos profissionais para referenciar o trabalho, como “fazer base”, para denominar a atividade de tratar o material antes da divulgação; e “no ar”, para informar que a matéria já foi publicada.

Um dos motivos que fundamentam a vontade de jornalistas pela atuação no modelo de arranjo alternativo, para Fígaro (2018), é a satisfação. Os profissionais que atuam na área afirmam que somente a questão financeira justifica o trabalho nos veículos tradicionais de imprensa. Entende-se que, no jornalismo alternativo, sob a visão de quem o produz, há liberdade de produção e maior realização profissional. Essa liberdade de produção requer responsabilidade e integridade intelectual, fazendo do jornalismo uma prática com finalidade social.

A prática jornalística alternativa tem como viés a reconstrução da esfera pública, tendo como ponto de partida os valores da igualdade de oportunidades, da democracia radical, da equidade e da subordinação dos interesses econômico-privados aos interesses coletivos. Os projetos alternativos de jornalismo se configuram como elementos de construção de uma esfera pública alternativa, alinhada com as demandas da maior parte da população (OLIVEIRA, 2009).

Com o apoio das tecnologias de informação e comunicação (TCIs), os arranjos alternativos distribuem seus conteúdos, conseguem dialogar com o público, promovem estratégias de crescimento e estabelecem relações de comunicação e trabalho (Fígaro, 2018). Eles também possuem redações virtuais, que funcionam como um apoio para organização do fluxo de publicação de matérias.

---

<sup>58</sup> Veja em: <https://jornalistaslivres.org/>

<sup>59</sup> Veja em: <https://midianinja.org/>

<sup>60</sup> Veja em: <https://www.pressenza.com/pt-pt>

<sup>61</sup> Veja em: <https://www.viomundo.com.br/>

<sup>62</sup> Veja em: <https://operamundi.uol.com.br/>

<sup>63</sup> Veja em: <https://voldata.info/>

No caso do *Opera Mundi*, há uma sede física na qual é desempenhado o trabalho, algo exigido pelos próprios profissionais que atuam na organização, como forma de ter um local que serve como ponto de encontro. Os jornalistas decidem as pautas, a escala, o andamento do trabalho e demais assuntos na redação física. Trabalhar de casa é mais oneroso para o profissional<sup>64</sup>, o que reduz seus ganhos, por isso o *Opera Mundi* optou por ter um local para atuação (FÍGARO, 2018).

Já o *Pressenza* tem uma realidade diferente e complexa, por possuir uma rede de redações. A organização se dá por país e por redações locais, indo além da interligação de indivíduos e articulando redes de trabalhos nacionais. O *Pressenza* também possui sede física e realiza reunião de pauta semanal, quando o ordenamento das tarefas é distribuído, de forma participativa, colaborativa e com decisões tomadas coletivamente (FÍGARO, 2018).

As TCIs estão no cerne do projeto organizacional do jornalismo alternativo. A relação entre elas, segundo Figaro (2018), e as formas de organização da rotina produtiva estão no centro do debate para esses novos arranjos, haja vista que a tecnologia garante variadas formas de organização do trabalho, que podem ser horizontais ou não.

Para as organizações *Jornalistas Livres*, *Mídia Ninja*, *Viomundo* e *Volt Data Lab*, a organização do trabalho é desenvolvida em ambiente virtual, com o uso de celulares e a rede, como WhatsApp, Telegram, e-mail e Messenger, para contato direto entre os profissionais na rotina de trabalho, usando a internet também para distribuição do conteúdo produzido e para fidelização de um público que busca arranjos contrários ao que é feito pela mídia tradicional, dominada por convicções políticas direitistas (FÍGARO, 2018).

O crescimento dos arranjos jornalísticos alternativos, como no caso do site independente *Ponte Jornalismo*<sup>65</sup>, é reflexo da situação política vivenciada no Brasil, com as polarizações e o combate ideológico que foi intensificado pela propagação das *fake news*, além da necessidade do jornalismo hegemônico de se firmar como jornalismo profissional e confiável, como se estes também não possuíssem sua contribuição para o fomento de notícias com angulações que fogem do real. A cobertura da *Ponte Jornalismo*, por exemplo, possui um caráter específico, buscando ampliar as vozes de grupos e pessoas que são invisibilizadas.

Há uma crise no modelo de empresa jornalística tradicional (FÍGARO, 2018), o que impulsionou o jornalismo *mainstream* a se reestruturar para aumentar os lucros, reduzindo a força de trabalho e, conseqüentemente, os salários e os direitos conquistados ao longo da

---

<sup>64</sup> Vale ressaltar que a pesquisa foi realizada em período anterior à pandemia de Covid-19.

<sup>65</sup> Veja em: <https://ponte.org/>

história. As demissões citadas na seção anterior também são motivadas por essa crise, além de outros desdobramentos, como o fim da exigência do diploma e a precarização dos contratos de trabalho.

O jornalismo produzido pelos arranjos alternativos se difere do jornalismo produzido pela grande imprensa pelo efeito de sentido que é criado “por meio de uma estratégia discursiva sobre o tempo de trabalho para a reportagem, comparativamente na agência e na mídia tradicional” (FÍGARO, 2018, p. 145). Logo, o tempo define a qualidade do conteúdo final, uma vez que ele permite uma apuração melhor trabalhada, além da discussão e do cuidado ético durante a reflexão do jornalista para se distanciar do que é feito pelos produtores de informação no jornalismo hegemônico.

As redações dos arranjos alternativos também são diferentes das redações tradicionais por promoverem uma troca de experiência entre os profissionais e um espírito colaborativo dentro da equipe (FÍGARO, 2018). A sede, para o jornalismo alternativo, funciona como um local de trocas; de debate coletivo. Com o discurso, o ambiente de trabalho é propenso a ser mais horizontal e colaborativo, propiciando boa relação entre os que atuam juntos, por não ter a pressão das chefias e da estrutura tradicional do jornalismo.

O jornalismo alternativo, como no caso do *Nexo Jornal*<sup>66</sup>, possui maior liberdade, ao remontar os princípios do jornalismo, pensando a pauta, a apuração, a diversidade de fontes e o cuidado com a escrita (FÍGARO, 2018). É o exemplo também da *Ponte*, na qual a criatividade também é usada para inovar e dar versatilidade ao conteúdo, pelo domínio de diferentes meios, formatos e linguagens. A produção de efeitos de sentidos pelo arranjo alternativo garante credibilidade, algo fundamental para o jornalismo.

O arranjo alternativo na *Ponte* também revela outra perspectiva de jornalismo, para além do jornalismo de referência. A organização se concentra em dar voz a pessoas marginalizadas pelas opressões de classe, raça e gênero, e atua com uma vertente contrária à mídia tradicional, com textos que são usados até mesmo por advogados de defesa em casos de pessoas que correspondem a alguma minoria política, cujos casos não são desdobrados pelo jornalismo hegemônico.

O jornalismo da *Ponte* e de outros arranjos alternativos diferem da mídia convencional porque, por exemplo, no caso da *Ponte*, não há um trabalho em função do capital e dos interesses daqueles que financiam a imprensa tradicional. É um jornalismo que, ao invés de se

---

<sup>66</sup> Veja em: <https://www.nexojornal.com.br/>

concentrar em sentenciar e trazer conclusões baseadas em suposições, faz refletir, promovendo discussões emergenciais e que não são foco da grande mídia.

Sendo a informação “pura enunciação” (CHARAUDEAU, 2013, p. 36), o fazer jornalístico alternativo possui, além do compromisso com os fundamentos metodológicos, estéticos e técnicos da atividade, a responsabilidade de exercer uma postura de ativismo que destrua imagens preconcebidas, motivada pelo incômodo, pela crença na possibilidade de um outro mundo que é possível (Oliveira, 2009) e pela busca do novo.

### **2.3 Apuração e a cobertura midiática**

Construir sentidos, no jornalismo, é reduzir incertezas (PEREIRA JÚNIOR, 2010). Como a realidade não pode ser contada em sua totalidade, o ato de noticiar é, também, a ação de selecionar fatos que, de alguma forma, produzam sentidos. O jornalista, portanto, apresenta uma realidade para o público, mas deve se ater ao risco de não o enganar com a utopia de que há uma realidade real, que está pronta, com início, meio e fim. O trabalho do jornalista deve ser cauteloso, traduzindo o que aconteceu e como aconteceu, deixando para o público a construção de um imaginário do real.

É esperado que o jornalista se desdobre para requalificar suas práticas de trabalho, em muitos casos sem orientação sobre a operacionalidade específica da instituição a qual está vinculado. Quando o profissional consegue se adequar, de acordo com Deuze e Witschge (2015), ele acaba por se mover precariamente de dentro para fora das redações, numa tentativa de fazer a diferença num mercado expressivamente competitivo como o jornalismo. É preciso perceber a movimentação que é feita pelo jornalista para além das instituições e dos privilégios da profissão para conseguir entender o jornalismo e os sentidos trazidos pela mídia. Esse engajamento pessoal, instintivo e afetivo, por amor ao trabalho ou por necessidade, qualifica os jornalistas que vivem e respiram a notícia.

O jornalista tem como desafio a busca por evidências e certezas em situações que são indeterminadas (PEREIRA JÚNIOR, 2010). Além de testemunha daquilo que o público não pode ver, o jornalista deve ser um processador daquilo que é possível enxergar na realidade. Desse modo, o que qualifica um jornalista são os caminhos que ele segue para atingir o que é considerado como real. Noticiar requer cuidados e isso sugere um trabalho minucioso de verificação das informações obtidas.

A apuração de informações requer o cumprimento à rigor de uma premissa específica (PEREIRA JÚNIOR, 2010), nem sempre levada em consideração no processo produtivo. As

afirmações feitas no trabalho jornalístico só devem ser divulgadas quando há um embasamento que sustente cada uma das ideias presentes no produto. Há um jogo de evidências e somente a consistência delas é capaz de garantir o relato. Ao colocar evidências em confronto, o jornalista estabelece critérios de escolha, questões que passam pela ética e pelo sistema, além de questões ideológicas e/ou mercantis que também podem interferir nesse processo.

Faz-se necessário desenvolver uma visão plural (PEREIRA JÚNIOR, 2010) sobre os acontecimentos, a depender do nível de incerteza do repórter sobre o que é apurado, reconhecendo a fragilidade das informações e a necessidade de solidez, tendo sensibilidade para reconhecer que o destinatário da informação busca respaldo para se posicionar e desenvolver sua opinião sobre o fato ocorrido.

A investigação no processo de apuração das informações é uma referência para o jornalismo. É ela que norteia o trabalho jornalístico e que garante a solidez daquilo que é noticiado (PEREIRA JÚNIOR, 2010). Em contrapartida, apesar de estratégias para definição dos fatos já terem sido traçadas, a mídia jornalística não se dedica, como deveria, para a testagem da confiabilidade da interpretação jornalística.

Tempo e esforço fazem parte da investigação presente na apuração, de acordo com Pereira Júnior (2010), o que ocasiona redução de postos de trabalho, carga horária exaustiva e conteúdos frequentemente sem qualidade. Soma-se a isso o fato de a internet oferecer acesso fácil a dados que podem não ter sido checados, além das assessorias que enviam informações prontas para a imprensa. Planejando a apuração, revisando o material apurado e verificando as informações editadas, o profissional segue fases importantes para que a reportagem seja confiável.

O papel da apuração no processo de construção de uma notícia é importante porque evita, por exemplo, que o material seja manipulado pelo olhar de quem o traduz em texto, vídeo e demais narrativas jornalísticas. Ao notar a cobertura midiática, não é difícil perceber omissão de fatos, recortes que mudam o contexto do que é noticiado e uma hierarquização do que é levado a público, por questões que, para além dos interesses editoriais, revelam uma soberania e uma necessidade de perpetuar determinados estereótipos, tendo em vista que a grande maioria das organizações jornalísticas são lideradas por pessoas brancas, com profissionais em sua maioria brancos e voltadas para um público também branco, marginalizando o negro e impondo lugares a ele. Um levantamento do Reuters Institute for the Study of Journalism<sup>67</sup>, divulgado em março de 2021, por exemplo, mostrou que apenas 15% de 80 editores dos maiores veículos

---

<sup>67</sup> As informações podem ser lidas em: <https://www.abraji.org.br/noticias/estudo-revela-que-nao-ha-negros-no-comando-dos-maiores-veiculos-do-brasil>

de comunicação em cinco países no mundo são não-brancos. Já no Brasil, não há registros de pessoa negra liderando os maiores jornais, revistas e emissoras.

O debate público é também fomentado por aquilo que a mídia determina que é interessante veicular. Ao negligenciar, como feito por décadas, que o racismo e a violência policial são as maiores causas de homicídios de jovens no Brasil<sup>68</sup>, e ao considerar necessário, quando se noticia que uma pessoa negra assassinada, sem condição de defesa, possuía passagens pela polícia, como feito no caso de Beto Freitas<sup>69</sup>, a cobertura midiática revela que, estruturalmente, há uma pretensão de reforçar estigmas, explorando indivíduos negros, frequentemente, como vilões da sociedade e tornando periférica a abordagem dos diversos casos em que pessoas negras são vítimas de um sistema racista como o que vigora no Brasil.

Sendo o discurso de informação uma atividade de linguagem que oferece à sociedade o estabelecimento de vínculo social, sem o qual não aconteceria o reconhecimento identitário (CHARAUDEAU, 2009), como o negro pode se sentir representado com a atuação da mídia hegemônica que, apesar dos esforços, continua sendo racista? É complexo notar que o jornalismo banaliza a existência da maior parte da população brasileira, perpetuando signos que sequer deveriam existir. É como atua a lógica do mercado de trabalho e a forte presença de brancos em posições de destaque nas empresas.

A cobertura midiática tem interesse na prática social da vinculação por reconhecimento identitário, como exposto acima, o que cria empresas de fabricar informações por meio de algo que pode ser nomeado como “máquina midiática” (CHARAUDEAU, 2009). Ao analisarem a mudança na imagem do criminoso no noticiário de crime do jornal O Globo entre 1983 e 2001, Vaz, Carvalho e Pombo (2006) constatam que o crime adquire dimensão política, sendo a criação de melhores condições sociais uma maneira de evitá-lo. Com a pesquisa, Vaz, Carvalho e Pombo (2006) perceberam que, na maioria dos casos, o crime é justificado e a notícia é conduzida pelo ponto de vista do agressor.

Quirino e Moura (2019), ao analisarem a cobertura da Folha de S. Paulo sobre a Chacina de Costa Barros, em 2015, no Rio de Janeiro, notaram que os homicídios são noticiados de forma isolada, sem um recorte sobre raça, gênero e classe. As autoras ainda afirmam que o racismo é evidenciado na violência policial, pelos estereótipos e estigmas sobre o corpo negro,

---

<sup>68</sup> Veja a informação em: [https://extra.globo.com/noticias/brasil/racismo-violencia-policial-sao-as-maiores-causas-de-homicidios-de-jovens-no-brasil-16266973.html?utm\\_source=Facebook&utm\\_medium=social&utm\\_content=CPI%20ne](https://extra.globo.com/noticias/brasil/racismo-violencia-policial-sao-as-maiores-causas-de-homicidios-de-jovens-no-brasil-16266973.html?utm_source=Facebook&utm_medium=social&utm_content=CPI%20ne)

<sup>69</sup> Veja em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/morto-por-espantamento-no-carrefour-beto-freitas-era-referencia-em-torcida-de-clubes-do-bairro,11bac53892bc53a1caf39ef5bf16dbaci15vzi2c.html>

pelas prisões e assassinatos de jovens negros, uma realidade inscrita na problemática do racismo estrutural no Brasil.

Refletir sobre os estigmas na abordagem de casos que envolvem indivíduos negros é, também, pensar na objetividade jornalística e na sua relação com o racismo nas estruturas de produção do conhecimento jornalístico (MORAES e VEIGA DA SILVA, 2019). São inúmeros os exemplos de que o jornalismo não está sendo capaz de complexificar movimentações sociais inspiradas pelo racismo, como afirmam Moraes e Veiga da Silva (2019). Essas desigualdades colocam à margem grande parte da população, por meio de sistemas de classificação e hierarquização de diferenças. Os sentidos criados pelo jornalismo são reproduções de valores dominantes.

É preciso analisar o jornalismo nas diferentes formas em que ele se integra e se manifesta na realidade social (MORAES e VEIGA DA SILVA, 2019). O jornalismo pode ser descontextualizado dos sistemas de poder e de saber que regem a sociedade. Moraes e Veiga da Silva (2019) afirmam que é preciso criticar a separação entre fatos e valores na produção do conhecimento, uma vez que essa separação nega a função política do conhecimento. As autoras apresentam como proposta uma subversão dos modos tradicionais de objetivação jornalística, um jornalismo subjetivo, que pode implodir o racismo epistêmico. Desse modo, objetivo e subjetivo se complementam, apesar de haver maior legitimação social do jornalismo objetivo. A subjetividade necessária ao jornalismo, portanto, trata-se da necessidade de observar posições de classe, gênero, raciais e geográficas, considerando, ainda, a estrutura social de onde parte o acontecimento.

Um jornalismo capaz de integrar objetividade e subjetividade não significa estar norteado pela emoção, segundo Moraes e Veiga da Silva (2019). Pelo contrário: ao orientar pautas, abordagens e escrita, o jornalista mostra que tem como referência critérios dados pela realidade social vivida no Brasil. Logo, a subjetividade não é algo simplesmente interno, referente à vida privada. Ela é formada pelo que já é dado historicamente, o objetivo. Subjetivo e objetivo são cruciais para a configuração de um “bom jornalismo”.

Apesar da importância da subjetividade, a noção de objetividade no jornalismo prevalece marcada por ideologias dominantes, como o racismo e o machismo, de acordo com Moraes e Veiga da Silva (2019). Valores hegemônicos são mantidos pela negação da subjetividade e do apagamento do sujeito nos métodos e nas técnicas do fazer jornalístico. Ainda nessa perspectiva, o ideal de neutralidade continua dominando a imprensa, o que limita a condição de reflexividade dos jornalistas sobre suas práticas. Moraes e Veiga da Silva (2019)

afirmam que a subjetividade pode contribuir com uma melhor compreensão dos jornalistas sobre a leitura da realidade e do encontro com as alteridades.

O jornalismo também falha quando fecha a realidade em uma visão subjetiva homogeneizante (SANDANO, 2015), o que reduz o espaço público a uma única perspectiva, impedindo o debate. Com isso, fenômenos complexos são reduzidos, impedindo a experiência da qual diversos sujeitos podem sair modificados do contato presencial, como no caso de repórteres e personagens, e virtual, como repórteres e leitores, segundo Sandano (2015). É importante que o jornalismo amplie as narrativas humanas, derrubando fronteiras de entendimento entre indivíduos de grupos sociais distintos, promovendo um diálogo social.

Quando um ideal é reforçado, como a imagem marginal atribuída ao sujeito negro, o impacto social causado pela mídia é caótico, reverberando em posturas que, com seu poder de persuasão e pelo alcance que possui, o jornalismo poderia ajudar, de forma mais efetiva e profissional, a combater. Naturalizar uma desigualdade étnico-racial, que de fato existe, é auxiliar, por exemplo, no agravamento do racismo e de todas as mazelas que ele desencadeia.

Por isso, as mídias negras têm um papel relevante na implosão de imaginários. Segundo Rosane Borges (2020), desde que a imprensa ocidental se apresentou como uma instituição importante para a formação de opinião na esfera pública, no século XIX, pessoas negras estão reivindicando acesso a uma soberania que, sistematicamente, é negada a esses indivíduos. Com isso, ex-escravizados passaram a desenvolver a tarefa de produzir e distribuir um comum sobre o mundo no qual eles estão inseridos.

A demanda por um espaço de representatividade desencadeou iniciativas inaugurais na comunicação, com a instituição da imprensa negra, de acordo com Borges (2020), não sendo poucos os veículos que vislumbravam mais dignidade, visibilidade e reconhecimento para a expressiva parcela da sociedade que compõem os cidadãos negros. Desde então, o que está em disputa é o direito de expressão e de voz da população negra, levando em consideração que a linguagem é constituída por meio da reciprocidade entre os indivíduos e o mundo. Jornal, TV, rádio, cinema e fotografia organizam pontos de inflexão que possibilitaram a construção de novos arranjos, composições que, até então, eram impensáveis, forjando uma ambiência comunicativa regida pelos códigos do visual (BORGES, 2020).

De acordo com o Mapeamento da Mídia Negra no Brasil<sup>70</sup>, realizado pelo Fórum Permanente pela Igualdade Racial (Fopir), 65 arranjos se identificam com a perspectiva da mídia negra no Brasil. Desses, o primeiro registro é de 1965, sendo que, em 2018, houve um

---

<sup>70</sup> O Mapeamento da Mídia Negra no Brasil, do Fórum Permanente pela Igualdade Racial (Fopir), pode ser visto em: [http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2020/08/ebook\\_mapeamento\\_da\\_midia\\_negra-1.pdf](http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2020/08/ebook_mapeamento_da_midia_negra-1.pdf)

aumento considerável de veículos de comunicação categorizados como mídia negra, com a criação de 15 organizações. Sudeste e nordeste concentram a maior parte desses espaços comunicacionais, sendo o sudeste responsável por 44,6% dos veículos localizados pelo Fopir, e o nordeste corresponde a 35,4%. A maioria da mídia negra brasileira é composta por quadro misto de funcionários, cerca de 46%, enquanto as redações compostas apenas por mulheres representam 31% e os veículos compostos só por homens são 23%.

Embora não seja objeto de análise, vale ressaltar a existência desse segmento da mídia. São exemplos de mídia negra no Brasil: *Alma Preta*, agência de jornalismo<sup>71</sup>, *Blogueiras Negras*<sup>72</sup>, *Nação Z*<sup>73</sup>, *Notícia Preta*<sup>74</sup>, *Portal Blackfem*<sup>75</sup>, *Portal Geledés*<sup>76</sup>, *Projeto Afro*<sup>77</sup>, *Revista Afirmativa* – coletivo de mídia negra<sup>78</sup>, *Revista Quilombo*<sup>79</sup>, *Site Mundo Negro*<sup>80</sup> e *TV Correio Nagô*<sup>81</sup>. Além dos exemplos citados, é possível ainda registrar que outros meios, mesmo não sendo produzidos somente por e para negros, também estão preocupados com essa questão, como a *Ponte Jornalismo* e o *Nexo Jornal*, citados anteriormente na discussão sobre os novos arranjos produtivos.

Numa sociedade marcada pelo agravamento do racismo, a discussão sobre imaginários, representação e visibilidade se revela essencial para compreensão do momento atual, com suas dinâmicas e seus desafios. Para Borges (2020), essa compreensão só será legitimada se as mídias negras forem convocadas para a transformação. É necessário que essas mídias decifrem como essa dinâmica é desdobrada na experiência cotidiana.

Com apresentação de novas agendas, pensando em mudanças na divisão comunicacional do trabalho, com novas gramáticas e arranjos, as mídias negras, tal qual reflete Borges (2020), revelam uma força que está mudando as estruturas do sistema de comunicação que silenciou e invisibilizou vozes e corpos. Essas mídias estão se empenhando em deslocar imaginários até então abreviados como imagens que nutrem as formas de percepção sobre o mundo.

Jogos de aparências se apresentam no interior das mídias como informação objetiva, denúncia do mal e da mentira, democracia, explicação dos fatos, descoberta da verdade e a

---

<sup>71</sup> Disponível em: <https://almapreta.com/>

<sup>72</sup> Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/>

<sup>73</sup> Disponível em: <http://www.nacaoz.com.br/2015/>

<sup>74</sup> Disponível em: <https://noticiapreta.com.br/>

<sup>75</sup> Disponível em: <http://portalblackfem.com.br/>

<sup>76</sup> Disponível em: <https://www.geledes.org.br/>

<sup>77</sup> Disponível em: <https://projetoafro.com/>

<sup>78</sup> Disponível em: <https://revistaafirmativa.com.br/>

<sup>79</sup> Disponível em: <https://revistaquilombo.com.br/>

<sup>80</sup> Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/>

<sup>81</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/user/MidiaEtnicaVideos/videos>

deliberação social (CHARAUDEAU, 2009). Por isso, o discurso midiático, ao explicar fenômenos ocorridos, não deve possuir um teor educador, como verdade absoluta ou profecia sobre o que aconteceu. É preciso identificar maneiras de abordar o jornalismo por meio das práticas cotidianas e da pluralidade das compreensões do jornalismo que rodeiam a profissão, como Deuze e Witschge (2015) apontam ao considerarem que a construção discursiva elaborada nesse processo ganha espaço fora do contexto delimitado da redação.

No próximo capítulo, o assassinato de Beto Freitas é trabalhado de forma detalhada, recuperando informações sobre o crime, sobre os sites *GI* e *UOL*, escolhidos para análise desta pesquisa, e usando como procedimentos metodológicos o processo de individuação do acontecimento, proposto por França (2011) e a interseccionalidade de raça, gênero e classe, de Collins (2015).

**CAPÍTULO 3**  
**O NEGRO E O JORNALISMO: A COBERTURA DO ASSASSINATO DE BETO**  
**FREITAS NO CARREFOUR**

Considerando a quantidade de matérias selecionadas, conforme os quadros a seguir, e usando a metodologia proposta por França (2011), que sugere um processo de individuação do acontecimento, seguindo as etapas de: descrição, categorizando o acontecimento, conforme como ele é nomeado, filiado e inscrito em determinados quadros de sentido; narrativização, fazendo uma articulação dos vários momentos do acontecimento, bem como uma estruturação de sua temporalidade; pano de fundo pragmático, quando a composição do acontecimento com práticas e ações é evidenciada; caracterização como um problema público, pensando nos acontecimentos que possuem um registro específico, com alcance societal; e a normalização, tratando-se da redução da contingência e indeterminação do acontecimento, por meio de sua inscrição num contexto causal e social, a análise das notícias é desenvolvida com uma investigação dos percursos conferidos ao acontecimento, que podem ser decompostos em fases e elementos.

Foram selecionadas as matérias para análise, destacando a manchete, o site e a data de publicação. Outro quadro foi elaborado para elencar as fontes ouvidas pelos portais G1 e UOL na cobertura do crime que vitimou Beto Freitas, apresentando quais são as fontes institucionais, que representam instituições, as fontes especializadas, quando falas de especialistas são usadas, e as fontes testemunhais, nas ocasiões em que pessoas que testemunharam os casos deram seus relatos para os veículos de comunicação. Destaca-se o enquadramento das matérias, distinguindo os conteúdos entre enquadramento específico e enquadramento contextual, levando em consideração a discussão sobre interseccionalidade proposta por Collins (2015).

### 3.1 O Caso Beto Freitas



Figura 6: Beto Freitas foi morto por dois seguranças brancos (Reprodução/Redes sociais).

19 de novembro de 2020. Véspera do Dia da Consciência Negra, celebrado anualmente em 20 de novembro. João Alberto Silveira Freitas, também conhecido como Beto Freitas, um homem negro, de 40 anos, que trabalhava como prestador de serviços autônomo, filho de João Batista Rodrigues Freitas, motorista e pastor, e da industriaria Berenice Silveira Freitas, falecida em 2017, foi espancado e assassinado por asfixia por dois seguranças de uma loja da rede de supermercados Carrefour, na zona norte de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. A vítima estava acompanhada de sua esposa, Milena Alves.

O assassinato de Beto Freitas pelos seguranças Magno Braz Borges e Giovane Gaspar da Silva, um ex-militar e um policial militar temporário, ambos contratados da empresa Vector, sendo que esse último não possuía autorização para trabalhar como segurança, chocou o país e desencadeou uma série de protestos em várias cidades brasileiras. O caso ocorreu poucos meses após o assassinato de George Floyd, nos Estados Unidos, em circunstâncias similares.

O crime teria acontecido após um desentendimento entre Beto Freitas e os dois seguranças do supermercado Carrefour. Após o conflito, os seguranças, juntamente com a fiscal Adriana Alves Dutra, acompanharam Beto do caixa ao estacionamento da loja. No local, a vítima supostamente deu um soco em um dos seguranças, sendo agarrado posteriormente e agredido com diversos chutes e socos. Beto foi agredido em pé por cerca de quinze segundos e, depois, os seguranças o derrubaram no chão, dando sequência a um ato covarde, com socos e pontapés.

Testemunhas que estavam no local tentaram ajudar a vítima, bem como Milena, sua esposa, sendo impedidas de prestar socorro a Beto, além de serem intimidadas a não registrarem com gravações a cena do crime, enquanto assistiam o espancamento. Beto, dominado pela ação ostensiva dos seguranças, suplicou por ajuda e para que o deixassem respirar. Mesmo com a intimidação e ameaças para que os registros em vídeo fossem apagados, um indivíduo conseguiu gravar o momento do assassinato.

Após a sequência de ataques brutais, Beto foi morto por asfixia mecânica, em função da imobilização continuada, com apoio de peso sobre suas costas, por Magno e Giovane. Os seguranças, percebendo o desfalecimento da vítima, pediram para pessoas próximas verificassem os sinais vitais de Beto. Uma testemunha constatou a morte de Beto. Somente depois desses eventos, aproximadamente sete minutos após o fim das agressões, a fiscal Adriana ligou para uma Brigada Militar para informar o ocorrido, pedindo socorro ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu). Durante a ligação, Adriana mentiu, ao dizer que Beto havia discutido com outros clientes da loja Carrefour e omitiu seu falecimento, afirmando que ele ainda estava passando mal.

Durante as investigações, a Polícia Civil confirmou que Adriana afirmou falsamente o motivo da contenção da vítima, mentindo também sobre ter sido agredida por Beto, além de comandar a ação de outros três funcionários do Carrefour, ordenando que estes impedissem a ajuda de pessoas presentes no local do crime. Paulo Francisco da Silva, um dos funcionários da loja, segurou a esposa de Beto, impedindo-a de ajudar a vítima. Já Rafael Rezende e Kleiton Silva Santos, outros dois funcionários do Carrefour, auxiliaram na imobilização de Beto Freitas, também agredindo a vítima com chutes.



*Figura 7: Homem negro é morto no Carrefour, em Porto Alegre (Metrópoles).*

Magno, Giovane, Adriana, Paulo, Rafael e Kleiton foram indiciados pelo Ministério Público pelo homicídio triplamente qualificado com dolo eventual. Magno e Giovane encontram-se presos desde a data do crime, pelo homicídio por motivo fútil, por asfixia, e por utilizarem meio que impede defesa da vítima. A fiscal Adriana, presa preventivamente em 24 de novembro de 2020, cumpre atualmente prisão domiciliar. Já Paulo, Rafael e Kleiton respondem pelo crime em liberdade. Dos seis indiciados, cinco são brancos.

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>82</sup> no Brasil, o assassinato de Beto Freitas evidenciou as diversas dimensões do racismo, assim como as desigualdades encontradas na estrutura social brasileira. Em nota, a organização lembrou que milhões de indivíduos negros são vítimas de racismo, discriminação étnico-racial e intolerância no Brasil, o que inclui práticas cruéis e violentas. Ainda de acordo com a ONU Brasil, ao citar o bárbaro crime que vitimou Beto, a cada 100 homicídios cometidos no país, 75 são de pessoas negras, o

---

<sup>82</sup> A nota oficial da ONU Brasil sobre o assassinato de Beto Freitas pode ser lida em: <https://brasil.un.org/pt-br/101792-nota-publica-da-onu-brasil-sobre-morte-de-joao-alberto-silveira-freitas>

que requer um debate sobre a eliminação do racismo e da discriminação racial no Brasil, algo urgente e necessário, sendo importante o suporte de diversos agentes da sociedade, incluindo o setor privado.

A morte de Beto repercutiu e ocasionou uma onda de protestos em vários estados brasileiros. Uma manifestação foi realizada em Porto Alegre, em frente à unidade do Carrefour em que o crime ocorreu, com a presença de aproximadamente 2,5 mil manifestantes, tendo protesto dentro da unidade, com gritos de palavras de ordem como “vidas negras importam”, além de pedidos por justiça. Outros atos aconteceram em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, Salvador, Recife, Manaus e demais localidades. No próximo tópico, apresenta-se um pouco sobre o G1 e UOL, dois exemplos da mídia hegemônica usados como objeto de estudo nesta pesquisa.

### 3.2 Sobre o G1 e o UOL

Os sites *G1* e *UOL* foram escolhidos porque são os principais e mais acessados sites de notícias do Brasil, de acordo com os dados das ferramentas *Alexa*, *SimilarWeb* e *SemRush*.

O *G1* ([g1.globo.com](http://g1.globo.com)) é um site de notícias do Grupo Globo, com orientação da *Central Globo de Jornalismo*. Lançado em 18 de setembro de 2006, o site possui conteúdo de jornalismo proveniente de empresas do mesmo grupo, como *Rede Globo*, *GloboNews*, *Extra*, *O Globo*, *Valor Econômico*, *Expresso*, *rádio CBN*, *Época* e *Globo Rural*, além de reportagens autorais do próprio *G1*, em formato de texto, fotos, áudio e vídeo. O portal tem sedes próprias em Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e Recife, além de usar também o espaço de afiliadas da *TV Globo* e o conteúdo de agências de notícias.

Disponibilizando também informações em formato de podcast, o *G1* divide o conteúdo de notícias nas seguintes editorias: agro, ciência, trabalho e carreira, economia, educação, empreendedorismo, fato ou fake, inovação, meio ambiente, monitor da violência, mundo, olha que legal, política, pop & arte, saúde, tecnologia, turismo e viagem, blogs e colunas, sendo possível também selecionar o material por meio da região (centro-oeste, nordeste, norte, sudeste e sul). O *G1* já recebeu o Prêmio Vladimir Herzog de Internet em 2014, pela reportagem “Dias de Intolerância”, de Rosanne D’Agostino, e uma Menção Honrosa do Prêmio Vladimir Herzog por Multimídia em 2017, pela reportagem “Mapa da homofobia em SP”.

Em 28 de abril de 1996, o *UOL* ([uol.com.br](http://uol.com.br)) foi disponibilizado na internet, tendo o status de primeiro portal de conteúdo do Brasil. O portal trazia como novidades um serviço de bate-papo virtual, além da edição diária da *Folha de S. Paulo*, dentre outros arquivos da *Folha*

com cerca de 250 mil textos, além de reportagens do *The New York Times* traduzidas para o português, *Folha da Tarde* e Notícias Populares, Classificados, Roteiros e Saúde e a revista *IstoÉ*. No ano seguinte, é lançada a *TV UOL*, primeira TV feita especialmente para a internet no país, sendo pioneira na transmissão de conteúdos ao vivo.

O *UOL* fez história por transmitir, em 2002, pela primeira vez, um jogo da seleção brasileira via internet. Em 2010, o *UOL* foi o primeiro site a transmitir um debate presidencial exclusivo para a internet. O portal é dividido entre editorias variadas, desde o entretenimento, como Splash (filmes, séries, músicas e outros) e TV e Famosos, a Produtos (*UOL* mail, *UOL* play, Bate-papo *UOL* e outros), Economia, Carros, Universa, Esporte, Folha, Vivabem, Tilt, Ecoa, Mov, Nossa, Tab, Start e Notícias (coronavírus, cotidiano, educação, internacional, política, saúde, *UOL* confere, newsletter resumo do dia, opinião, últimas notícias, loterias, podcasts e vídeos). Em 2018, o *UOL* ganhou o prêmio Caboré, que consagra os principais veículos e profissionais da Comunicação.

A escolha pela análise das matérias dos sites mencionados sobre o assassinato de Beto Freitas foi tomada visando a relevância dos portais e o grande alcance, que mobilizam debates ao transmitirem informações e constroem acontecimentos jornalísticos.

### 3.3 Procedimentos metodológicos

O assassinato de Beto Freitas mobilizou a opinião pública, pela violência da ação dos seguranças do Carrefour, por ter acontecido às vésperas do Dia da Consciência Negra e pelo cenário de lutas étnico-raciais intensificadas nos últimos anos, tendo como um dos pontos cruciais o crime que vitimou a vereadora Marielle Franco, em 2018, no Rio de Janeiro, e meses antes, em maio de 2020, o assassinato de George Floyd em Mineápolis, nos Estados Unidos. O acontecimento Beto Freitas dominou os noticiários, ganhando ampla cobertura midiática, tornando-se um acontecimento de domínio público, reverberado em todo o país.

O intuito desta pesquisa é realizar a análise da cobertura midiática sobre o assassinato de Beto Freitas em novembro de 2020, atentando-se para as narrativas jornalísticas empregadas pelos sites *GI* e *UOL* na abordagem da morte de Beto. Ao todo, foram selecionadas 20 reportagens, entre 20 de novembro de 2020, data em que foi publicada a primeira notícia sobre o caso, e 11 de outubro de 2021, sendo 10 delas veiculadas pelo *GI* e as outras 10 pelo *UOL*, realizando a análise por meio da metodologia proposta por França (2011) sobre o processo de individuação do acontecimento, compreendendo que há um conjunto de interesses e manifestações do público que pautam a cobertura midiática. Desse modo, França defende que

um acontecimento não tem uma natureza intrínseca capaz de o particularizar, com essência própria que estabeleça sua identidade. Ele é o resultado das práticas que o configuram e dos discursos que o nomeiam. O acontecimento é individualizado, ao determinar o que é especificado por ele mesmo, ao ganhar significação e uma identidade, tornando-se um acontecimento particular.

O relato de um acontecimento, segundo França (2011), implica formatá-lo de alguma forma, empregando a este algum sentido, fazendo-o ser reconhecível e atribuindo-lhe uma identidade. Assim, a morte de Beto se assemelha a tantas outras, resultantes de tragédias anunciadas pelo genocídio negro, com o extermínio da população negra numa sociedade dominada pela supremacia branca. Não é surpreendente ver, por exemplo, casos de pessoas negras mortas de forma violenta nos noticiários. Menos surpreendente ainda perceber, ao visualizar os indicadores sociais, que grande parte dos assassinatos de pessoas negras sequer chegam ao cenário público, permanecendo na ordem privada, em razão da desvalorização das vidas negras por toda uma estrutura que tende a deslegitimar lutas, impor lugares e papéis sociais, invisibilizando uma realidade alarmante: ser negro num país como o Brasil é viver em perigo.

A intensa cobertura da imprensa brasileira sobre o assassinato de Beto, entretanto, acabou dando ao caso um status de crime célebre, merecendo uma visibilidade maior, em função, também, de uma demanda pública, desencadeada pelo apelo da sociedade, por motivos diversos, em acompanhar os desdobramentos da morte de uma pessoa negra, vítima de um sistema que naturaliza e banaliza a violência fundamentada pela subalternidade do negro. França (2011), ao abordar o sensacionalismo da imprensa, afirma que o interesse por fatos que rompem o cotidiano, como a asfixia e morte de Beto, trazendo o inesperado, acaba por promover um cenário no qual há curiosidade, piedade, medo, o que alimenta a relação entre a imprensa e o público. Pelo fato de o assassinato ter sido gravado e divulgado em exaustão, também contribuiu para a reverberação nas redes sociais, conferindo uma ampla visibilidade midiática ao ocorrido e trazendo uma distinção pelo aspecto da violência e do drama, tão afeitos ao imaginário coletivo.

A potência do acontecimento Beto Freitas faz pensar sobre o que diz França (2011) ao tensionar sobre o acontecimento, para além do caráter inusitado, pela repetição como diferença, e não como cópia. Assim, um acontecimento que se repete, como os inúmeros que têm como pano de fundo o genocídio negro, exemplifica outros e adquire força pela serialidade, ao passo que vai além dessa continuidade, exatamente por ter alcançado uma distinção. Como a morte de Beto Freitas foi documentada, em vídeo, por uma testemunha e difundida pelos veículos de

comunicação, bem como pela sociedade nas redes sociais, recebeu o que França define como componente necessário de interesse e de diferença, mesmo sendo um assassinato inscrito em uma violência motivada pelo racismo estrutural, com todo o descaso empregado aos alarmantes dados que apresentam os negros como principais vítimas da violência policial e de outras mazelas sociais que perpassam a problemática étnico-racial no Brasil.

O acontecimento Beto Freitas integra uma série de assassinatos de pessoas negras pela segurança pública ou privada. É um caso sintomático que revela as relações de força e poder nas estruturas da sociedade brasileira. Faz-se necessário pensar, usando a ideia de França (2011), o modo como o caso se transforma em acontecimento midiático, refletindo sobre a cobertura direta e intensa da morte, além das investigações, com a intervenção de especialistas analisando o andamento do caso, a situação dos envolvidos e a atuação das autoridades institucionais.

A cobertura do acontecimento Beto Freitas foi ampla e diversificada. Trabalha-se questões que concernem à individuação dos acontecimentos e a construção do acontecimento midiático (França, 2011). A recepção pública e a notoriedade do acontecimento Beto Freitas não se tratam apenas de meros acolhimentos do que foi relatado pela mídia. França (2011) afirma que não se deve resumir um acontecimento à manifestação pública de atitudes, reações, opiniões. É preciso tomar nota sobre o processo coletivo de individuação e de socialização do acontecimento, pois a recepção compreende o diálogo por meio de determinadas estruturas de sentido e inteligibilidade, algo que não se limita apenas ao momento da escuta, mas que está presente desde quando o acontecimento é anunciado, sendo a abordagem midiática parte desse processo.

O Caso George Floyd, ocorrido em maio de 2020, também contribuiu para dar maior destaque ao assassinato de Beto Freitas. Ambas as mortes tiveram requintes de crueldade similares, como o espancamento e a asfixia, e aconteceram em um curto período de tempo, com diferença de 6 meses. No Brasil, a mobilização desencadeada pela morte de George Floyd acabou por ganhar ainda mais força com o assassinato de Beto, o que talvez justifique o interesse midiático na abordagem sobre o crime que vitimou Beto.

Dados apresentados em outros momentos da pesquisa revelam que o assassinato de Beto Freitas está inscrito numa serialidade que faz parte do cotidiano, desde os primórdios da história do Brasil. Na análise das reportagens do *GI* e do *UOL*, busca-se evidenciar que a imprensa, apesar do cuidado em dar voz a diferentes fontes, não contextualiza o real lugar da morte, no panorama do racismo, da corriqueira opressão ao corpo negro, do passado e do presente de um país construído com sangue e sofrimento de pessoas negras escravizadas.

Para compreender o processo de individuação do acontecimento Beto Freitas, discute-se sobre o assassinato como um evento que recupera outras diversas histórias. A morte de Beto representa a máxima de que, num cenário de racismo sistêmico, uma pessoa representa muitas. Desse modo, a individuação do acontecimento, segundo França (2011), não acontece imediatamente. Há um processo, com fases e elementos, no qual são identificadas as etapas do processo de individuação do acontecimento, pilares da análise desta pesquisa, para compreensão do material coletado. As categorias para análise do acontecimento Beto Freitas são divididas com as seguintes etapas:

- a) **descrição**, categorizando o acontecimento pela maneira com a qual ele é nomeado e inscrito em determinados quadros de sentido, seguindo a premissa de que esses quadros de sentido identificam, organizam e fazem compreender as interações vividas, situando uma ocorrência dentro de um contexto, o que permite aos indivíduos a identificação da situação, para adequar expectativas e orientar ações. Em resumo: a análise descritiva tem como base o enquadramento ou os enquadramentos que o acontecimento recebeu durante a cobertura midiática (FRANÇA, 2011);
- b) **narrativização** (*mise em intrigue*), promovendo uma articulação dos vários momentos do acontecimento, pensando na estruturação de sua temporalidade. Neste ponto, a análise é promovida considerando que a construção narrativa de um acontecimento é realizada quando o desfecho já é de conhecimento público; quando tudo já está acabado. Porém, como a mídia usa esquemas narrativos prontos e um conjunto de ocorrências que ainda estão em desenvolvimento, pode o acontecimento ser enquadrado a partir de determinadas escolhas de adequação temporal. A narrativização provem do enquadramento que é feito, com uma narrativa curta, iniciada junto com o próprio acontecimento e o que move o interesse no caso é apenas o crime, não buscando antecedentes e não apresentando desdobramentos. Em resumo: usando a narrativização, fundamenta-se a análise com a observação sobre quais eventos foram priorizados na abordagem do caso, qual foi o ponto de partida escolhido para construção do acontecimento e quais indivíduos/fontes foram privilegiados, respeitando seus papéis na narrativa proposta (FRANÇA, 2011);
- c) **pano de fundo pragmático**, dando destaque à composição do acontecimento, com base nas práticas e ações. Neste momento, preocupa-se em apresentar a construção simbólica do acontecimento, observando que o acontecimento não é apenas da ordem dos sentidos, mas algo que articula e convoca maneiras de agir. O pano de fundo pragmático reflete

- sobre a maneira como o acontecimento é percebido e de que forma ele influencia o comportamento dos indivíduos. Ele depende do conhecimento do cotidiano dentro das estruturas de uma determinada cultura. Em resumo: trabalha-se com a reação do público diante de um caso que resgata elementos do imaginário social, pensando em como o acontecimento foi recebido e quais ações e reações ele provocou (FRANÇA, 2011);
- d) **caracterização como um problema público**, pensando no recorte social que fornece importância ao acontecimento, sendo este revisto por um registro específico que lhe atribui um alcance societal. Nesta categoria, visiona-se interpretar o acontecimento pela natureza de interesse público desencadeada na cobertura midiática, por revelar uma situação problemática, voltada para o problema público. Em resumo: busca-se apresentar o acontecimento pelo ponto de vista de seu impacto para a sociedade, como algo que necessita de sérias intervenções (FRANÇA, 2011);
- e) **normalização**, ponto em que se observa a redução da contingência e a indeterminação do acontecimento, por meio de sua inscrição num contexto causal e social. Isso porque a individuação do acontecimento, quando ele ganha identidade, revela um processo no qual ele é inscrito naquilo que é habitual, dentro dos limites do que se sabe falar e lidar. Com a normalização, há uma redução do estranhamento no campo da experiência, quando se acostuma, por exemplo, com a insegurança do cotidiano motivada pelo caos social. Em resumo: a discussão proposta pela normalização é de que o acontecimento tende a perder sua força e ser esquecido, quando a normalidade é retomada, como no caso do Brasil, com o pensamento colonizado (FRANÇA, 2011).

O assassinato de Beto Freitas no Carrefour, em Porto Alegre, como já disposto, pertence a uma série de outros assassinatos, inclusive em supermercados, de pessoas negras. Por isso, e com base nas etapas elencadas acima, a análise a seguir pretende evidenciar as especificidades existentes no acontecimento Beto Freitas, pensando na repercussão do caso no debate público. Entende-se que existem construções narrativas nas reportagens do *GI* e do *UOL*, e que essas narrativas podem ser visualizadas por meio das marcas dos processos nas matérias, seguindo as fases de descrição, narrativização, pano de fundo pragmático, caracterização e normalização (FRANÇA, 2011).

A partir da individuação do acontecimento, apresenta-se também um olhar mais amplo pra pensar a interseccionalidade, conceito que, tal qual discorre Collins (2015), enfrenta um dilema de definição, pois a interseccionalidade participa das relações de poder que ela própria

examina e, por isso, ela precisa se atentar às condições que a fazem se tornar em afirmações de conhecimento compreensíveis.

Pensando na teoria da formação racial, Collins (2015) afirma que a interseccionalidade de gênero, raça e classe passa pela problemática acima citada porque a raça é conceituada como algo situado dentro da relação entre as estruturas sociais e representações culturais, sendo que essa teoria não confunde os discursos sobre raça e poder, relações nas quais os significados raciais estão situados. As mudanças nas formas que conservam os indivíduos como seres singulares, além das ações baseadas em grupo, podem ser analisadas por meio da teoria da formação racial. Assim, a interseccionalidade pode construir uma base para compreensão de várias formas de desigualdade.

A interseccionalidade pode ser aplicada, segundo Collins (2015), em diversas formações sociais que reproduzem desigualdades, como o patriarcado, o capitalismo e o heterossexismo. Já na questão da teoria da formação racial, a interseccionalidade examina o racismo como um sistema de poder e como esse sistema impacta nas formações sociais. Então, a interseccionalidade, para Collins (2015), pode ser definida como um projeto de conhecimento abrangente que se debruça a investigar marcas sociais que configuram desigualdades complexas, como na questão de gênero, classe e raça.

A discussão sobre interseccionalidade, de acordo com Collins (2015), deve ser promovida com três preocupações centrais. A primeira delas é sobre o campo de estudo de investigação, sendo necessário examinar os temas que caracterizam tal campo dentro das relações de poder. A segunda preocupação é sobre a interseccionalidade como uma estratégia analítica, uma vez que existem estruturas intersetoriais que produzem novos conhecimentos sobre a sociedade e essas estruturas são usadas para investigar fenômenos sociais, como práticas e problemas sociais. Já o terceiro ponto, nas palavras de Collins (2015), é sobre a interseccionalidade como uma forma de práxis crítica, em relação à sua conexão com a justiça social.

Usando a discussão de Collins (2015) sobre interseccionalidade, as notícias selecionadas para esta pesquisa serão distinguidas de acordo com o enquadramento usado em cada matéria. O enquadramento das notícias que trabalham apenas uma apresentação do caso, como um acontecimento particular, sem o recorte étnico-racial e o caos social vivenciado por pessoas negras, será classificado como enquadramento específico. Já nas ocasiões em que há apresentação de um pano de fundo, com uma contextualização de outros casos dentro da temática do genocídio, bem como pela apresentação do racismo como motivo do crime que vitimou Beto Freitas, o enquadramento será definido como contextual.

### 3.4 Análise do material coletado

**Quadro 1** – Caso Beto Freitas nos portais *GI* e *UOL*

Notícia	Manchete	Site	Data
1	Homem negro é espancado até a morte em supermercado do grupo Carrefour em Porto Alegre <sup>83</sup>	<i>GI</i>	20/11/2020
2	Homem negro morre após ser espancado em supermercado de Porto Alegre <sup>84</sup>	<i>UOL</i>	20/11/2020
3	'Ele gritava que não conseguia respirar', diz amigo de negro morto em supermercado de Porto Alegre <sup>85</sup>	<i>GI</i>	20/11/2020
4	'Era esperto, brincalhão', diz amigo de infância sobre homem negro morto espancado em supermercado no RS <sup>86</sup>	<i>GI</i>	20/11/2020
5	Apaixonado por futebol, brincalhão e família: quem era João Freitas <sup>87</sup>	<i>UOL</i>	20/11/2020
6	'Me ajuda', gritou à esposa homem antes de ser morto por segurança e PM <sup>88</sup>	<i>UOL</i>	20/11/2020
7	Morte de homem negro em supermercado no RS: veja repercussão <sup>89</sup>	<i>GI</i>	20/11/2020
8	Homem agredido no Carrefour: "Imagens horripilantes", diz secretário do RS <sup>90</sup>	<i>UOL</i>	20/11/2020
9	Juiz determina prisão preventiva de agressores de homem negro morto no RS <sup>91</sup>	<i>UOL</i>	20/11/2020
10	Quem é quem no caso que terminou com a morte de João Freitas no Carrefour <sup>92</sup>	<i>UOL</i>	23/11/2020
11	Caso João Alberto: polícia não vê crime, mas cita racismo como motivo torpe <sup>93</sup>	<i>UOL</i>	11/12/2020
12	Manifestação marca um mês da morte de João Alberto em supermercado de Porto Alegre <sup>94</sup>	<i>GI</i>	20/12/2020
13	Como está aquele caso: João Beto, morto por dois seguranças em um supermercado no RS <sup>95</sup>	<i>GI</i>	30/12/2020
14	Morte de cidadão negro em supermercado no RS completa 3 meses: 'Aquele noite não trouxe nada de bom', diz esposa <sup>96</sup>	<i>GI</i>	19/02/2021
15	Caso João Alberto: o que se sabe e o que falta saber após 5 meses de investigação <sup>97</sup>	<i>GI</i>	21/04/2021
16	Carrefour deposita R\$ 1 milhão a viúva de João Alberto, morto após ser espancado em supermercado de Porto Alegre <sup>98</sup>	<i>GI</i>	28/04/2021

<sup>83</sup> A notícia pode ser lida em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/11/20/homem-negro-e-espancado-ate-a-morte-em-supermercado-do-grupo-carrefour-em-porto-alegre.ghtml>

<sup>84</sup> A notícia pode ser lida em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/11/20/video-mostra-homem-sendo-e-espancado-por-seguranças-do-carrefour-no-rs.htm>

<sup>85</sup> A notícia pode ser lida em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/11/20/ele-gritava-que-nao-conseguia-respirar-diz-amigo-de-negro-morto-em-supermercado-de-porto-alegre.ghtml>

<sup>86</sup> A notícia pode ser lida em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/11/20/quem-e-joao-alberto-silveira-freitas-homem-negro-morto-espancado-em-supermercado-no-rs.ghtml>

<sup>87</sup> A notícia pode ser lida em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/11/20/quem-era-joao-freitas-morto-no-carrefour.htm>

<sup>88</sup> A notícia pode ser lida em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/11/20/me-ajuda-gritou-a-esposa-homem-morto-por-seguranca-e-pm-em-mercado.htm>

<sup>89</sup> A notícia pode ser lida em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/11/20/morte-de-negro-em-supermercado-no-rs-veja-repercussao.ghtml>

<sup>90</sup> A notícia pode ser lida em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/11/20/carrefour-imagens-sao-horripilantes-diz-secretario-de-seguranca-do-rs.htm>

<sup>91</sup> A notícia pode ser lida em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/11/20/juiz-determina-prisao-preventiva-de-envolvidos-em-morte-de-homem-negro.htm>

<sup>92</sup> A notícia pode ser lida em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/11/23/personagens-morte-carrefour-joao-alberto.htm>

<sup>93</sup> A notícia pode ser lida em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/12/11/caso-joao-alberto-policia-nao-ve-crime-mas-cita-racismo-como-motivo-torpe.htm?cmpid=copiaecola>

<sup>94</sup> A notícia pode ser lida em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/12/20/manifestacao-marca-um-mes-da-morte-de-joao-alberto-em-supermercado-de-porto-alegre.ghtml>

<sup>95</sup> A notícia pode ser lida em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/12/30/como-esta-aquele-caso-joao-beto-morto-por-dois-seguranças-em-um-supermercado-no-rs.ghtml>

<sup>96</sup> A notícia pode ser lida em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/02/19/morte-de-cidadao-negro-em-supermercado-no-rs-completa-3-meses-aquele-noite-nao-trouxe-nada-de-bom-diz-esposa.ghtml>

<sup>97</sup> A notícia pode ser lida em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/04/21/caso-joao-alberto-o-que-se-sabe-e-o-que-falta-saber-apos-5-meses-de-investigacao.ghtml>

<sup>98</sup> A notícia pode ser lida em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/04/28/carrefour-deposita-r-1-milhao-a-viuv-a-joao-alberto-morto-apos-ser-espancado-em-supermercado-de-porto-alegre.ghtml>

17	Carrefour diz que multará fornecedor e romperá contrato em caso de racismo <sup>99</sup>	UOL	28/04/2021
18	Morte de João Alberto provocou fim de terceirização de seguranças, diz executivo do Carrefour seis meses após o crime <sup>100</sup>	GI	19/05/2021
19	Carrefour aceita pagar R\$ 115 mi para evitar ação por caso João Alberto <sup>101</sup>	UOL	11/06/2021
20	Bolsas de estudo pagas pelo Carrefour no Caso Beto saem este ano, diz MPF <sup>102</sup>	UOL	11/10/2021

Fonte: Mendonça, 2021

O Quadro 1 elenca as 20 notícias, sendo 10 veiculadas no *GI* e outras 10 veiculadas no *UOL*, destacando a manchete, o site e a data de publicação, no período de 20 de novembro de 2020, dia posterior ao assassinato de Beto Freitas, data de celebração do Dia da Consciência Negra, quando as primeiras reportagens sobre o caso foram trazidas à público pela mídia, e 11 de outubro de 2021, última notícia publicada sobre o caso até a data de seleção do material para análise desta pesquisa. As matérias estão compreendidas num intervalo de tempo de 11 meses e, com isso, vislumbra-se compreender como o Caso Beto Freitas foi abordado no jornalismo *mainstream*, considerando a relevância dos sites selecionados para a problematização proposta neste estudo.

### Quadro 2 – Personagens e enquadramentos

Notícia	Personagens	Enquadramento
1	Beto Freitas; William Vacari Freitas, advogado de Magno Braz; David Leal, advogado de Giovane Gaspar; <i>Fontes do poder público:</i> Brigada Militar (Polícia Militar), Polícia Civil, Polícia Federal, delegada Roberta Bertoldo, Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) de Porto Alegre; <i>Fontes institucionais:</i> Carrefour, Grupo Vector.	Específico/contextual
2	Beto Freitas; Os Farrapos São José, torcida organizada de futebol em Porto Alegre; <i>Fonte cidadã:</i> Milena Alves, esposa de Beto; <i>Fontes do poder público:</i> Brigada Militar, delegado Leandro Bodoia, delegada Roberta Bertoldo; <i>Fonte institucional:</i> Carrefour.	Específico
3	Beto Freitas; William Vacari Freitas, advogado de Magno Braz; <i>Fontes cidadãs:</i> Milena Alves, Paulão Paquetá (amigo de Beto Freitas); <i>Fontes do poder público:</i> Brigada Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, delegada Roberta Bertoldo; <i>Fonte institucional:</i> Carrefour.	Específico
4	Beto Freitas; Os Farrapos São José; William Vacari Freitas, advogado de Magno Braz; <i>Fontes cidadãs:</i> André Gomes (amigo de Beto Freitas), Paulão Paquetá; <i>Fontes do poder público:</i> Brigada Militar, Polícia Civil, Polícia Federal; <i>Fontes institucionais:</i> Carrefour, Vector Segurança.	Específico
5	Beto Freitas; Os Farrapos São José; David Leal, advogado de Giovane Gaspar; <i>Fonte cidadã:</i> Milena Alves; <i>Fontes do poder público:</i> Brigada Militar, Polícia Civil.	Específico
6	Beto Freitas; Os Farrapos São José; David Leal, advogado de Giovane Gaspar; <i>Fonte cidadã:</i> Milena Alves; <i>Fontes do poder público:</i> Brigada Militar, delegado Leandro Bodoia;	Específico

<sup>99</sup> A notícia pode ser lida em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/04/28/carrefour-adota-clausula-antirracista-em-contratos.htm>

<sup>100</sup> A notícia pode ser lida em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/05/19/morte-de-joao-alberto-provocou-fim-de-terceirizacao-de-segurancas-diz-executivo-do-carrefour-seis-meses-apos-o-crime.ghtml>

<sup>101</sup> A notícia pode ser lida em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/06/11/carrefour-aceita-pagar-r-120-mi-para-evitar-acao-por-caso-joao-alberto.htm>

<sup>102</sup> A notícia pode ser lida em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/10/11/caso-beto-bolsas-de-estudo-com-dinheiro-do-carrefour-deve-sair-em-novembro.htm>

	<i>Fonte institucional:</i> Carrefour	
7	Beto Freitas; <i>Fontes cidadãos:</i> Capital Inicial, banda; Richarlison Andrade, jogador de futebol; Babu Santana, ator e cantor; Márcio Chagas, ex-árbitro; Ludmilla, cantora; <i>Fontes do poder público:</i> Hamilton Mourão, vice-presidente da República; Eduardo Leite, governador do Rio Grande do Sul (RS); Ranolfo Vieira Júnior, vice-governador do RS; Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF); Gilmar Mendes, ministro do STF; Damara Alves, ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos; OAB-RS, Defensoria Pública da União; ONU Brasil; Nadine Anflor, chefe de polícia do RS; Nelson Marchezan, prefeito de Porto Alegre; Luiz Fux, presidente do STF; Davi Alcolumbre, presidente do Congresso Nacional; Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados; Talíria Petrone, deputada federal; Marcelo Freixo, deputado federal; Luciana Genro, deputada estadual no RS; Sergio Moro, ex-ministro da Justiça; Manuela D'Ávila, candidata a prefeita de Porto Alegre; Sebastião Melo, candidato a prefeito de Porto Alegre; <i>Fontes institucionais:</i> UNI America, sindicato internacional que representa trabalhadores do Carrefour; Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense; <i>Fontes especializadas:</i> Silvio Almeida, filósofo, pesquisador e professor; Ronildo Pacheco, teólogo; Flávia Oliveira, jornalista e comentarista; Bianca Santana, jornalista e escritora; Winnie Bueno, pesquisadora do pensamento de Patricia Hill Collins; Thiago Amparo, advogado e professor; Geledés - Instituto da Mulher Negra.	Específico/contextual
8	Beto Freitas; <i>Fontes do poder público:</i> Brigada Militar, Eduardo Leite, governador do RS, Ranolfo Vieira Júnior, vice-governador do RS e secretário estadual de Segurança Pública; <i>Fonte institucional:</i> Carrefour.	Específico
9	Beto Freitas; <i>Fontes do poder público:</i> juiz Cristiano Vilhalba Flores, do Foro Central de Porto Alegre, subprocurador Marcelo Lemos Dornelles, do Ministério Público, delegada Roberta Bertoldo, Instituto Geral de Perícias (IGP).	Específico
10	Beto Freitas; Milena Alves; Funcionária de preto; Magno Braz Borges, segurança; Giovane Gaspar da Silva, segurança e policial; Adriana Alves Dutra, fiscal; <i>Fonte não convencional:</i> entregador que registrou o crime em vídeo.	Específico
11	Beto Freitas; Giovane Gaspar; Magno Borges; Adriana Alves Dutra; Paulo Francisco da Silva; Rafael Rezende; Kleiton Silva Santos; Felipe Bertoni, advogado de Adriana; David Leal, advogado de Giovane; <i>Fontes do poder público:</i> Polícia Civil, delegada Roberta Bertoldo <i>Fonte institucional:</i> Carrefour.	Específico/contextual
12	Beto Freitas; torcedores do São José; Giovane Gaspar; Magno Borges; Rafael Rezende; Kleiton Santos; Adriana Alves Dutra; Pedro Catão, advogado de Adriana; Jairo Luiz Cutinski, advogado de Magno; David Leal, advogado de Giovane e Rafael; Márcio Hartmann, advogado de Kleiton; <i>Fonte do poder público:</i> juíza Cristiane Busatto Zardo, da 2ª Vara do Júri de Porto Alegre.	Específico
13	Beto Freitas; Giovane Gaspar; Magno Borges; Adriana Alves Dutra; Paulo Silva; Kleiton Santos; Rafael Rezende; <i>Fonte do poder público:</i> juíza Cristiane Busatto Zardo, da 2ª Vara do Júri de Porto Alegre.	Específico
14	Beto Freitas; Carlos Alberto Barata Silva Neto, advogado da família de Beto; Giovane Gaspar; Magno Borges; David Leal, advogado de Giovane; Adriana Alves Dutra; Rafael Rezende; Kleiton Santos; Paulo Silva; Márcio Hartmann, advogado de Kleiton; Renan Jung, advogado de Paulo; <i>Fonte cidadã:</i> Milena Alves; <i>Fontes do poder público:</i> juíza Cristiane Busatto Zardo, da 2ª Vara do Júri de Porto Alegre; Secretaria de Segurança Pública (SSP-RS); delegada Roberta Bertoldo; <i>Fonte institucional:</i> Carrefour; <i>Fonte especializada:</i> Silvio Almeida, filósofo, pesquisador e professor.	Específico/contextual
15	Beto Freitas; Giovane Gaspar; David Leal, advogado de Giovane; Magno Borges; Adriana Alves Dutra; Rafael Rezende; Paulo Silva; Kleiton Santos; <i>Fonte cidadã:</i> Milena Alves; <i>Fontes do poder público:</i> juíza Cristiane Busatto Zardo, da 2ª Vara do Júri de Porto Alegre; delegada Vanessa Pitrez; ministra Cármen Lúcia, do STF;	Específico
16	Beto Freitas; Grupo Carrefour Brasil; Carlos Barata, advogado de Milena; <i>Fonte institucional:</i> Noël Prioux, CEO do Carrefour Brasil; <i>Fonte especializada:</i> Silvio Almeida, filósofo, pesquisador e professor.	Específico/contextual
17	Beto Freitas; Carrefour; <i>Fonte institucional:</i> Noël Prioux, CEO do Carrefour Brasil.	Específico/contextual

18	Beto Freitas; Giovane Gaspar; Magno Borges; Milena Alves; Carlos Barata, advogado de Milena; Adriana Alves Dutra; Kleiton Santos; Paulo Silva; Rafael Rezende; <i>Fonte do poder público:</i> delegada Roberta Bertoldo; <i>Fonte institucional:</i> João Senise, vice-presidente de Recursos Humanos do Carrefour no Brasil.	Específico/contextual
19	Beto Freitas; <i>Fonte do poder público:</i> MP-RS; Defensoria Pública-RS; <i>Fonte institucional:</i> Carrefour.	Específico/contextual
20	Beto Freitas; Marlon Reis, advogado da Educafro; <i>Fonte do poder público:</i> Enrico Rodrigues de Freitas, procurador da República; Rita Oliveira, defensora pública da União; Edes Cunha, promotor de Justiça; Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); Daniel Cogoy, defensor público federal; Viktor Byruchko Junior, procurador; <i>Fonte institucional:</i> Carrefour.	Específico/contextual

Fonte: Mendonça, 2021

O Quadro 2 apresenta as personagens que são inseridas nas narrativas noticiosas dos sites *GI* e *UOL*, assim como o enquadramento dado em cada notícia, a fim de elucidar como os referidos veículos de comunicação atuaram na cobertura do Caso Beto Freitas. As informações sobre essas personagens, separadas entre pessoas citadas nas matérias, as fontes, sendo elas do poder público, institucionais, cidadãs ou especialistas, além do enquadramento empregado no material coletado, serão de suma importância para a análise das categorias do acontecimento propostas por França (2011).

### 3.4.1 Descrição

A análise descritiva proposta por França (2011) tem como finalidade refletir sobre o enquadramento que o acontecimento adquiriu durante a cobertura midiática. Era noite no dia 19 de novembro de 2020, véspera do Dia da Consciência Negra, quando João Alberto Freitas, conhecido como João Beto, Nego Beto ou Beto Freitas, de 40 anos, foi brutalmente assassinato, por asfixia, no estacionamento de uma unidade da rede de supermercados Carrefour, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Beto era um homem negro e foi espancado após se desentender como uma funcionária do estabelecimento comercial.

Os responsáveis pelo crime são Giovane Gaspar da Silva, de 24 anos, um ex-policia militar e segurança que estava em seu primeiro dia de prestação de serviços para o Carrefour, e o segurança Magno Braz Borges, de 30 anos, ambos presos em flagrante. Além deles, a fiscal Adriana Alves Dutra também foi presa posteriormente, por ter impedido que populares socorressem Beto durante as agressões e por ter omitido informações no contato com o Samu. Atualmente, Adriana responde pelo crime em liberdade, assim como Paulo Francisco da Silva, único negro dentre os envolvidos no crime, Rafael Resende e Kleiton Silva Santos, funcionários

do Carrefour que ajudaram a imobilizar Beto e dificultaram o socorro à vítima. Os seis foram indiciados pelo crime.

O assassinato de Beto é mais um dos vários casos compreendidos pelo genocídio negro no Brasil, como as mortes de Miguel, João Pedro, Kathlen Romeu<sup>103</sup> e tantas outras pessoas negras que são covardemente assassinadas, num demonstrativo da violência sistêmica contra essa parcela da sociedade, vítimas de uma série de mazelas propiciadas pela problemática étnico-racial no país. Entretanto, ao cobrir esses casos, a mídia tende a negligenciar o pano de fundo que fundamenta inúmeras das mortes causadas contra esse grupo social: a existência de um racismo estrutural como já discutido no Capítulo 1.

As duas reportagens iniciais sobre a morte de Beto Freitas, elencadas no Quadro 1, trazem poucos aspectos contextuais sobre as motivações para o crime que vitimou Beto e o contexto na qual essa morte está inserida. Na primeira reportagem do *GI*, intitulada “Homem negro é espancado até a morte em supermercado do grupo Carrefour em Porto Alegre”, não fica evidente a gravidade do caso, trazendo como informação que “a vítima teria ameaçado bater na funcionária, que chamou a segurança” (*GI*, 20/11/2020), numa tentativa de neutralidade que acaba por conferir à vítima certa culpa por sua morte. Apenas na retranca, há uma preocupação de trazer informações sobre o alto índice de assassinatos de pessoas negras no Brasil, nos últimos anos, ao mencionar que “dados divulgados em agosto deste ano pelo Atlas da Violência 2020 indicam que os assassinatos de negros aumentaram 11,5% em dez anos, enquanto os de não negros caíram 12,9% no mesmo período” (*GI*, 20/11/2020). Na retranca, o site também traz o dado de que “casos de agressão a negros ou relatos de racismo em mercados têm sido recorrentes em várias cidades do país” (*GI*, 20/11/2020), contextualizando a morte de Beto dentro de um cenário de muitos outros assassinatos em ambientes comerciais. A matéria ainda apresenta vídeos explícitos da ação dos seguranças, durante a asfixia contra Beto.

Mesclando o enquadramento específico com um pouco do enquadramento contextual, conforme o Quadro 2, a primeira reportagem do *GI* se difere razoavelmente da notícia 2, do *UOL*, com a manchete “Homem negro morre após ser espancado em supermercado de Porto Alegre”, que sequer traz informações de outros casos de racismo e assassinato de pessoas negras no Brasil para fundamentar a morte de Beto. A notícia apenas traz as informações básicas sobre o caso: um homem negro foi espancado e morto por dois seguranças do Carrefour, que foram presos. A única problematização dentro da perspectiva do racismo apresentada na reportagem, ao também anexar o vídeo da agressão, é que “a cena vem sendo comparada nas redes sociais

---

<sup>103</sup> As informações sobre o assassinato de Kathlen Romeu podem ser lidas em: <https://ponte.org/caso-kathlen-e-a-producao-de-mortes-pelas-policias-brasileiras/>

ao que aconteceu com George Floyd, que morreu sufocado por policiais nos Estados Unidos”. Ademais do fato de não inserir as narrativas do assassinato de Beto no panorama do racismo estrutural no Brasil, o UOL relembra apenas a morte de um cachorro<sup>104</sup> na mesma rede de supermercados.

A segunda notícia do escopo de análise tem um enquadramento meramente específico. Essas duas primeiras reportagens não problematizam as relações de poder e desigualdade social no Brasil, questões que estão intrínsecas no espancamento e morte de Beto. De acordo com Collins (2015), essas questões são centrais para o entendimento de que há muitos elementos em jogo para ignorar as implicações da interseccionalidade. Isso porque a interseccionalidade, tal qual os projetos de enfrentamento às desigualdades sociais, constitui um espaço contestado.

Na terceira reportagem, veiculada pelo *GI* com a manchete “‘Ele gritava que não conseguia respirar’, diz amigo de negro morto em supermercado de Porto Alegre”, novamente, a discussão sobre o racismo é negligenciada, com um texto que se baseia em apresentar elementos da configuração do crime, como o fato de Beto ter suplicado por socorro. Aqui, a pretensão é apelar para o emocional, detalhando, com falas de um amigo de Beto, o quanto a vítima sofreu antes de sua morte. O mesmo se repete na notícia 4, também do *GI*, de acordo com os Quadros 1 e 2, com a manchete “‘Era esperto, brincalhão’, diz amigo de infância sobre homem negro morto espancado em supermercado no RS”. A única menção que as duas notícias fazem que se aproxima à problemática do racismo, contexto da morte de Beto, é o fato da morte ter acontecido na véspera do Dia da Consciência Negra. Na quarta reportagem, pela primeira vez, a questão de classe social aparece, quando mencionado que “João Beto, como era conhecido pelos amigos, vivia numa comunidade na Vila Farrapos, na Zona Norte da Capital. Ele foi agredido e morreu dentro de uma unidade do supermercado Carrefour” (G1, 20/11/2020).

Assim como na notícia 4, a quinta reportagem, do *UOL*, com a manchete “Apaixonado por futebol, brincalhão e família: quem era João Freitas”, também não tensiona a discussão sobre o racismo sistêmico no Brasil, apenas trazendo uma narrativa sobre como era a vítima, nas palavras de sua esposa, Milena Alves. Nota-se que é a primeira ocorrência, dentre as notícias selecionadas para análise, em que o nome de Beto está presente na manchete, não apenas definido como homem negro, como nas reportagens anteriores. É também a primeira reportagem que apresenta a informação sobre a distância entre a casa de Beto e o supermercado, ao mencionar que “a moradia fica a cerca de 600 metros do Carrefour, considerado

---

<sup>104</sup> Veja em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2018/12/05/videos-mostram-seguranca-barra-de-metal-e-cao-ferido-carrefour-investiga.htm>

supermercado referência para a família devido à proximidade” (*UOL*, 20/11/2020). Na mesma notícia, é informado o valor gasto por Beto e sua esposa no supermercado: R\$60,00 (sessenta reais). Os dois foram ao Carrefour em busca de ingredientes para uma receita de pudim de pão, algo que Beto queria comer naquele dia.

A sexta reportagem, não diferentemente das já citadas, dedica-se a contar o que houve na noite do dia 19 de novembro de 2020. Com a manchete “‘Me ajuda’, gritou à esposa homem antes de ser morto por segurança e PM”, o *UOL* conta que “das compras no supermercado até a cena de um crime. Duas cenas ficaram marcadas na memória da cuidadora de idosos Milena Borges Alves” (*UOL*, 20/11/2020), novamente apresentando Beto como uma pessoa brincalhona, e trazendo a informação de que supostamente uma brincadeira da vítima teria desencadeado a fúria dos funcionários do Carrefour. “Ao chegar ao caixa, o homem acenou para uma segurança. Para Milena, isto teria desencadeado as agressões” (*UOL*, 20/11/2020), revela o site, caminhando pelo mesmo percurso até então tomado na cobertura do acontecimento Beto Freitas: com uma mera apresentação de informações sobre o que aconteceu na noite do crime.

Da notícia 3 até a notícia 6, como pode ser visto no Quadro 2, o enquadramento adotado pelos sites *GI* e *UOL* mostra que não houve interesse em contextualizar a morte de Beto dentre os inúmeros casos de assassinatos que têm o racismo como motivação. De acordo com França (2011), há quadros de sentidos na individuação do acontecimento, com princípios de inteligibilidade que são sociais e históricos, organizando a vida social e as interações dentro de um grupo e de uma sociedade. Esses sentidos são múltiplos e são usados pelos indivíduos, nas relações interpessoais, e também nas coberturas midiáticas. Portanto, há uma escolha de um determinado quadro de sentido, segundo França (2011), que não depende apenas de uma situação específica, como o Caso Beto Freitas, mas de um contexto social amplo, além de um conjunto de valores que se mostram na sociedade.

Somente na sétima reportagem, com a manchete “Morte de homem negro em supermercado no RS: veja repercussão”, o *GI* buscou atribuir ao caso uma narrativa de exemplo da atuação do racismo na sociedade, usando uma nota da Organização das Nações Unidas (ONU) Brasil em que é lembrada a existência de inúmeros outros casos de negros que continuam a ser vítimas de racismo, discriminação racial e intolerância. Na nota publicada parcialmente pelo *GI*, a organização “convida a sociedade brasileira a construir uma sociedade igualitária e livre do racismo, a partir da Campanha #VidasNegras” (*GI*, 20/11/2020). Na mesma notícia, o *GI* usa um texto do *Geledés – Instituto da Mulher Negra*, que também discute sobre o racismo no contexto brasileiro: “A morte de João Alberto Silveira Freitas, por

seguranças do Carrefour do bairro de Passo d'Areia, na Zona Norte da capital gaúcha, escancara mais uma vez, a prática de extermínio contra a população negra no Brasil” (*GI*, 20/11/2020).

O G1 também faz uso de uma fala do pesquisador Sílvio Almeida na notícia 7, como visto no Quadro 2, na qual Almeida afirma que "afinal, é normal que homens negros sejam espancados e/ou estrangulados nas dependências de um supermercado, não? Não há ironia aqui. É normal mesmo” (*GI*, 20/11/2020), criticando a realidade da violência e opressão contra pessoas negras em supermercados, conforme mostram outros casos já trabalhados nesta pesquisa.

Na sétima reportagem, a problematização do racismo aparece também na fala da jornalista Flávia Oliveira, que lamenta: "No #DiadaConscienciaNegra, a notícia é um homem negro e espancado até a morte em Porto Alegre. Mais um corpo negro assassinato nesse país violento e racista" (*GI*, 20/11/2020). O material analisado mostra que, na quarta notícia da cobertura do portal *GI* sobre o acontecimento Beto Freitas, houve uma intenção de evidenciar a gravidade do racismo no Brasil, contextualizando a influência disso no caso específico de Beto. Uma decisão importante, pois França (2011) afirma que a escolha dos quadros de sentido na apresentação do acontecimento é essencial para orientar a descrição do que ocorreu e realçar aspectos dominantes, com as características que reveste esse acontecimento, neste caso, o racismo.

Enquanto isso, ainda na cobertura inicial sobre o Caso Beto Freitas, o *UOL* continuou trazendo notícias que não apresentaram uma discussão sobre as questões étnico-raciais implicadas na morte em questão. Na oitava reportagem, cuja manchete é “Homem agredido no Carrefour: "Imagens horripilantes", diz secretário do RS”, o *UOL* se preocupa em apresentar o posicionamento de lideranças políticas do Rio Grande do Sul em relação ao assassinato de Beto, fazendo um breve resumo do que era de conhecimento público sobre o acontecimento até então. Já no fim da tarde do dia posterior à morte de Beto, o *UOL* informou, na notícia 9, conforme Quadro 1, que o “Juiz determina prisão preventiva de agressores de homem negro morto no RS”. Nesta reportagem, a informação principal é a prisão de Magno Braz Borges e Giovane Gaspar Da Silva, os seguranças responsáveis pelo espancamento, asfixia e morte de Beto Freitas. Sem fazer ligação da morte de Beto com milhares de outras, o *UOL* apenas afirma que “o episódio gerou comoção e revolta nas redes sociais. Muitos internautas lembraram que o caso ocorreu à véspera do Dia da Consciência Negra, celebrado nesta sexta-feira” (*UOL*, 20/11/2020).

Na décima reportagem sobre o caso, divulgada quatro dias após o crime, o *UOL* traz como manchete “Quem é quem no caso que terminou com a morte de João Freitas no

Carrefour”. Pela segunda vez, e novamente em uma notícia do *UOL*, o nome de Beto aparece no título da matéria, dando uma identidade ao “homem negro” tão citado em outras chamadas. Apenas apresentando as personagens envolvidas no caso, a reportagem traz como única novidade informações sobre uma entrevista que o entregador, não identificado, que documentou, em vídeo, o assassinato de Beto, concedeu para o programa *Fantástico*, da *TV Globo*. Na ocasião, o entregador alegou que não impediu o espancamento por temer se tornar mais uma vítima da ação ostensiva dos seguranças do Carrefour, acreditando também que o fato de estar gravando a cena inibiria a violência de Giovane e Magno contra Beto.

As notícias 8, 9 e 10, todas do *UOL*, não estabelecem discussões sobre o racismo e como a morte de Beto está intrincada nessa questão. Houve uma categorização imediata da mídia ao caso como um assassinato de um homem negro em um supermercado, sem o devido enquadramento ao acontecimento, pensando na relação dessa morte a outras várias e aos papéis das relações de poder e desigualdade social nesse acontecimento. O enquadramento dado foi a violência cotidiana, pensando na crueldade, na fragilidade a que os indivíduos estão sujeitos (FRANÇA, 2011).

Já na segunda metade das notícias escolhidas para análise, a cobertura de *GI* e *UOL* se mostra mais interessada em contextualizar o acontecimento Beto Freitas como um caso de racismo. Das dez notícias analisadas, sete apresentam uma discussão sobre o racismo como mote do assassinato de Beto. Importante mencionar que essa remessa de notícias, ao contrário das 10 primeiras, foi realizada com maior espaço temporal entre o crime e o produto acabado.

A décima primeira reportagem do *UOL*, por exemplo, com a manchete “Caso João Alberto: polícia não vê crime, mas cita racismo como motivo”, foi divulgada em 11 de dezembro de 2020, quase um mês após a morte de Beto. Na notícia, a principal informação é a de que a Polícia Civil não havia incluído os crimes de racismo e injúria racial no indiciamento das seis pessoas envolvidas na morte de Beto Freitas, mas que a delegada Roberta Bertoldo informou que o racismo estrutural foi um dos fundamentos para qualificar o assassinato como motivo torpe. Usando uma fala da delegada, o *UOL* enfatiza que os envolvidos tiveram condutas degradantes e desumanas em relação à vítima, associando que a sociedade age com discriminação em relação a pessoas pobres, uma população majoritariamente negra.

Na reportagem citada acima, o *UOL* acrescenta em sua narrativa, por meio da afirmação da delegada, que existem situações discriminatórias no Brasil e que, talvez, se fosse uma pessoa bem vestida na mesma situação de Beto, os desdobramentos seriam outros, destacando que a cor da pele, como outros critérios, é algo decisivo para o tratamento de inúmeras pessoas. O pesquisador Silvio Almeida é quem mais uma vez surge dentro da cobertura do Caso Beto

Freitas, quando a delegada Roberta Bertoldo faz uso do pensamento de Almeida para dizer que o racismo é naturalizado dentro da sociedade brasileira e que foi possível perceber a atuação dessa questão estrutural no caso de Beto.

Quando o assassinato de Beto Freitas completou um mês, o *GI* publicou uma notícia com a manchete “Manifestação marca um mês da morte de João Alberto em supermercado de Porto Alegre”, cobrindo a manifestação pacífica realizada em frente ao supermercado Carrefour Passo D'Areia, na Zona Norte de Porto Alegre, local onde Beto foi morto. A reportagem destaca que os manifestantes carregavam faixas com frases antirracistas e em memória de Beto, mas não problematiza, nem linka o caso específico dentro da reverberação do racismo. Em contrapartida, enfatiza que alguns manifestantes não usavam máscaras, revelando um jogo de narrativas e uma busca de quadros de sentidos (FRANÇA, 2011), uma vez que a informação da falta do uso de máscaras em um cenário pandêmico se tornou mais interessante para o *GI* do que, propriamente, as implicações do caso na problemática do racismo. Não atentaram também para o fato de que os amigos de Beto presentes na manifestação, em sua maioria, assim como a vítima, são desfavorecidos economicamente, sendo que a pandemia acentuou ainda mais os níveis de pobreza<sup>105</sup>.

A décima terceira reportagem, publicada em 30 de dezembro de 2020, conforme o Quadro 1, tem como manchete “Como está aquele caso: João Beto, morto por dois seguranças em um supermercado no RS”. Na notícia, o *GI* apresenta os desdobramentos do caso até a época de divulgação do texto jornalístico, fazendo uma linha cronológica dos fatos sabidos, sem qualquer discussão sobre racismo. Nas reportagens 12 e 13, ambas do *GI*, há um enquadramento específico do caso e o pano de fundo da morte novamente não é explicitado.

A cobertura do acontecimento Beto Freitas ganha novo caráter a partir da décima quarta reportagem, divulgada pelo *GI* em 19 de fevereiro de 2021. Com a manchete “Morte de cidadão negro em supermercado no RS completa 3 meses: 'Aquele noite não trouxe nada de bom', diz esposa”, o *GI* destaca que a morte de Beto reabriu discussões sobre racismo e violência no Brasil. Apesar da chamada da reportagem fazer uso dos termos “cidadão negro” para identificar Beto, quando seu nome já era de conhecimento público, pela ampla cobertura midiática sobre o caso, por meio da retransmissão “Racismo permeia o caso”, o *GI* evidencia que, para a polícia e para os promotores, a indiferença com o sofrimento de Beto Freitas, durante a asfíxia, denota uma ideia de racismo estrutural.

---

<sup>105</sup> Veja em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/pandemia-provoca-aumento-niveis-pobreza-sem-precedentes-ultimas-decadas-tem-forte>

Ainda na notícia 14, a questão de etnia aparece na fala do advogado de Paulo Silva, quando o defensor alega que Paulo é uma pessoa negra, casado com uma mulher negra, e que seus filhos, bem como seus familiares e amigos, são todos negros, o que, para Paulo, configura um absurdo a acusação do homicídio de Beto motivado por racismo. A fala do advogado ainda traz outra questão: a branquitude. Ele menciona que as autoridades responsáveis pela condução do caso são todas brancas.

Silvio Almeida aparece mais uma vez na cobertura da morte de Beto, afirmando que, em outros tempos, o racismo estrutural sequer teria sido usado pelas autoridades para indiciar envolvidos em um crime. Almeida disse ao *GI* que o preconceito é institucional e estrutural, e que as autoridades ficam limitadas a agir dentro do que o Direito estabelece para tratamento dessa questão. A viúva de Beto também cita o racismo como motivo do crime, ao dizer que: "Eu acredito que foi vítima de racismo, sim, porque teve outras pessoas negras que foram destrasadas ali" (*GI*, 19/11/2021).

Ainda na décima quarta reportagem, o Carrefour alega ter reforçado ações de combate ao racismo, assumindo compromissos para aprimorar suas próprias políticas e práticas antirracistas, focando na promoção das carreiras de pessoas negras dentro da rede de supermercados e na inclusão social de negros no mercado de trabalho. Dentre todas as notícias analisadas nesta pesquisa, essa reportagem é a que mais traz elementos de discussão sobre o racismo, a etnia e a desigualdade implicados na morte de Beto.

Em abril de 2021, *GI* publicou a reportagem "Caso João Alberto: o que se sabe e o que falta saber após 5 meses de investigação", informando que o caso continuava sem previsão de julgamento. O site ainda trouxe com exclusividade a informação sobre a recusa de Milena Alves, viúva de Beto, sobre a oferta de indenização proposta pelo Carrefour, estimada em R\$1.000.000,00 (um milhão de reais). Neste caso, não houve um enquadramento contextual sobre raça, etnia e racismo, conduzindo a notícia de forma fria, sem o apelo social necessário.

No final do mesmo mês, o *GI* informou, na notícia 16, com a manchete "Carrefour deposita R\$ 1 milhão a viúva de João Alberto, morto após ser espancado em supermercado de Porto Alegre", que Milena Alves foi indenizada pelo Grupo Carrefour Brasil. A reportagem abordou as ações antirracismo desenvolvidas pela rede de supermercados, destacando uma pesquisa encomendada pelo Carrefour para avaliar a percepção da sociedade em relação ao racismo no Brasil, revelando que 61% da população disseram ter visto negros sendo discriminados em estabelecimentos comerciais.

A mesma reportagem traz uma fala de Silvio Almeida, que afirmou: "A questão central que tem que entender como todo edifício da sociedade — eu estou falando da política, da

economia, eu estou falando do mercado — ainda tem como base a escravidão” (*GI*, 28/04/2021). Pensando na interseccionalidade, Collins (2015) afirma que, quando se trata dos seus dilemas de definição, muito está em jogo. A interseccionalidade como projeto de conhecimento, enfatiza a autora, enfrenta o desafio fundamental de sustentar sua vantagem crítica, atendo-se à criatividade desta área de investigação, encontrando uma linguagem comum que será útil para que os indivíduos.

Ainda em 28 de abril, o *UOL* divulgou a manchete “Carrefour diz que multará fornecedor e romperá contrato em caso de racismo”. Nesta reportagem, o site destaca que o Carrefour terá uma cláusula antirracista em todos os contratos de fornecedores, com o indicativo de rompimento de contrato em caso de atitudes racistas. A notícia apresenta a fala de um CEO da empresa, dizendo que “promover a diversidade e combater o racismo são questões urgentes. As medidas não são uma prestação de contas. São uma inspiração para sociedade” (*UOL*, 28/04/2021). Já no *GI*, em maio de 2021, a reportagem “Morte de João Alberto provocou fim de terceirização de seguranças, diz executivo do Carrefour seis meses após o crime” trouxe a retranca “Oportunidades de igual para igual”, frisando a atuação do Carrefour numa busca por diversidade entre os contratados para cargos de liderança.

As duas últimas reportagens analisadas, ambas do *UOL*, trazem informações mais recentes sobre o caso. Em “Carrefour aceita pagar R\$ 115 mi para evitar ação por caso João Alberto”, o foco é no repasse de R\$68.000.000,00 (sessenta e oito milhões de reais) do Carrefour para o pagamento de bolsas de estudo para pessoas negras para ensino médio, técnico, superior e de pós-graduação. Outra parte da indenização, no valor de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), segundo o *UOL*, será usada para “elaboração de projetos de iniciativa museológica sobre o processo de escravização e do tráfico transatlântico de pessoas africanas escravizadas na região do Cais do Valongo, localizado na zona portuária do Rio de Janeiro” (*UOL*, 11/06/2021).

Já na reportagem “Bolsas de estudo pagas pelo Carrefour no Caso Beto saem este ano, diz MPF”, último material analisado nesta pesquisa, além da informação sobre as bolsas de estudos já citadas acima, é informado que as campanhas de combate ao racismo financiadas pelo Carrefour custarão R\$7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil reais), no desenvolvimento de ações educativas sobre discriminação racial e na promoção da cultura negra. As comunidades quilombolas também receberão R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) para fomento da produção agrícola e artesanal das pessoas que fazem parte desses grupos. Outro ponto citado na reportagem é o valor de R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais) destinados a empreendedores negros, cujas empresas ajudam a desenvolver companhias iniciantes.

A cobertura da morte de Beto Freitas realizada pelo *GI* e *UOL*, em geral, foca num enquadramento específico do caso. As notícias abordam o assassinato, em suma maioria, de forma isolada, não contextualizando outros elementos relacionados a esse acontecimento, como o exponencial aumento do genocídio negro no Brasil, sem dar conta da vulnerabilidade dos indivíduos negros numa sociedade racista, salvo alguns exemplos de reportagens citadas acima que trouxeram uma problematização do racismo. Pensar nas especificidades da existência negra é entender que a identidade do indivíduo negro já é marcada por diversos elementos de subalternidade e, segundo Hall (2002), na situação da diáspora, as identidades são múltiplas.

### 3.4.2 Narrativização

Por meio da narrativização (FRANÇA, 2011), a análise se concentrará em observar quais eventos foram priorizados na cobertura do acontecimento Beto Freitas, pensando no ponto de partida escolhido para a construção das notícias e de quais personagens (indivíduos/fontes) foram privilegiados dentro da narrativa proposta.

A primeira reportagem traz como principais personagens, além de Beto Freitas, os advogados de defesa de Magno e Giovane, os seguranças assassinos, e tem como principal fonte o poder público, como a delegada Roberta Bertoldo, encarregada do caso, bem como a Brigada Militar (Polícia Militar), a Polícia Civil, a Polícia Federal e a Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) de Porto Alegre. A notícia ainda apresenta argumentos de fontes institucionais, como o Carrefour e do Grupo Vector, empresa terceirizada responsável pelos seguranças. Da notícia 2 até a notícia 6, como pode ser visto no Quadro 2, poucos personagens se alteram nas narrativas propostas pelos sites *GI* e *UOL* na cobertura do assassinato de Beto, com repetição de fontes do poder público e fontes institucionais. Na notícia 2, Milena Alves, esposa de Beto, aparece como fonte cidadã. Na notícia 3, Paulão Paquetá, amigo de Beto Freitas, também surge como fonte cidadã. Na notícia 4, André Gomes, outro amigo de Beto, é usado como fonte.

Nesse primeiro momento, é comum a mesma narrativa nos dois sites analisados: um homem negro foi morto em um supermercado. Não há profundidade nas notícias ou uma busca por elementos que fujam do óbvio e que fundamentem, para além do fato isolado, a morte de Beto. A discussão sobre racismo aparece vagamente na primeira reportagem, do *GI*, e depois é negligenciada em todas as demais ocorrências. Também comumente aparece como narrativa o fato de o crime ter acontecido na véspera do Dia da Consciência Negra.

As notícias de 1 a 6 também trazem como ponto em comum a informação de que os dois seguranças envolvidos na morte de Beto foram presos preventivamente e que a investigação tratava o crime como homicídio qualificado. O Carrefour também é outro personagem recorrente, aparecendo pra lamentar o ocorrido e informar que providências seriam tomadas.

Há um apelo emocional também, narrando o sofrimento de Beto que, imobilizado, implorava por ajuda. *GI* e *UOL* enfatizam que Milena Alves, esposa de Beto, não presenciou o assassinato, por estar distante do local onde a agressão ocorreu, e que foi impedida de prestar socorro. Posteriormente, Milena viu o vídeo do espancamento contra Beto. As notícias narram o possível início da discussão que acabou por vitimar Beto, apresentando que a vítima teria se desentendido com a caixa do estabelecimento e que, por isso, foi conduzida pelos seguranças da loja até o local de sua morte. No *GI*, há um trecho do texto que diz: “a vítima teria ameaçado bater na funcionária” (*GI*, 20/11/2020).

Outra narrativa presente nas reportagens é o uso de fotos e vídeos. É possível ver fotos do acervo pessoal de Beto, assim como imagens do dia do assassinato. Em todas as notícias, o vídeo amador que mostra Beto sendo agredido, asfixiado e morto é exibido, deixando claro que a vítima não estava em condições de se defender e que o crime foi cometido de forma bárbara. Ao final da notícia 5, o *UOL* anexou um vídeo, de autoria do *Universa*, do Grupo *UOL*, com a seguinte indagação: “O Brasil é racista?”. No vídeo, Alexandra Loras, Jaqueline Conceição, Liliane Rocha, Obirin Odara e Rosa Luz discutem sobre a longa história do racismo estrutural no Brasil.



Figura 8: Beto Freitas é covardemente morto por seguranças do Carrefour (*G1*).

As reportagens 4 e 5 trazem outra informação em comum: o fato de Beto possuir passagens pela polícia. No *GI*, a reportagem “‘Era esperto, brincalhão’, diz amigo de infância sobre homem negro morto espancado em supermercado no RS” informa que “segundo a polícia, tinha antecedentes criminais por violência doméstica, ameaça e porte ilegal de arma” (*GI*, 20/11/2020). Já no *UOL*, a notícia “Apaixonado por futebol, brincalhão e família: quem era João Freitas”, destacou que “de acordo com a Polícia Civil, Freitas tinha antecedentes criminais por violência doméstica, lesão corporal e ameaça” (*UOL*, 20/11/2020). Ambas as notícias definindo na manchete que Beto era brincalhão, mas usando elementos do passado em uma narrativa do presente.

Qual o sentido de informar que Beto tinha antecedentes criminais? França (2011) destaca que não há uma busca por antecedentes na cobertura do jornalismo *mainstream*, o que configura numa inexistência da apresentação de desdobramentos, como no acontecimento Beto Freitas. Entretanto, apesar de não se preocupar em trazer para o texto noticioso outros casos que estão compreendidos na problemática do racismo estrutural e de não contextualizar a morte de Beto como uma violência racista, *GI* e *UOL* mostram uma capacidade de recuperar o passado quando o intuito é criar juízo de valor e fornecer novos elementos na construção de sentidos do público. Num país sabidamente racista que não se reconhece como tal e que, ainda hoje, há uma negação do passado, baseada na crença da democracia racial, ao acrescentar a um caso de racismo sistêmico uma informação irrelevante do passado, *GI* e *UOL* parecem ter o intuito de conferir à vítima uma espécie de culpa por sua morte.

Somente na sétima reportagem, ainda do dia 20 de novembro de 2020, com a manchete “Morte de homem negro em supermercado no RS: veja repercussão”, o *GI* trouxe as primeiras fontes especializadas falando sobre a morte de Beto, sendo elas: Silvio Almeida, filósofo, pesquisador e professor; Ronilso Pacheco, teólogo; Flávia Oliveira, jornalista e comentarista; Bianca Santana, jornalista e escritora; Winnie Bueno, pesquisadora do pensamento de Patricia Hill Collins; Thiago Amparo, advogado e professor; Geledés - Instituto da Mulher Negra. Nessa reportagem, a narrativa seguida pelo *GI* é a da comoção após a repercussão do caso, quando lideranças políticas, famosos e especialistas em discussões étnico-raciais se posicionaram publicamente.

Na mesma reportagem, há uma fala do vice-presidente da República, Hamilton Mourão, sobre o caso. De acordo com o vice-presidente, no Brasil, não há racismo. Mourão afirma que a narrativa do racismo no país é, na verdade, uma tentativa de importar o racismo dos Estados Unidos para solo brasileiro. A afirmação do político gerou revolta e a ONU Brasil emitiu uma

nota afirmando que o assassinato de Beto Freitas é uma das evidências de que há racismo no Brasil, como também as desigualdades encontradas na estrutura social brasileira.

Assim como Mourão, muitos defendem a ideia de que não existe racismo no Brasil. Como não há? O racismo estrutural é inegável, perceptível, desde as formas mais sutis, até os inúmeros casos de injúria racial e assassinatos com motivações racistas. Hall (2002) afirma que o racismo biológico e a discriminação cultural estão combinados e são articulados, sendo o racismo biológico responsável por privilegiar marcadores como a cor da pele. Assim, a negritude funciona como um signo da maior proximidade entre os afrodescendentes com a natureza, atribuindo aos negros condições como a falta de capacidade intelectual, a hipersexualização de seus corpos e a violência sistêmica, reflexos do estigma causado por razões étnicas, pela concepção da diferença, da inferioridade, da subalternidade (HALL, 2002).

Nas notícias 8, 9 e 10, do *UOL*, a narrativa proposta sobre o acontecimento Beto Freitas continua sendo de uma morte isolada, sem o referencial de estatísticas sobre os assassinatos de pessoas negras no Brasil, nem com o resgate de outros casos recentes que estão em curso por todo o país. Existe um genocídio e a própria mídia se apropria de vários casos que ocorrem nessa problemática, mas não há um exercício de construir o acontecimento implicado na real raiz do problema, sobre as estruturas de poder existentes na sociedade, na lógica de subserviência do negro para manutenção do capital e no extermínio da população negra, respaldado pelo Estado, com uso de políticas públicas que fomentam uma gama de violências.

Já a décima primeira reportagem explora a discussão sobre o racismo como narrativa de composição do acontecimento Beto. O texto jornalístico começa informando que o racismo estrutural foi usado como qualificante de motivo torpe no indiciamento das pessoas envolvidas no assassinato de Beto Freitas. *UOL* se vale da violência contra pessoas negras, pela primeira vez, no corpo do texto, para apresentar os desdobramentos do caso. Apesar de não ser uma discussão trabalhada em toda a cobertura do site sobre a morte de Beto, o enfoque dado pelo *UOL* ao contexto da violência presente neste caso pode ter contribuído para a construção de novos quadros de sentido (FRANÇA, 2011) na leitura do público sobre o acontecimento em questão.

A revolta popular aparece na narrativa do *GI* sobre a cobertura da manifestação realizada um mês após o crime. Apesar de pacífico, o protesto revelou um apelo por justiça, quando a morte ainda era recente e pouco havia sido feito em prol da família da vítima. A notícia enfatiza que frases antirracistas foram usadas durante o ato. Aqui, fica claro que, para além do público geral, que conheceu a vítima apenas após o crime, Beto era uma pessoa querida

por pessoas próximas e amigos da torcida organizada Os Farrapos São José, que apoia o Esporte Clube São José, um clube de futebol brasileiro sediado na zona norte de Porto Alegre.

Na seção “Como está aquele caso”, o G1 relembra alguns detalhes do crime, anexando o que era de conhecimento sobre o caso até então. Interessante notar o caráter atual do jornalismo de rememorar os casos emblemáticos, fazendo com que esses acontecimentos continuem, de certa maneira, sendo discutidos na esfera pública, revisitando o impacto da morte de Beto para a sociedade, a comoção, os protestos desencadeados no Brasil, meses após o terrível e similar assassinato de George Floyd, nos Estados Unidos, e uma retomada da discussão sobre o racismo estrutural no Brasil.

Quando a morte de Beto completou três meses, em fevereiro de 2020, o *GI* resgatou o caso ao narrar que há racismo estrutural no país e que esse foi o ponto crucial para o assassinato de Beto. A narrativa apresentada traz o racismo em diferentes momentos: na fala do pesquisador Silvio Almeida, no argumento de Milena Alves, viúva de Beto, sobre o racismo como motivação da morte e na defesa do advogado de Paulo Silva, considerando que seu cliente, um homem negro, também é vítima de um sistema racista, que o acusa de praticar um crime fundamentando no racismo, sendo o próprio uma pessoa negra, com família predominantemente negra. O racismo também é usado como narrativa pelo Carrefour, na apresentação das ações tomadas pela rede de supermercados após o crime.

Outra narrativa surge na notícia citada acima: as questões psicológicas. Carlos Alberto, advogado de Milena, afirma que a viúva de Beto se encontra com depressão, reclusa em casa por medo de sair na rua. Acompanhado ao texto, o *GI* faz uso de uma imagem do casal em momento de lazer, dando um tom melancólico à notícia. Para Resende (2007), informar ou produzir imagens e textos nos discursos cujos procedimentos internos, como no jornalismo, são pautados por uma classificação de informações, representa dar forma ideológica e cultural aos fatos preexistentes.

O Carrefour revela outra narrativa ao adotar uma postura mais incisiva no combate ao racismo, apresentando que romperia contratos com fornecedores que tiverem qualquer atitude considerada racista, em uma reportagem publicada pelo *UOL*. Já no *GI*, na notícia 18, conforme Quadros 1 e 2, foi priorizada a narrativa de que o Carrefour modificou a relação com as equipes de segurança depois do crime, internalizando as contratações e dando fim à terceirização da segurança interna da rede de supermercados.

Nas notícias 19 e 20, ambas do *UOL*, a narrativa central é a indenização que o Carrefour terá que pagar, como parte de um acordo firmado entre entidades públicas e organizações não governamentais para reparar danos causados pela morte de Beto Freitas. As reportagens

também destacam a indenização recebida pelos familiares de Beto, no valor de R\$5.200.000,00 (cinco milhões e duzentos mil reais), revelando que, segundo o Conselho Nacional do Ministério Público, esse é o valor mais alto já destinado a um acordo do tipo para combate ao racismo no Brasil.

Todas as narrativas usadas por G1 e UOL podem ser discutidas à luz do que afirma França (2012) sobre a segunda vida do acontecimento. Isso porque o acontecimento ganha uma existência simbólica e se converte em discurso nas rodas de conversa, mas também nas narrativas midiáticas. França (2012), ao dizer que a mídia é a instituição central pela qual a sociedade fala de si própria, constata que os acontecimentos são revividos e ganham existência simbólica por meio dessa esfera.

Como expresso na cobertura dos sites G1 e UOL sobre o assassinato de Beto Freitas, há pouco interesse em tensionar o racismo na cobertura de um crime cuja vítima é uma pessoa negra. Para Hall (2002), dentro de uma cultura, a marginalidade, apesar de permanecer periférica em relação ao *mainstream*, está ainda mais produtiva, como resultado de políticas culturais da diferença, de lutas em torno da diferença, da produção de identidades e do surgimento de novos sujeitos no cenário político e cultural, o que não vale apenas para a raça, mas para outras etnicidades marginalizadas, como o feminismo e as políticas sexuais no movimento LGBTQIA+, um resultado de uma nova política cultural.

### **3.4.3 Pano de fundo pragmático**

Visiona-se trabalhar nesta etapa da análise da individuação do acontecimento (FRANÇA, 2011) sua construção simbólica, tendo em vista que o acontecimento articula e convoca maneiras de agir. Analisando o pano de fundo pragmático, busca-se observar de que forma o acontecimento foi percebido e como ele influenciou o comportamento dos indivíduos. Então, a reação do público sobre o assassinato de Beto Freitas pode contribuir para uma compreensão sobre a dimensão simbólica do acontecimento, resgatando elementos do imaginário social sobre o racismo.

Num primeiro momento, quando as notícias ainda traziam informações preliminares sobre o acontecimento Beto Freitas, G1 e UOL trazem as cenas explícitas do espancamento que resultou na morte do autônomo, ressaltando que “as imagens são fortes”. O vídeo foi gravado por testemunhas e foi usado pela mídia, potencializando a comoção popular em torno do assassinato de Beto.

A indignação do povo reforça uma revolta também pela constante violência policial e na segurança privada contra indivíduos negros. É comum o negro surgir nos noticiários como alguém marginalizado e perigoso, na condição de criminoso, sendo sua presença na mídia marcada pelo preconceito. Entretanto, como os negros são as principais vítimas das ações policiais e da problemática da segurança pública no Brasil, os veículos de comunicação têm trabalhado diversos casos de crimes referenciados no racismo, como já citado anteriormente, mesmo que a discussão étnico-racial não seja essencialmente trabalhada nos textos noticiosos.

Ao ressaltar em sua primeira cobertura sobre o assassinato de Beto que a cena do espancamento foi comparada nas redes sociais ao que aconteceu com George Floyd, também morto por sufocamento, o *UOL* mostra que a violência cometida contra pessoas negras já está no imaginário da população. De acordo com França (2011), a individuação do acontecimento, como ele foi categorizado e revestido de sentido, faz orientar e estimular ações das pessoas em torno do caso. Em relação à brutal morte de Beto, houve uma reação instantânea de comoção e indignação, fruto de uma representação corriqueira da imagem do negro, e da violência sistêmica a ele empregada, no imaginário social.

O *GI*, ao cobrir a repercussão que o caso teve, revela várias construções simbólicas que convocaram maneiras diferentes de agir. Famosos, políticos, autoridades e figuras intelectuais que aparecem na notícia “Morte de homem negro em supermercado no RS: veja repercussão” deram relatos distintos sobre a morte de Beto. Enquanto a inquietação de alguns acerca do assassinato foi a constante opressão sofrida pelos negros, como na fala de Alexandre de Moraes, ministro do STF, que ressaltou o homicídio como um episódio que escancara a necessidade de combater o racismo estrutural; para outros, como Eduardo Leite, governador do Rio Grande do Sul, o caso foi tratado com frieza, ao que o político priorizou a atuação de seu governo na criação de um departamento de proteção a grupos vulneráveis, sem demonstrar, inicialmente, uma revolta pela morte ocorrida naquele estado.

A já citada fala de Hamilton Mourão, vice-presidente da República, negando a existência do racismo no Brasil, também mostra outra forma que o acontecimento convocou o público. Apesar de irreal, a afirmação representa o mesmo pensamento de expressiva parcela da sociedade, não apenas sobre o caso específico do assassinato de Beto, mas em referência a uma necessidade de negar a violência estrutural guiada pelo racismo.

O pensamento de que não há racismo no Brasil parece ser compactuado também por Damara Alves, ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, que, ao falar sobre o assassinato de Beto, não fez um recorte étnico-racial, lamentando apenas a perda de “mais um brasileiro”. Ao contrário de Rodrigo Maia, à época presidente da Câmara dos Deputados, que

deixou claro o racismo e o ódio como motivações do crime, destacando a importância de combater essas culturas em suas origens, com uso da lei e punição aos envolvidos.

A pauta do acontecimento na sociedade, segundo França (2012), fornece o seu retrato, como no Caso Beto Freitas, que repercutiu, ganhou projeção nacional e internacional<sup>106</sup>. A cobertura do assassinato de Beto diz muito sobre a sociedade em que se vive no presente momento, com suas disputas de narrativas, afirmações e negações sobre o racismo, o conjunto de valores existentes no modo de agir, se posicionar e como os indivíduos se enxergam enquanto atores políticos num país dominado pela branquitude.

No caso das figuras do poder público responsáveis pela condução do caso, é unânime uma mesma construção de sentido. Mesmo com a neutralidade habitual no trabalho de delegados, chefes de polícia e investigadores, as autoridades citadas na reportagem 7, conforme Quadro 2, ressaltam as circunstâncias cruéis, como na fala de Nadine Anflor, chefe de polícia do Rio Grande do Sul, que considerou “muito chocantes” as imagens do assassinato de Beto. Como fez também a delegada Roberta Bertoldo, ao admitir que, se fosse outra pessoa na condição de Beto, com características físicas diferentes, os desdobramentos seriam distintos.

A revolta também aparece na afirmação de Winnie Bueno sobre o caso, quando a pesquisadora gaúcha diz que "nós estávamos preparados para comemorar. A brutal violência sobre o corpo de mais um homem negro nos impede de comemorar, iremos protestar. É para isso que devem servir 5 mandatos pretos", se referindo a Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Karen Santos, Laura Sito e Matheus Gomes, cinco vereadores negros eleitos em 2020 para a Câmara Municipal de Porto Alegre.

Políticos do Rio Grande do Sul se posicionaram sobre o acontecimento Beto Freitas, manifestando formas de agir similares diante do caso de genocídio. A deputada estadual Luciana Genro classificou a morte de Beto como um crime racista bárbaro, que merece repúdio da sociedade. Em seu pronunciamento, Luciana pediu justiça por Beto, lembrou a celebração do Dia da Consciência Negra e convocou as pessoas para uma manifestação em frente à unidade do Carrefour na qual houve o assassinato. Assim como a ex-deputada federal Manuela D'Ávila, que frisou o enfrentamento ao racismo que mata milhares de pessoas negras diariamente. Na fala de Manuela surge outra mobilização, quando a então candidata a prefeita de Porto Alegre

---

<sup>106</sup> Jornais estrangeiros como The Washington Post, La Nación, El País, Le Parisien e Der Spiegel repercutiram a morte de Beto Freitas, espancado e assassinado em uma unidade do Carrefour, em Porto Alegre. Veja em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/11/20/jornais-estrangeiros-repercutem-assassinato-de-homem-negro-em-supermercado-brasileiro.ghtml>

revela que a bancada negra citada acima se encontrava no Carrefour cobrando responsabilização da empresa.

Ao apresentar os desdobramentos do inquérito policial do Caso Beto, o site *UOL*, na notícia 11, conforme Quadros 1 e 2, aborda as manifestações que aconteceram em diferentes estados brasileiros. Nos atos, pessoas usaram cartazes e faixas pedindo justiça, cobrando o Carrefour pelo crime ocorrido em suas instalações e usando demais palavras de ordem, além do movimento Vidas Negras Importam, como pode ser visto na figura abaixo.



Figura 9: Caso Beto gerou revolta e comoção (Foto 1:UOL; Fotos 2 e 3: Mídia Ninja; Foto 4: Fernando Madeira).

A repercussão fez com que o Carrefour se posicionasse sobre o assunto. Logo na primeira nota<sup>107</sup>, a rede de supermercados considerou como brutal o assassinato de Beto, garantindo que, após o episódio, medidas seriam tomadas para discutir sobre o racismo. De acordo com a *Mídia Ninja*<sup>108</sup>, o impacto das manifestações antirracistas em várias lojas da empresa, em diferentes estados, fez com que um grupo de grandes varejistas, incluindo o próprio Carrefour, criassem uma comissão para discutir políticas de combate ao racismo. A *Mídia Ninja*<sup>109</sup> também lembrou que, a cada 23 minutos, um jovem negro é morto no Brasil, vítima de racismo.

<sup>107</sup> A nota pode ser lida em: <https://www.instagram.com/p/CHzPgf-DisZ/>

<sup>108</sup> Veja em: <https://www.facebook.com/MidiaNINJA/posts/2061819873976147/>

<sup>109</sup> Veja em: <https://twitter.com/midianinja/status/1332348412310794243>

Comoção e revolta são acionamentos comuns desencadeados pela individuação do acontecimento nas coberturas do *GI* e do *UOL* sobre o assassinato de Beto Freitas. De acordo com França (2012), isso acontece porque o acontecimento converge fatos e sentidos, discursos e ações, o que afeta os indivíduos em sua experiência, sendo comuns protestos como modo de agir diante de um caso, como a morte de Beto. Essa experiência mencionada por França (2012) não é individual, partindo de uma realidade social, moldada pelo social, pela presença dos muitos indivíduos inseridos nesse constructo e pelos valores que dão sentido às coisas.

A repercussão do acontecimento Beto Freitas se deu também pela divulgação das imagens, que causaram impacto na população. Para além daqueles que se pouparam de vislumbrar no assassinato uma exemplificação do racismo na prática, incluindo a própria cobertura midiática, que assumiu determinada indiferença, as pessoas se manifestaram chocadas com a barbárie, ressaltando uma necessidade urgente de debater questões como genocídio, racismo estrutural e violência. No caso dos que se mostraram indiferentes, talvez uma explicação seja o constante fluxo de notícias com a mesma temática, algo naturalizado na sociedade brasileira.

Refletindo sobre o pano de fundo pragmático, seguindo o que afirma França (2011), a individuação do acontecimento propagado por *GI* e *UOL* fornece posicionamentos de indignação que são baseados em horror e compaixão. A seguir, entra em jogo a constituição de um problema público e a normalização, duas últimas etapas do processo de individuação do acontecimento propostas por França (2011).

#### **3.4.4 Caracterização como um problema público**

O recorte social inserido na problemática do acontecimento é pensado aqui para uma interpretação sobre o assassinato de Beto Freitas, por meio do interesse público desencadeado pela cobertura dos sites *GI* e *UOL* sobre o caso, revelando uma realidade problemática, dentro de um problema público (FRANÇA, 2011). Então, pretende-se apresentar o acontecimento pelo ponto de vista do impacto causado por ele na sociedade.

*GI* e *UOL* problematizam, na cobertura do acontecimento Beto Freitas, a violência no setor privado, em uma sociedade que tem o racismo enraizado desde o tráfico de africanos e todo o processo de escravização no Brasil. Desde as primeiras notícias, a violência aparece como narrativa, com enfoque no espancamento, na asfixia e na morte de Beto. Nos relatos da delegada Roberta Bertoldo, também fica notório que há uma preocupação, ainda nos momentos iniciais de apuração do caso, em responder uma demanda pública sobre o racismo como

motivação do crime. A delegada chega a dizer, num primeiro momento, que não havia indicativos de que se tratava de um crime de racismo ou que a cor da pele de Beto fosse fundamental para as agressões, algo que mudou após o inquérito, quando a própria delegada concluiu que o racismo estrutural foi a base do assassinato.

Pano de fundo da violência aqui analisada, a questão étnico-racial, segundo Sinhoretto e Morais (2017), é um tema invisível para o debate público, embora seja algo que vem mudando, gradativamente. Mortes violentas causadas por ação policial ou na segurança privada, como ocorreu com Beto, são respostas claras para a constatação de um predomínio da vigilância sobre pessoas negras, o que é perceptível também pelas taxas de encarceramento.

Duplamente minoria política, Beto era um homem negro e pobre, conforme explicitam *GI* e *UOL*. Uma simples ida ao supermercado culminou em sua morte, porque existir, sendo uma pessoa negra, é viver em constante risco, sob olhares de desprezo; de julgamentos que vão além do que realmente o indivíduo é. Há uma lógica simples nessa dinâmica: é negro, então, é perigoso e pode se tornar uma ameaça pública. A mídia, construindo acontecimentos, cria também sentidos que, para França e Almeida (2008), são usados para os pontos de vista dos sujeitos.

A desigualdade étnico-racial mostra que há injustiças estruturais, com a morte violenta e a degradação dos direitos humanos de indivíduos negros, como Beto Freitas e tantos outros. Sinhoretto e Morais (2017) argumentam que há indícios de uma tendência de crescimento no atual século para o encarceramento de negros e negras, sendo o racismo responsável por ampliar as causas e as dinâmicas da violência no Brasil.

Quando as notícias dos sites *GI* e *UOL* narram os eventos que aconteceram naquela noite de 19 de novembro de 2020, é repassada a informação de que pessoas próximas filmaram a ação dos seguranças agressores. Já ensanguentado e desfalecido no chão, Beto é cercado por pessoas que se aglomeraram no local e que não ajudam a vítima. É possível fazer uma analogia com o racismo na prática, nos limites da sociedade, quando pessoas negras são vítimas cotidianamente de diversas violências, e pouco, ou nada, é feito para auxiliar esses indivíduos.

Segundo a Rede de Observatórios da Segurança<sup>110</sup>, o racismo é reproduzido no cotidiano, tanto na produção do conhecimento quanto pela marginalização dos povos negros e pelas perspectivas antirracistas que são silenciadas. O relatório da Rede ainda acrescenta que há um silenciamento das dinâmicas raciais nas condições ligadas à violência ao observar as coberturas jornalísticas, já que é comum manchetes como “morte de jovem negro”, e ausência

---

<sup>110</sup> Disponível em: <http://observatorioseguranca.com.br/wp/wp-content/uploads/2020/07/Racismo-motor-da-violencia-1.pdf>

de informações sobre os acontecimentos. Geralmente, não se procura trazer mais informações sobre a vida dessas pessoas, diferente de um veículo como a *Ponte Jornalismo* que busca trazer mais referências sobre o cotidiano das vítimas. No caso de Beto, apesar de haver, sim, um detalhamento de quem era a vítima e das circunstâncias específicas do assassinato, o uso dos termos “homem negro” é comum, mesmo após o caso ser amplamente difundido.

A morte de Beto gerou revolta, protestos, engajou a população negra, intelectuais, políticos, famosos e demais figuras públicas, reacendendo o debate sobre racismo, genocídio e violência no Brasil. França e Almeida (2008) argumentam que é enquanto público que os indivíduos respondem dentro de uma estrutura de agenciamento, constituindo suas percepções de mundo e suas posturas.

Ao escolher determinados enquadramentos, levando em consideração as relações de poder existentes na sociedade e os papéis dos sujeitos, *GI* e *UOL* fornecem uma problematização que encaminha o acontecimento Beto Freitas além da esfera pessoal das personagens envolvidas no crime, particularizando a morte dentro de um cenário de violência sistema no Brasil. Tendo a violência e a crueldade como eixos centrais, de acordo com França (2011), priorizando o sofrimento da vítima, a cobertura midiática fixa o acontecimento nos limites do problema público e dos domínios particulares.

O acontecimento é distinguido pela forma como ele entra na experiência das pessoas, atuando no redirecionamento de ações (FRANÇA e ALMEIDA, 2008). É no domínio da experiência que o acontecimento se constitui. A morte de Beto foi acionada pela discriminação étnico-racial como forma de violência, inserida numa infinidade de outras narrativas de pessoas negras que perderam a vida deliberadamente.

Ao dar visibilidade para a cobertura do assassinato de Beto Freitas, *GI*, *UOL* e a grande mídia mostram que há um esforço, ainda pequeno, mas necessário, de discutir sobre a atuação do racismo no Brasil e sobre a impunidade nos casos de pessoas negras assassinadas. É importante ressaltar que, mesmo distante da cobertura dos novos arranjos, existe um exercício do jornalismo *mainstream* de se renovar e atender novas demandas, para uma sociedade cada vez mais politizada. A cobertura aqui analisada revela que a interpretação da realidade é plural, mas que o peso da comoção e da revolta é maior.

### **3.4.5 Normalização**

Última etapa da individuação do acontecimento proposta por França (2011), a normalização acontece quando o estranhamento em torno do caso em questão é reduzido;

quando as pessoas se acostumam com a insegurança, com o medo e com a violência motivada pelo caos social. Logo, o acontecimento é propenso a perder sua força e ser esquecido gradativamente, quando a sociedade retoma a normalidade.

Ocorrido há um ano, o assassinato Beto Freitas não mais domina os noticiários, nem as rodas de conversa, perdendo sua força desde o mês seguinte ao crime. Entretanto, como é um caso que segue em andamento, com desdobramentos que ainda estão por vir, como o julgamento das seis pessoas indiciadas pela morte, ainda não houve redução do estado de indeterminação, considerando também a temática na qual o caso está inserido, sendo um demonstrativo emblemático usado para referenciar outras mortes que ocorreram posteriormente, como o assassinato de Kathlen Romeu.

O Caso Beto Freitas tem sua inscrição num contexto causal e social (FRANÇA, 2011): o racismo e a violência. Empregados pelos seguranças Magno e Giovane, durante o espancamento contra Beto, racismo e violência são narrativas em disputa em diversas camadas da sociedade. Narrativas reverberadas no assassinato de João Pedro, Miguel e outros tantos jovens e adultos negros que entram para as estatísticas. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2021<sup>111</sup>, dos 50.033 casos de mortes violentas no Brasil ocorridos em 2020, 76,2% são de pessoas negras. Já em relação ao gênero, 91,3% são do sexo masculino. Ou seja: o genocídio negro se demonstra catastrófico e tem como alvo principal homens negros. Outro dado alarmante: dentre as vítimas que morreram por intervenções policiais em 2020, 78,9% são negras. Já a taxa de letalidade policial entre negros é de 4,2, enquanto a taxa para os brancos é de apenas 1,5. Sobre a faixa etária, a maior incidência é entre jovens de 18 a 24 anos, que representam 44,8%. Na faixa etária que Beto Freitas estava inserido, de 40 a 44 anos, foram 3,6% de vítimas fatais em 2020. Beto conseguiu sobreviver até a fase adulta, mas o racismo reduziu sua expectativa de vida.

Violências simbólicas e sutis ocorrem a todo instante, estruturalmente, assim como outras formas de violência, que atuam por dizimar a população negra. A vereadora Marielle Franco, por exemplo, uma mulher, negra, ativista, LGBT e de origem periférica, foi vítima de uma violência política em 2018. Nem mesmo quando o negro consegue ascender socialmente, o racismo deixa de continuar agindo e matando, num sistema cruel, excludente e previsível. É possível pensar nesse ponto sobre a interseccionalidade, uma vez que, de acordo com Collins (2015), raça, etnia, idade e classe, assim como gênero, sexualidade e nação, são categorias de análise semelhantes, compreendidas em termos relacionais, em vez de isolados uns dos outros.

---

<sup>111</sup> O relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública pode ser visto em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/10/anuario-15-completo-v7-251021.pdf>

Todas essas categorias fundamentam sistemas de poder que se cruzam, mostrando as relações de poder do racismo, dentre outros.

Os sistemas de intersecção de poder, segundo Collins (2015), catalisam formações sociais de desigualdades sociais, fazendo com que indivíduos e grupos diferentemente colocados em um sistema de poder tenham pontos de vista distintos sobre suas experiências, refletindo suas localizações sociais dentro das relações de poder. No contexto do Brasil, como diz Almeida (2018), a intersecção entre raça e classe é essencialmente ligada à desigualdade.

Sobre a interseccionalidade, Collins (2015) afirma que as ideias, dentro da formação racial, são importantes como conhecimentos tangíveis e múltiplos, não apenas como ideologias hegemônicas. Assim, os projetos raciais, ou seja, a forma como projetos de conhecimento específicos é vinculada nas formações raciais, como as relações de poder historicamente construídas, representam o que é a interseccionalidade, uma vez que ela pode construir sobre essa base elementos capazes de conferir à desigualdade racial outras formas de desigualdade organizadas com uma lógica semelhante. A interseccionalidade, portanto, de acordo com Collins (2015), examina as formações sociais de múltiplas e complexas desigualdades sociais.

Todo o cenário de racismo no Brasil, pautado pela intersecção de poder, faz com que o acontecimento Beto Freitas ainda esteja em desenvolvimento. Ao resgatar o caso ao longo dos meses, *GI* e *UOL* reativam memórias e mantêm a terrível morte no imaginário social, alimentado por outras milhares de mortes que se acumulam, enquanto pouco é feito para garantir políticas públicas que combatam o racismo estrutural, inclusive nos casos em que a mídia alimenta essa opressão aos negros.

Beto está nas narrativas do genocídio, como está nas discussões sobre classe e desigualdade social. O acontecimento Beto Freitas se faz presente no choro dos seus, na luta por justiça e nas reverberações que sua morte rendeu para o debate público. Está também nas medidas que o Carrefour tem tomado depois de ter fornecido a Beto um ambiente hostil, que o levou à morte. Beto está nos obstáculos enfrentados pelos negros para acesso ao ensino superior<sup>112</sup> que, mesmo após a política de ações afirmativas, continua tendo diversos entraves<sup>113</sup>. Ele está ainda nas violações dos Direitos Humanos no Brasil que, em 2020, tiveram um expressivo aumento, conforme relatório da Anistia Internacional<sup>114</sup>.

---

<sup>112</sup> Veja as informações em: <https://anistia.org.br/informe/na-corrída-por-uma-vaga-na-universidade-o-racismo-ainda-e-um-grande-obstaculo/>

<sup>113</sup> A taxa de pessoas negras inscritas no Enem caiu 52% em 2021. Veja em: <https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2021/10/29/noticia-diversidade.1317994/inclusao-racial-amecada-cai-em-52-o-numero-de-candidatos-negros-no-enem.shtml>

<sup>114</sup> O relatório da Anistia Internacional pode ser lido em: <https://anistia.org.br/informe/em-2020-aumentaram-as-violacoes-de-direitos-humanos-no-brasil-aponta-relatorio-da-anistia-internacional/>

É por isso que o acontecimento Beto ainda não voltou para normalidade. É um caso que se assemelha a outros diversos na problematização do racismo estrutural no Brasil e uma realidade que está longe de mudar. As narrativas da morte de Beto continuam circulando pela sociedade. Estão nas mortes de outros cidadãos negros. Estão na precariedade da educação e saúde públicas. Essas narrativas estão no genocídio, nas políticas de enfrentamento ao tráfico de drogas e ao crime, de modo geral. São narrativas que permeiam todas as mazelas sociais que passam pela questão étnico-racial.

França (2011) afirma que, quanto maior é o diferencial do acontecimento, maior é a emoção por ele causada. Porém, como racismo e violência fazem parte do cotidiano do Brasil, acostumar-se com o risco se torna uma alternativa mais viável, pela insegurança na esfera pública. Uma forma de afastar esse comodismo em relação à violência é inseri-la no regime da realidade midiática, pois acompanhar a violência que ocorre com o outro faz com que os indivíduos vivam seus medos à distância. É como trabalhar na dor do outro, seus próprios pesadelos e temores.

### **3.4.6 Decolonialidade e o genocídio negro**

A ideia nesta seção é retomar as discussões sobre o decolonialidade, o genocídio negro e o racismo estrutural, a partir do Caso Beto, resgatando as reflexões sobre identidade, acontecimento, jornalismo e interseccionalidade, apresentadas anteriormente na pesquisa. Como visto no Capítulo 1, a colonialidade do poder, segundo Quijano (2005), é o padrão de dominação no mundo, a partir da conquista da América, ao passo em que havia um processo histórico que originou a globalidade. Trata-se de um sistema de dominação e exploração social, com a organização de uma dominação cultural, que controla as subjetividades, naturalizando na população um pensamento referenciado pela racionalidade eurocentrista.

Assim, Quijano (2005) argumenta que as relações de colonialidade na economia e na política não acabaram com o fim do colonialismo. E pela colonialidade do poder, tem-se o controle da economia, da autoridade, do gênero, da sexualidade, da natureza e dos recursos naturais, da subjetividade, do conhecimento e, claro, um controle étnico-racial. Quijano (2000) afirma que raça, gênero e trabalho foram as principais categorias de classificação para a formação do capitalismo mundial moderno, no século XVI. É essa a lógica que fundamenta a necessidade de ter um pensamento decolonial, que confronte as relações de poder impostas pela colonialidade.

O Caso Beto é um exemplo de como uma sociedade marcada pelo colonialismo europeu se revela estruturalmente desigual e hostil para determinados indivíduos. A morte de Beto está inserida no contexto de aniquilação da população negra, reflexo da colonialidade e suas relações de exploração, dominação e conflito. Soma-se ao recorte étnico-racial, a condição de classe e gênero de Beto que, pensando na interseccionalidade, foi vítima de uma série de mazelas sociais existentes no Brasil.

A interseccionalidade de raça, gênero e classe, aplicada ao assassinato de Beto Freitas, revela que se trata de uma morte anunciada. Beto era um homem negro e pobre. Representava minorias políticas que são constantemente aniquiladas. Sua morte entrou para estatísticas que crescem exponencialmente. Sendo um homem negro, sua expectativa de vida já não era longa. Morto aos 40 anos e relativamente saudável, Beto ainda tinha muito a viver. Porém, o sistema não poupa aqueles que se encontram à margem, pois a esses, é negado o direito à vida.

As reportagens selecionadas para esta pesquisa dos sites *GI* e *UOL* não apresentam a interseccionalidade como pano de fundo da morte de Beto Freitas. A morte e o contexto social no qual vivia a vítima são noticiados como meros elementos sobre o crime e a vida de Beto. Não há um exercício de problematizar que, sendo um homem, negro, pobre, Beto foi apenas mais um dentre tantos que morrem violentamente. Os sites não refletem sobre a interseção de raça, gênero e classe, tão determinante para o acontecimento morte em questão.

Beto foi morto porque era negro e ser negro num país como o Brasil é estar sentenciado ao perigo diário; ao risco de ser humilhado, ridicularizado, preterido, desvalorizado, confundido, agredido e morto. Um país sabidamente genocida, como apresentam alguns dos indicadores sociais apresentados nesta pesquisa. Aqui, é preciso pensar na identidade do indivíduo negro, aquele que é a representação do mal; que requer maior controle e mais enfrentamento; e que é a personificação de tudo que há de ruim na sociedade. Ser negro é ser ameaça. Quando Hall (2001) fala sobre a concepção mais social do sujeito para entender a identidade, ele argumenta que o indivíduo é visto como mais localizado no interior das estruturas e formações sociais. Então, pensando em Beto e em todas as mortes que esse acontecimento recupera, pode-se afirmar que a identidade do negro é subalternizada e a violência institucional pela qual passam esses indivíduos evidencia a gravidade do contexto.

O assassinato de Beto parte de um problema maior. É fruto de uma estrutura racista que impõe limites e lugares aos negros e de mecanismos que conferem a esses indivíduos uma vida subserviente. É pelo racismo estrutural que tantos assassinatos de pessoas negras podem ser explicados. É necessário pensar que aquela noite de 19 de novembro de 2020 em Porto Alegre poderia ter outro desfecho se Beto não fosse negro e pobre; se ele tivesse bem vestido, com

uma aparência socialmente aceita e fora do estereótipo do que é tido como ser perigoso. É preciso pensar também o racismo estrutural como “[...] produto de uma estrutura sócio-histórica de produção e reprodução de riquezas. Portanto, é na base material das sociedades que se devem buscar os fundamentos do racismo estrutural” (OLIVEIRA, 2021, p. 67).

O racismo se manifesta de duas maneiras, enquanto processo histórico, de acordo com Almeida (2018): ele pode acontecer de forma circunstancial e específica, assim como em conexão com as transformações sociais. O assassinato de Beto está compreendido dentro das duas possibilidades. Primeiro, porque foi uma morte causada em um contexto específico, no qual Beto foi interpretado como alguém violento e que, por ser ameaça, merecia o espancamento que o levou à morte. E foi um assassinato que se assemelha a tantos outros, em diferentes lugares do Brasil e do mundo, evidenciando uma banalização do genocídio. O problema social continua o mesmo, à medida que novos casos ganham a mídia e novas mobilizações populares são desencadeadas.

Mas por que negros são vistos como indivíduos perigosos na sociedade, de forma geral, e especificamente em estabelecimentos comerciais, como no caso de Beto Freitas? O racismo estrutural se manifesta nesta e em outras milhares de mortes de pessoas negras. Isso acontece porque, segundo Almeida (2018), o racista não enxerga no negro um semelhante. É por isso que o racista deixa de contratar um negro, sem pensar na produtividade, meramente por uma preferência irracional por aqueles que se parecem fisicamente e culturalmente com ele. É essa a lógica que fundamenta o alto índice de desemprego e subempregos entre negros e que fixa o negro na base da pirâmide do capitalismo.

Com base em raça e classe, a discriminação econômica, para Almeida (2018), é a soma de outros vários comportamentos individuais respaldados pelos preconceitos. É essa discriminação que faz com que o negro se torne alvo de perseguições e ações policiais ostensivas. É pela discriminação econômica e étnica que o negro sofre com a violência; com o descaso do governo; com ideias racistas de que ele é alguém perigoso. Beto, um homem negro e pobre, tornou-se um exemplo trágico dessa problemática social anunciada.

O acontecimento Beto Freitas deixa explícito que a mídia *mainstream* ainda precisa trabalhar melhor a cobertura dos assassinatos de pessoas negras. *GI* e *UOL* tratam o caso com a factualidade da morte, sem promover uma discussão sobre o racismo, o genocídio, as condições de classe e as demais mazelas sociais que estão inseridas na morte brutal da vítima aqui analisada. Ao problematizar o acontecimento, Quéré (2012) afirma que “a simbolização assume evidentemente outra dimensão quando o acontecimento é convertido em objeto de pensamento ou de julgamento” (QUÉRÉ, 2012, p. 30). Com isso, analisando a cobertura de *GI*

e *UOL* sobre a morte de Beto, é possível notar que a forma como o caso é exposto, confere ao assassinato um caráter singular, de uma morte específica, e não de um dos inúmeros casos de genocídio que são executados no Brasil rotineiramente.

Já no jornalismo independente, ou novos arranjos produtivos, a cobertura foi melhor desenvolvida, considerando o caráter social que serve de pano de fundo para acontecimentos como o Caso Beto Freitas. Na *Ponte*, por exemplo, uma reportagem com a manchete “O que o assassinato de João Alberto na porta do Carrefour significa no Dia da Consciência Negra”<sup>115</sup>, do dia 20 de novembro de 2020, dia em que o caso se tornou público e foi demasiadamente abordado pela mídia, trouxe a fala da médica Jurema Werneck, diretora-executiva da Anistia Internacional Brasil, uma mulher negra, destacando que o Dia da Consciência Negra é um dia de luta e que a morte de Beto Freitas relembra essa luta, faz mobilizar a população para o engajamento sobre a necessidade de enfrentar o racismo.

A *Ponte* discorre sobre a importância de haver um plano de ação no Carrefour para enfrentar o racismo, pois a morte de Beto revela que há uma violência homicida na rede de supermercados, provavelmente motivada por atos racistas cotidianos, desde perseguições de pessoas negras dentro do estabelecimento, aos casos de maus tratos e preconceito. Assim como o *Brasil de Fato*, na reportagem “Homem negro é espancado e morre dentro do Carrefour Passo D’Areia em Porto Alegre”<sup>116</sup>, que destacou a mobilização pública por justiça, evidenciando a campanha “Vidas Negras Importam” e as falas da bancada negra da Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

Com um viés alternativo, o *Nexo Jornal* mostra outra forma de abordar o caso. Na notícia “Como o racismo aparece no inquérito do caso Beto Freitas”<sup>117</sup>, logo na manchete, o racismo já é escancarado como um elemento central da morte de Beto. Abordando a temática em seu eixo central, fica claro que o racismo se revela catastrófico para a propagada democracia brasileira. Hall (2002) afirma que as questões críticas de raça, a política racial e a resistência ao racismo, constituem uma luta teórica. E as formações raciais, segundo Collins (2015), têm configurações distintas de projetos raciais para onde os grupos de interesse avançam diversas interpretações sobre a desigualdade racial.

---

<sup>115</sup> Veja em: <https://ponte.org/o-que-o-assassinato-de-joao-alberto-na-porta-do-carrefour-significa-no-dia-da-consciencia-negra/>

<sup>116</sup> Veja em: <https://www.brasildefatores.com.br/2020/11/20/homem-negro-e-espancado-e-morre-dentro-do-carrefour-passo-d-areia-em-porto-alegre>

<sup>117</sup> A notícia pode ser lida em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/12/11/Como-o-racismo-aparece-no-inqu%C3%A9rito-do-caso-Beto-Freitas>

Apesar de similares, principalmente sobre a negligente – e em alguns casos ausente – abordagem do racismo nas reportagens, as coberturas de *GI* e *UOL* sobre o assassinato de Beto Freitas possuem diferenças pontuais. Enquanto o *GI* se preocupou, minimamente, em trazer uma discussão sobre racismo estrutural, inserindo a morte de Beto neste cenário, o *UOL* se dedicou a narrar os fatos acontecidos naquela noite de 19 de novembro de 2019, sem uma abordagem contextual das razões pelas quais Beto foi brutalmente assassinado.

Apenas nas notícias 1, 7, 14, 16 e 18, conforme Quadros 1 e 2, o *GI* trouxe uma discussão sobre o racismo. Na notícia 1, há apenas um dado, na retranca, sobre o aumento de assassinatos de pessoas negras no Brasil. Já na notícia 7, ao abordar a repercussão popular que o caso teve entre figuras públicas, o *GI* traz pela única vez os relatos de variadas fontes especializadas em discussões étnico-raciais. Nas demais notícias citadas, o veículo de comunicação trouxe apenas o filósofo, pesquisador e professor Silvio Almeida para falar sobre o racismo estrutural. Faltou mais interesse do *GI* em apresentar os indicadores do genocídio no Brasil, toda a problemática étnico-racial existente no país e que essa é a causa fundamental da morte de Beto.

Já o *UOL* sequer se preocupa em trazer especialistas para abordagem a questão do racismo estrutural no Brasil. Somente nas notícias 11, 17, 19 e 20, como visto nos Quadros 1 e Quadro 2, o *UOL* mencionou o racismo. Na notícia 11, a discussão sobre o racismo apareceu na fala da delegada Roberta Bertoldo, ao afirmar que, para a polícia, o racismo não foi considerado como justificativa do crime, mas sim como um motivo torpe. Nas notícias 17, 19 e 20, o racismo é citado dentro de uma discussão sobre desdobramentos do caso, em relação às iniciativas que o supermercado Carrefour adotou após o crime ocorrido nas instalações da rede.

Ambas as coberturas falharam ao não referenciarem o assassinato de Beto no genocídio negro no Brasil. *GI* e *UOL* trabalharam em cima do caso porque ele se tornou emblemático no contexto de ter acontecido às vésperas do Dia da Consciência Negra. Talvez se o crime tivesse acontecido em outra data, sem o registro do vídeo do espancamento que também potencializou a grande comoção popular, o Caso Beto não teria tido toda a repercussão que teve. Aqui, é importante refletir sobre o papel da imprensa. Ela é convocada pelas efemérides, nesse caso, pelo Dia da Consciência Negra, pela pressão do povo, que foi às ruas protestar, pedindo por justiça. E, mesmo assim, a mídia mainstream não conseguiu atender a demanda contextualmente e trabalhar bem o racismo estrutural. A cobertura da morte de Beto nos sites *GI* e *UOL* ficou no campo do conjuntural; do superficial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Beto poderia estar vivo, seguindo sua rotina em meio ao caos social que é o Brasil e em meio a todas as mazelas sociais que partem da problemática étnico-racial. Ele poderia não ser mais um nas estatísticas do Mapa da Violência e do aumento de mortes violentas de negros durante a pandemia de Covid-19. Mas a existência negra num país inegavelmente racista é uma existência que incomoda e que desperta uma série de políticas institucionais que fundamentam toda uma lógica de extermínio da população negra; seja pela precariedade da saúde pública ou pela falta de qualidade na educação e no acesso ao ensino, que impossibilitam que o negro consiga romper barreiras e ascender socialmente; seja pela dificuldade na inserção do mercado de trabalho ou pela necessidade de se manter em subempregos, com salários baixos e alta carga-horária; seja pela violência, na qual o negro é o principal alvo das ações policiais, da falta de segurança pública, do tratamento hostil que recebe na segurança privada.

Ser negro no Brasil é estar na mira. É sair de casa sem a perspectiva de que vai voltar. É estar a um triz de perder a vida, a qualquer momento. Morto aos 40 anos, Beto deveria estar aqui, mas não está. Porque o sistema não quis e age para que o sangue negro nunca pare de derramar, enquanto uma plateia assiste a tudo, negando a existência do racismo no passado e no presente.

É por isso que discutir sobre o assassinato de Beto Freitas não se trata apenas de problematizar o acontecimento da morte da vítima em questão. Existe um genocídio em curso pelo Brasil e pelo mundo. Existem políticas para extermínio dessa parcela da população. Há, por exemplo, uma guerra ao negro, num discurso ilusório de combate ao crime. Ora, se houvesse mesmo uma preocupação em combater o tráfico de drogas, por exemplo, as favelas brasileiras não deveriam ser os primeiros locais em que a polícia tem que se concentrar. Os principais traficantes do Brasil estão na alta sociedade, usufruindo de privilégios conferidos a quem nasce não-negro. E os veículos de comunicação, ao não explicitarem com frequência a existência dessa “epidemia” que é o genocídio, colaboram para a naturalização e a banalização de tantas vidas perdidas.

Todo o esforço que se faz nesta pesquisa para compreender o racismo e o genocídio negro nas narrativas midiáticas tem a ver com um questionamento: o jornalismo *mainstream* negligencia o racismo estrutural como pano de fundo do assassinato de Beto Freitas? Importante ressaltar que o acontecimento Beto Freitas ainda está em curso e dificilmente vai retomar à normalidade, pois o caso ganhou a mídia e é recuperado sempre que há um interesse em dar

visibilidade para outras mortes que acontecem dentro do panorama da violência e do racismo, por mais que esse último comumente não apareça como narrativa no discurso noticioso.

É por isso que, para pensar no assassinato de Beto, foi preciso refletir sobre o conceito de identidade, uma vez que, sendo algo transformado historicamente, conforme diz Hall (2001) a identidade é responsável por identificar os sujeitos dentro de uma mesma sociedade. Assim, por mais que tenha adquirido diferentes identidades ao longo de sua vida, a questão étnico-racial marcada imagetivamente, impôs a Beto um lugar de subalternidade, ao qual a vítima, assim como outras tantas, não foi capaz de romper. Ser negro vai além de consumir cultura x ou y, contemplar um aspecto ou outro da sociedade, pois a identidade no caso de Beto e dos indivíduos negros é uma identidade periférica, já que a única identidade legítima para a sociedade, segundo Cuche (1999) é aquela que representa o grupo dominante. Ou seja: os brancos ricos.

Tendo em vista que a identidade social, ao que diz Cuche (1999), depende das vinculações do indivíduo ao sistema social, que identidade é possível pensar para Beto Freitas? Ele era um homem negro de baixa renda. Aposentado e trabalhador autônomo. Gostava de funk e pagode. Torcia para o São José. Era tatuado e tinha um estilo informal de se vestir. Nesse caso, a forma de Beto ser localizado dentro da sociedade, partindo de suas vinculações, era uma forma marginalizada, subserviente e de perigo constante. Beto foi assassinado gratuitamente, sem algo que fundamentasse tamanha repressão por parte dos assassinos, os seguranças do supermercado Carrefour.

Apesar do conceito de raça não ser cientificamente sustentado aos seres humanos, segundo Sodré (1993), observando a realidade social do Brasil, é difícil dizer que algum dia as etnias negras e indígenas serão vistas tal qual a etnia branca. Ainda hoje, há quem animalize os negros; quem negue a existência e a gravidade do racismo. Não é difícil entender que isso ocorre porque, a partir do momento que o indivíduo branco usufrui de seus privilégios, ele não quer abrir mão de seu lugar vantajoso, garantindo, assim, a manutenção do racismo e da subalternidade dos indivíduos negros.

Sendo o acontecimento o ponto de partida para algumas questões do jornalismo, ao modificar a experiência social com a promoção de uma afetação de sentidos, dando nova forma ao que é noticiado (Quéré, 2012), no caso de Beto, como não houve uma preocupação em explicitar o racismo como fator determinante para o assassinato, *GI* e *UOL* colaboram para que novas narrativas e interpretações sejam criadas em torno da morte. Inclusive, ao enfatizarem que Beto tinha antecedentes criminais, as mídias aqui analisadas reforçam estigmas e fornecem ao público uma informação que nada tem a ver com o acontecimento morte em questão.

Pode-se entender que há uma dificuldade por parte da mídia em tratar o caso na real raiz do problema. O racismo está expresso em diferentes quadros de sentidos, como na valorização dos brancos, em detrimento aos negros, à cultura e ao fenótipo do indivíduo branco. Ele é perceptível no processo histórico racista do Brasil, pelo sequestro e exploração de escravizados africanos, pela matriz colonial de poder (QUIJANO, 2005), também nas estatísticas evidenciadas ao longo desta pesquisa, que provam a existência de uma série de desvantagens dos negros em relação aos brancos, e na influência da representação estereotipada do negro nos espaços comunicacionais na manutenção de um imaginário social racista.

A morte de Beto mobilizou e fortaleceu a militância negra no Brasil. Aqui, é válido dizer que a mídia teve fundamental papel ao trabalhar o caso à exaustão. Para além dos critérios que fizeram os veículos de comunicação evidenciarem o acontecimento Beto, em detrimento de tantos outros acontecimentos que sequer chegam ao domínio público, fato é que, ao elucidar o caso, trazendo novas informações e detalhes sobre o crime, o jornalismo contribui para promover discussões sobre a morte, servindo de referência para pautar rodas de conversa e agrupar indivíduos que possuem, diante da tragédia, as mesmas finalidades, sejam elas de luta por justiça, de apelo social ou até mesmo do caso daqueles que negam o impacto do crime para a sociedade e a filiação do crime ao racismo.

Porém, apesar de ser possível notar um esforço para tratar o caso com a seriedade necessária, usando não apenas fontes institucionais, mas também fontes testemunhais, além de amigos e demais figuras que trazem certo clamor social à abordagem do acontecimento Beto, *GI* e *UOL* não se preocupam em contextualizar o caso na problemática do racismo estrutural no Brasil. Não fica evidente, na maioria das notícias analisadas nesta pesquisa, que o crime teve motivações racistas e que certamente o desfecho seria outro se Beto não fosse negro.

O discurso midiático se mostra descompromissado em deixar explícito que Beto foi assassinado brutalmente por ser negro e pobre. As notícias analisadas ao longo desta dissertação não trazem um recorte social capaz de conscientizar que não se trata apenas de um crime isolado e sim de um acontecimento que está ligado a vários outros, dentro da perspectiva do genocídio e do racismo estrutural.

Os sites *GI* e *UOL* também não se preocupam em trazer variadas fontes especializadas para a discussão do racismo estrutural e de outras questões interligadas à morte de Beto, como as condições de classe, por exemplo. Ambos os veículos de comunicação trazem como única fonte negra especializada o escritor Silvio Almeida, que aparece em diversas narrativas midiáticas sobre o assassinato de Beto.

Ao observar as etapas do processo de individuação do acontecimento propostas por França (2011), pode-se concluir que *GI* e *UOL* fizeram uma cobertura factual sobre a morte de Beto, sem recuperar discussões como o alto índice de assassinatos de pessoas negras e a notável violência pública que afeta indivíduos negros no Brasil. O caso é apresentado a rigor daquilo que aconteceu: um homem, negro, foi assassinado por seguranças do Carrefour e a polícia está investigando o caso. As notícias ocultam o racismo como elemento justificador da morte. Sequer apresentam dados estatísticos do racismo no país. Apenas uma das 20 matérias analisadas menciona outros casos de morte, violência e constrangimento de pessoas negras em supermercados. As informações sobre Beto ser negro e pobre aparecem como meros detalhes e não como pilares da fúria que resultou na referida morte.

*GI* e *UOL* acompanham o caso sob a ótica dos eventos que vão acontecendo, como na cobertura inicial, na qual a morte é narrada com uso predominante de fontes institucionais, seguindo a repercussão na internet e nas cidades ao redor do Brasil, acompanhando os desdobramentos da morte e do inquérito policial, sem refletir sobre elementos como o racismo e a discriminação econômica que antecedem e justificam o crime.

A questão da interseccionalidade apresentada por Collins (2015) também não é trabalhada no material analisado. Beto foi assassinado exatamente por estar na intersecção de raça, gênero e classe. Muito provavelmente se ele fosse um homem branco e rico, a simples ida ao supermercado não teria terminado na barbárie que foi vista naquele dia 19 de novembro. É de suma importância que a mídia, ao abordar casos como o assassinato de Beto, tenha o comprometimento em informar que não se trata apenas de uma morte isolada numa noite qualquer. É sobre uma morte anunciada, inserida num contexto estrutural, de uma problemática que se arrasta por séculos e que, enquanto continua a vitimar tantas pessoas negras, permanece no campo da banalização.

Ao trabalhar com a intrínseca relação entre a intersecção de raça e classe, surge outra problemática: a meritocracia. Jessé Souza, ao falar sobre o tema e sobre o individualismo, em entrevista ao *Voz Ativa*, da Rede Minas<sup>118</sup>, afirma que classe é uma herança invisível, emocional e afetiva, que forma pessoas de maneiras distintas para competição de todos os recursos escassos. Assim, a ideia da meritocracia se mostra uma farsa, pois os indivíduos partem de pontos muito distantes dentro de uma mesma sociedade. Para ascender e ser cooptado, o negro precisa ser talentoso em uma lógica que fundamenta o mercado de trabalho e as empresas legitimam essa prerrogativa. O negro que consegue romper com os estigmas e os limites

---

<sup>118</sup> A entrevista pode ser assistida em: [https://www.youtube.com/watch?v=h73\\_QFGOfB4](https://www.youtube.com/watch?v=h73_QFGOfB4)

impostos para uma etnia subalternizada, então, tem seu lugar dentro da perspectiva do individualismo em que alguns conseguem se sobressair enquanto outros ficam pelo caminho, à margem, tal qual a branquitude luta para assim permanecer.

É preciso reverter os aspectos negativos da interseccionalidade e a vulnerabilidade do indivíduo negro. Isso já está sendo feito pelos coletivos, pelas ONGs, pelo jornalismo alternativo e também pelos jornais locais, na cobertura sobre o cotidiano nas periferias, por exemplo, que usam desse lugar da exclusão; da interseccionalidade, como um lugar de defesa. Então, muito além do viés da vitimização, a interseccionalidade pode ser um lugar de força.

A mídia deveria aprofundar a luta antirracista em seu discurso, promovendo mais conscientização ao público, para que o Brasil venha a se tornar uma democracia de fato, numa sociedade que reconheça seu passado racista, que reflete num presente também racista, pela disputa de narrativas, pelos lugares de privilégios que norteiam toda uma estrutura que age por perpetuar o negro enquanto indivíduo subserviente, o lançando à própria sorte. O jornalismo pode e deve contribuir para dar fim à naturalização da violência.

Se não há racismo, como insistem pessoas com discursos irrealis, por que brancos não são frequentemente perseguidos, humilhados, espancados e assassinados em supermercados? Por que os brancos não são maioria entre os mais pobres? Por que os negros representam as maiores taxas de desemprego? Por que, ao longo da pandemia, a taxa de óbitos por covid-19 entre negros foi maior do que a dos brancos? O Brasil é, sim, um país racista e os negros são os principais alvos da violência sistêmica, sendo o caso Beto Freitas parte dessa realidade.

Depois do crime que vitimou Beto, o Carrefour criou o site *Não Vamos Esquecer*<sup>119</sup>, no qual apresenta medidas que estão sendo tomadas para que novos casos de racismo não se repitam nas instalações da empresa. A rede de supermercados criou um fundo antirracista para combate à discriminação racial e promoção da equidade no Brasil. O Carrefour também garante que fará a contratação de 30 mil pessoas negras em três anos, além de ter indenizado a família de Beto. Ainda é pouco. Os estragos promovidos pelo assassinato de Beto são imensuráveis.

A morte de Beto completou um ano em 19 de novembro de 2021. A família da vítima ainda sofre com as lembranças daquele dia que colocou fim a uma trajetória de muitas dificuldades e de uma vida importante para muitos e muitas. Na mesma Porto Alegre onde Beto foi assassinado, a cada 30 horas, um caso de racismo é registrado na Delegacia de Polícia de

---

<sup>119</sup> O site *Não Vamos Esquecer* pode ser acessado em: <https://naovamosesquecer.com.br/pt/>

Combate à Intolerância (DPCI)<sup>120</sup>. O racismo continua fazendo vítimas, mas algo precisa ser aprendido com toda a luta que vem sendo desenvolvida pelo movimento negro e demais lideranças ao longo de décadas.

A discussão proposta nesta dissertação mostra a importância de refletir sobre as questões étnico-raciais no Brasil, considerando como a mídia tem desenvolvido as abordagens sobre casos de assassinato de indivíduos negros e sobre o racismo, de forma geral. Casos como a morte de Beto revelam que é necessário que o povo negro lute incansavelmente para conseguir seus direitos e seu espaço na sociedade. Os brancos também podem fazer um exercício de reflexão sobre seus privilégios conferidos pela branquitude e começar a mudar atitudes e costumes racistas, algo difícil de ser alterado, é claro, tendo em vista a realidade estrutural do país, mas que não deixa de ser uma demanda importante. É o que já vem sendo feito por pessoas brancas que não pertencem à elite e que estão engajadas no enfrentamento ao racismo. A luta não deve ser apenas do negro. Porém, novamente, a discussão sobre a interseccionalidade entra em questão, já que brancos ricos dificilmente vão reconhecer que possuem privilégios, até porque eles dependem de uma estrutura desigual e racista na sociedade para continuarem controlando o capital.

Talvez, quando a sociedade se movimentar mais intensamente em relação a essa problemática, a mídia passe a trabalhar melhor sua abordagem sobre o genocídio e as demais mazelas que perpassam a vivência do negro no Brasil, algo que já vem sendo feito, por exemplo, pelos novos arranjos produtivos, que trazem novos elementos e aos poucos vão mudando essa perspectiva. O jornalismo *mainstream*, principalmente, deve ressignificar seu discurso enquanto processo comunicativo, vislumbrando enfraquecer o racismo em suas próprias narrativas.

---

<sup>120</sup> A notícia pode ser lida em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/11/19/delegacia-de-porto-alegre-registra-1-caso-de-racismo-a-cada-30h-apos-um-ano-do-assassinato-de-joao-alberto-em-supermercado.ghtml>

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Renata Gomes; PINTO, Fernanda Pinheiro e SOUZA, Cíntia Ferreira de. **Representação Social: Onde Estão os Negros na Publicidade Brasileira?** Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – São Paulo - SP – 12 a 14 de maio de 2011.
- ACEVEDO, Claudia Rosa; NOHARA, Jouliana e RAMUSKI, Carmen Lúcia. **Relações raciais na mídia: um estudo no contexto brasileiro.** *Rev. psicol. polít.* [online]. 2010, vol.10.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- ALVES, Marco Antônio Sousa; MACIEL, Emanuella Ribeiro Halfeld. **O fenômeno das fake news: definição, combate e contexto.** *Revista Internet & Sociedade.* V.1, N.1, Janeiro de 2020. Disponível em: <https://revista.internetlab.org.br/o-fenomeno-das-fake-news-definicao-combate-e-contexto/>. Acesso em: 20/05/2021.
- AMOSSY, R (org). **Imagens de si no discurso.** São Paulo: Contexto, 2005.
- ANDRADE, Marcelo P. **Infância na mídia brasileira e ideologia.**In: Anais do XIV Encontro Nacional da Abrapso, 2007, Rio de Janeiro. *Diálogos em Psicologia Social.* Porto Alegre.Abrapso/Ed. Evangraf, 2007. v.I. p. 257 – 274.
- ANTUNES, E. **Acontecimento, temporalidade e a construção do sentido de atualidade no discurso jornalístico.** In: *Revista Contemporânea*, v.06, Nº. 01, junho de 2008.
- ARAÚJO, Emanuel. **Viva Cultura, Viva o Povo Brasileiro.** Museu Nacional: São Paulo, 2007.
- ARAÚJO, Joel Zito Almeida de. **A negação do Brasil – O negro na telenovela brasileira.** São Paulo: Editora SENAC .SP 2000.
- ARAÚJO, Marivânia Conceição. **A população negra e invisibilidade no Jardim Alvorada em Maringá/PR.** In: ANAIS DO COPENE SUL, 2015. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2015. Disponível em: <https://proceedings.science/copene-sul/trabalhos/a-populacao-negra-e-invisibilidade-no-jardim-alvorada-em-maringapr?lang=pt-br>. Acesso em: 20 fev. 2021.
- BADILLO, Jalil Sued. Igreja e escravidão em Porto Rico no século XVI. In PINSKY, Jaime et al. (Orgs). **História das Américas através de textos.** 5 ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- BARBOSA, Luciene Cecilia. **As representações das relações raciais na telenovela brasileira - Brasil e Angola: caminhos que se cruzam pelas narrativas da ficção.** 192f. Tese de doutorado na Escola de Comunicações e Artes na Universidade de São Paulo, 2008.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: I. Carone & M. A. S. Bento (org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-57.
- BELCHIOR, Douglas. **Índice de assassinatos de negros: “O problema é social e não racial”.** Será?. Publicado em 18 de outubro de 2013, na Revista Carta Capital Online. Disponível:

<http://negrobelchior.cartacapital.com.br/2013/10/18/indice-deassassinato-de-negros-o-problema-e-social-e-nao-racial/>. Acesso: 07/08/2020.

BERGER, Christa. TAVARES, Frederico M. B. Tipologias do acontecimento jornalístico. In: BENETTI, Marcia. SILVEIRA FONSECA, Virginia Pradelina. (Orgs.). **Jornalismo e acontecimento**: Mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BORGES, Rosane. O papel das mídias negras na implosão de imaginários. In: \_\_\_\_\_. **Mapeamento da mídia negra no Brasil**. Belo Horizonte: Fopir, 2020. p. 40-46.

CAMPANÁRIO, Cláudia Acevedo de Abreu; NOHARA, Jouliana; RAMUSKI, Carmen Lídia. **Relações raciais na mídia: um estudo no contexto brasileiro**. Psicologia política. VOL. 10. Nº 19. PP. 57-73. JAN. – JUN. 2010.

CARDOSO, Lourenço. **Retrato do branco racista e anti-racista**. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/viewFile/1279/1055> , 2010.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O racismo na História do Brasil**: mito e realidade (7. ed.). São Paulo: Ática, 1988.

CARONE, Iray & BENTO, Maria A. S. (orgs.). **A Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2002a.

CARVALHO, Noel dos Santos. O cinema em negro e branco. IN: SOUZA, Edileuza Penha de. (Org.). **Negritude, cinema e educação**: caminhos para a implementação da Lei 10.639/2003. Vol. 1. Belo Horizonte: Mazza Edições. 2011, p. 17-30.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHIAVENATO, J. J. **O Negro no Brasil: da Senzala à Guerra do Paraguai** (2ª ed.). São Paulo: Brasiliense, 1980.

CITELI, A. **Linguagem e persuasão**. São Paulo, SP, Ática, 2000.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **A crise do jornalismo tem solução?** Estação das Letras e Cores, Edição Kindle, 2019, Não Paginada.

COLLINS, Patricia Hill. **Intersectionality's definitional dilemmas**. Annual Review of Sociology, 41. 2015, p 1-20. <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-073014-112142>

CORSEUIL, Anelise. **A américa latina no cinema contemporâneo**: outros olhares. Florianópolis: Insular, 2012. 158 p.

CUCHE, Denys. Cultura e identidade. In: \_\_\_\_\_. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999. p. 175-202.

DEUZE, Mark; WITSCHGE, Tamara. Além do jornalismo. In: **Leituras do jornalismo**. Ano 2, vol. 2, jul/dez 2015, p. 1-31.

DOMINGUES, Petronio, & CARVALHO, Noel Santos. **A representação do negro em dois manifestos do cinema brasileiro.** Estudos avançados. 2017.

DOMINGUES, Petrônio José. **Negros de Almas Brancas? A ideologia do, Branqueamento no Interior da comunidade Negra em São Paulo 1915 – 1930.** Estudos Afro-Asiáticos, ano 24, n3, 2002, p.563-599. Disponível em: [http:// www.scielo.br/pdf/ea/v24n3/a06v24n3](http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n3/a06v24n3). Acesso em: 02/10/2018.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo.** Rio de Janeiro: Zahar, 1998. P. 93-126.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Bahia: Editora Edufba, 2008.

FAUSTO NETO, Antonio. Fragmentos de uma analítica da midiaticização. **Matrizes**, São Paulo, v. I, n. 2, p. 89-105, abr. 2008.

FERREIRA, Lígia F. “**Negritude**”, “**Negridade**”, “**Negrícia**”: história e sentidos de três conceitos viajantes. USP: Via Atlântica nº 9 jun/2006; 163 - 183.

FÍGARO, Roseli (Org.). **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia.** São Paulo: ECA - USP, 2018.

FÍGARO, Roseli; NONATO, Claudia. Novos “arranjos econômicos” alternativos para a produção jornalística. **Contemporânea: comunicação e cultura**, v. 15, n. 1, 2017.

FRANÇA, Vera. O acontecimento e a mídia. **Galaxia** (São Paulo, *Online*), n. 24, p. 10-21, dez. 2012.

FRANÇA, Vera; ALMEIDA, Roberto. **O acontecimento e seus públicos: um estudo de caso.** Contemporânea (Salvador. Impresso), v. 06, p. 08, 2008.

FRANÇA, Vera. O crime e o trabalho de individuação do acontecimento no espaço midiático. **Caleidoscópio**, (Lisboa), v. 10, p. 59-72, 2011.

FRENETTE, Marco. **Preto e Branco: a importância da cor da pele.** São Paulo: Ed. Publisher Brasil, 2001.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade.** In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, N°. 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.

GILROY, Paul. **Entre campos: nações, culturas e o fascínio da raça.** São Paulo: Annablume, 2007.

GOFFMAN, Erving. **Estigma.** 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

GOMES, Laurentino. 1889. **Rio de Janeiro:** Editora Globo, 2013.

GRIJÓ, Wesley Pereira. SOUSA, Adam Henrique Freire. **O Negro na Telenovela Brasileira: A Representação nas Telenovelas da TV Globo na década de 2000.** In: Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Recife, 2011.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995 (1957).

GUIMARÃES, Antonio Sergio. **Democracia racial**: o ideal, o pacto e o mito. *Novos estudos* – CEBRAP, São Paulo, n. 61, p. 147-162, nov. 2001.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. 6. Ed. Rio de Janeiro: DP& A editora, 2001.

HALL, Stuart. **Da diáspora** – identidades e mediações. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

HARVEY, David. **17 Contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2015.

HASENBALG, Carlos. **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.

HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente**: modernismos, artes visuais, políticas da memória. Rio de Janeiro: Contraponto; MAR, 2014.

LAGE, Leandro. Notas sobre narrativa e acontecimento jornalístico. In: LEAL, B.; CARVALHO, C. (Orgs.). **Narrativas e poéticas midiáticas**: estudos e perspectivas. São Paulo: Intermeios, 2013.

LANE, S. T. M. (1983). **O que é psicologia social** (4 ed), São Paulo: Brasiliense.

LEVY, S. J. **Symbols for Sale**. *Harvard Business Review*, v.37, p.117-124, (july-august)1959.

LIMA, Sávio. **Garra de Pantera**: os negros nos quadrinhos de super-herói dos EUA. 2013. Disponível em: <http://est.com.br/periodicos/index.php/identidade/article/view/618/685>. Acesso em: 20 novembro 2020.

LIPPMANN, Walter. **Estereótipos**. In: STEINBERG, CH. São Paulo, Cultrix, 1972.

LUNA, Luiz. **O Negro na luta contra a escravidão**. Leitura: Rio de Janeiro, 1968.

MAIA, Marta R.; TAVARES, Michele. As temporalidades no jornalismo: do acontecimento às narrativas. In: SOSTER, Demétrio de A. e PICCININ, Fabiana Q. **Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas epistemológicas**. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2017, p.73-85.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Diversidade em convergência**. São Paulo: Revista Matrizes, vol.8, n.2, P. 15-33, 2014.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência epistêmica**: a opção descolonial e o significado de identidade em política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, Rio de Janeiro, N. 34, P. 287-324, 2008.

MORAES, Fabiana; VEIGA DA SILVA, Marcia. **A objetividade jornalística tem raça e tem gênero**: a subjetividade como estratégia descolonizadora. *Anais do XXVIII Encontro Anual da Compós*. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 51-66, abr. 2004b. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142004000100005>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude e identidade negra ou afrodescendente**: um racismo ao avesso? *Revista da ABPN*, v. 4, n. 8, jul./ out. 2012.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte, Autêntica, 2008.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia**. Cadernos PENESB. Niterói; EdUFF, p.17-34, 2004.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NALIATO, Samir. **MSP muda o visual do Pelezinho**. 2013. Disponível em: <http://www.universohq.com/noticias/msp-muda-o-visual-pelezinho/>. Acesso em: 21 de outubro 2020.

NEVEU, Erik. **As notícias sem jornalistas**: uma ameaça real ou uma história de terror? *Brazilian Journalism Research*, Brasília, v. 6, n. 10, 2010, p. 29-57.

OLIVEIRA, Dennis de. **A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da necropolítica e da colonialidade do poder**. *EXTRAPRENSA (USP)*, v. 11, p. 39-57, 2018.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo Estrutural: uma perspectiva histórico-crítica**. 1. Ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

OLIVEIRA, Dennis de. **Sobre identitarismos, antirracismos e lugares de fala**. *Jornal da USP*, v. x, p. x, 2020.

PARDO, Aristides Leo. **A escravidão no Brasil Colônia, as relações entre cativos e a paulatina chegada da liberdade**. Site NetHistória. Brasília, out. 2012.

PENA, Sérgio DJ; BIRCHAL, Telma S. **A inexistência biológica versus a existência social de raças humanas**: pode a ciência instruir o etos social?. *Revista USP*, n. 68, p. 10-21, 2006.

PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal. O jornalismo em tempos de mudanças estruturais. *Intexto*, v. q, n. 24, p. 38-57, 2011.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia**: métodos de investigação na imprensa. Petrópolis: Vozes, 2010.

PINSKY, J. **A escravidão no Brasil** (17ª ed. ver. e ampl.). São Paulo: Contexto, 2000.

PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. **Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra**. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São

João Del-Rei, MG, v. 09, n. 02, p. 256-266. jul./dez. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v9n2/11.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021. ISSN 1809-8908.

QUÉRÉ, Louis. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANÇA, Vera R.; OLIVEIRA, Luciana de (Orgs.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 39-51.

QUIJANO, A. **Colonialidad del poder y clasificación social**. Journal of world-systems research, 2000, v. 11, n. 2, p. 342-386. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140506032333/eje1-7.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2021

QUIJANO, A. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina**. In: CLACSO (ed). **Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latinoamericanas**, 2005. Disponível em: [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_QUIJANO.pdfOliveira](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdfOliveira). Acesso em: 08 mai. 2021

QUIRINO, Kelly; MOURA, Dione. Enquadramentos Midiáticos, Interseccionalidade e o Genocídio de Jovens Negros Brasileiros: análise comparativa entre notícias e textos de opinião acerca da Chacina de Costa Barros, RJ, na Folha de S. Paulo. **ECO-Pós**, 2019, p. 191-222. Disponível em: [https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco\\_pos/article/view/10](https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/10)

RASMUSSEN, Birgit Brander et al. (eds.). **The Making and Unmaking of Whiteness**. Durham, NC: Duke, 2001.

RESENDE, Fernando. **O discurso jornalístico contemporâneo: entre o velamento e a produção das diferenças**. Revista Galáxia, São Paulo, n. 14, p. 81-93, dez. 2007

REZENDE DA SILVA, SIMONE. **Quilombos no Brasil: A memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra**. In: XII Coloquio Internacioanal de Geocrítica, 2012, Bogotá. Anais do XII Coloquio Internacional de Geocrítica, 2012.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. São Paulo, Editora WMF/Martins Fontes, vol. 1, 2010.

RODRIGUES, João Carlos. **O negro no cinema brasileiro de ficção**. Mnmocine. 2008.

SANDANO, Carlos Eduardo. **Por um jornalismo que mereça o Nobel**. In: **Jornalismo e contemporaneidade: um olhar crítico** / Cláudio Coelho, Dimas A. Künsch, José Eugenio de O. Menezes (Organizadores). - São Paulo: Plêiade, 2015. p. 35-51.

SANSONE, Lívio. **Os objetos da identidade negra: consumo, mercantilização, globalização e a criação de culturas negras no Brasil\***, Mana vol.6 n.1 Rio de Janeiro Apr. 2000.

SANTOS, G. **Relações raciais e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 160 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 17-41. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/pt-br.php>. Acesso em: 23 jun. 2019.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVERSTONE, Roger. **La moral de los medios de comunicación**. Sobre el nacimiento de la polis de los medios. Buenos Aires: Amorrortu, 2010.

SINHORETTO, Jacqueline; MORAIS, Danilo de Souza. **Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada**. Revista de Estudios Sociales 64: 15-26, 2017.

SILVA, Gislene; MAIA, Flávia Dourado. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. In: RuMoRes – Revista Online de Comunicação, Linguagem e Mídias, São Paulo, Ed. 10, p. 18-36, jul./dez. 2011.

SILVA, Glauber Paiva da. **Noções de identidade de Stuart Hall e o diálogo com o patrimônio cultural imaterial**. In: Anpuh-Brasil – 30º Simpósio Nacional de História. Anais eletrônicos. Recife, Pernambuco, 2019. Disponível em: <[https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1553116115\\_ARQUIVO\\_NOCOESDEIDENTIDADEDESTUARTHALL.pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1553116115_ARQUIVO_NOCOESDEIDENTIDADEDESTUARTHALL.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2021.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista da & ROSEMBERG, Fúlvia. **Brasil: Lugares de negros e brancos na mídia**. In: Teun A. van Dijk (org.). Racismo e discurso na América Latina. São Paulo: Contexto, 2008. p. 73-118.

SILVA, Paulo V. B. **Racismo Discursivo na mídia Brasileira**. Trabalho apresentado no VI Congresso Latino-americano de Estudios del Discurso (ALED 2005), realizado em Santiago (Chile) de 05 a 09 de setembro de 2005.

SILVA, Paulo V. B. e ROSEMBERG, Fulvia. **Brasil: lugares de negros e brancos na mídia**. In: VAN DIJK, Teun (org.) Racismo e Discurso na América Latina. São Paulo: Contexto, 2008. P. 73-118

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A Produção social da identidade e da diferença**. In: Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**. Identidade, povo e mídia no Brasil. Editora Vozes. Petrópolis, 1999.

SWAIN, Tania Navarro. Identidade nômade: heterotopias de mim. In.: Imagens de Foucault e Deleuze. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2005. p. 325-341.

TELLES, Edward E. **O significado da raça na sociedade brasileira**. Versão divulgada na internet em Agosto de 2012. Disponível em: <<https://professorsauloalmeida.files.wordpress.com/2014/07/livro-o-significado-da-raca-na-sociedade-brasileira2.pdf>> Acesso em: 25 de jun. de 2019.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. Ser negro no Brasil hoje. São Paulo: Editora Moderna. 16ª edição, 1991.

VAZ, Paulo; CARVALHO, Carolina Sá; POMBO, Mariana. A Vítima Virtual e sua alteridade: a imagem do criminoso no noticiário de crime. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 30, p. 71-80, 2006.

## ANEXO – Notícias analisadas

### Notícia 1

RIO GRANDE DO SUL

# Homem negro é espancado até a morte em supermercado do grupo Carrefour em Porto Alegre

Dois homens brancos, incluindo um PM, foram presos por agredir e matar João Alberto Silveira Freitas, de 40 anos. Em nota, Carrefour chamou ato de criminoso e anunciou o rompimento do contrato com empresa que 'responde pelos seguranças que cometeram a agressão'.

**Por G1 RS**  
20/11/2020 05h26 - Atualizado há um ano



*Imagens mostram homem sendo agredido em supermercado de Porto Alegre*

**Um homem negro foi espancado e morto por dois homens brancos em um supermercado Carrefour em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, na noite desta quinta-feira (19), véspera do Dia da Consciência Negra (nesta sexta, 20).**

O espancamento de João Alberto Silveira Freitas, de 40 anos, foi filmado por testemunhas (veja vídeo acima; as imagens são fortes).

A ciência e a tecnologia caminham juntas para melhorar a nossa qualidade de vida.



**Os dois suspeitos tiveram prisão preventiva decretada. O policial militar Giovani Gaspar da Silva, de 24 anos, foi levado para um presídio militar. Magno Braz Borges, de 30 anos, segurança da loja, está em um prédio da Polícia Civil. A investigação trata o crime como homicídio qualificado.**

O advogado de Magno Braz, William Vacari Freitas, disse que não vai se posicionar sobre o caso, no momento. Já o advogado de Giovane Gaspar da Silva, David Leal, diz que o cliente afirma ter levado um soco da vítima, e afirma ter admitido que "se excedeu".

De acordo com a Polícia Federal (PF), Giovani não possuía o **registro nacional para atuar** como segurança. O segundo homem tinha o documento registrado (que, agora, foi suspenso).

Ambos são funcionários de uma empresa terceirizada, a Vector Segurança. Em nota, a empresa disse que "se sensibiliza com os familiares da vítima e não tolera nenhum tipo de violência" e "iniciou os

procedimentos para apuração interna" (veja a íntegra ao fim da reportagem).

Segundo a PF, a empresa de segurança responsável pelo supermercado tem cadastro regular e foi fiscalizada em agosto deste ano.



*Veja imagens de João Alberto dentro do supermercado de Porto Alegre*

Também em nota, a Brigada Militar informou que o PM envolvido na agressão é "temporário" e estava fora do horário de trabalho.

Segundo o comunicado, as atribuições dele na corporação são limitadas à "execução de serviços internos, atividades administrativas e videomonitoramento" e "guarda externa de estabelecimentos penais e de prédios públicos". A Brigada não informou o que ele fazia no mercado (veja a íntegra da nota ao final da reportagem).

O Carrefour informou, em nota, que lamenta profundamente o caso, que iniciou rigorosa apuração interna e tomou providências para que os responsáveis sejam punidos legalmente.

A rede, que atribuiu a agressão a seguranças, também chamou o ato de criminoso e anunciou o rompimento do contrato com a Vector (veja a íntegra da nota ao final da reportagem).

### Antes do espancamento

A Brigada Militar, como é chamada a Polícia Militar no Rio Grande do Sul, disse que o espancamento começou após um desentendimento entre a vítima e uma funcionária do supermercado, que fica na Zona Norte da capital gaúcha.

A vítima teria ameaçado bater na funcionária, que chamou a segurança.

"A esposa [da vítima] referiu que eles estavam no mercado fazendo compras, que o marido fez um gesto, que ela não soube especificar, para a fiscal. E ele teria sido conduzido para fora do mercado", disse a delegada Roberta Bertoldo.



*Imagem de vídeo que circula em redes sociais do momento em que homem negro foi espancado até a morte em unidade do Carrefour em Porto Alegre — Foto: Reprodução*

## Homem morreu no local

Freitas foi levado da área de caixas para a entrada da loja e teria, segundo apurou a Polícia Civil, iniciado a briga após dar um soco no PM. Na sequência, Freitas foi surrado.

A delegada afirmou que, pelas imagens internas do supermercado, é possível confirmar que o PM trabalhava como segurança do local, o que o agente nega. "As imagens mostram que ele estava fazendo segurança", disse Bertoldo.

A funcionária que primeiro teria se desentendido com a vítima ainda na caixa também prestou depoimento. "Não vou especificar [o que foi dito] porque ela está sendo investigada", afirmou a delegada.

O vídeo da agressão circula nas redes sociais desde o final da noite de quinta-feira. A polícia vai analisar as imagens do vídeo postado e também de câmeras de segurança do local.

**Nas imagens que circulam nas redes, é possível ver dois homens vestindo roupa preta, o que aparenta ser o uniforme dos seguranças, dando socos no rosto da vítima, que já está no chão. Uma mulher que estava próxima deles parece filmar a ação dos agressores. Em seguida, já com sangue espalhado pelo chão, outras pessoas aparecem em volta do homem agredido, enquanto os dois agressores continuam tentando mobilizá-lo no chão.**

Uma equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) tentou reanimar o homem depois que ele foi espancado, mas ele morreu no local. Ainda não se sabe qual foi a causa da morte, mas uma análise preliminar da perícia indica que pode ter sido asfixia.

O crime está sendo investigado pela Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) de Porto Alegre.

"Não temos indicativos agora para dizer que se trata de um crime racial ou que a cor da pele da vítima tenha sido fundamental pra essas agressões. O inquérito policial tá instaurado pra tirar todas essas dúvidas", ressalta a delegada.

Os dois homens foram autuados em flagrante por homicídio qualificado.



João Alberto Silveira Freitas, de 40 anos, foi espancado e morto por dois homens brancos em Porto Alegre. — Foto: Reprodução/Redes sociais

## Assassinatos de negros aumentam

Dados divulgados em agosto deste ano pelo Atlas da Violência 2020 indicam que os **assassinatos de negros aumentaram 11,5% em dez anos**, enquanto os de não negros caíram 12,9% no mesmo período. Entre os negros, a taxa de homicídios no Brasil saltou de 34 para 37,8 por 100 mil habitantes entre 2008 e 2018.

O relatório também mostra que, em 2018, os negros representaram 75,7% das vítimas de todos os homicídios.

## Agressões e racismo em mercados

Casos de agressão a negros ou relatos de racismo em mercados têm sido recorrentes em várias cidades do país.

No início deste mês, o **cliente de um mercado no Centro do Rio informou ter levado um tapa no rosto** de um segurança que o acusou de tentar furtar uma carne. Segundo a vítima, o jardineiro Felipe Rodrigues da Silva, de 31 anos, a agressão foi motivada por racismo. O caso foi registrado pela polícia como calúnia e "vias de fato", podendo desdobrar para discriminação racial.

Em junho, uma **jovem negra de 23 anos registrou boletim de ocorrência em Araçatuba (SP) por injúria racial** alegando que foi seguida pelo segurança e enforcada pelo gerente de um supermercado. A mulher, que é produtora cultural, gravou vídeos nas redes sociais em que aparece chorando e denunciando o caso.

## O que dizem os envolvidos

### Veja a íntegra da nota do Carrefour

*O Carrefour informa que adotará as medidas cabíveis para responsabilizar os envolvidos neste ato criminoso. Também romperá o contrato com a empresa que responde pelos seguranças que cometeram a agressão. O funcionário que estava no comando da loja no momento do incidente será desligado. Em respeito à vítima, a loja será fechada. Entraremos em contato com a família do senhor João Alberto para dar o suporte necessário.*

*O Carrefour lamenta profundamente o caso. Ao tomar conhecimento deste inexplicável episódio, iniciamos uma rigorosa apuração interna e, imediatamente, tomamos as providências cabíveis para que os responsáveis sejam punidos legalmente. Para nós, nenhum tipo de violência e intolerância é admissível, e não aceitamos que situações como estas aconteçam. Estamos profundamente consternados com tudo que aconteceu e acompanharemos os desdobramentos do caso, oferecendo todo suporte para as autoridades locais.*

### Veja a íntegra da nota da Brigada Militar

*Imediatamente após ter sido acionada para atendimento de ocorrência em supermercado da Capital, a Brigada Militar foi ao local e prendeu todos os envolvidos, inclusive o PM temporário, cuja conduta fora do horário de trabalho será avaliada com todos os rigores da lei. Cabe destacar ainda que o PM Temporário não estava em serviço policial, uma vez que suas atribuições são restritas, conforme a legislação, à execução de serviços internos, atividades administrativas e videomonitoramento, e, ainda, mediante convênio ou instrumento congênera, guarda externa de estabelecimentos penais e de prédios públicos. A Brigada Militar, como instituição dedicada à proteção e à segurança de toda a sociedade, reafirma seu compromisso com a defesa dos direitos e garantias fundamentais, e seu total repúdio a quaisquer atos de violência, discriminação e racismo, intoleráveis e incompatíveis com a doutrina, missão e valores que a Instituição pratica e exige de seus profissionais em tempo integral.*

### Veja a íntegra da nota da Vector

*O Grupo Vector, através de seu advogado, vem a público informar que lamenta profundamente os fatos ocorridos na noite de 19/11/2020; se sensibiliza com os familiares da vítima e não tolera nenhum tipo de violência, especialmente as decorrentes de intolerância e discriminação.*

*Informa que todos seus colaboradores recebem treinamento adequado inerente às suas atividades, especialmente quanto à prática do respeito às diversidades, dignidade humana, garantias legais, liberdade de pensamento, ideologia política, bem como à diversidade racial e étnica.*

*A empresa já iniciou os procedimentos para apuração interna acerca dos fatos e tomará as medidas cabíveis, estando à disposição das autoridades e colaborando com as investigações para apuração da verdade.*

## Notícia 2



## COTIDIANO

🕒 Esse conteúdo é antigo

## Homem negro morre após ser espancado em supermercado de Porto Alegre



Hygino Vasconcelos  
Colaboração para o UOL, em Porto Alegre  
20/11/2020 02h46 | Atualizado em 20/11/2020 19h59

João Alberto Silveira Freitas, um homem negro de 40 anos, morreu na noite de ontem após ser agredido por dois seguranças - um deles PM temporário, fora de serviço - no supermercado Carrefour, na zona norte de Porto Alegre, às vésperas do feriado da Consciência Negra. Os agressores foram presos, suspeitos de homicídio doloso.

A vítima teria discutido com a caixa do estabelecimento e foi conduzida pelos seguranças da loja até o estacionamento, no andar inferior. Durante o percurso, acompanhado por uma funcionária do Carrefour, Freitas teria desferido um soco contra o PM, segundo afirmou a trabalhadora, em depoimento à polícia.

"A partir disso começou o tumulto, e os dois agrediram ele na tentativa de contê-lo. Eles (o PM e o segurança) chegaram a subir em cima do corpo dele, colocaram perna no pescoço ou no tórax", disse o delegado plantonista Leandro Bodoia. A cena vem sendo comparada nas redes sociais ao que aconteceu com [George Floyd, que morreu sufocado por policiais](#) nos Estados Unidos.



Vídeos que mostram o espancamento e a tentativa de socorristas de salvar o homem circulam nas [redes sociais](#) desde a noite de ontem. As imagens mostram Freitas recebendo de um dos homens vários socos na região do rosto, enquanto o outro tenta segurá-lo. Uma mulher que estava usando proteção facial é vista perto deles, assistindo às agressões. Funcionários do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) chegaram a se deslocar até o local, fizeram massagem cardíaca, mas ele acabou não resistindo. O laudo pericial deverá apontar a causa da morte de Freitas.

A esposa dele o acompanhava e já foi ouvida, mas disse que não presenciou as agressões. Ela afirmou ao UOL que [o marido chegou a gritar: "Me ajuda"](#).

A mulher relatou à polícia que estava longe dele quando houve o desentendimento no caixa. "Ele (Freitas) chegou a fazer sinal para ela, mas achou que era brincadeira, nada de mais", afirmou o delegado.

O PM temporário e o segurança foram levados à delegacia, mas

permaneceram em silêncio durante depoimentos. Os dois estavam acompanhados de uma advogada e permanecem presos.

"Informações que foram colhidas com a equipe de peritos desse caso e que não tem ainda o laudo concluído, apontam suposições sobre a causa da morte de que ele possa ter tido um ataque cardíaco em função das agressões e porque ele ficou custodiado com duas pessoas em cima. Talvez tenha sido essa a causa da morte", disse a delegada Roberta Bertoldo, responsável pela investigação.

A polícia aguarda o laudo pericial e mais imagens de câmera para esclarecer o caso. A investigação segue com a 2ª DHPP (Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa).

Freitas era participante de uma torcida organizada de [futebol](#) em Porto Alegre, do clube São José, e foi homenageado com posts com mensagens como "vidas negras importam" e a convocação de um protesto: "Amanhã estaremos no Carrefour Passo D'areia o dia todo, não vai ficar assim, queremos justiça, fizeram covardia com 1 irmão, agora sigam o Bonde Da ZONA NORTE!"



### Carrefour rompe contrato com empresa de segurança

Após o caso vir à tona, o Carrefour decidiu romper o contrato com a empresa de segurança e fechará a loja. Em nota, o mercado afirmou que "adotará as medidas cabíveis para responsabilizar os envolvidos neste ato criminoso".

"O funcionário que estava no comando da loja no momento do incidente será desligado. Em respeito à vítima, a loja será fechada. Entraremos em contato com a família do senhor João Alberto para dar o suporte necessário", disse a empresa em nota.

O Carrefour, ainda em nota, disse "lamentar profundamente o caso" e afirmou que iniciou uma "rigorosa apuração interna".

"Para nós, nenhum tipo de violência e intolerância é admissível, e não aceitamos que situações como estas aconteçam. Estamos profundamente consternados com tudo que aconteceu e acompanharemos os desdobramentos do caso, oferecendo todo suporte para as autoridades locais."

**carrefourbrasil**

947K followers

View profile

**Sobre a brutal morte do senhor João Alberto Silveira Freitas na loja em Porto Alegre, no bairro Passo D'Areia:**

O Carrefour informa que adotará as medidas cabíveis para responsabilizar os envolvidos neste ato criminoso. Também romperá o contrato com a empresa que responde pelas seguranças que cometeram a agressão. O funcionário que estava no comando da loja no momento do incidente será desligado. Em respeito à vítima, a loja será fechada. Entraremos em contato com a família do senhor João Alberto para dar o suporte necessário.

O Carrefour lamenta profundamente o caso. Ao tomar conhecimento deste inexplicável episódio, iniciamos uma rigorosa apuração interna e, imediatamente, tomamos as providências cabíveis para que os responsáveis sejam punidos legalmente. Para nós, nenhum tipo de violência e intolerância é admissível, e não aceitamos que situações como estas aconteçam. Estamos profundamente consternados com tudo que aconteceu e acompanharemos os desdobramentos do caso, oferecendo todo suporte para as autoridades locais.

[View more on Instagram](#)

45,906 likes

carrefourbrasil

Sobre a brutal morte do senhor João Alberto Silveira Freitas na loja em Porto Alegre, no bairro Passo D'Areia:

O Carrefour informa que adotará as medidas cabíveis para responsabilizar os envolvidos neste ato criminoso. Também romperá o contrato com a empresa que responde pelas seguranças que cometeram a agressão. O funcionário que estava no comando da loja no momento do incidente será desligado. Em respeito à vítima, a loja será fechada. Entraremos em contato com a família do senhor João para dar o suporte necessário.

O Carrefour lamenta profundamente o caso. Ao tomar conhecimento deste inexplicável episódio, iniciamos uma rigorosa apuração interna e, imediatamente, tomamos as providências cabíveis para que os responsáveis sejam punidos legalmente. Para nós, nenhum tipo de violência e intolerância é admissível, e não aceitamos que situações como estas aconteçam. Estamos profundamente consternados com tudo que aconteceu e acompanharemos os desdobramentos do caso, oferecendo todo suporte para as autoridades locais.

view all 90,080 comments

Add a comment...

[metal](#) em Osasco, na Grande São Paulo.

Em agosto deste ano, um homem teve um mal súbito e acabou morrendo no interior da loja no Recife. Para manter o local em funcionamento, funcionários bloquearam o acesso visual ao [corpo de Moisés com tapumes e guarda-sóis](#). O caso gerou revolta na internet.

## Brigada Militar diz que conduta do PM será investigada

Em nota, a Brigada Militar informou que prendeu os agressores, inclusive o PM temporário, e que a conduta dele será investigada. Disse ainda que o policial não estava em serviço no momento das agressões.

"Cabe destacar ainda que o PM Temporário não estava em serviço policial, uma vez que suas atribuições são restritas, conforme a legislação, à execução de serviços internos, atividades administrativas e videomonitoramento, e, ainda, mediante convênio ou instrumento congêneres, guarda externa de estabelecimentos penais e de prédios públicos", diz o comunicado.

"A Brigada Militar, como instituição dedicada à proteção e à segurança de toda a sociedade, reafirma seu compromisso com a defesa dos direitos e garantias fundamentais, e seu total repúdio a quaisquer atos de violência, discriminação e racismo, intoleráveis e incompatíveis com a doutrina, missão e valores que a Instituição pratica e exige de seus profissionais em tempo integral."

Segundo o advogado de defesa do PM, ele estava em seu primeiro dia de serviço como segurança temporário no Carrefour, fazendo um "bico".

## Carrefour teve morte de cachorro e corpo coberto por guarda-chuvas

O Carrefour reúne uma série de casos de violência. No final de 2018, um [cachorro foi morto por um segurança após ser agredido com uma barra de](#)

## Notícia 3

RIO GRANDE DO SUL 

# 'Ele gritava que não conseguia respirar', diz amigo de negro morto em supermercado de Porto Alegre

Delegada diz que análise preliminar aponta asfixia. João Alberto Silveira Freitas, de 40 anos, foi espancado e morreu em uma unidade do Carrefour. Em nota, estabelecimento chamou ato de criminoso.

Por G1 RS e RBS TV

20/11/2020 11h13 - Atualizado há um ano



Homem negro é espancado até a morte em supermercado do grupo Carrefour em Porto Alegre

Um amigo de João Alberto Silveira Freitas, de 40 anos, homem negro espancado até a morte **em um supermercado de Porto Alegre**, na noite de quinta-feira (19), disse que ele "gritava que não conseguia respirar" enquanto os seguranças o agrediam. Dois homens foram presos em flagrante.

Freitas foi espancado por seguranças brancos e morreu em uma unidade do Carrefour. As imagens da agressão foram gravadas e circulam nas redes sociais (*veja vídeo acima*).

**"Aquele vídeo ali, cara, mostra toda a agressão que ele teve antes de vir a óbito. Além de agredirem ele, deram um mata-leão nele, asfixiaram ele, pessoal pedindo para largarem ele, para deixar ele pra respirar, porque ele gritava que não conseguia respirar, eles não largaram, quando largaram ele já estava roxo, já estava sem respirar", diz Paulão Paquetá, amigo da vítima.**

Paulão mora no mesmo bairro que João Alberto. Ele diz que foi ao supermercado para fazer compras e, ao chegar, viu o amigo sendo agredido.

"[Cheguei] na hora que estavam agredindo. Eles já tinham tomado o celular dos motoboy. A gente não conseguiu filmar. Era muito segurança", afirma Paulão.

"Não tínhamos como fazer [nada]. Nos manifestamos depois com a chegada da Brigada Militar", acrescenta.

Ainda não se sabe qual foi a causa da morte, mas segundo a delegada Roberta Bertoldo, uma análise preliminar da perícia indica asfixia.

A esposa de João disse à polícia que os dois foram fazer compras no supermercado e que, após fazer um gesto para uma fiscal, João foi conduzido para fora do mercado, onde ele foi agredido até a morte.

Os dois suspeitos, um de 24 anos e outro de 30 anos, foram presos em flagrante. Um deles é policial militar e foi levado para um presídio militar. O outro é segurança da loja e está em um prédio da Polícia Civil. A investigação trata o crime como homicídio qualificado.

Segundo a Polícia Civil, o policial militar trabalhava como segurança do supermercado. Em nota, a Brigada Militar disse que o PM envolvido na agressão é "temporário" e estava fora do horário de trabalho de policial.



João Alberto Silveira Freitas, de 40 anos, foi espancado e morto por dois homens brancos em Porto Alegre. — Foto: Reprodução/Redes sociais

### O caso

Os dois suspeitos, um de 24 anos e outro de 30 anos, foram presos em flagrante. Um deles é policial militar e foi levado para um presídio militar. O outro é segurança da loja e está em um prédio da Polícia Civil. A investigação trata o crime como homicídio qualificado.

Os nomes dos seguranças presos foram confirmados pela Polícia Civil. São Magno Braz Borges, e Giovane Gaspar da Silva. De acordo com a Polícia Federal, um deles não possuía o registro nacional para atuar na profissão, mas não informou, no entanto, qual dos dois.

O advogado de Magno Braz, William Vacari Freitas, disse que não vai se posicionar sobre o caso, no momento. O G1 tenta contato com a defesa de Giovane.

O segundo tinha o documento registrado. Segundo a nota da corporação, a carteira será suspensa. João Alberto foi espancado pelos dois, após um desentendimento.

Ambos são funcionários de uma empresa terceirizada, Vector Segurança. A reportagem entrou em contato, e aguarda retorno. A PF ainda confirma que a empresa de segurança responsável pelo supermercado tem cadastro regular e foi fiscalizada em agosto deste ano.

A Brigada Militar informou que o espancamento começou após um desentendimento entre a vítima e uma funcionária do supermercado, que fica na Zona Norte da capital gaúcha. A vítima teria ameaçado bater na funcionária, que chamou a segurança.

O Carrefour informou, em nota, que lamenta profundamente o caso, que iniciou rigorosa apuração interna e tomou providências para que os responsáveis sejam punidos legalmente.

A rede, que atribuiu a agressão a seguranças, também chamou o ato de criminoso e anunciou o rompimento do contrato com a empresa que responde pelos funcionários agressores.

O vídeo da agressão circula nas redes sociais desde o final da noite de quinta-feira. A polícia vai analisar as imagens do vídeo postado e também de câmeras de segurança do local.

Nas imagens que circulam nas redes, é possível ver dois homens vestindo roupa preta, o que aparenta ser o uniforme dos seguranças.

dando socos no rosto da vítima, que já está no chão. Uma mulher que estava próxima deles parece filmar a ação dos agressores. Em seguida, já com sangue espalhado pelo chão, outras pessoas aparecem em volta do homem agredido, enquanto os dois agressores continuam tentando mobilizá-lo no chão.

Uma equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) tentou reanimar o homem depois que ele foi espancado, mas ele morreu no local.

O crime está sendo investigado pela Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) de Porto Alegre.

## Notícia 4

RIO GRANDE DO SUL 

# 'Era esperto, brincalhão', diz amigo de infância sobre homem negro morto espancado em supermercado no RS

João Alberto Silveira Freitas, de 40 anos, foi espancado e morto por dois homens brancos, na noite desta quinta-feira (19), em uma unidade do Carrefour. Segundo um amigo, ele trabalhava com o pai, numa empresa de solda de portão.

Por Lillian Lima, G1 RS  
20/11/2020 11h06 - Atualizado há um ano



João Alberto Silveira Freitas, de 40 anos, foi espancado e morto por dois homens brancos em Porto Alegre. — Foto: Reprodução/Redes sociais

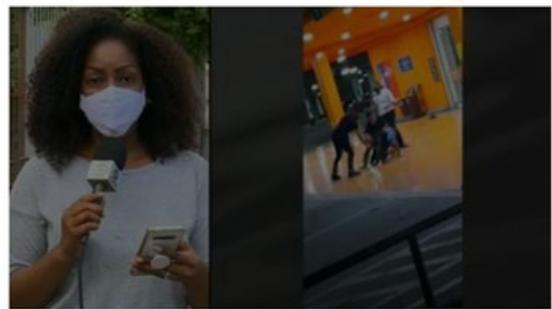
"Ele era esperto, brincalhão, amigo para toda a hora", diz André Gomes sobre **João Alberto Silveira Freitas, de 40 anos, espancado e morto por dois homens brancos** em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, na noite desta quinta-feira (19), véspera do Dia da Consciência Negra. Os dois foram presos.

"Peguei meu celular agora de manhã e levei um choque. Éramos amigos desde a infância, nos criamos na mesma casa de religião, no batuque, na umbanda. Ele era tamboreiro. Estou fazendo 39 anos hoje, esse é meu presente", conta.

João Beto, como era conhecido pelos amigos, vivia numa comunidade na Vila Farrapos, na Zona Norte da Capital. Ele foi agredido e morreu dentro



de uma unidade do supermercado Carrefour. As imagens da agressão foram gravadas e circulam nas redes sociais (veja vídeo a baixo).



Homem negro morre após ser espancado em supermercado em Porto Alegre

"Um cara de boa", define o amigo Paulão Paquetá, presidente da Associação de Moradores do Bairro Obirici. Os dois moravam a cerca de 200 metros de distância e se conheciam há mais de 10 anos.

"Um cara legal, estava sempre junto de nós. Gostava de sinuca e futebol. Torcia para o São José. Todo fim de semana fazia churrasco pro pessoal do bairro. Era de boa", completa.

Segundo a polícia, tinha antecedentes criminais por violência doméstica, ameaça e porte ilegal de arma.

De acordo com o amigo, João Alberto trabalhava como soldador, na empresa do pai. Dos dois primeiros casamentos, tinha quatro filhos. Com a esposa, tinha uma enteada. "Ele era da torcida do São José. Sempre que tinha jogo, ele estava no jogo logo cedo", diz.

Integrantes da torcida organizada do São José publicaram uma mensagem em homenagem a João Alberto. Veja o post:

"Na noite de hoje, Beto foi brutalmente espancado e assassinado por 2 seguranças do Carrefour Passo D'areia, há relatos que os seguranças bateram a cabeça dele no chão por diversas vezes e Beto clamava por socorro e pedia para respirar pois estavam trancando a respiração dele com os joelhos nas costas, bem na parte dos pulmões, infelizmente não resistiu a parada respiratória e acabou falecendo".



Homenagem da torcida organizada do São José. — Foto: Reprodução/Redes Sociais

## Crime

Os dois suspeitos, um de 24 anos e outro de 30 anos, foram presos em flagrante. Um deles é policial militar e foi levado para um presídio militar. O outro é segurança da loja e está em um prédio da Polícia Civil. A investigação trata o crime como homicídio qualificado.

Os nomes dos seguranças presos foram confirmados pela Polícia Civil. São Magno Braz Borges, e Giovane Gaspar da Silva. De acordo com a Polícia Federal, um deles não possuía o registro nacional para atuar na profissão, mas não informou, no entanto, qual dos dois.

O advogado de Magno Braz, William Vacari Freitas, disse que não vai se posicionar sobre o caso, no momento. O **G1** tenta contato com a defesa de Giovane.

O outro tinha o documento registrado. Segundo a nota da corporação, a carteira será suspensa. João Alberto foi espancado pelos dois, após um desentendimento.

Ambos são funcionários de uma empresa terceirizada, Vector Segurança. Em nota, a empresa disse que se sensibiliza com os familiares e está apurando os fatos. *Veja nota completa abaixo.*

A PF ainda confirma que a empresa de segurança responsável pelo supermercado tem cadastro regular e foi fiscalizada em agosto deste ano.

A Brigada Militar, como é chamada a Polícia Militar no Rio Grande do Sul, informou que o espancamento começou após um desentendimento entre a vítima e uma funcionária do supermercado. A vítima teria ameaçado bater na funcionária, que chamou a segurança.

A PF ainda confirma que a empresa de segurança responsável pelo supermercado tem cadastro regular e foi fiscalizada recentemente.

O Carrefour informou, em nota, que lamenta profundamente o caso, que iniciou rigorosa apuração interna e tomou providências para que os responsáveis sejam punidos legalmente.

A rede, que atribuiu a agressão a seguranças, também chamou o ato de criminoso e anunciou o rompimento do contrato com a empresa que responde pelos funcionários agressores. *(Veja a íntegra da nota ao final da reportagem)*

Também em nota, a Brigada Militar informou que o PM envolvido na agressão é "temporário" e estava fora do horário de trabalho.

Segundo o comunicado, as atribuições dele na corporação são limitadas à "execução de serviços internos, atividades administrativas e videomonitoramento" e "guarda externa de estabelecimentos penais e de prédios públicos". A Brigada não informou o que ele fazia no mercado.

## Homem morreu no local

João Alberto foi levado da área de caixas para a entrada da loja e teria, segundo apurou a Polícia Civil, iniciado a briga após dar um soco no PM. Na sequência, foi surrado.

O vídeo da agressão circula nas redes sociais desde o final da noite de quinta-feira. A polícia vai analisar as imagens do vídeo postado e também de câmeras de segurança do local.

Nas imagens que circulam nas redes, é possível ver dois homens vestindo roupa preta, o que aparenta ser o uniforme dos seguranças, dando socos no rosto da vítima, que já está no chão. Uma mulher que estava próxima deles parece filmar a ação dos agressores. Em seguida, já com sangue espalhado pelo chão, outras pessoas aparecem em volta do homem agredido, enquanto os dois agressores continuam tentando mobilizá-lo no chão.

Uma equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) tentou reanimar o homem depois que ele foi espancado, mas ele morreu no local.

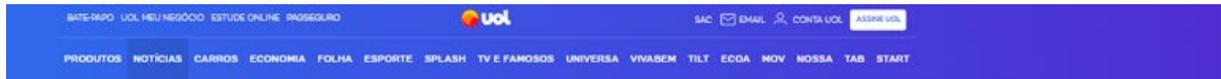
O crime está sendo investigado pela Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) de Porto Alegre.

## Nota do Grupo Vector

*O Grupo Vector, através de seu advogado, vem a público informar que lamenta profundamente os fatos ocorridos na noite de 19/11/2020, se sensibiliza com os familiares da vítima e não tolera nenhum tipo de violência, especialmente as decorrentes de intolerância e discriminação.*

*Informa que todos seus colaboradores recebem treinamento adequado inerente as suas atividades, especialmente quanto à prática do respeito às diversidades, dignidade humana, garantias legais, liberdade de pensamento, ideologia política, bem como à diversidade racial e étnica. A empresa já iniciou os procedimentos para apuração interna acerca dos fatos e tomará as medidas cabíveis, estando à disposição das autoridades e colaborando com as investigações para apuração da verdade.*

## Notícia 5



## COTIDIANO

Esse conteúdo é antigo

## Apaixonado por futebol, brincalhão e família: quem era João Freitas



Hygino Vasconcelos  
Colaboração para o UOL, em Porto Alegre  
20/11/2020 13h08

O jeito brincalhão de João Alberto Silveira Freitas, 40, pode ter desencadeado os fatos que terminaram com a sua [morte após ser espancado em uma unidade do Carrefour, na zona norte de Porto Alegre](#).

Segundo sua mulher, a cuidadora de idosos Milena Borges Alves, 43, Freitas teria "brincado" com uma segurança do local, que acionou os colegas, que passaram a segui-lo e acabaram agredindo-o no estacionamento.

"Ele era bem comunicativo, muito brincalhão. Gostava de [música](#), ficava dançando em casa", relembra a esposa.

Freitas era aposentado por invalidez após fraturar dois dedos e o fêmur enquanto trabalhava no Aeroporto Salgado Filho.

"Isso faz mais de dez anos", conta a cuidadora de idosos.

Os dois estavam juntos havia nove anos. Não tinham filhos, mas ele tratava a enteada como tal, diz a viúva.



João e Milena estavam juntos havia 9 anos  
Imagens: Arquivo pessoal

Há menos de um ano, Freitas achou um gato em um terreno baldio e levou para casa. Praticamente não desgrudava do animal. "Andava para cima e para baixo com ele. Eram muito grudados", conta.

Ele morava com a esposa em um apartamento na Vila do Iapi, na zona norte da cidade, local também conhecido por ser o local onde nasceu a cantora Elis Regina.

A moradia fica a cerca de 600 metros do Carrefour, considerado supermercado referência para a família devido à proximidade.

Antem à noite, Milena contou que os dois foram ao mercado após passarem o dia fora, com o pai dele. Freitas queria um pudim de pão e o casal foi ao mercado comprar os ingredientes, além do necessário para o jantar. Compraram beterraba, alface, tomate, ovos, leite, pão e leite condensado. Gastaram cerca de R\$ 60.



João não desgrudava do gato, segundo a mulher  
Imagem: Arquivo pessoal

Freitas também era ávido torcedor do time de [futebol](#) São José, o Zequinha, que também fica próximo da residência do casal. "Ele me deixava em casa para ir aos jogos, eu não gostava muito", conta Milena.

A torcida do clube fez uma homenagem com posts com mensagens como "vidas negras importam" e a convocação de um protesto: "Amanhã estaremos no Carrefour Passo D'areia o dia todo, não vai ficar assim, queremos justiça, fizeram covardia com 1 irmão, agora

sigurem o Bonde Da ZONA NORTE!"



Como passatempos, o casal costumava ir a shoppings e a parques, como o da Redenção, na área central da cidade. Entretanto, devido à pandemia, as idas a esses locais ficaram cada vez mais escassas.

De acordo com a Polícia Civil, Freitas tinha antecedentes criminais por violência doméstica, lesão corporal e ameaça. Uma fonte da polícia consultada pelo UOL, que pediu para não ser identificada, disse que violência doméstica foi contra uma outra mulher, e não a atual esposa.

### Como foi

Milena conta que só viu o vídeo das agressões minutos depois. "Não esperava aquilo ali, que acontecesse aquilo ali. É complicado. Achei muito forte a cena, o que fizeram com ele foi absurdo", disse.

O casal ficou poucos minutos no interior do estabelecimento escolhendo os produtos. Ao chegar ao caixa, Freitas acenou para uma segurança. Para Milena, o gesto teria desencadeado as agressões.

"A segurança se sentiu ofendida e chamou os colegas. Mas ele sempre foi muito brincalhão", disse a esposa. Em seguida, outros seguranças passaram a segurá-lo enquanto ele estava indo em direção ao estacionamento. Milena ficou no caixa para pagar.

Quando ela se dirigiu ao estacionamento, viu seguranças correndo e passando por ela. Não sabia que estavam atrás de seu marido. Ao chegar à garagem, deparou-se com dois homens imobilizando Freitas. Àquela altura, eles já o haviam espancado.

Os agressores eram um segurança do local e um policial militar temporário, que também fazia a segurança do local. Os dois foram presos, suspeitos de homicídio doloso. [O advogado do policial disse que ele foi agredido por Freitas](#). O UOL ainda não conseguiu contato com a defesa do outro segurança.



Homem protesta em frente ao Carrefour onde João foi espancado e morto  
Imagem: Gustavo Aguiar/TheNews2/Estadão Conteúdo

Uma funcionária do Carrefour disse que Freitas desferiu um soco contra o policial. "A partir disso começou o tumulto, e os dois agrediram ele na tentativa de contê-lo. Eles (o policial e o segurança) chegaram a subir em cima do corpo dele, colocaram perna no pescoço ou no tórax", disse o delegado plantonista Leandro Bodoia.

*"Quando eu fui tentar ajudar, o segurança me empurrou e aconteceu essa tragédia. A última coisa que ele falou para mim foi: 'Milena, me ajuda'"*

Milena Borges Alves

Uma funcionária do Carrefour disse que Freitas desferiu um soco contra o policial. "A partir disso começou o tumulto, e os dois agrediram ele na tentativa de contê-lo. Eles (o policial e o segurança) chegaram a subir em cima do corpo dele, colocaram perna no pescoço ou no tórax", disse o delegado plantonista Leandro Bodoia.

*"Quando eu fui tentar ajudar, o segurança me empurrou e aconteceu essa tragédia. A última coisa que ele falou para mim foi: 'Milena, me ajuda'"*

Milena Borges Alves

Em nota, a Brigada Militar informou que o policial não estava em serviço no momento das agressões. O Carrefour anunciou que decidiu romper o contrato com a empresa de segurança e fechará a loja.



## Notícia 6



## COTIDIANO

⌚ Esse conteúdo é antigo

'Me ajuda', gritou à esposa homem antes de ser morto por segurança e PM



Hygino Vasconcelos  
Colaboração para o UOL, em Porto Alegre  
20/11/2020 09:44 | Atualizado em 20/11/2020 15:55

Das compras no supermercado até a cena de um crime. Duas cenas ficaram marcadas na memória da cuidadora de idosos Milena Borges Alves, 43, esposa de João Alberto Silveira Freitas, 40, [morto ontem após ser agredido por dois seguranças do Carrefour - um deles policial militar temporário - em Porto Alegre](#). Os agressores foram presos.

Milena contou que ela e o marido foram ao mercado após passarem o dia fora, com o pai dele. O Carrefour fica a cerca de 600 metros do apartamento do casal, na Vila Iapi. Freitas queria um pudim de pão e o casal foi ao mercado comprar os ingredientes, além do necessário para o jantar. Compraram beterraba, alface, tomate, ovos, leite, pão e leite condensado. Gastaram cerca de R\$ 60.

O casal ficou poucos minutos no interior do estabelecimento escolhendo os produtos. Ao chegar ao caixa, o homem acenou para uma segurança. Para Milena, isto teria desencadeado as agressões.



João Alberto Silveira Freitas e a esposa, Milena Borges Alves.  
Imagem: Arquivo pessoal

"A segurança se sentiu ofendida e chamou os colegas. Mas ele sempre foi muito brincalhão", diz a esposa. Em seguida, outros seguranças passaram a segui-lo enquanto ele estava indo em direção ao estacionamento. Milena ficou no caixa para pagar.

Quando ela se dirigiu ao estacionamento, viu seguranças correndo e passando por ela. Não sabia que estavam atrás de seu marido. Ao chegar à garagem, deparou-se com dois homens imobilizando Freitas. Àquela altura, eles já o haviam

espancado.

*"Quando eu fui tentar ajudar o segurança me empurrou e aconteceu essa tragédia. A última coisa que ele falou para mim foi: 'Milena, me ajuda'"*

Milena Borges Alves

A cuidadora de idosos conta que, só viu o vídeo das agressões minutos depois. "Não esperava aquilo ali, que acontecesse aquilo ali. É complicado. Achei muito forte a cena, o que fizeram com ele foi absurdo", disse.



### Como foi

Freitas teria discutido com a caixa do estabelecimento e foi conduzido pelos seguranças da loja - o vigilante e o PM - até o estacionamento, no andar inferior.

Durante o percurso, acompanhado por uma funcionária do Carrefour, Freitas teria desferido um soco contra o PM, segundo afirmou a trabalhadora, em depoimento à polícia. "A partir disso começou o tumulto, e os dois agrediram ele na tentativa de contê-lo. Eles (o PM e o segurança) chegaram a subir em cima do corpo dele, colocaram perna no pescoço ou no tórax", disse o delegado plantonista Leandro Boddio. A cena vem sendo comparada nas [redes sociais](#) ao que aconteceu com [George Floyd, que morreu sufocado por policiais nos Estados Unidos](#).

Vídeos que mostram o espancamento e a tentativa de socorristas de salvarem o homem circulam nas redes sociais desde a noite de ontem. As imagens mostram Freitas recebendo de um dos homens vários socos na região do rosto, enquanto o outro tenta segurá-lo. Uma mulher que estava usando proteção facial é vista perto deles, assistindo às agressões. Funcionários do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) chegaram a se deslocar até o local, fizeram massagem cardíaca, mas ele acabou não resistindo.



Freitas era participante de uma torcida organizada de [futebol](#) em Porto Alegre, do clube São José, e foi homenageado com posts com mensagens como "vidas negras importam" e a convocação de um protesto: "Amanhã estaremos no Carrefour Passo D'areia o dia todo, não vai ficar assim, queremos justiça, fizeram covardia com 1 irmão, agora segurem o Bonde Da ZONA NORTE!"



### Prisão dos agressores

Em nota, a Brigada Militar informou que prendeu os agressores, inclusive o PM temporário, e que a conduta dele será investigada. Disse ainda que o policial não estava em serviço no momento das agressões.

"Cabe destacar ainda que o PM temporário não estava em serviço policial, uma vez que suas atribuições são restritas, conforme a legislação, à execução de serviços internos, atividades administrativas e videomonitoramento, e, ainda, mediante convênio ou instrumento congênera, guarda externa de estabelecimentos penais e de prédios públicos", diz o comunicado.

"A Brigada Militar, como instituição dedicada à proteção e à segurança de toda a sociedade, reafirma seu compromisso com a defesa dos direitos e garantias fundamentais, e seu total repúdio a quaisquer atos de violência, discriminação e racismo, intoleráveis e incompatíveis com a doutrina, missão e valores que a Instituição pratica e exige de seus profissionais em tempo integral", conclui a nota.

Ao UOL, o advogado de defesa do PM disse que ele estava em seu primeiro dia de trabalho no Carrefour, fazendo serviço temporário.

## Carrefour rompe contrato com empresa de segurança

Após o caso vir à tona, o Carrefour decidiu romper o contrato com a empresa de segurança e fechará a loja. Em nota, o mercado afirmou que "adotará as medidas cabíveis para responsabilizar os envolvidos neste ato criminoso".

"O funcionário que estava no comando da loja no momento do incidente será desligado. Em respeito à vítima, a loja será fechada. Entraremos em contato com a família do senhor João Alberto para dar o suporte necessário", disse a empresa em nota. O Carrefour, ainda em nota, disse "lamentar profundamente o caso" e afirmou que iniciou uma "rigorosa apuração interna".

"Para nós, nenhum tipo de violência e intolerância é admissível, e não aceitamos que situações como estas aconteçam. Estamos profundamente consternados com tudo que aconteceu e acompanharemos os desdobramentos do caso, oferecendo todo suporte para as autoridades locais."

## Notícia 7

### RIO GRANDE DO SUL

# Morte de homem negro em supermercado no RS: veja repercussão

João Alberto Silveira Freitas, de 40 anos, foi agredido em uma unidade do supermercado Carrefour, na Zona Norte de Porto Alegre, na véspera do Dia da Consciência Negra.

Por G1 RS  
20/11/2020 11h23 · Atualizado há 10 meses



Imagens mostram homem sendo agredido em supermercado de Porto Alegre

A morte de um homem negro dentro de um supermercado de Porto Alegre repercutiu entre autoridades e virou um dos assuntos mais comentados da rede social Twitter nesta sexta-feira (20).

João Alberto Silveira Freitas, de 40 anos, foi espancado e morto por dois homens brancos em uma unidade do Carrefour nesta quinta-feira (19), véspera do Dia da Consciência Negra. As agressões e a imobilização duraram mais de cinco minutos. As imagens da agressão foram gravadas e circulam nas redes sociais (*veja vídeo acima; as imagens são fortes*).



Morte de João Alberto provoca reações indignadas de autoridades e entidades

Eduardo Leite, governador do Rio Grande do Sul, disse que houve "excesso de violência". Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou que "o bárbaro homicídio praticado no Carrefour escancara a obrigação de sermos implacáveis no combate ao racismo estrutural". Sem citar a raça da vítima, Damares Alves, ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, disse que "a vida de mais um brasileiro foi brutalmente ceifada no estacionamento de um supermercado."

Veja a repercussão:

## Eduardo Leite, governador do RS

"Hoje é dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra. Exatamente aqui estou com o material da PC porque o nosso governo criou no ano passado um departamento de proteção a grupos vulneráveis, dentro dele vamos inaugurar nos próximos dias uma delegacia para apurar os crimes de intolerância, contra diversos grupos. Infelizmente nesse dia que nós deveríamos estar celebrando essas políticas públicas nos deparamos com cenas que deixam todos indignados pelo excesso de violência, que levou a morte de um cidadão negro, em um supermercado da capital gaúcha. Todas as circunstâncias em que esse crime aconteceu estão sendo apuradas, para que sejam punidos os responsáveis. Os inquéritos policiais estão sendo levados adiante com muito rigor, aqueles que se envolveram detidos, e já apresentado o inquérito por homicídio triplamente qualificado, toda investigação vai se dar no curso do processo."

## Hamilton Mourão, vice-presidente da República

"Lamentável, né? Lamentável isso aí. Isso é lamentável. A princípio, é segurança totalmente despreparada para a atividade que ele tem que fazer [...] Para mim, no Brasil não existe racismo. Isso é uma coisa que querem importar aqui para o Brasil. Isso não existe aqui."

## OAB - RS

Comissão de Direitos Humanos da OAB/RS acompanhará caso de cliente agredido e morto em supermercado.

A Comissão de Direitos Humanos Sobral Pinto da OAB/RS acompanhará todos os desdobramentos do episódio envolvendo as agressões abusivas que resultaram na morte de João Alberto Silveira Freitas, de 40 anos, cliente de um supermercado em Porto Alegre, na noite desta quinta-feira (19).

*A Comissão da Igualdade Racial também estará acompanhado a evolução das investigações do lamentável episódio.*

*A missão institucional da OAB/RS é assegurar a transparência das investigações e acompanhar as apurações e circunstâncias com a devida responsabilização dos envolvidos.*

*Confiamos no trabalho da Polícia Civil para elucidação total dos fatos.*

## Defensoria Pública da União

*O Grupo de Trabalho de Políticas Etnorraciais da Defensoria Pública da União (GTPE-DPU) manifesta profundo REPÚDIO ao assassinato do Sr. João Alberto Silveira de Freitas, exigindo desde já a apuração dos fatos pelas autoridades competentes e a imediata responsabilização dos agressores. Presta, ainda, solidariedade à família, reforçando a importância da mobilização contra essa atrocidade e as dinâmicas sociais e institucionais que permitem que casos como esse se repitam cotidianamente.*

## ONU Brasil

*A ONU Brasil manifesta, em nota pública, solidariedade à família de João Alberto Silveira Freitas, brutalmente agredido na noite de 19 de novembro de 2020 em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.*

*A Organização lembra que milhões de negras e negros continuam a ser vítimas de racismo, discriminação racial e intolerância, pede investigação do caso, punição dos responsáveis e convida a sociedade brasileira a construir uma sociedade igualitária e livre do racismo, a partir da Campanha #VidasNegras.*

## Ranolfo Vieira Júnior, vice-governador do RS

*"Vamos apurar esse fato a sua exaustão, não podemos admitir ações dessa natureza. As imagens são horripilantes, a Segurança Pública de nosso estado fará tudo para o seu total esclarecimento. Embora em trabalho remoto, em razão do Covid, acompanho e monitoro os fatos ocorridos no final da noite de ontem no Carrefour em Porto Alegre. Foram inúmeros contatos telefônicos com o Com Geral da BM, Cel Mohr, e a Chefe de Polícia, Nadine Anflor."*

## Nadine Anflor, chefe de polícia do RS

*"Ao longo da noite a polícia trabalhou. Temos dois presos, mais duas pessoas ao longo do inquérito policial serão investigadas. Foram*

*autuados por homicídio triplamente qualificado, por asfixia, por impossibilidade de defesa da vítima. As imagens são muito chocantes. A PC dá uma resposta a essa intolerância que também aconteceu ontem dentro de um mercado. Dia 10 de dezembro estaremos inaugurando a Delegacia de Intolerância que é justamente um lugar apropriado, específico, para que pessoas possam buscar informações, não apenas fazer denúncia, que a gente possa mudar essa realidade, das intolerâncias, da falta de empatia. Temos que falar das consequências desses crimes dentro da sociedade."*

## Nelson Marchezan, prefeito de Porto Alegre

*"Meus sentimentos à família e amigos do João Alberto Freitas. Neste Dia da Consciência Negra, em que deveríamos celebrar o povo negro e refletir sobre igualdade e respeito, infelizmente acordamos com esta notícia lastimável. Não podemos aceitar este tipo de violência."*

## Luiz Fux, presidente do STF

*"Um minuto de silêncio em homenagem a João Alberto, negro, 40 anos, morto na noite de ontem por segurança de supermercado em Porto Alegre. Independente de versões, toda violência é desmedida e deve ser banida da sociedade. É triste episódio. No momento em que comemoramos o Dia da Consciência Negra, que nós façamos um minuto de silêncio em homenagem a esse jovem que foi brutalmente morto ontem e que era afrodescendente, negro."*

## Alexandre de Moraes, ministro do STF

*"Na véspera do Dia da Consciência Negra, marcado pelo preconceito racial, o bárbaro homicídio praticado no Carrefour escancara a obrigação de sermos implacáveis no combate ao racismo estrutural, uma das piores chagas da sociedade. Minha solidariedade à família de João Alberto."*

## Gilmar Mendes, ministro do STF

*"O Dia da Consciência Negra amanheceu com a escandalosa notícia do assassinato bárbaro de um homem negro espancado em um supermercado. O episódio só demonstra que a luta contra o racismo e contra a barbárie está longe de acabar. Racismo é crime! #VidasNegrasImportam."*

## Dameres Alves, ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos

*"A vida de mais um brasileiro foi brutalmente ceifada no estacionamento*

de um supermercado, no Rio Grande do Sul. As imagens são chocantes e nos causaram indignação e revolta. [...] Me solidarizo com a família e coloco o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos à disposição para prestar toda assistência necessária. Sintam-se abraçados por nós."

## **Davi Alcolumbre, presidente do Congresso Nacional**

"No Dia da Consciência Negra, o assassinato brutal de João Alberto Freitas, espancado até a morte por seguranças de um supermercado, em Porto Alegre, estarrece e escancara a necessidade de lutar contra o terrível racismo estrutural que corrói nossa sociedade."

## **Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados**

"Em nome da Câmara dos Deputados, envio meus sentimentos à família e aos amigos do João Alberto Silveira Freitas. A cultura do ódio e do racismo deve ser combatida na origem, e todo peso da lei deve ser usado para punir quem promove o ódio e o racismo."

## **UNI America, sindicato internacional que representa trabalhadores do Carrefour**

"A UNI Americas vem a público repudiar o assassinato de João Alberto Silveira Freitas, um homem negro de 40 anos, ocorrido na noite da última quinta-feira (19), em uma loja do grupo francês Carrefour, em Porto Alegre (RS). Ele foi espancado e asfixiado por dois seguranças da unidade, em circunstâncias ainda não esclarecidas, enquanto fazia compras em companhia da esposa. A UNI Global, sindicato internacional do qual a UNI Americas é o braço latino-americano, enviou ofício à coordenação da rede no Brasil cobrando providências."

## **Geledés - Instituto da Mulher Negra**

"A morte de João Alberto Silveira Freitas, por seguranças do Carrefour do bairro de Passo d'Areia, na Zona Norte da capital gaúcha, escancara mais uma vez, a prática de extermínio contra a população negra no Brasil."

## **Silvio Almeida, advogado, filósofo e professor**

"Final, é normal que homens negros sejam espancados e/ou estrangulados nas dependências de um supermercado, não? Não há ironia aqui. É normal mesmo."

## **Ronilso Pacheco, teólogo**

"Não há indícios de racismo até o momento", diz o delegado do caso. Curiosamente, não há indícios de racismo no Brasil desde a escravidão até hoje.

## **Capital Inicial, banda**

"Toda a solidariedade à família de João Alberto Silveira Freitas, covardemente assassinado na noite de ontem por seguranças do Carrefour, em Porto Alegre."

Precisamos urgentemente dar um basta ao racismo estrutural que corrói nossa sociedade. Justiça por Beto e todos que se foram! #justiçaparabeto #vidasnegrasimportam #novembronegro"

## **Flávia Oliveira, jornalista e comentarista**

"No #DiadaConscienciaNegra, a notícia é um homem negro e espancado até a morte em Porto Alegre. Mais um corpo negro assassinado nesse país violento e racista."

## **Thiago Amparo, advogado e professor**

"Antes de emitir notas de repúdio, presidentes da Câmara e do Senado @RodrigoMaia e @davialcolumbre devem ações concretas por #justicaporbeto: 1) iniciar uma CPI sobre torturas e mortes em supermercados; 2) adotem lei que dite responsabilidade da empresa por ação de terceirizados."

## **Bianca Santana, jornalista e escritora**

"João Alberto Silveira Freitas foi assassinado por uma empresa de segurança privada no @carrefourbrasil. Pedro Gonzaga, no Extra. O menino João Victor, no @habibsoficial. Uma criança foi torturada no Ricoy. Consciência negra é denunciar q somos #AlvosDoGenocídio. E INTERROMPÊ-LO!"

## **Winnie Bueno, pesquisadora do pensamento de Patricia Hill Collins**

"Nós estávamos preparados para comemorar. A brutal violência sobre o corpo de mais um homem negro nos impede de comemorar, iremos protestar. É para isso que devem servir 5 mandatos pretos."

## Richarlison Andrade, jogador de futebol

"Parece que a gente não tem saída...Nem no dia da Consciência Negra. Aliás, que consciência? Mataram um homem negro espancado na frente das câmeras. Bateram e filmaram. A violência e o ódio perderam de vez o pudor e a vergonha. George Floyd, João Pedro, Evaldo Santos foram em vão?"

## Grêmio

"Até quando teremos famílias destruídas e sonhos desfeitos, como os de João e de tantos outros, pela falta de consciência e o desrespeito à vida humana? Discriminação racial não é algo que possa ser relativizado, mas permanentemente combatido! #ChegaDePreconceito #ClubeDeTodos."

## Talíria Petrone, deputada federal

"REVOLTANTE! João Alberto Silveira Freitas foi espancado até a morte, por seguranças, no estacionamento do Carrefour, em Porto Alegre. Um dos agressores é policial militar. A barbárie do racismo estrutural destruindo vidas às vésperas do Dia da Consciência Negra. Até quando?"

## Marcelo Freixo, deputado federal

"Um homem negro foi espancado até a morte por 2 seguranças no Carrefour na véspera do Dia da Consciência Negra. Não existe democracia com racismo. O maior desafio da República não foi superar o império, e sim a escravidão. Todo apoio à família da vítima, João Alberto, de 40 anos."

## Luciana Genro, deputada estadual no RS

"A morte do Beto foi um crime racista bárbaro e merece todo o repúdio da sociedade. Exigimos justiça e neste Dia da Consciência Negra estaremos em frente ao Carrefour às 18h em uma manifestação."

## Sergio Moro, ex-ministro da Justiça

"20 de novembro, dia da Consciência Negra, e o destaque do noticiário é o espancamento e morte de João Alberto Silveira Freitas, em um supermercado. A violência racial não pode mais ser tolerada. Que os assassinos sejam punidos com rigor. Minha solidariedade aos familiares e amigos."

## Babu Santana, ator e cantor

"A cultura do ódio tem que acabar! #justicaporbeto"

## Manuela D'Ávila, candidata a prefeita de Porto Alegre

"No dia da consciência negra, um grito por justiça. É possível calar frente ao racismo q mata milhares de pessoas negras diariamente. A bancada negra, q ocupará a Câmara, está no Carrefour cobrando responsabilização e prestando solidariedade à família da vítima #justicaporbeto."

## Sebastião Melo, candidato a prefeito de Porto Alegre

"Hoje, 20 de novembro, é o dia da consciência negra. Um dia para lembrarmos que somos todos iguais. É com profunda tristeza, em um dia tão emblemático quanto o de hoje, que nossa cidade se depare com mais um episódio de violência ocorrido ontem em um supermercado da capital, que, infelizmente, resultou na morte de uma pessoa. Que os responsáveis sejam punidos com todo o rigor da lei. Que a família encontre consolo no apoio de todos nós que não toleramos mais que fatos assim continuem ocorrendo. A Porto Alegre que queremos é a Porto Alegre da paz, com dignidade, igualdade e respeito para todos, independente de sua cor, gênero, religião, ideologia ou partido."

## Márcio Chagas, ex-árbitro

"Crime cruel e covarde no Carrefour da Plínio Brasil Milano, em Porto Alegre. Queremos justiça e cadeia para esses dois seguranças criminosos que mataram a porrada um senhor negro de 60 anos, chamado Beto. Meus sentimentos aos familiares."

## Ludmilla, cantora

"Quereria poder dizer q é uma grande ironia um preto ser espancado até a morte bem às vésperas do dia da consciência negra, mas não. Até quando vamos ter que lutar pra sobreviver como se não fosse um direito, apesar de todos os nossos deveres? Não há o que celebrar."

## Notícia 8



### COTIDIANO

🕒 Esse conteúdo é antigo

## Homem agredido no Carrefour: "Imagens horripilantes", diz secretário do RS



Do UOL, em São Paulo  
20/11/2020 09h43 | Atualizada em 20/11/2020 14h55

O vice-governador do Rio Grande do Sul e secretário estadual de Segurança Pública, Ranolfo Vieira Júnior (PTB), descreveu como "horripilantes" as imagens que mostram um [homem negro sendo agredido por dois seguranças - um deles policial militar temporário - no estacionamento do Carrefour](#), em Porto Alegre. O homem morreu no local, e os agressores foram presos.

"Vamos apurar esse fato a sua exaustão, não podemos admitir ações dessa natureza. As imagens são horripilantes, a Segurança Pública de nosso estado fará tudo para o seu total esclarecimento", escreveu ele em uma rede social. Afastado devido ao diagnóstico positivo da covid-19, Ranolfo disse estar em contato direto com a Brigada Militar para acompanhar o caso.



## "Investigação será rigorosa", diz governador

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), também condenou a atitude dos seguranças e afirmou que o caso será investigado.

"Infelizmente, nesta data em que deveríamos celebrar políticas públicas e avanços na luta por igualdade racial, deparamos com cenas que nos deixam indignados pelo excesso de violência que levou à morte de um cidadão negro", disse Leite.

"Aos familiares e amigos da vítima, o João Freitas, toda nossa solidariedade e a certeza de que a investigação será rigorosa para que haja consequência deste ato lamentável", completou.

## O espancamento

Vídeos que mostram o espancamento e a tentativa de socorristas de salvar o homem circulam nas [redes sociais](#) desde a noite de ontem. As imagens mostram Freitas recebendo de um dos homens vários socos na região do rosto, enquanto o outro tenta segurá-lo. Uma mulher que estava usando

proteção facial é vista perto deles, assistindo às agressões. Funcionários do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) chegaram a se deslocar até o local, fizeram massagem cardíaca, mas ele acabou não resistindo.

O segurança e o PM temporário foram presos, suspeitos de homicídio doloso. A polícia aguarda o laudo pericial e mais imagens de câmera para esclarecer o caso. A investigação segue com a 2ª DHPP (Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa).

Em nota, o Carrefour informou que rompeu o contrato com a empresa de segurança e fechará a loja. Além disso, afirmou que "adotará as medidas cabíveis para responsabilizar os envolvidos neste ato criminoso".

Já a Brigada Militar disse que prendeu os agressores e que investigará a conduta do PM temporário, que não estava em horário de serviço no momento das agressões.



## Notícia 9



## COTIDIANO



homem aparece sendo espancado por seguranças do Carrefour no RS  
Imagem: Reprodução/Twitter

⌚ Esse conteúdo é antigo

## Juiz determina prisão preventiva de agressores de homem negro morto no RS

Do UOL, em São Paulo  
20/11/2020 17h09 | Atualizada em 20/11/2020 21h05

O juiz Cristiano Vilhalba Flores, do Foro Central de Porto Alegre, determinou na tarde de hoje a prisão preventiva de Magno Braz Borges e Giovane Gaspar Da Silva, apontados como os agressores de [João Alberto Silveira Freitas, homem negro de 40 anos morto na noite ontem, no supermercado Carrefour](#), em Porto Alegre (RS). Os dois já haviam sido presos em flagrante. Agora, a decisão foi convertida em prisão preventiva. Isso significa que não há prazo para expirar.

"Existem indícios de autoria pelas declarações das testemunhas, as quais afirmaram que a vítima fora detida pelos flagrados, sendo que estes teriam argumentado que agiram para cessar uma agressão que a própria vítima teria cometido contra terceiro, funcionário da empresa onde os fatos ocorreram. Os indícios de autoria são reforçados pelos vídeos juntados aos autos, onde se pode verificar toda a ação que culminou no óbito da vítima, que veio a falecer no local", disse o magistrado na decisão.

João Alberto Silveira Freitas morreu após ser agredido por dois seguranças — um deles [PM temporário, fora de serviço](#) — no supermercado Carrefour, na zona norte de Porto Alegre, na véspera do Dia da Consciência Negra. Os agressores foram presos, suspeitos de homicídio doloso.

"Pela análise do vídeo do momento em que o evento se desenrolou, pode-se constatar que, em que pese possa o fato ter se iniciado por ato da vítima, a ação dos flagrados extrapola ao que se pode conceituar como necessária para a contenção desta, pois passaram a praticar, contra ela, agressões quando já ao solo. Embora não seja este o momento para a verificação da tipificação da conduta dos flagrados de uma forma definitiva, é necessária uma prévia e provisória análise das condutas para um juízo mínimo sobre a gravidade do fato a justificar a manutenção da segregação destes", acrescentou o juiz.

A vítima teria discutido com a caixa do estabelecimento e foi conduzida pelos seguranças da loja até o estacionamento, no andar inferior. Durante o percurso, acompanhado por uma funcionária do Carrefour, Freitas desferiu um soco contra o PM, segundo afirmou a ela em depoimento à polícia.

Vídeos que mostram o espancamento e a tentativa de socorristas de salvar o homem circulam nas [redes sociais](#) desde a noite de ontem. As imagens mostram Freitas recebendo de um dos homens vários socos na região do rosto, enquanto o outro tenta segurá-lo. Uma mulher que estava usando proteção facial é vista perto deles, assistindo às agressões. Funcionários do Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) chegaram a se deslocar até o local, fizeram massagem cardíaca, mas ele acabou não resistindo. O laudo pericial deverá apontar a causa da morte de Freitas.

O episódio gerou comoção e revolta nas redes sociais. Muitos internautas lembraram que o caso ocorreu à véspera do Dia da Consciência Negra, celebrado nesta sexta-feira.

Freitas era participante de uma torcida organizada de [futebol](#) em Porto Alegre, do clube São José, e foi homenageado com posts com mensagens como "vidas negras importam" e a convocação de um protesto para hoje.



### MP aguarda conclusão de investigações

O subprocurador do Ministério Público Marcelo Lemos Dornelles disse que o órgão já tomou as providências imediatas em relação ao caso e, agora, irá aguardar a conclusão das investigações para o oferecimento ou não da denúncia.

"Sabemos que a Polícia Civil está dando prioridade a isso. Com as conclusões, o Ministério Público vai tomar as providências cabíveis, com o oferecimento da denúncia para o processo criminal", afirmou ele.

"Também instauramos um inquérito civil na área dos Direitos Humanos e da Cidadania para avaliarmos as empresas de segurança, que têm prestado trabalho a outras empresas aqui em Porto Alegre, e que, eventualmente, possam ter um cunho de racismo na orientação na fiscalização do trabalho de seus servidores", disse.

### Delegada cita asfixia como provável causa da morte

A delegada Roberta Bertoldo, responsável pela investigação da morte de João Alberto Silveira Freitas, [afirmou que a provável causa da morte da vítima é asfixia](#).

"Se supõe que ele tenha sido asfiziado, ou seja, não conseguia respirar bem naquele momento e, por isso, entrou em óbito", relatou. Conforme o Instituto Geral de Perícias (IGP), a previsão é de que o laudo pericial, que confirmará a causa da morte, seja divulgado ainda nesta sexta-feira.

A investigação foi iniciada já durante a madrugada, pelo delegado plantonista Leandro Bodola, que foi ao local fazer o atendimento. De manhã, a 2ª DHPP (Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa), da qual a delegada Bertoldo é titular, assumiu o caso. Dois homens, ambos brancos, foram presos: um segurança do local e um policial militar temporário.

O foco, neste momento, é na coleta das imagens do local, que serão analisadas, e na verificação da presença de testemunhas que possam prestar depoimento.

Não há previsão de quanto tempo levará para a conclusão da investigação, mas Bertoldo considera que o caso não é complexo, uma vez que a autoria já está definida e duas pessoas já foram presas em flagrante. A delegada, contudo, não descarta que mais pessoas sejam responsabilizadas pelo crime.

## Notícia 10



### COTIDIANO

## Quem é quem no caso que terminou com a morte de João Freitas no Carrefour



Leonardo Martins  
Colaboração para o UOL, em São Paulo  
23/11/2020 16h00 | Atualizada em 23/11/2020 16h50

[A morte de João Alberto Silveira Freitas após ser espancado por dois seguranças de uma unidade do Carrefour](#), em Porto Alegre, continua sendo investigada pela Polícia Civil. [Os agressores estão presos](#).

À medida que as investigações avançam, novos personagens surgem na história. O UOL organizou os principais. Entenda quem é quem no caso:

#### João Alberto Silveira Freitas, a vítima



Beto foi com a companheira Milena (à eq.) ao Carrefour  
Imagem: Arquivo pessoal

[Beto, 40, como era conhecido pelos amigos](#), foi o cliente negro vítima do espancamento. Ele estava fazendo compras com sua companheira, Milena Borges Alves, no Carrefour, quando se envolveu numa confusão com dois seguranças contratados de uma empresa terceirizada, a Vector.

Antes da agressão, câmeras de segurança mostram Beto se dirigindo a uma funcionária do supermercado e fazendo sinais com a mão, enquanto ela se afasta dele. Depois, Beto é acompanhado pelos dois seguranças e uma agente de fiscalização da unidade para ser retirado do estabelecimento.

Na porta do estabelecimento, ele desferiu um soco no rosto de um dos agentes e o espancamento tem início.

Um vídeo, gravado por uma testemunha da ação, mostra Beto já caído e imobilizado pelos seguranças enquanto há muito sangue no chão. Um dos agentes fica em cima dele com o joelho nas costas. Beto chegou a ser atendido, mas morreu no local. [A causa da morte, segundo a necropsia, foi asfixia](#).

#### Milena, a companheira



Beto e Milena, que viu o companheiro ser espancado  
Imagem: Arquivo pessoal

Companheira de Beto, Milena, 43, estava com ele no supermercado quando a confusão teve início. Eles chegaram juntos para fazer compras, mas, enquanto ele era retirado do supermercado em direção ao estacionamento, ela ficou passando as compras no caixa.

Câmeras de segurança mostram Milena chegando ao estacionamento e encontrando o Beto deitado no chão sendo espancado. Ela ainda tenta separar a briga, mas é impedida por funcionários do Carrefour.

#### Funcionária de preto



Beto se aproxima de uma fiscal de roupa preta perto dos caixas  
Imagem: Reprodução TV Globo

Ela é uma fiscal que, nas imagens, aparece com uma roupa preta e foi abordada por Beto perto dos caixas. No vídeo de câmeras de segurança, Beto aparece indo em direção à fiscal e gesticulando. Ela se esquiva e se afasta.

[Em depoimento à polícia](#), ela disse que Beto a encarava, que "parecia estar furioso com alguma coisa" e não "aparentava estar fazendo uma brincadeira". A mulher não teve a identificação divulgada.

Ela afirmou ainda à polícia que não conhecia Beto e não sabia o motivo da atitude dele. A funcionária relatou que permaneceu nos caixas e só viu que o cliente havia morrido quando foi chamada para ir até a entrada da loja. Ao chegar lá, os paramédicos já estavam fazendo os primeiros socorros em Beto.

## Magno Braz Borges, segurança



Magno Braz Borges, segurança que participou das agressões a Beto  
Imagem: Reprodução/TV Globo

Contratado da empresa Vector, Magno Braz Borges é um dos seguranças que prestava serviços no estabelecimento e que, junto com Giovane Gaspar da Silva, espancou Beto. Magno foi o primeiro a abordar o cliente, quando ele gesticulou em direção à fiscal perto dos caixa, momentos antes da confusão.

Nas imagens da agressão, Magno aparece com o Joelho nas costas de Beto. Ele está preso acusado de homicídio triplamente qualificado. A defesa de Magno ainda não se manifestou publicamente.

## Giovane Gaspar da Silva, segurança e policial



Giovane Gaspar da Silva, segurança e policial que participou das agressões  
Imagem: Reprodução/TV Globo

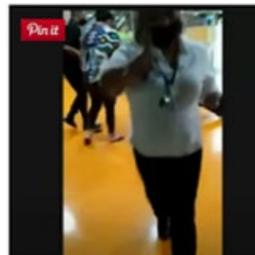
Giovane Gaspar da Silva é o segundo segurança que espancou Beto, também contratado pela empresa Vector. [Giovane é policial militar temporário e cumpria seu primeiro dia de trabalho no supermercado Carrefour.](#)

Ele aparece dando apoio a Magno para retirar Beto do supermercado. Chegando próximo a porta do estacionamento, Giovane leva um soco na cara de Beto e revida a agressão, dando início à sessão de espancamento.

A defesa de Giovane disse que a [agressão não tinha como intuito matar Beto e negou que o cliente tenha sido motivado por racismo.](#)

Em nota, o grupo Vector disse que rescindiu o contrato com Magno e Giovane por justa causa e que está à disposição da polícia para colaborar com as investigações.

## Adriana Alves Dutra, agente de fiscalização



Adriana Alves Dutra tenta impedir a gravação  
Imagem: Reprodução

Agente de fiscalização do supermercado, Adriana Alves Dutra é a mulher que aparece nos vídeos com uma camisa branca acompanhando Magno e Geovani enquanto eles levam Beto para o estacionamento do supermercado. No momento do espancamento, ela foi filmada também gravando a cena com um celular.

Quando o entregador que filmava as agressões se aproxima, ela tenta impedir a filmagem e diz a ele: "Não faz isso que eu vou te queimar na loja."

Ela prestou depoimento à polícia e disse que a colega — a fiscal de preto — relatou para ela que o cliente teria tido atrito com outros funcionários em outras ocasiões, o que não bate com a versão da colega.

## O entregador

O primeiro vídeo do caso de João Alberto que viralizou nas [redes sociais](#) foi gravado por um entregador que testemunhou a ação.

Em entrevista ao Fantástico, ele, que pediu para não ser identificado, disse que a fiscal de camisa branca tentou impedi-lo de gravar a agressão e chegou a ameaçá-lo. Ele já prestou depoimento à Polícia Civil no mesmo dia do crime.

O entregador disse que não tentou parar o espancamento porque ficou com medo de ser agredido também e que imaginou que, ao gravar, os seguranças parariam.

## Notícia 11



### COTIDIANO

🕒 Esse conteúdo é antigo

## Caso João Alberto: polícia não vê crime, mas cita racismo como motivo torpe



Hygino Vasconcelos  
Colaboração para o UOL, em Porto Alegre  
11/12/2020 10h37 | Atualizado em 11/12/2020 10h59

A Polícia Civil não incluiu os crimes de racismo ou injúria racial no indiciamento de seis pessoas pela [morte de João Alberto Silveira Freitas, 40, cliente negro que foi espancado por seguranças de uma loja do Carrefour da zona norte Porto Alegre](#), em 19 de novembro. No entanto, segundo a delegada que conduziu a investigação, o racismo estrutural foi um dos fundamentos que embasaram a qualificante de "motivo torpe" no assassinato.

Os dois seguranças que cometeram as agressões, a fiscal que acompanhou toda a ação, um segurança que fala para João Alberto "não fazer cena", e dois funcionários com participação menor no caso foram [indiciados por homicídio triplamente qualificado](#) - motivo torpe, asfixia e recurso que impossibilitou defesa.

"Durante a avaliação da motivação relacionada à torpeza, o que nós identificamos em quase todas as provas, em tudo que foi apurado, é ter havido uma conduta degradante e desumana em relação à vítima. Essas circunstâncias todas levam ao entendimento de que a sociedade, de um modo geral, age de uma maneira discriminatória em relação a pessoas menos favorecidas economicamente, entre as quais se inserem em sua grande maioria as pessoas de cor negra", afirmou ao UOL a delegada Roberta Bertoldo.

*"Em relação a toda essa normalidade na discriminação, até mesmo racial, que se tem dentro da sociedade atualmente, é que nós identificamos e conseguimos comprovar esse motivo torpe"*

delegada Roberta Bertoldo

### "E se fosse outra pessoa?"

Segundo a delegada, não houve provas de ofensa racial contra Beto, como era conhecida a vítima, mas ela admite que uma outra pessoa poderia ter sido tratada de maneira diferente naquela situação.

"E se fosse outra pessoa? Todos perguntaram e focaram na questão da pele. E se fosse com uma outra pessoa, isso teria acontecido? É a pergunta que todos se fazem. Nós sabemos que não teríamos", disse Roberta durante entrevista coletiva realizada hoje no Palácio da Polícia, sede da Polícia Civil na capital gaúcha. O inquérito foi concluído hoje e encaminhado à Justiça.

"Talvez, se aquela pessoa estivesse ali trajada de terno, ou de alguma outra roupa de marca ou grife essa circunstância poderia ser diferente. Nós temos consciência disso porque a nossa sociedade nos mostra isso. O dia a dia nos mostra que essas situações discriminatórias, não só pela cor da pele, elas são

decisivas no tratamento de inúmeras pessoas", complementou a delegada.

Roberta disse que a investigação usou teorias do jurista e filósofo Silvio Almeida, uma das autoridades brasileiras sobre o estudo do racismo e seus desdobramentos na sociedade.

*"Nos verificamos, conforme um grande doutrinador citado, Silvio Almeida, que o racismo é tratado como algo normal dentro da sociedade. Não se verifica ser uma conduta anormal. Ela é ingressa na normalidade das pessoas que estão no entorno. E nós conseguimos identificar essa teoria perfeitamente no caso do João"*

Roberta Bertoldo, delegada do caso João Alberto

"Aqueles pessoas [os envolvidos] tratam essas agressões, esta contenção que levou à morte, de uma maneira natural, buscando justificativas, buscando explicações que sejam dadas naquele momento para as pessoas que estão no entorno, muitas delas apenas observando, sem nada fazer, outras tentando ajudar e não conseguindo, algumas optando por filmar porque era aquilo que conseguiam fazer naquele instante", afirmou Roberta.



Morte de João Alberto motivou manifestações em todo o Brasil contra a violência contra pessoas negras  
Imagem: Hygino Vasconcelos/Colaboração para o UOL

### Beto não cometeu ato criminal, conclui investigação

Ao longo da investigação, alguns depoentes acusaram João Alberto de ter se envolvido em atritos com fiscais tanto no dia em que foi assassinado quanto em visitas anteriores à loja. Segundo os investigadores, no entanto, nenhuma conduta criminal da vítima foi verificada.

Segundo a delegada Roberta Bertoldo, não foi constatado ato criminal de João Alberto nas proximidades dos caixas, antes de ele ser levado para o estacionamento. Para a polícia, uma funcionária afirmou que Beto se aproximou dela com olhar "ameaçador" e fez gestos para ela.

"Ninguém, nenhuma testemunha soube explicar que gestos foram esses, que palavras foram ditas (...) Portanto, se nós não conseguimos identificar, que ação foi essa de João Alberto que mereceu todo esse olhar e mobilizou uma equipe de segurança. Inclusive por meio do monitoramento de mais de 100 câmeras dentro do supermercado?", questiona a delegada.

### Quem são os indiciados:

- Giovane Gaspar da Silva - ex-PM temporário e funcionário da empresa de segurança terceirizada contratada pelo Carrefour; foi um dos agressores
- Magno Braz Borges - funcionário da empresa de segurança terceirizada contratada pelo Carrefour; foi um dos agressores

- Adriana Alves Dutra - agente de fiscalização que acompanhou toda a ação, não impediu as agressões e tentou proibir que a situação fosse filmada
- Paulo Francisco da Silva - funcionário do Carrefour que viu toda a ação e chegou a dizer para João Alberto parar de fazer "cena" enquanto era agredido. Intimidou as pessoas em volta e, para a polícia, teve conduta similar à de Adriana.
- Rafael Rezende - funcionário do Carrefour que aparece correndo em direção ao estacionamento antes de João ser agredido; foi flagrado intimidando e afastando as pessoas que estavam no entorno
- Kleiton Silva Santos - funcionário do Carrefour que aparece correndo em direção ao estacionamento antes de João ser agredido; foi flagrado intimidando e afastando as pessoas que estavam no entorno.

### Outro lado

O advogado Felipe Bertoni, que defende Adriana, disse em nota que está acompanhando a investigação, mas salientou que a prisão dela é "absolutamente ilegal".

"Além disso, Adriana esteve em todos os momentos à inteira disposição para auxiliar no andamento do inquérito policial, não sendo verdadeira a alegação de que seu paradeiro era desconhecido. Esse fato foi comprovado por elementos de investigação colhidos e já documentados. A regra, no processo penal, é a liberdade, sendo a prisão medida extremamente excepcional e que necessita de fundamentação concreta, não se justificando no caso de Adriana, senhora primária, de 51 anos e portadora de doenças graves. Quanto ao mérito dos fatos investigados, a Defesa somente irá se manifestar após ter acesso ao relatório final da autoridade policial", complementou Bertoni em nota.

Já o advogado David Leal da Silva, que defende o ex-PM temporário e ainda Rafael Rezende, entende que o indiciamento por homicídio triplamente qualificado como "exagerado" e "equivocado". "A polícia fez o trabalho deles, com informações objetivas. Cabe agora a avaliação dos elementos subjetivos

no decorrer da instrução do processo. Vamos mostrar que há outros aspectos que têm que ser considerados." O defensor salientou que ainda não teve acesso ao inquérito final e, por isso, desconhecia de todos os detalhes.

Em nota, o Carrefour informou que não teve acesso a conclusão do inquérito da Polícia Civil. "Seguimos à disposição dos órgãos para contribuir com todas as informações necessárias e reforçamos nosso repúdio a qualquer tipo de violência e agressão em nossas unidades", observou a empresa.

A reportagem tenta contato com as defesas dos outros envolvidos. Na manhã de hoje, a delegada responsável pelo caso informou que Paulo Francisco da Silva e Kleiton Silva Santos ainda não têm advogado constituído.

### Caso João Alberto

João Alberto Silveira Freitas foi morto em 19 de novembro no Carrefour da zona norte de Porto Alegre. Segundo a esposa dele, Milena Borges Alves, 43, o [casal foi ao supermercado para comprar ingredientes para um pudim de pão e adquirir verduras](#). Ela conta que ficaram poucos minutos no Carrefour e que Beto saiu na frente em direção ao estacionamento. Ao chegar ao local, [Milena se deparou com o marido se debatendo no chão](#). Ele chegou a pedir ajuda, mas a esposa foi impedida de chegar perto dele.

Imagens de câmeras de segurança mostram a [circulação de Beto na área dos caixas e as agressões no estacionamento](#). A gravação mostra Beto desferindo um soco no PM temporário, o que é seguido por chutes, pontapés e socos do segurança e do PM temporário.

A maior parte das imagens mostra a imobilização com uso da perna flexionada do segurança sobre as costas de Beto. O Samu foi acionado, mas Beto não resistiu às agressões.

## Notícia 12

### RIO GRANDE DO SUL

# Manifestação marca um mês da morte de João Alberto em supermercado de Porto Alegre

Manifestantes levaram faixas relembrando o assassinato do cidadão negro no Carrefour Passo D'Areia na véspera do Dia da Consciência Negra. Seis pessoas se tornaram réis pelo homicídio triplamente qualificado.

Por Jeferson Ageitos, RBS TV e G1 RS  
20/12/2020 17h56 - Atualizado há 11 meses



Manifestação relembra morte de João Beto, que completou um mês no sábado (19) — Foto: Jeferson Ageitos/RBS TV

Manifestantes se reuniram em frente ao supermercado Carrefour Passo D'Areia, na Zona Norte de Porto Alegre, na tarde deste domingo (20), para relembrar a morte de João Alberto Silveira Freitas. No sábado (19),

completou um mês do **assassinato do cidadão negro após ser agredido e asfixiado por seguranças do estabelecimento**.

- **Caso João Alberto: veja perguntas e respostas**

A maior parte dos manifestantes era composta por torcedores do São José, clube de futebol pelo qual João Alberto torcia. Eles carregavam faixas com frases antirracistas e em memória de "Negro Beto", como era conhecido.

No fim da tarde, os manifestantes saíram em passeata em direção ao Estádio Passo D'areia, a 1km do supermercado. Apesar da maioria usar equipamentos de proteção e manter distanciamento, alguns não usavam máscaras.

O protesto foi pacífico e não interferiu no trânsito da região. O supermercado manteve o funcionamento normal. Já o ato ecumênico programado para este domingo não foi realizado.



Manifestação relembra morte de João Beto, que completou um mês no sábado (19) — Foto: Jeferson Ageitos/RBS TV

## Seis réus

Na sexta-feira (18), a **Justiça acolheu a denúncia do Ministério Público e tornou réus seis envolvidos** na morte de João Alberto. Eles responderão por homicídio triplamente qualificado com dolo eventual (motivo torpe, meio cruel e recurso que dificultou a defesa da vítima).

Porém, embora tenha mantido as prisões dos seguranças Giovane Gaspar da Silva e Magno Braz Borges, a juíza Cristiane Busatto Zardo, da 2ª Vara do Júri de Porto Alegre, negou o pedido de prisão de Rafael Rezende e Kleiton Silva Santos, funcionários da loja, e de Paulo Francisco da Silva, que atuava na empresa de segurança terceirizada Vector, além de conceder a prisão domiciliar a Adriana Alves Dutra, fiscal da loja que acompanhou os seguranças enquanto eles agrediam João.

## Contrapontos

O advogado Pedro Catão, que representa **Adriana**, disse que a conversão em prisão domiciliar foi uma "medida sensata diante dos vários problemas de saúde" apresentados pela fiscal.

O advogado de **Magno**, Jairo Luis Cutinski, diz que "a defesa nada tem a dizer ou acrescentar, eis que correta, pois afinal se trata da ocorrência de morte de um ser humano, que necessita ser devidamente apurada

através de um processo. A defesa aguarda a citação com abertura de prazo para as providências decorrentes".

O advogado David Leal, que defende **Giovane e Rafael**, se manifestou repudiando a denúncia do Ministério Público. "Giovane não praticou nenhum homicídio doloso, nem concorreu para esse resultado. Rafael não teve nenhuma conduta juridicamente reprovável. Ele estava mantendo a situação sobre controle. E o juiz não poderia tratar de questões de mérito ao decidir sobre prisão preventiva, muito embora a decisão tenha sido correta em não decretar a prisão de Rafael, que nem deveria estar nesse processo, afinal de contas ele foi ouvido como testemunha, não como investigado", destacou.

A defesa de **Kleiton**, feita pelo advogado Márcio Hartmann, entende que "a decisão que indeferiu a sua prisão preventiva foi correta, eis que o acusado sempre se colocou à disposição de comparecer à delegacia em todas as vezes em que foi intimado para depor, colaborando com as autoridades para esclarecimentos dos fatos".

Já a defesa de **Paulo Francisco** entende que a decisão foi acertada quanto ao indeferimento da representação pela prisão preventiva, "posto que Paulo Francisco não teve qualquer participação no acontecimento", e informa que vai utilizar dos meios legais para que a denúncia contra ele seja rejeitada.

## Notícia 13

### RIO GRANDE DO SUL

## Como está aquele caso: João Beto, morto por dois seguranças em um supermercado no RS

G1 reúne os desdobramentos mais recentes em investigações e processos de crimes de grande repercussão em 2020. Saiba o que aconteceu no caso do homem negro que foi espancado e morto em uma unidade do Carrefour, em Porto Alegre.

Por G1 RS

30/12/2020 06h01 - Atualizado há 10 meses



João Alberto Silveira Freitas, de 40 anos, foi espancado e morto por dois homens brancos em Porto Alegre. — Foto: Reprodução/Redes sociais

**João Alberto Freitas, de 40 anos, foi morto por dois seguranças brancos**, na noite de 19 de novembro, véspera do Dia da Consciência Negra, no

estacionamento de uma unidade do Carrefour em Porto Alegre. O homem negro foi espancado após um desentendimento com uma funcionária do supermercado.

### • Como está aquele caso: os desdobramentos de crimes de grande repercussão

Os agressores são o ex-policial militar Giovane Gaspar da Silva, de 24 anos, e o segurança Magno Braz Borges, de 30 anos. Eles foram presos em flagrante e tiveram a prisão preventiva decretada no dia seguinte. Testemunhas registraram imagens das agressões.



O que já sabemos sobre o caso João Alberto

## O que aconteceu desde então

Em 11 de dezembro, a **polícia indiciou seis pessoas por homicídio triplamente qualificado**: por motivo torpe, asfixia e recurso que impossibilitou a defesa da vítima. **Eles foram denunciados pelo Ministério Público** seis dias depois e **viraram réus** no dia 18 de dezembro. Não houve indiciamento nem denúncia por racismo. A delegada falou em **racismo estrutural como uma das causas** para determinar a conduta das pessoas envolvidas no assassinato.

Segundo a denúncia, são autores do crime os seguranças Giovane e Magno, além da agente de fiscalização do Carrefour Adriana Alves Dutra. A mulher, que aparece de blusa branca nas imagens do espancamento, foi presa temporariamente cinco dias após o crime.

A polícia entendeu que Adriana teria poder de comando sobre os seguranças, mas não pediu que eles parassem. O pedido de prisão preventiva dela foi aceito pela Justiça e convertido em domiciliar. De acordo com laudos e exames apresentados pela defesa, Adriana tem uma doença nefrológica severa e crônica.

Outros três acusados de participação na morte tiveram prisão preventiva solicitada pela polícia e pelo MP. São eles: Paulo Francisco da Silva, Kleitc Silva Santos e Rafael Rezende. A Justiça negou o pedido e eles respondem em liberdade.

A juíza da 2ª Vara do Júri de Porto Alegre, Cristiane Busatto Zardo, considerou que os três desempenharam participação de menor importância no homicídio.

Giovane, que era policial militar temporário, foi exonerado do cargo na Brigada Militar no dia 3 de dezembro. No dia 9 de dezembro, a Justiça do RS negou o pedido de liberdade provisória do ex-policial e decidiu que a

Giovane, que era policial militar temporário, foi exonerado do cargo na Brigada Militar no dia 3 de dezembro. No dia 9 de dezembro, a Justiça do RS negou o pedido de liberdade provisória do ex-policial e decidiu que a BM precisa informar se ele deve continuar no presídio militar. Magno, o segundo segurança, está na Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas.

Em depoimento à Polícia Civil, Giovane disse que não percebeu que João Beto estava morto. O ex-policial disse ainda que a fiscal Adriana não deu nenhuma ordem para que vítima fosse liberada. A defesa de Magno informou que ele só vai se pronunciar durante o processo.

## Próximos passos

O processo tramita na Justiça do Rio Grande do Sul.

O **Como está aquele caso** é uma iniciativa do **G1** para acompanhar as investigações deste e de outros crimes de grande repercussão ocorridos no país em 2020. **Veja a situação de todos.**

## Notícia 14

RIO GRANDE DO SUL 

# Morte de cidadão negro em supermercado no RS completa 3 meses: 'Aquela noite não trouxe nada de bom', diz esposa

Caso João Beto se divide entre audiências. Enquanto os advogados dos seis réus preparam as defesas, viúva tenta acordo extrajudicial com o Carrefour. 'Não consigo sair, trabalhar', diz Milena.

Por Janaina Lopes e Matheus Beck, G1 RS  
19/02/2021 04h58 - Atualizado há 9 meses

A morte de um cidadão negro após ser espancado no estacionamento do supermercado Carrefour, em Porto Alegre, na véspera do Dia da Consciência Negra, reabriu discussões sobre racismo e violência em todo o país. Três meses depois, completados nesta sexta-feira (19), o processo sobre a morte de João Alberto Silveira Freitas segue inconcluso.

A juíza Cristiane Busatto Zardo, da 2ª Vara do Júri, explica que o processo está na fase de citação dos réus. As seis pessoas que **respondem por homicídio triplamente qualificado** devem ser citadas e apresentar resposta à acusação. Só depois será marcada a audiência.

### • Caso João Alberto: veja perguntas e respostas

Enquanto isso, a viúva de João, Milena Borges, de 41 anos, busca esquecer aquela noite. Nesta quinta-feira (18), os advogados dela se reuniram pela internet com os representantes do Carrefour para tentar um acordo extrajudicial.

A família pretende articular uma indenização por danos morais e outra por danos materiais, que seria uma pensão mensal vitalícia.

"Que paguem pelo que fizeram! Podiam só ter contido ele. Aquela noite não trouxe nada de bom", lamenta Milena.

Conforme o advogado Carlos Alberto Barata Silva Neto, que representa a família, houve um avanço nas negociações, mas ainda não chegaram a uma definição. Um novo encontro deve ocorrer na próxima quarta (24).

Por meio de sua assessoria de imprensa, o Carrefour informou apenas que "a empresa segue oferecendo suporte social, psicológico e financeiro à família e vem avançando nos acordos com os advogados".



João e Milena pretendiam oficializar o casamento no cartório — Foto: Arquivo Pessoal

## Acordo com Carrefour segue indefinido

Três meses não bastaram para recolocar normalidade nos dias de Milena. No período em que estaria celebrando os primeiros meses de casamento, já que uma cerimônia para oficializar o relacionamento de nove anos estava prevista antes do crime, a cuidadora de idosos precisou cuidar de si.

"Eu tinha uma rotina normal e, agora, é diferente, porque não consigo sair, trabalhar. Tomo medicação, coisa que não tomava. À noite, para mim, é complicado", diz Milena.

Milena e a filha Stephanye, de 21 anos, voltaram a morar com os pais. Ela recorda do jeito brincalhão e expansivo do companheiro, mas afirma que sente falta mais ainda da postura determinada de João Alberto.

"Ele que tomava a frente de tudo, conversava bastante, era agitado. Sinto falta que ele liderava tudo. Ele que ia pagar as contas, ele que sabia o que comprar", relembra Milena.

Por enquanto, a empresa custeia um acompanhamento psicológico e psiquiátrico. Eles enviam um valor mensal para que Milena pague suas consultas médicas.

**"A Milena está em depressão severa, segundo a psiquiatra. Não sai de casa. Quando sai, sai com alguém, porque tem medo de sair", afirma o advogado. "Qual caso que houve morte por sufocamento na frente da esposa, dentro de um hipermercado de uma multinacional, gritando pelo nome da esposa e pessoas agarrando ela e não deixando ajudar? A gente tenta explicar que é um caso sui generis, uma exceção", acrescenta Carlos Alberto.**



Câmera de segurança mostra início da confusão antes do assassinato brutal de João Alberto

## Réus encaminham defesa e aguardam audiência

A Justiça aceitou a denúncia do Ministério Público um mês depois do crime e os **seis envolvidos na morte de João Alberto viraram réus** por homicídio triplamente qualificado.

O ex-policial militar temporário **Giovane Gaspar da Silva e Magno Braz Borges, os dois seguranças autores das agressões**, seguem presos. Por enquanto, a defesa de Magno encaminhou seis testemunhas e a de Giovane, oito.

O advogado David Leal, que defende o ex-PM, conta que ele faz cursos e estuda na prisão, sonhando em voltar a viver com a família. Para o defensor, o tratamento dado ao caso teve influência política que interferiu no processo.

"O caso adotou uma proporção que colocou agentes públicos a serviço do clamor social, que não é o critério correto a ser adotado no caso de prisão no curso do processo. Giovane foi um bode expiatório para demandas sociais e concretamente o oportunismo político foi a demonstração clara de uma razão cínica presente nos postos de poder que pouco querem fazer pelos seus representados, mas que só pensam nas suas próprias carreiras", criticou Leal.

A Secretaria de Segurança Pública (SSP-RS) considerou que a declaração

da defesa tenta desqualificar a seriedade e a autonomia com que os órgãos de segurança pública agem em todos os casos.

"A atuação de todos os órgãos de segurança envolvidos no atendimento e na investigação do homicídio triplamente qualificado de João Alberto Silveira Freitas, homem negro de 50 anos, morto no dia 19 de novembro, no estacionamento do supermercado Carrefour, na Capital, se deu de forma absolutamente técnica. Desde o atendimento à ocorrência no local, pela Brigada Militar, a emissão de laudos periciais, pelo Instituto-Geral de Perícias, e a investigação conduzida pela Polícia Civil, todos os procedimentos observaram os ritos normais e prazos previstos na legislação. O respeito ao amplo direito de defesa e contraditório se fez permanentemente presente, tanto no inquérito conduzido pela Polícia Civil, quanto no Processo Administrativo Disciplinar da Brigada Militar, que resultou na exclusão do acusado da corporação. As conclusões do inquérito policial sobre o homicídio triplamente qualificado foram integralmente acolhidas pelo Ministério Público no oferecimento de denúncia, já aceita pelo Poder Judiciário, esfera no qual se dará o desfecho do devido processo criminal", informou a SSP-RS por nota.



Sem pena, tá? A gente te avisou da outra vez', diz segurança para João Alberto

Já **Adriana Alves Dutra**, fiscal da loja que acompanhou os seguranças enquanto eles agrediam João, recebeu prisão domiciliar. A Justiça reconheceu que a prisão temporária deveria ser convertida em preventiva, mas, diante do **quadro de doença crônica apresentado pela defesa de Adriana**, foi convertida em domiciliar.

**Rafael Rezende e Kleiton Silva Santos**, funcionários da loja, e **Paulo Francisco da Silva**, que atuava na empresa de segurança terceirizada Vector, respondem ao mesmo crime em liberdade. O Ministério Público recorreu da soltura deles, mas as defesas alegam que eles não promovem risco de fuga ou adulteração das provas da investigação.

Conforme o advogado Márcio Hartmann, que defende Kleiton, a equipe prepara o contraditório e já encaminhou uma defesa preliminar.

"O Kleiton não participou do crime de homicídio, ele apenas ajudou a conter a vítima, que estava em luta corporal com os demais acusados, e fez isso porque recebeu ordens de seus superiores. No momento em que a vítima faleceu, o Kleiton não estava mais no local. Estava trabalhando na loja", afirma.

O advogado Renan Jung, que representa Paulo Francisco, também defende que o segurança não teve participação determinante no crime.

"Paulo foi chamado via rádio, seguindo ordens de seus superiores hierárquicos, e chegou ao local dos fatos já ao final do desenrolar de toda a situação. Em momento algum agrediu ou mesmo tocou a vítima, exceto quando foi verificar seus sinais, a fim de prestar os primeiros socorros", afirma.

**G1** tentou contato com as defesas de Magno Braz Borges e Adriana Alves

Dutra, mas, até a publicação desta reportagem, não havia obtido resposta.



Manifestação pede justiça por João Alberto em frente a unidade do Carrefour em Porto Alegre, no dia 23 de novembro de 2020.

## Racismo permeia o caso

Tanto no **inquérito da Polícia Civil** como na **denúncia do Ministério Público** o crime de racismo não foi tipificado criminalmente. No entanto, para a polícia e para os promotores, a **indiferença com o sofrimento** de João Alberto, enquanto era asfixiado, denota uma **ideia de racismo estrutural**.

A delegada Roberta Bertoldo considerou no inquérito que "a exacerbação das agressões impostas à vítima, em dado momento subjugada por seis pessoas, decorre de sua fragilização socioeconômica". Portanto, qualificou o homicídio por motivo torpe devido à "conduta discriminatória, desumana e degradante em relação à vítima".

Renan Jung, advogado de Paulo Francisco, um dos réus, rejeita essa possibilidade e afirma que irá utilizar dos meios legais para que a denúncia seja rejeitada e Paulo não responda ao processo.

"Paulo é pessoa negra, sua esposa é negra, seus filhos são negros, seus familiares são negros, seus melhores amigos são negros, sendo, portanto, absurda a acusação por, supostamente, dar causa a um homicídio motivado pelo racismo, cujas autoridades que o acusam são, em totalidade, de cor branca, e que agora, ao que parece, para buscar reconhecimento da mídia e autopromoção, desejam enclausurar mais um negro nas masmorras do nosso falido sistema penitenciário", concluiu.



Protestos contra a morte de João Alberto foram registrados em várias cidades do país — Foto: Bárbara Carvalho/GloboNews

O filósofo e advogado Sílvio de Almeida, que foi citado no relatório do indiciamento por sua tese a respeito do racismo estrutural, considera que **houve avanço com a menção a essa possibilidade**.

"Em outros tempos, isso sequer teria sido objeto de consideração pelas autoridades. O fenômeno do preconceito é institucional e estrutural e, portanto, muito mais difícil de ser enfrentado do que se supõe e as autoridades ficam limitadas a agir dentro dos contornos que o próprio Direito estabelece para o tratamento da questão", disse, em entrevista ao G1, em dezembro.

Para Milena, que assistiu à morte do companheiro, houve racismo. "Eu acredito que foi vítima de racismo, sim, porque teve outras pessoas negras que foram destratadas ali", diz a viúva de João.

O Carrefour afirmou, em nota, que "repudia veementemente todo e qualquer ato de violência e reforça que naquela ocasião rompeu imediatamente o contrato com a empresa Vector toda a segurança de loja das unidades de Porto Alegre foi internalizada e todos os envolvidos foram desligados".

"Desde o fim de 2020, o Carrefour reforçou as ações de combate ao racismo e assumiu publicamente diversos compromissos para **aprimorar suas políticas e práticas antirracistas em toda sua cadeia**, promover a carreira de pessoas negras dentro do Carrefour e a inclusão social de negros e negras no mercado de trabalho. Com isso, a companhia vem implementando mais de 50 iniciativas, que envolvem colaboradores, parceiros, fornecedores e toda a sociedade. O plano de ação foi elaborado junto ao Comitê Externo que se formou imediatamente após o caso e cujo objetivo é assessorar, de maneira livre e independente, a companhia e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas", conclui a nota.

No início do mês, o Carrefour lançou um **site** com o detalhamento das ações que estão sendo implementadas pela rede em combate ao racismo estrutural no Brasil.



Enterro de João Alberto, em Porto Alegre, no dia 21 de novembro. — Foto: REUTERS/Diego Vára

## Notícia 15

RIO GRANDE DO SUL 

### Caso João Alberto: o que se sabe e o que falta saber após 5 meses de investigação

Justiça determinou reprodução simulada dos fatos, ainda sem data marcada.

Por G1 RS e RBS TV  
21/04/2021 05h10 - Atualizado há 7 meses



Câmera de segurança mostra início da confusão antes do assassinato brutal de João Alberto

A morte de João Alberto Silveira Freitas, cidadão negro **espancado por seguranças do supermercado Carrefour**, em Porto Alegre, em novembro de 2020, **completa cinco meses sem previsão de julgamento**.

A juíza Cristiane Busatto Zardo determinou, nesta terça-feira (20), que o Instituto-Geral de Perícias (IGP) pode realizar a reprodução simulada dos fatos a partir de quinta-feira (22). Não há, segundo a delegada Vanessa Pitrez, previsão de quando isto deva ocorrer.

"Enquanto não melhorar a situação da pandemia, o IGP não está realizando perícias que exigem grande número de pessoas", explica.

- **Veja perguntas e respostas sobre o Caso João Alberto**
- **Viúva nega oferta de indenização oferecida pelo Carrefour**
- **'Aquela noite não trouxe nada de bom', diz esposa**

Na semana passada, a ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), **negou o trâmite ao habeas corpus de Giovane Gaspar da Silva**, de 24 anos, ex-policial militar temporário acusado de participar do crime.

A ministra destacou que as instâncias anteriores não apreciaram o mérito do habeas corpus, o que afasta a atuação do STF no caso. Assim, a defesa do réu deve aguardar a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS) sobre a libertação de Giovane.

Com a negativa de Cármen Lúcia, o advogado do réu, David Leal da Silva, afirma que **vai recorrer das decisões monocráticas de membros do STJ e do TJ-RS**, que já haviam negado a soltura do ex-PM temporário.

Giovane está **preso preventivamente** desde o ocorrido. Na ação enviada

ao STF, a defesa do acusado sustentou que a medida carece de fundamentação válida e que a custódia estaria "alicerçada na gravidade abstrata do crime".

"O que é mais importante, a liberdade de uma pessoa ou o critério de hierarquia dos tribunais? Eles poderiam reconhecer de ofício o habeas corpus e indeferir ou não conhecer e deferir", disse à reportagem da **RBS TV**.

Os representantes do ex-PM temporário, **desligado da Brigada Militar em dezembro**, ainda afirmaram que ele é réu primário, tem "ótimos antecedentes" e "não agiu motivado por racismo".

### Ex-PM temporário

Giovani Gaspar da Silva responde, ao lado de outras cinco pessoas, pelo crime de **homicídio triplamente qualificado com dolo eventual** (motivo torpe, meio cruel e recurso que dificultou a defesa da vítima).

Em depoimento dado à Polícia Civil em dezembro, o **acusado disse não saber que João Alberto estava morto** após o ataque. "Sinceramente, achei que ele, naquele momento, estivesse encenando", afirmou à investigação.

Na ocasião, Giovane também contou que não trabalhava para a companhia de segurança contratada pelo Carrefour para vigiar o estabelecimento. Entretanto, a empresa Vector afirmou que o acusado foi contratado em regime CLT, de forma intermitente, para função de fiscal de prevenção e que foi demitido por justa causa após o ocorrido.



João Alberto Silveira Freitas foi espancado até a morte por seguranças em supermercado de Porto Alegre — Foto: Reprodução

**Magno Braz Borges**, o outro segurança autor das agressões, segue preso. O advogado David Leal, que defende o ex-PM, conta que ele faz cursos e estuda na prisão, sonhando em voltar a viver com a família.

Já **Adriana Alves Dutra**, fiscal da loja que acompanhou os seguranças enquanto eles agrediam João, recebeu prisão domiciliar. A Justiça

Rafael Rezende e Kleiton Silva Santos, funcionários da loja, e Paulo Francisco da Silva, que atuava na empresa de segurança terceirizada Vector, respondem ao mesmo crime em liberdade.

### Esposa nega acordo

Os familiares de João, entre os filhos, o pai e a irmã, aceitaram a proposta oferecida pelo Carrefour. Parte já teve a quantia depositada.

Por outro lado, **Milena Borges Alves, a viúva, recusou a oferta** de indenização da empresa. O valor não foi divulgado pela empresa, mas o **G1** apurou junto ao advogado de Milena que seria de R\$ 1 milhão.

## Notícia 16

RIO GRANDE DO SUL 

# Carrefour deposita R\$ 1 milhão a viúva de João Alberto, morto após ser espancado em supermercado de Porto Alegre

Medida foi tomada de forma deliberada como acordo extrajudicial. Advogado de Milena Alves diz que valor será negado. Outros oito parentes foram indenizados. João Alberto Silveira Freitas foi morto asfixiado, em novembro de 2020, após ser espancado por seguranças terceirizados em uma unidade da empresa na Zona Norte da Capital.

Por Mathews Beck, G1 RS  
28/04/2021 19h42 - Atualizado há 7 meses



Velório de João Alberto Freitas, morto em unidade do Carrefour em Porto Alegre — Foto: Tiago Guedes / RBS TV

O Grupo Carrefour Brasil depositou nesta quarta-feira (28), deliberadamente, **R\$ 1 milhão para Milena Alves, viúva de João Alberto Silveira Freitas, cidadão negro espancado por seguranças de uma unidade do supermercado em Porto Alegre, em novembro de 2020.**

O depósito, segundo a empresa, foi feito em uma conta criada com a finalidade de consignação extrajudicial. O valor já está disponível para Milena, única familiar que ainda estava com a negociação de indenização em aberto.

Porém, o advogado Carlos Barata, que representa Milena, diz que o **"valor não corresponde com o valor pedido pela viúva"** e que ele será **negado.**

"Não fomos intimados sobre o assunto, somente escutado a informação pela imprensa. Esse tipo de informação só demonstra a falta de respeito do Carrefour com a viúva, pois foram carrascos e agora estão sendo os próprios julgadores do caso, determinando o valor a ser pago", salienta.

De acordo com o Carrefour, a quantia é a soma do patamar máximo por danos morais fixado pelo Supremo Tribunal de Justiça para casos como este e de um valor referente aos danos materiais, independentemente da comprovação que seria necessária em caso de litígio, e que geraria novos custos à viúva.

A empresa ainda depositou R\$ 100 mil extras diretamente na conta bancária de Milena para gastos mais urgentes da viúva. Ela já vinha recebendo auxílio para despesas com acompanhamento psicológico, **mas negou os valores oferecidos em audiências anteriores.**

Além do pagamento da indenização à viúva, o Carrefour já havia feito

**oito acordos com os demais familiares de João Alberto** — os quatro filhos, o pai, a irmã, a enteada e a neta. Todos já receberam o valor acordado, conforme a empresa, exceto os três filhos do segundo casamento, que tiveram o acordo recentemente homologado pela Justiça e devem receber o pagamento ainda nesta semana.

A rede de supermercados sustenta que, desde a morte de João Alberto, mantém assistência financeira e psicológica à disposição da família, incluindo uma assistente social e gastos diários (supermercados, aluguéis, transportes, educação, entre outros).



Câmera de segurança mostra início da confusão antes do assassinato brutal de João Alberto

## Ações antirracismo

Nesta quarta, o Grupo Carrefour Brasil **divulgou uma pesquisa** na qual avalia a percepção da sociedade em relação ao racismo no país. O estudo foi divulgado em um debate virtual promovido pela empresa.

A pesquisa da rede de supermercados também mostrou que **a população considera o Brasil um país racista, mas que, individualmente, não se vê como preconceituosa.**

Entre os compromissos adotados pela empresa, o vice-presidente de Recursos Humanos, João Senise, afirmou que, a partir de quinta (29), a empresa firmará uma cláusula antirracismo em contratos com fornecedores e prestadores de serviço.



Carrefour anuncia cláusula antirracismo em contratos

O grupo varejista diz ter ampliado a representatividade do pessoal, financiado ações contra o preconceito racial e promovido mudanças na gestão da segurança dos estabelecimentos.

"O ato de violência que levou a vida de João Alberto chocou o país e, com razão, abalou a nossa imagem. Mas, muito mais do que isso, provocou um sentimento de indignação e revolta a nossos corações", disse o CEO do Carrefour Brasil, Noël Prioux.

O pesquisador e filósofo Silvío Almeida, convidado do evento, explicou que o pensamento que levou à escravidão de negros permanece na base da sociedade e da economia brasileira.

"A questão central que tem que entender como todo edifício da sociedade — eu estou falando da política, da economia, eu estou falando do mercado — ainda tem como base a escravidão", comentou.



Filósofo Silvio Almeida comenta racismo no Brasil

## Notícia 17



## MÍDIA E MARKETING



Imagem: Reprodução

Colaboração para o UOL, em São Paulo  
28/04/2021 16h26

### Carrefour diz que multará fornecedor e romperá contrato em caso de racismo

O Carrefour terá uma "cláusula antirracista" em todos os contratos de fornecedores. A novidade foi anunciada hoje (28), durante um evento online que debateu as iniciativas em prol da diversidade racial que rede tem tomado em suas lojas, equipes e fornecedores.

A cláusula aponta que caso o fornecedor apresente uma atitude racista, o contrato será rompido e uma multa será cobrada. Segundo a companhia, a cláusula já vem sendo aplicada em novos contratos desde janeiro. A novidade é que, agora, ela foi estendida a toda base.

A novidade faz parte de uma série de 72 iniciativas que buscam combater a discriminação e inclusão racial. O Carrefour iniciou uma série de ações no país em novembro do ano passado, após o [assassinato de João Alberto de Silveira Freitas](#) em uma de suas lojas, em Porto Alegre (RS).

"Promover a diversidade e combater o racismo são questões urgentes. As medidas não são uma prestação de contas. São uma inspiração para sociedade", afirmou Noel Prioux, CEO da empresa, durante o evento.

"O fato que aconteceu em Porto Alegre é um triste exemplo, mas provocou um sentimento de indignação. Basta um só erro para toa a corrente se quebrar. Assumimos a responsabilidade, afastamos responsáveis e reavaliamos processos e treinamentos", disse Noel.

A empresa ainda apresentou novas diretrizes para a segurança interna. Com investimento de mais de R\$ 5 milhões, a segurança interna das lojas passou por mudanças como internalização dos agentes de fiscalização e implementação de um novo modelo. Ainda foram apresentados projetos de fomento ao empreendedorismo e apoio a iniciativas de combate ao racismo.

"Não cabe mais racismo na sociedade, não cabe mais racismo no Brasil. Precisamos assumir a linha de frente nesse combate, incentivando mudanças de comportamento. Não basta combater o racismo. Tem que ter comportamento antirracista", declarou o CEO.

## Notícia 18

RIO GRANDE DO SUL 

### Morte de João Alberto provocou fim de terceirização de seguranças, diz executivo do Carrefour seis meses após o crime

Homem negro foi espancado e morreu asfixiado em novembro de 2020; 6 pessoas respondem pelo crime. Vice-presidente de Recursos Humanos da empresa fala ao G1 sobre mudanças na rede.

Por Janaina Lopes, G1 RS  
19/05/2021 19h13 - Atualizado há 6 meses



Vice-presidente de RH do Carrefour fala sobre o fim da terceirização de seguranças

O assassinato de João Alberto Silveira Freitas, homem negro **espancado por seguranças no estacionamento do Carrefour Passo D'Areia, em Porto Alegre**, completa seis meses nesta quarta-feira (19). O crime, pelo qual seis pessoas respondem, iniciou uma série de mudanças no Brasil nos hipermercados de uma das maiores multinacionais do setor do varejo.

"Certamente alguma coisa estava faltando, senão não teria acontecido o que aconteceu", afirma o vice-presidente de Recursos Humanos do Carrefour no Brasil, João Senise, ao **G1**.

João Alberto foi agredido por dois seguranças terceirizados, Giovane Gaspar da Silva e Magno Braz Borges, presos em flagrante e réus por homicídio na Justiça do RS. A viúva, Milena Borges Alves, ainda negocia com a empresa a indenização. O crime aconteceu na véspera do Dia da Consciência Negra.

O Carrefour apostou **em modificar a relação com as equipes de segurança a partir do crime**, internalizando as contratações e eliminando a terceirização na segurança interna.

"Tínhamos como plano inicial fazer a internalização das quatro lojas de Porto Alegre e depois nas demais, gradativamente, até outubro. Mas a internalização já aconteceu em todas as lojas. Mais importante ainda foi a questão de reeducar esses profissionais, treiná-los. Reforçar todos os compromissos do Carrefour em relação à diversidade, especial no combate ao racismo", aponta Senise.

O executivo aponta que a empresa já contava com comitês e práticas internas de diversidade.

"A gente vai trabalhando em casa, mas isso não vai ajudar a mudar o cenário externo, nem no curto nem no médio prazo. O impacto é muito lento. Quanto tempo isso demora para mexer com a sociedade?", reconhece.

A partir do homicídio, a empresa passou a contar com mais um comitê, externo, formado por participantes de movimentos que defendem a igualdade. A partir desse comitê surgiram novas ideias, conforme Senise, como a de criar editais que fomentem o empreendedorismo negro.

Em outra mudança recente, a empresa alterou todos os contratos com os mais de 16 mil fornecedores, incluindo uma cláusula antirracista.

"A cláusula diz que não vamos aceitar nenhum fornecedor que tenha qualquer atitude que não seja antirracista, que tenha casos de racismo em suas operações que não sejam devidamente tratadas. Estamos exigindo dos nossos fornecedores um compromisso explícito com o antirracismo", diz o executivo.



João Alberto Silveira Freitas foi espancado até a morte por seguranças em supermercado de Porto Alegre — Foto: Reprodução

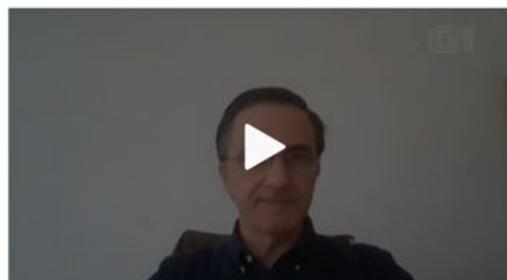
### Oportunidades de igual para igual

O Carrefour também percebeu a importância de aumentar a diversidade entre os contratados para cargos de liderança. "A gente precisa dar uma acelerada diferenciada nessa população para que, nas oportunidades que surjam, todas possam competir de igual pra igual", aponta.

Senise conta que a empresa identificou 100 profissionais negros dentro da empresa que terão plano de desenvolvimento acelerado. Além disso, os processos de seleção têm exigido mais diversidade.

"Em algumas posições, adotamos um direcionamento afirmativo. Vamos buscar prioritariamente mulheres, negros e negras. Se encontrarmos uma mulher negra, melhor ainda. Vamos esgotar essa possibilidade primeiro", aponta.

Ainda em novembro do ano passado, por exemplo, a multinacional fez uma contratação dentro desses parâmetros. "Contratamos um diretor para nossa área de risco, um profissional que veio de grandes organizações. É um homem negro e veio entusiasmadíssimo. Na entrevista, perguntei: 'Como você se sente vindo pro Carrefour, dado tudo que está acontecendo?' Ele falou: 'Eu estou vendo o que está acontecendo e quero ser parte dessa transformação'", conta Senise.



Carrefour passou a incentivar talentos negros dentro dos cargos da empresa

## Indenização da viúva segue em negociação

O pagamento de uma indenização para a viúva de João Alberto, Milena Borges Alves, segue em negociações entre a empresa e os advogados de defesa. **A oferta de R\$ 1 milhão**, que chegou a ser depositada em uma conta aberta por consignação extrajudicial pela empresa, **foi recusada**.

"Não foi sacado. Foi recusado formalmente ao banco [o valor]. Ainda não posso falar em valores tendo em vista estarmos em tratativas", diz ao **G1** o advogado de Milena, Carlos Alberto Barata Silva Neto.

Ele chegou a comparar o oferecido com a indenização paga no **caso do cachorro Manchinha**, morto em uma unidade do Carrefour em Osasco.

"Há alguns parâmetros para esse tipo de acordo. Os advogados do Carrefour têm procurado se manter dentro desses parâmetros, que são os usualmente praticados. A gente acredita que está bem perto do acordo", diz João Senise.

O pai, a filha, a neta, a irmã e a enteada de João Alberto já receberam os valores indenizatórios.



Câmera de segurança mostra início da confusão antes do assassinato brutal de João Alberto

## Processo na Justiça

**Seis pessoas respondem pelo crime na Justiça**: os dois seguranças, Giovane Gaspar da Silva e Magno Braz Borges; Adriana Alves Dutra, funcionária do Carrefour que tentou impedir a filmagem das agressões; Kleiton Silva Santos e Rafael Rezende, funcionário do mercado que auxilia na imobilização da vítima; e Paulo Francisco da Silva, funcionário da empresa terceirizada de segurança Vector. Os dois seguranças seguem presos.

Determinada em fevereiro por decisão judicial, a **reprodução simulada dos fatos** ainda não tem data para ser realizada, de acordo com a delegada do caso, Roberta Bertoldo. Ela aguarda a definição pelo Instituto Geral de Perícias.

## Notícia 19



### COTIDIANO

## Carrefour aceita pagar R\$ 115 mi para evitar ação por caso João Alberto



Hygino Vasconcelos  
Colaboração para o UOL, em Balneário Camboriú (SC)  
11-09-2021 23:00

O Carrefour aceitou na noite de hoje pagar R\$ 115 milhões como parte de um acordo com entidades públicas e organizações não governamentais para reparar danos morais comunitários e afastar a abertura de ações judiciais pela [morte do cliente negro João Alberto, em novembro do ano passado](#), segundo documento obtido pelo UOL.

O homem morreu ao ser espancado por seguranças da empresa terceirizada Vector no estacionamento da unidade da rede de supermercados na zona norte de Porto Alegre.

O dinheiro será destinado a ações de combate ao racismo (veja abaixo) e faz parte de um TAC (termo de ajustamento de conduta) com MP-RS (Ministério Público do Rio Grande do Sul), MPF (Ministério Público Federal), MPT (Ministério Público do Trabalho), DP-RS (Defensoria Pública do Rio Grande do Sul), DPU (Defensoria Pública da União), além das ONGs Educafro e Centro Santos Dias de Direitos Humanos, ligado à Arquidiocese de São Paulo.

Ficou de fora do acordo a definição sobre o pagamento dos honorários dos advogados da Educafro, [um dos pontos que arrastou a assinatura do TAC nesta semana](#). Segundo o MP-RS, os valores serão discutidos judicialmente em ação da ONG. O outro item que emperrou o acordo foi a diminuição de R\$ 5 milhões do valor inicialmente acertado, de R\$ 120 milhões.

Em nota, o Carrefour afirmou que, com o acordo, "reafirma seu compromisso irrevogável de lutar contra o racismo e de atuar como um agente de transformação da sociedade".

"O termo assinado não reduz a perda irreparável de uma vida, mas é mais uma medida tomada com o objetivo de ajudar a evitar que novas tragédias se repitam. Com este novo passo, o Grupo Carrefour Brasil reforça sua postura antirracista, ampliando sua política de enfrentamento à discriminação e à violência, bem como da promoção dos direitos humanos em todas as suas lojas", afirma Noël Prioux, presidente do Grupo Carrefour Brasil, em nota divulgada à imprensa.

O pagamento da indenização é resultado de uma ação conjunta ingressada ainda em novembro de 2020 pela DP-RS, que contou com a participação de outros órgãos públicos e das entidades do movimento negro. Inicialmente a [Defensoria pedia R\\$ 200 milhões](#).

Pouco antes, o MP-RS havia instaurado dois inquéritos, um para buscar a reparação pelo dano moral coletivo e outro para averiguar a política de direitos humanos do Carrefour.

A partir daí, as partes começaram a negociar até chegar ao TAC assinado hoje, que permite que a empresa não seja alvo de ação judicial.

O entendimento fechado agora não tem relação com os [acordos firmados pela marca francesa com nove familiares de João Alberto](#), entre eles seu pai e sua viúva.

Além disso, seis pessoas viraram réus pela morte de João Alberto em ação movida pelo MP-RS. Entre elas estão os seguranças Giovane Gaspar da Silva e Magno Braz Borges, filmados espancando o cliente. Eles estão presos desde o dia do crime. Além deles, são réus a agente de fiscalização Adriana Alves Dutra que acompanhou a agressão, mas não impediu a ação e tentou proibir que a situação fosse filmada.

Respondem como participantes "de menor importância" Paulo Francisco da Silva, Rafael Rezende e Kieiton Silva Santos, todos funcionários do Carrefour. Eles respondem ao processo em liberdade.

## Dinheiro vai para bolsas de estudo e revitalização de cais

Mais da metade do valor (R\$ 68 milhões) será destinado para o pagamento de bolsas de estudo para pessoas negras para ensino médio, técnico, superior e de pós-graduação. O acordo reserva 30% do valor das bolsas de graduação e pós-graduação para estudantes matriculados em instituições com sede e com o curso desenvolvido no Rio Grande do Sul.

Também será destinado R\$ 6 milhões para formação de pessoas negras em cursos de idiomas, inovação e tecnologia, com foco na formação de jovens profissionais para o mercado de trabalho. Conforme o Carrefour, serão concedidas cerca de 10 mil bolsas de estudos nessas duas modalidades.

Além disso, outros R\$ 8 milhões serão voltados para projetos de inclusão social e suporte de empreendedores negros. A concessão das bolsas terá duração máxima de três anos e ocorrerá mediante edital de seleção.

Uma parte da indenização, no valor de R\$ 2 milhões, também será usada para produtos vindos desses lugares.

## Carrefour terá de oferecer trainee para negros

O documento do TAC também define que o Carrefour terá que lançar em um prazo de 180 dias dois programas, um de estágio e outro de trainee, exclusivamente para pessoas negras. Deverão ter dez vagas anuais durante três anos. A intenção é fomentar os quadros de liderança da companhia. Para este ponto serão destinados R\$ 4 milhões.

A empresa também terá que contratar 30 mil funcionários negros em um prazo de três anos e ainda precisa desenvolver e capacitar 300 funcionários negros para que se tornem líderes. Segundo o TAC, a intenção é "facilitar o acesso desses funcionários a posições de liderança e posições críticas para a organização, mediante o investimento em formação acadêmica (...) e mentoria para carreira, além de acompanhamento psicológico, se necessário". Aqui o valor fixado foi de R\$ 5 milhões.

Outros R\$ 4 milhões serão destinados para investimento em sistemas e consultorias para suporte ao cumprimento das medidas. O Carrefour deve pagar ainda mais R\$ 2 milhões para contratar empresa de auditoria externa independente para verificação anual do cumprimento do termo. Além da auditoria, cada trecho do TAC será fiscalizado por um órgão público diferente.

## Multas

O acordo também prevê multa de R\$ 25.000 em caso de descumprimento de alguma obrigação. O valor anual não pode ultrapassar R\$ 500.000, podendo ser ampliado para R\$ 750.000.

## Notícia 20

BATE-BAPO UOL MEU NEGÓCIO ESTUDE ONLINE PASSEIARO  SAC EMAIL CONTATO UOL ASSINE UOL

PRODUTOS NOTÍCIAS CARROS ECONOMIA FOLHA ESPORTE SPLASH TV E FAMOSOS UNIVERSA VIVEM TILT ECOA MOV NOSSA TAB START

## COTIDIANO

# Bolsas de estudo pagas pelo Carrefour no Caso Beto saem este ano, diz MPF



João Alberto Silveira Freitas e a esposa, Milena Borges Alves (esq.); ele foi espancado em uma loja do Carrefour em Porto Alegre e morreu

Hygino Vasconcellos  
Colaboração para o UOL, em Balneário Camboriú (SC)  
11/10/2021 04h00 | Atualizada em 11/10/2021 16h34

Resultado do [acordo milionário assinado em junho com o Carrefour](#), o edital de bolsas de estudos para pessoas negras tem previsão para ser lançado até o final de novembro deste ano, segundo afirmaram ao UOL o procurador da República Enrico Rodrigues de Freitas, a defensora pública da União Rita Oliveira e o promotor de Justiça Edes Cunha.

A ação está prevista no TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) no valor de R\$ 115 milhões firmado após a [morte de João Alberto de Freitas, homem negro espancado no estacionamento de uma unidade do grupo em Porto Alegre \(RS\)](#).

Deste montante, R\$ 68 milhões estão reservados às bolsas, que serão destinadas a estudantes do ensino médio, superior e de pós-graduação. O

dinheiro não precisa ser depositado de uma só vez, a quantia pode ser transferida à medida que os alunos beneficiados fazem os cursos. A concessão das bolsas deve ocorrer em até três anos.

Esta parte específica do acordo é fiscalizada por MP-RS (Ministério Público do Rio Grande do Sul), MPF (Ministério Público Federal), MPT (Ministério Público do Trabalho), DP-RS (Defensoria Pública do Rio Grande do Sul) e DPU (Defensoria Pública da União).

"A gente quer aproveitar a seleção das universidades para 2022. Estamos trabalhando para lançar o edital até o final de novembro e dar bastante tempo aos novos Ingressantes das universidades se beneficiarem", explicou Rodrigues, do MPF.

Ainda não se sabe o número de beneficiadas. O Carrefour chegou a estimar em 10 mil bolsas, mas a cifra considerava também outro ponto do acordo, os cursos de idiomas, inovação e tecnologia. Essas últimas são fiscalizadas pelo Ministério Público Estadual.

Firmado com órgãos públicos e duas entidades do movimento negro —a Educafro e o Centro Dias de Direitos Humanos—, o acordo não tem relação com as indenizações pagas pela empresa francesa a nove familiares de João Alberto, entre eles, seu pai e sua viúva. [A família recebeu R\\$ 5,2 milhões da rede francesa.](#)

As ações firmadas no TAC são as seguintes:

- Bolsas de estudo: R\$ 68 milhões serão destinados para custear cursos de pessoas negras de graduação e de pós-graduação;
- Campanhas de combate ao racismo: R\$ 7,5 milhões custearão ações educativas sobre discriminação racial e promoção da cultura negra;
- Cais do Valongo: R\$ 2 milhões custearão iniciativa museológica e revitalização na área portuária do Rio de Janeiro, que foi a porta de entrada que mais recebeu africanos escravizados nas Américas;
- Comunidades quilombolas: R\$ 2 milhões serão usados para fomentar a produção agrícola e artesanal dessas pessoas;
- Empreendedores negros: R\$ 8 milhões serão revertidos a incubadoras, empresas que ajudam a desenvolver companhias iniciantes, que deem suporte a empresários negros;
- Cursos de idiomas: R\$ 6 milhões pagarão bolsas destinadas a isso e a cursos de inovação e tecnologia com foco na formação de jovens profissionais para o mercado de trabalho.

Segundo a empresa, ações do TAC já começaram a ser implementadas, como o anúncio de um novo sistema de segurança —que envolve o fim da terceirização e a contratação de agentes próprios— e os lançamentos de "programa de aceleração de carreira voltado para profissionais negros" e de estágio afirmativo.

## ONGs acusam falta de transparência

Em setembro, advogados das ONGs entraram com uma petição na Justiça devido à falta de informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas no TAC. Argumentavam que ao menos 15 pontos do acordo já estariam com o prazo vencido.

"Até agora a gente não sabe o que já foi feito", explica o [advogado Marlon Reis, que defende as duas entidades do movimento negro.](#)

Em resposta, o Carrefour afirmou em juízo que não precisava informar o cumprimento dos prazos para as duas entidades do movimento negro, já que elas seriam "terceiros interessados" e não "compromitentes", como foram classificados os órgãos públicos. Com isso, as duas ONGs não estariam aptas para monitorar o andamento do acordo, segundo a marca francesa.

Procurado novamente pelo UOL, Marlon negou que as duas entidades não tenham poder de fiscalização.

*"Essa informação não procede. Isso se refere ao TAC, não ao processo que movemos contra eles. Nesse processo somos 'partes autoras' e, por isso, temos todo o direito de fiscalizar o cumprimento do acordo homologado. Lamentamos que o Carrefour tenha se mostrado reativo ao protagonismo da sociedade civil durante todo o processo e até agora. Não aprenderam nada*

Marlon Reis, advogado da Educafro

Por sua vez, o Carrefour informou, por meio de nota, que não descumpriria qualquer ponto do TAC, estando com todas as ações em dia. "O próprio TAC prevê um sistema de acompanhamento pelas autoridades de seu cumprimento com prazos pré-definidos, reuniões de acompanhamento e auditoria externa".

O CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) determina em resolução que informações de interesse coletivo sobre TACs firmado sejam disponibilizadas "em campos facilmente acessíveis, sem necessidade de cadastro prévio, e em linguagem de fácil compreensão". Não há especificação se detalhes das obrigações destes acordos devem ser fornecidas.

No site do MPF, a reportagem só localizou o TAC firmado em junho. Já no site do MP-RS, só foi possível ver a movimentação dos inquéritos e ações civis públicas. Além disso, não foi possível ter acesso aos documentos que mostrassem o que já foi feito ou comprovar se os depósitos do Carrefour já foram feitos.

O procurador da República reconhece a falta de um "mecanismo institucional" para mostrar esses dados. Segundo ele, está em discussões no MPF e na DPU a criação de um sistema para, por exemplo, apresentar relatórios trimestrais sobre o andamento das obrigações do TAC.

Em nota, o Carrefour rebate as críticas sobre falta de transparência ao dizer que criou um site ([www.naovamosesquecer.com.br](#)) para prestar informações sobre o programa adotado.

O acordo firmado com o Carrefour é considerado o maior, em valores monetários, relacionado ao combate ao racismo, segundo o CNMP. "Como muita coisa está sendo feita pela primeira vez, leva tempo", explica ao UOL o defensor público federal Daniel Cogoy.

A reportagem pediu acesso aos comprovantes de depósitos do Carrefour para checar o cumprimento das obrigações. O procurador da República e a defensora pública da União afirmaram que "conteúdo sensível", como o número de contas bancárias, impossibilitaria o compartilhamento. Mesmo após a reportagem sugerir colocar tarjas nesses trechos, os órgãos não enviaram os documentos.

## Outras obrigações

Questionado pela reportagem, o procurador da República afirmou que precisava consultar o Carrefour para verificar se havia alguma informação sensível no comprovante de depósito de R\$ 7,5 milhões para campanhas educativas de combate ao racismo.

Já o promotor de Justiça do MP-RS Edes Cunha informou, via assessoria de imprensa, que os "valores estão depositados" e disse que a reportagem precisaria "examinar os expedientes em busca do documento". A consulta com o número do inquérito não garante acesso online aos documentos.

O órgão compartilhou ainda uma manifestação do Carrefour na qual pontua o andamento de duas das ações fiscalizadas pelo MP. Segundo a rede francesa, já foi realizado o treinamento de todos os seus trabalhadores e dirigentes em relação à prática de atos discriminatórios e antirracistas, implementados em dezembro de 2020 e em maio e julho de 2021.

Além disso, o Carrefour informou estar trabalhando com empresas especializadas para a concessão de bolsas de estudo de idiomas. Sobre o investimento de R\$ 3 milhões em projetos de inclusão social em incubadoras e/ou aceleradoras de empreendedores negros, a empresa afirmou que está em "negociações com hubs de inovação".

O MPT informou que as cláusulas monitoradas pelo órgão não possuem prazo estipulado. "Elas estão em vigor desde a assinatura do instrumento e não possuem termo final, são continuadas. Serão objeto de apuração e atuação pelo MPT caso ocorra fato concreto que determine verificação de descumprimento", disse o procurador Viktor Byruchko Junior, em mensagem encaminhada pela assessoria do órgão.

Além disso, o representante do órgão informou que não foi aplicada multa pois "até o momento não foi noticiada ocorrência de fato indicando descumprimento".

